



# Exame Voluntário Nacional

REPÚBLICA DA  
GUINÉ-BISSAU

2022



# GUINÉ-BISSAU

POLÍTICO



MATERIAL ESCOLAR Fotografia baseada na obra de JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA, 2010, de autoria dos autores do livro de JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA, 2010

## Índice :

Lista de acrónimos .....	6
<b>1. Declaração de abertura.....</b>	<b>7</b>
<b>2. Destaques.....</b>	<b>9</b>
<b>3. Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>4. Contexto para a implementação da Agenda 2030.....</b>	<b>15</b>
4.1 Localização geográfica e demográfica .....	15
4.2 Situação política.....	16
4.3 Situação social.....	18
4.4 Situação económica.....	19
4.5 Situação ambiental .....	21
4.6 Situação sanitária e impacto da pandemia .....	22
4.7 Situação de segurança .....	24
<b>5. Metodologia e processo para a preparação do ENV .....</b>	<b>26</b>
<b>6. Política e ambiente favorável .....</b>	<b>29</b>
6.1 Promover a apropriação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável .....	29
6.2 Integração dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável nos quadros nacionais	29
6.3 Integração das três dimensões.....	31
6.4 Não deixar ninguém para trás.....	31
6.5 Mecanismos institucionais.....	35
6.6 Problemas estruturais ou desafios .....	37
<b>7. Progressos e desafios para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>38</b>
<b>7.1 Pilar das Pessoas .....</b>	<b>41</b>
Objectivo 1: Sem Pobreza.....	42
Objectivo 2: Fome Zero .....	49
Objectivo 3: Boa saúde e bem-estar .....	55
Objectivo 4: Educação de qualidade.....	64
Objectivo 5: Igualdade de género.....	70
<b>7.2 Pilar da Prosperidade .....</b>	<b>75</b>
Objectivo 7: Energia limpa e acessível .....	76
Objectivo 8: Trabalho decente e crescimento sustentável.....	80
Objectivo 9: Indústria, Inovação e Infra-estruturas .....	85
Objectivo 10: Reduzir as desigualdades.....	88
Objectivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis .....	91
<b>7.3 Pilar Planeta.....</b>	<b>94</b>

Objectivo 6: Água limpa e saneamento .....	95
Objectivo 12: Consumo e produção responsáveis.....	102
Objectivo 13: Medidas para combater as alterações climáticas .....	107
Objectivo 14: Vida aquática .....	111
Objectivo 15: Vida na Terra .....	117
<b>7.4 Pilar da Paz .....</b>	<b>121</b>
Objectivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes.....	122
<b>7.5 Pilar da parceria.....</b>	<b>131</b>
Objectivo 17: Parcerias para alcançar os objectivos.....	132
<b>8. Meios de implementação dos ODS.....</b>	<b>136</b>
<b>9. Conclusões e próximos passos .....</b>	<b>146</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>153</b>

### Lista de números :

Figura 1 População empregada que vive abaixo do limiar internacional de pobreza, por idade	50
Figura 2 Variações no IPM por região .....	52
Figura 3 Evolução da taxa de acesso aos serviços básicos, por área de residência .....	53
Figura 4 Tendências das subvenções de ajuda pública ao desenvolvimento para a redução da pobreza	55
Figura 5 Tendências da prevalência de anemia entre as mulheres com idades compreendidas entre os 15-49 anos	58
Figura 6 Evolução do valor acrescentado agrícola e da ajuda pública ao desenvolvimento agrícola .....	60
Figura 7 Tendências em mortalidade materna .....	62
Figura 8 Tendências em mortalidade infantil.....	63
Figura 9 Tendências das novas infecções pelo VIH por idade e sexo.....	65
Figura 10 Evolução da taxa de incidência do paludismo .....	66
Figura 11 Tendências no acesso às vacinas e no apoio público à saúde básica .....	68
Figura 12 Evolução da ajuda pública ao desenvolvimento dedicada às bolsas de estudo .....	70
Figura 13 Evolução do acesso à electricidade, por área de residência .....	74
Figura 14 Evolução da utilização de energias renováveis no consumo final de energia .....	78
Figura 15 Evolução da intensidade energética .....	81
Figura 16 Evolução da capacidade da electricidade renovável .....	83
Figura 17 Evolução da taxa de crescimento anual do PIB real per capita.....	85
Figura 18 Evolução do acesso aos serviços bancários.....	88
Figura 19 Evolução dos compromissos da Ajuda ao Comércio .....	90



Figura 21 Evolução da ajuda pública internacional atribuída às infra-estruturas .....	95
Figura 22 Evolução da proporção de refugiados na população .....	99
Figura 23 Evolução do apoio ao desenvolvimento recebido pela Guiné-Bissau.....	102
Figura 24 Níveis médios anuais de partículas finas PM 2,5 em 2015 e 2016.....	104
Figura 25 Evolução da taxa de acesso aos serviços geridos de água potável .....	<b>Erro!</b>
<b>Bookmark não definido.</b>	
Figura 26 Tendências no uso básico da lavagem das mãos de casas de banho geridas .....	113
Figura 27 Evolução da eficiência da utilização da água por actividade .....	117
Figura 28 Evolução da assistência oficial ao desenvolvimento para água e saneamento recebido	121
Figura 29 Evolução da clorofila - desvios observados por sensoriamento remoto .....	121
Figura 30 Tendências do investimento directo estrangeiro e das remessas .....	126
Figura 31 Evolução da assistência oficial ao desenvolvimento para assistência técnica .....	131

### Lista de Tabelas :

Quadro 1 Incidência (H), intensidade (A) e incidência ajustada (M0),.....	45
Quadro 2 Número de pessoas mortas, desaparecidas ou directamente afectadas por catástrofes .....	47
Quadro 3 Taxas de conclusão (ensino primário, secundário inferior e superior) .....	67
Quadro 4 Proporção de jovens e adultos com competências tecnológicas.....	67
Quadro 5 Evolução da composição do governo por género .....	72
Quadro 6 Em que medida a Guiné-Bissau tem leis que garantem a igualdade de acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação para mulheres e homens com 15 anos ou mais.....	72
Quadro 7 Os principais sectores económicos são a agricultura, os serviços e a indústria .....	80
Quadro 8 Variação dos ecossistemas dependentes da água.....	98

## Lista de Acrónimos :

<b>OTP</b>	Congresso Nacional do Povo	<b>OCHA</b>	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários
<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento	<b>ONU</b>	Nações Unidas
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho	<b>UNIDO</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
<b>BM</b>	Banco Mundial	<b>ONU-Habitat</b>	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	<b>ONU Mulheres</b>	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres
<b>CEDAW</b>	Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	<b>UNAIDS</b>	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA
<b>CIDE</b>	Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos a criança	<b>CSO</b>	Organizações da Sociedade Civil
<b>CNFI</b>	Quadro Nacional de Financiamento Integrado	<b>PAI</b>	Programa de Acção de Istambul
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	<b>PAM</b>	Programa Alimentar Mundial
<b>DaO</b>	<i>Deliver as One</i> approach	<b>PBF</b>	Fundo de Construção da Paz
<b>DENARP</b>	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza	<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>ENV</b>	Exame Voluntário Nacional	<b>PME/PMI</b>	Pequenas e Médias Empresas/Indústrias
<b>ELP/ILAP</b>	Levantamento da Pobreza Ligeira	<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>EDS</b>	Inquérito Demográfico e Sanitário	<b>PEDN</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde
<b>ESC</b>	Ensino secundário suplementar	<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	<b>POPEN</b>	Plano Operacional de Escala Nacional
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional	<b>PPTD</b>	Programa de Trabalho Decente do País
<b>GAR</b>	Gestão Baseada em Resultados	<b>PTF</b>	Parceiros de desenvolvimento técnico e financeiro
<b>UNDG</b>	Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas	<b>PLHIV</b>	Pessoas que vivem com VIH
<b>EWG</b>	Grupo de Trabalho de Monitorização e Avaliação	<b>RGB</b>	República da Guiné-Bissau
<b>HACTO</b>	Abordagem Harmonizada para a Transferência de Dinheiro	<b>RGPH</b>	Censo Geral da População e de Habitação
<b>OHCHR</b>	Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos	<b>TMN</b>	Taxa de mortalidade neonatal
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro	<b>SNIS</b>	Sistema Nacional de Informação Sanitária
<b>HDI</b>	Índice de Desenvolvimento Humano	<b>SPG</b>	Grupo de Política e Estratégia
<b>IMIS</b>	Sistema Integrado de Informação de Gestão	<b>SNU</b>	Sistema das Nações Unidas
<b>NHRI</b>	Instituições nacionais de direitos humanos	<b>TB</b>	Tuberculose
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística	<b>UEMOA</b>	União Económica e Monetária da África Ocidental
<b>STI</b>	Infeções Sexualmente Transmissíveis	<b>UNDAF</b>	Quadro de ajuda das Nações Unidas ao Desenvolvimento
<b>LGBTQIA+</b>	lésbica, gay, bissexual, transgénero, bicha, intersexo e assexual	<b>UNECA</b>	Comissão Económica das Nações Unidas para África
<b>ODD</b>	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	<b>UEMO</b>	Encomendas de mensagens electrónicas não solicitadas
<b>ODM</b>	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	<b>UNDESA</b>	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
<b>OMG</b>	Grupo de Gestão de Operações	<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde	<b>UNFPA</b>	Fundo das Nações Unidas para a População



<b>ONG</b>	Organização não-governamental	<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>MGF</b>	Mutilação Genital Feminina	<b>UNIOGBIS</b>	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné Bissau
<b>MICS</b>	Inquérito de Indicadores Múltiplos Cluster	<b>VIH</b>	Vírus da imunodeficiência humana

## 1. Declaração

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 é um pacto visionário para o progresso humano construído em torno da abordagem de "não deixar ninguém para trás" no caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável: "Não deixar ninguém para trás" na viagem em direcção ao desenvolvimento inclusivo e sustentável. Ancorada num espírito de solidariedade, esta Agenda, que a República da Guiné-Bissau subscreve inteiramente, tem como principal objectivo colocar o ser humano no centro do desenvolvimento, de uma forma inclusiva, sinérgica, transformadora e sustentável. Esta Agenda é também um apelo à acção para implementar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam erradicar a pobreza e a desigualdade, assegurar a educação e a boa saúde dos indivíduos e do planeta para as gerações actuais e futuras, bem como promover sociedades pacíficas e inclusivas, permitindo assim que todos possam viver com dignidade, paz e segurança.

As normas de direitos humanos e a Agenda 2030 em conjunto fornecem orientações substanciais para uma resposta imediata a crises e a implementação de estratégias de recuperação a longo prazo para sociedades equitativas, resilientes e inclusivas. O Governo da Guiné-Bissau reitera aqui os compromissos que assumiu ao ratificar os principais tratados de direitos humanos, e está a trabalhar para preparar algumas avaliações dos progressos na sua implementação. O nosso país está também empenhado em implementar as recomendações de vários mecanismos, incluindo a criação de um observatório nacional independente dos direitos humanos.

Nesta primeira Revisão Nacional Voluntária (VNR), o nosso país considera as prioridades da paz, boa governação, promoção da biodiversidade, capital natural, infra-estruturas, desenvolvimento humano e crescimento económico, como a concretização do tema principal do Fórum Político de Alto Nível (2022): "Construir melhor após a pandemia da COVID-19, avançando ao mesmo tempo com a plena implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030". Neste contexto, a Guiné-Bissau gostaria de

a oportunidade deste Fórum para reafirmar o seu empenho na implementação da Agenda 2030, e para discutir com a comunidade internacional a sua experiência, sucessos, mas também os desafios que enfrenta, com a esperança de alcançar a maioria dos ODS, até 2030.

O ano de 2015 assistiu à adopção da Agenda de Acção de Adis Abeba, para o financiamento do desenvolvimento e do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. O nosso país tem estado activamente empenhado na implementação destes acordos, através de uma cooperação sinérgica para combater as desigualdades, assegurando ao mesmo tempo que nenhum Bissau-Guineense seja deixado para trás. Para reforçar o planeamento e o financiamento para a realização dos ODS, implementaremos um Quadro de Financiamento Nacional Integrado que mobilizará todos os recursos financeiros públicos e privados, nacionais e internacionais para implementar as prioridades nacionais de desenvolvimento.

Neste quadro, o Governo, juntamente com os seus parceiros, colocou a prossecução do crescimento económico e a luta contra a pobreza e a desigualdade no centro da sua Visão e dos seus planos de desenvolvimento a longo prazo. Contudo, os progressos no sentido de alcançar os ODS devem ser vistos no contexto das vulnerabilidades e constrangimentos globais que o mundo enfrenta, bem como os constrangimentos para enfrentar os desafios específicos do desenvolvimento do país. Além disso, o nosso país está empenhado em trabalhar para a realização da Agenda 2063 da União Africana através das prioridades estabelecidas na estratégia nacional a longo prazo, que visa colocar-nos numa posição de liderança:

"A caminho de se tornar uma sociedade próspera e inclusiva que promove padrões de vida mais elevados para todos, baseada no desenvolvimento sustentável da biodiversidade terrestre e marinha excepcional" até 2025.

Sendo um país costeiro e insular com uma economia dependente dos recursos naturais, o nosso país tem uma visão ambiciosa para assegurar a resiliência climática que permitiria à sociedade, o

O facto de dedicarmos 26,3% do nosso território a uma área protegida reflecte o nosso forte empenho neste desafio global e na realização de mudanças transformadoras e qualitativas na vida das pessoas e do planeta.

Nos últimos anos, apesar das condições económicas adversas, o governo tem feito esforços significativos para a construção da paz, democratização e reformas institucionais. Apoiando-se em várias parcerias, em particular com as Nações Unidas, o nosso país posicionou-se firmemente para tirar partido do processo de transição a fim de lançar as bases para um relançamento da economia e uma melhor reconstrução, para o bem-estar da população. Contudo, o nosso país pagou um pesado preço humanitário devido à pandemia da COVID-19, e à crise económica que exacerbou as lacunas e desigualdades sociais e de género pré-existentes e novas.

Assim, a necessidade de "reconstruir melhor" após a pandemia constituiu um estímulo para o governo lançar a "Estratégia de Desenvolvimento, Emprego e Promoção Industrial 2020-2024". Esta estratégia é uma expressão nacional da transformação da crise provocada pela pandemia em

A pandemia também afectou o estado do sistema de saúde, que enfrenta desafios persistentes relacionados com o baixo investimento público, infra-estruturas deficientes e uma fraca qualidade da mão-de-obra no sector da saúde. A pandemia também afectou o estado do sistema de saúde, que enfrenta desafios persistentes relacionados com o baixo investimento público, infra-estruturas deficientes e qualidade inadequada da mão-de-obra no sector da saúde. Além disso, apesar dos progressos na redução da percentagem de pessoas subnutridas, o número absoluto de pessoas subnutridas continua a ser elevado, também devido ao impacto da guerra na Ucrânia.

O governo planeia investir maciçamente na diversificação económica, saúde, educação e infra-estruturas para libertar as energias criativas e empreendedoras dos guineenses de Bissau, a fim de ter sucesso na erradicação da pobreza. Também exigirá um esforço concertado e parcerias eficazes e eficientes com todos os intervenientes envolvidos no espaço da política de construção da paz e desenvolvimento, tais como o governo, o sector privado, a sociedade civil, a academia, os meios de comunicação social e os Parceiros Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento (TFPs).

Finalmente, quisemos também incluir um relato das contribuições da sociedade civil para a análise dos ODS e do seu papel em torná-los realidade até 2030.

Sua Excelência, **Sr. SOARES SAMBÚ**

Vice-Primeiro Ministro

  
Son Excellence, Mr. Soares Sambú  
Vice-Premier Ministre



## 2. Destaques :

A Guiné-Bissau tem um **enorme potencial em termos de capital natural, humano e cultural** para o seu desenvolvimento sustentável. Contudo, o **financiamento do desenvolvimento continua a ser um grande desafio** que requer a mobilização de fundos de várias fontes, especialmente porque o mundo enfrenta crises financeiras, devido, entre outros, à pandemia da COVID-19 e à guerra na Ucrânia, que influenciaram e redireccionaram o fluxo de fundos globais. A nível nacional, são mobilizados fundos de várias fontes, tais como receitas públicas, investimentos domésticos privados e fundos atribuídos por agências bi e multilaterais. Enquanto medidas ambiciosas de mitigação estão a ser implementadas, assegurando o cumprimento das obrigações internacionais, **o governo está interessado em estabelecer parcerias com a comunidade internacional** para ajudar a construir a resiliência do país às alterações climáticas. Apesar dos desafios, o **planeamento sustentável continua a ser a solução para** todas as vulnerabilidades estruturais, por mais graves que sejam. No entanto, o governo está optimista e continua empenhado em prosseguir o caminho do desenvolvimento, assegurando que nenhum Bissau-Guineense seja deixado para trás.

### 2.1. Alinhamento das políticas nacionais com os ODS :

A Guiné-Bissau está **plenamente empenhada nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** através da sua **Estratégia Nacional a longo prazo**, que visa colocar o país no caminho para uma sociedade próspera e inclusiva, com o desenvolvimento humano no seu centro, a fim de promover melhores condições de vida para todos até 2025. Os objectivos desta Estratégia baseiam-se na excepcional biodiversidade terrestre e marinha do país. Do mesmo modo, o **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2020-2023)** prevê investimentos substanciais na saúde, educação, sectores produtivos e infra-estruturas, que constituem as alavancas para o desenvolvimento. Neste contexto, **o governo está a trabalhar para alinhar o PDN com a Agenda 2030 e a Agenda 2063 da União Africana.**

### 2.2. Sucessos :

Com uma economia dependente dos recursos naturais e do financiamento externo, especialmente da ajuda pública ao desenvolvimento, o país adoptou com sucesso **uma abordagem multi-sectorial à mitigação e adaptação às alterações climáticas**, baseada na sua ambiciosa visão de resistência às alterações climáticas. Colocando as pessoas no centro destas medidas, e reconhecendo as sinergias entre os ODS, a estratégia nacional também se centra nos grupos mais vulneráveis. Além disso, mais de 26,3% do seu território foi classificado como áreas protegidas, em conformidade com os requisitos dos Objectivos Internacionais de Biodiversidade de Aichi. Com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, o país está fortemente posicionado para consolidar as realizações e lançar as bases para a recuperação económica e uma melhor reconstrução, após a COVID-19.

### 2.3. Desafios :

Embora rica em recursos naturais, biodiversidade e com grande potencial agrícola, a Guiné-Bissau, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), apresenta vulnerabilidades cíclicas e estruturais e desafios que dificultam os esforços para alcançar a Agenda 2030. O país enfrenta **desafios de desenvolvimento multidimensionais e inter-relacionados que** exigem uma abordagem integrada, bem como um aumento do investimento e das despesas sociais, nomeadamente através da mobilização de recursos financeiros domésticos sustentáveis. Além disso, existem sectores com grande potencial de desenvolvimento, tais como a pesca e a silvicultura, o turismo, a mineração, e o cultivo do arroz e do caju. Este último é considerado o motor do crescimento

É um sector económico importante, empregando cerca de 80% da população e representando mais de 90% das exportações.<sup>1</sup>

Em 2015, a Guiné-Bissau **adoptou a Agenda de Acção de Adis Abeba para o Financiamento do Desenvolvimento e o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas**, ambos reflectindo as actuais prioridades do país de enfrentar o desafio de financiar as suas iniciativas nacionais de desenvolvimento e de mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas. Contudo, há que reconhecer que a GBR tem **elevados níveis de pobreza**, com dois em cada três cidadãos a sofrer de pobreza multidimensional, e aproximadamente 70% da população,<sup>2</sup> metade dos quais são mulheres, vivendo abaixo do limiar da pobreza. A actual crise sanitária gerada pela COVID-19 afectou fortemente a economia, exacerbando as desigualdades económicas e sociais existentes. Nas zonas rurais, a maioria dos cidadãos tem fraco acesso aos serviços básicos (água potável, saúde, educação). **O sector da saúde enfrenta grandes desafios como a baixa despesa pública, a falta de recursos humanos qualificados e a falta de infra-estruturas, uma vez que apenas 6,9% das receitas públicas são afectadas à saúde, enquanto o governo aspira a alcançar a meta de 15% estabelecida na Declaração de Abuja.**

Além disso, **a qualidade da educação continua a ser uma preocupação** e está a ser substancialmente desenvolvida. As infra-estruturas de qualidade, incluindo as infra-estruturas regionais, são também um desafio particularmente importante para o bem-estar dos bissau-guineenses e um catalisador para o desenvolvimento social e a diversificação económica.

Um aspecto importante da riqueza do GBR reside nos seus **recursos naturais e biodiversidade**, graças a um grande arquipélago de 88 ilhas e ilhotas, com diversos ecossistemas terrestres e marinhos, e uma linha costeira de 350 km com um território marítimo que cobre 105.000 km<sup>2</sup>. No entanto, a subida do nível do mar começou recentemente a afectar a região costeira, ameaçando 70% da população que vive ao longo da costa. Como o país é um dos mais vulneráveis às alterações climáticas do mundo, a resiliência climática está no topo da agenda nacional.

**A avaliação do progresso para os ODM** tem sido limitada pela falta de dados, pela sua qualidade e pela ausência de um quadro institucional apropriado para o seu acompanhamento,<sup>3</sup> bem como pela necessidade de desagregar os dados. Assim, por exemplo, a partir de Dezembro de 2020, apenas 27,9% dos indicadores necessários para monitorizar os ODS numa perspectiva de género estavam disponíveis. Para assegurar a realização dos objectivos até 2030, é necessário desenvolver e melhorar a estratégia nacional para o desenvolvimento de estatísticas, bem como a captura e utilização de dados de novas formas, incluindo dados geoespaciais, grandes dados, e dados gerados pelos cidadãos.

#### 2.4. Pontos fortes :

O RGB é **um país jovem, com 35% da sua população entre os 15 e 35 anos de idade**,<sup>4</sup> o que oferece grandes oportunidades de desenvolvimento social e económico. O país é **rico em habitats naturais, recursos e uma composição étnica e religiosa diversificada do seu tecido social**. O património cultural e os conhecimentos tradicionais são ricos e diversificados, representando bases importantes para o desenvolvimento humano. A resiliência e a coesão social são trunfos importantes a serem desenvolvidos. **Em conclusão, estão a ser feitos progressos significativos na consolidação da paz, na democratização e nas reformas institucionais**. O governo tem procurado activamente seguir um caminho sólido em direcção à prosperidade económica, justiça social e protecção ambiental. O RGB gostaria de utilizar este Fórum Político de Alto Nível para chegar a todos os parceiros a fim de apoiar este esforço nacional.

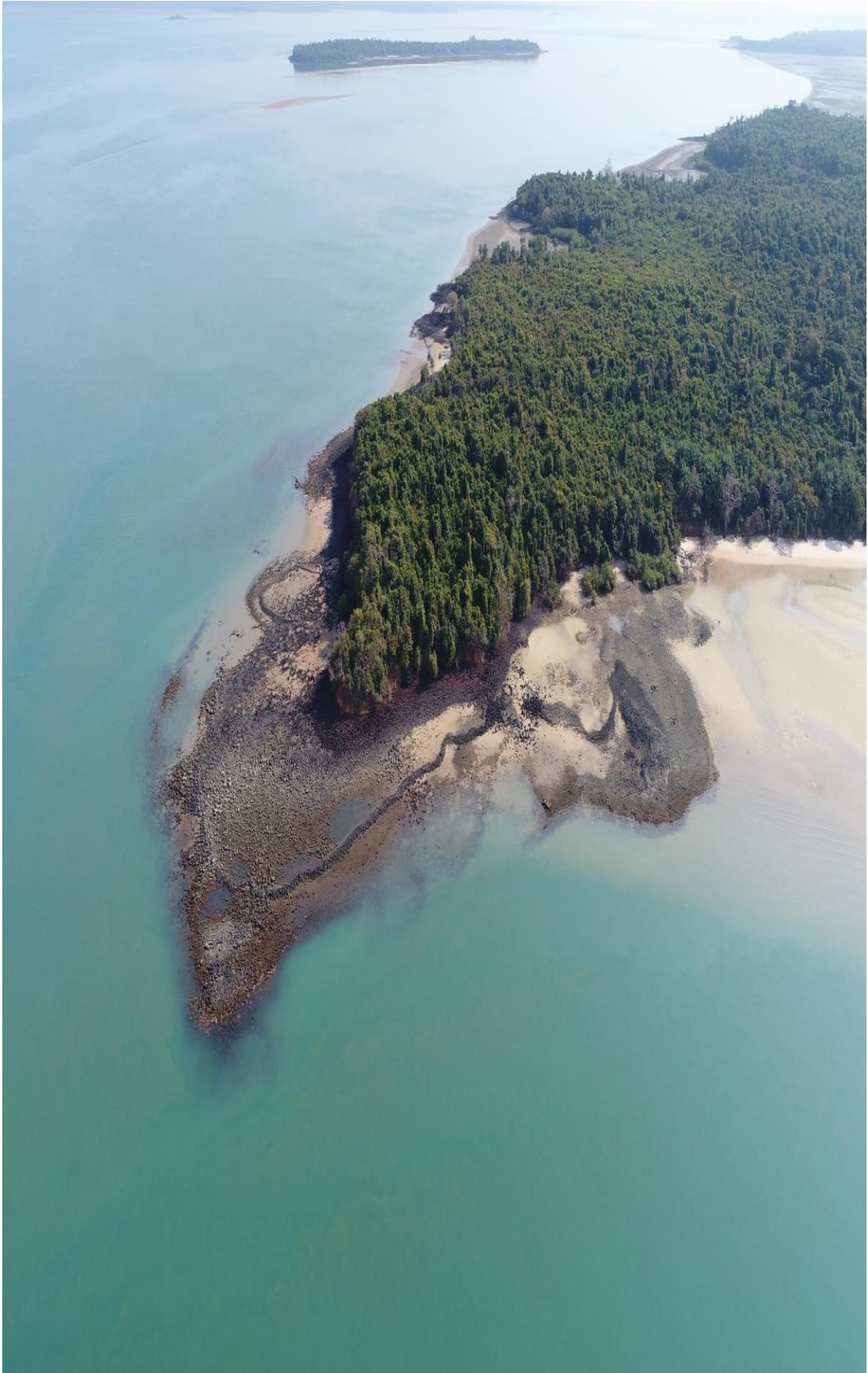
---

<sup>1</sup> BCEAO, Balança de Pagamentos 2020.

<sup>2</sup> Inquérito Regional Integral sobre Emprego e o Sector Informal, INE, 2017-2018.

<sup>3</sup> Uma avaliação mais abrangente do programa para 2030 pode ser encontrada na Análise Comum de Países (UNCT 2020).

<sup>4</sup> Retomar os indicadores finais do Género, INE, 2020.





### 3. Introdução :

Em Setembro de 2015, 193 países adoptaram a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 que define os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os seus 169 objectivos que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a paz e a prosperidade. A República da Guiné-Bissau (RGB) está empenhada em alcançar estes objectivos bem como os princípios da Agenda 2030 de: "não deixar ninguém para trás", promover, proteger e respeitar os direitos humanos, assegurar a igualdade de género, e resiliência e responsabilidade. Para atingir estes objectivos, o RGB, com o apoio de Parceiros Técnicos e Financeiros (PFT), nomeadamente o PNUD, adoptou uma Visão até 2025 e desenvolveu um Plano Nacional de Desenvolvimento (2015-2025) como um instrumento para a sua implementação.

O processo de preparação desta Revisão Nacional Voluntária (VNR) previu o envolvimento de todos os actores governamentais, da sociedade civil, do sector privado e dos PFT. O seu principal objectivo é apresentar os progressos alcançados, as lacunas e obstáculos encontrados, bem como as acções previstas para uma implementação acelerada dos ODS nos próximos anos. Os objectivos específicos são os seguintes

- ✚ Dar uma melhor apreciação dos esforços feitos pelo Governo e pelos parceiros de desenvolvimento na implementação dos ODS;
- ✚ Destacar os constrangimentos, desafios e obstáculos encontrados ao medir o progresso em relação aos objectivos, metas e indicadores, na medida do possível.

Desde a adopção da **Estratégia Nacional a Longo Prazo**, o crescimento económico foi em média de 4% de 2010 a 2018 e de 4,5% em 2019, 1,5% em 2020 e 3,8% em 2021.<sup>5</sup>

No entanto, o consenso em torno da agenda de desenvolvimento transformadora tem frequentemente

<sup>5</sup> FMI, Perspectivas Regionais Sub-Saharianas, Abril de 2022.

<sup>6</sup> PNUD. 2020. Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Disponível em

foi enfraquecido por mais de seis mudanças de governo. Devido à instabilidade institucional recorrente, o **PIB per capita atingiu em média 1,6% nas últimas duas décadas**, o que está muito abaixo do seu potencial. De facto, a realização dos ODM através da implementação da estratégia de desenvolvimento nacional exigirá a mobilização de **recursos significativos** para realizar os **investimentos e reformas empreendidos**, e a exploração de fontes de financiamento público e privado, tanto a nível nacional como internacional. Além disso, o Governo está consciente de que a execução de projectos de desenvolvimento continua a ser prejudicada por **disfunções organizacionais e fraquezas institucionais** a vários níveis.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2020 do PNUD classificou o RGB para o **Índice de Desenvolvimento Humano global (IDH), 175º de 189 países, (2020),<sup>6</sup> e 174º de 195 países no último índice do SDG.** A classificação dos estados membros da UEMOA no relatório do IDH do PNUD de 2019 indica que todos pertencem à categoria "País de Baixo Desenvolvimento Humano". Benim (0,520) lidera a União, seguido respectivamente pela Costa do Marfim (0,516), Senegal (0,514), Togo (0,513), Guiné-Bissau (0,461), Burkina Faso (0,434), Mali (0,426) e Níger (0,377). A média para a zona UEMOA é de 0,470, enquanto que a média para a África Subsaariana é de 0,541.

Segundo o 'Índice de Fragilidade 2021 Estados',<sup>7</sup> publicado pelo The Fund for Peace,<sup>8</sup> o RGB é considerado o 27º país mais frágil do mundo entre 178 países, onde as restrições governamentais e o fornecimento de bens e serviços aos cidadãos se enquadram nos critérios de 'ineficácia' definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para

<sup>7</sup> Fragility States Index 2021, The Fund for Peace, <https://fragilestatesindex.org/country-data/>

<sup>8</sup> Messner JJ. Índice dos Estados Frágeis 2015. Washington: O Fundo para a Paz; 2015.

caracterização do estado frágil.<sup>9</sup> De facto, uma história de fragilidade política e institucional, bem como mudanças frequentes de governo, atrasaram ou atrasaram a implementação de reformas, estratégias e políticas durante muitos anos.

A situação orçamental do RGB continua difícil devido à baixa mobilização de receitas internas. De facto, o défice orçamental deteriorou-se de 1,7% do PIB em 2017 para 10% do PIB em 2020, 5,9% em 2021, e uma estimativa de 4,1% em 2022,<sup>10</sup> devido à fraca cobrança de receitas fiscais e ao aumento das despesas de capital, dificuldades exacerbadas pela crise pandémica da COVID-19.<sup>11</sup>

Além disso, existem lacunas significativas identificadas na inclusão financeira, particularmente nos sectores bancário e das microfinanças. O sector bancário está altamente consolidado com cinco instituições bancárias a operar no país, devido à pequena população e economia, bem como ao baixo nível de governação e transparência, o que dificulta o estabelecimento de bancos estrangeiros.<sup>12</sup>

O RGB comprometeu-se a prosseguir a Agenda 2030 e a Agenda de Acção de Adis Abeba para o Financiamento do Desenvolvimento, bem como a alinhar o seu Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) com os ODS, o que reflecte a vontade política de adaptar o plano estratégico para ter em conta os 17 ODS.<sup>13</sup> De facto, o Plano Estratégico e Operacional (2015-2020) está dividido em (06) eixos, (23) áreas de acção, (53) programas e (115) projectos que representam a base para a transformação do país, para um

custo total de 1,305 mil milhões de francos CFA.

O Programa de Acção de Istambul (IPA) apresentou vários princípios para o processo de desenvolvimento dos PMA, incluindo uma abordagem integrada ao desenvolvimento; parceria genuína e solidariedade; orientação para os resultados; uma abordagem integrada à paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos; equidade a todos os níveis; e participação e representação efectiva dos PMA.<sup>14</sup> Estes princípios têm-se reflectido nas políticas e planos de desenvolvimento do RGB, apesar das difíceis condições políticas e do fosso entre os planos nacionais e o quadro jurídico relevante para a sua implementação.<sup>15</sup>

O GBR enfrenta sérios desafios de desenvolvimento, exigindo uma abordagem abrangente para enfrentar a complexidade dos desafios a nível nacional, ao mesmo tempo que satisfaz as necessidades económicas e sociais da população. Como todas as estratégias, as estratégias de adaptação às alterações climáticas, particularmente no sector da gestão dos recursos hídricos, precisam de abraçar os princípios da igualdade de género e do empoderamento das mulheres a fim de enfrentar as alterações climáticas. Dado que as mulheres estão na vanguarda da distribuição de água para uso doméstico e facilitando a sua gestão sustentável e integrada,<sup>16</sup> na implementação de projectos de desenvolvimento.

Por exemplo, embora o país tenha feito progressos no ODM 3 (Saúde de Qualidade), devido à redução das taxas de mortalidade de menores de cinco anos e à redução da incidência da malária, a falta de dados estatísticos fiáveis dificulta a monitorização dos progressos noutros indicadores e

<sup>9</sup> Nova marca W, Waldman R, Shepherd-Banigan M. Reconstrução e reforço dos sistemas de saúde e prestação de serviços básicos de saúde em Estados frágeis. Catástrofes. 2011.

<sup>10</sup> FMI, Perspectivas Económicas Regionais Sub-Saharianas, Abril 2022

<sup>11</sup> Bandiaky, J. 2022. Mapeamento e Análise de Vulnerabilidade para melhor identificar a esquerda para trás na Guiné Bissau.

<sup>12</sup> Lorenzato, Gianni. 2022. Inclusão financeira na Guiné Bissau. Fevereiro de 2022.

<sup>13</sup> Nações Unidas. 2016. Guiné-Bissau - S.E. o Sr. JOSÉ MÁRIO VAZ, Presidente A 71ª sessão da AGNU, Nova Iorque, 21 de Setembro de 2016. Disponível em: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org/africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org/africarenewal/files/71_GW_en.pdf)

<sup>14</sup> Nações Unidas. 2021. Projecto de Programa de Acção de Doha para os Países Menos Desenvolvidos. Documento A/CONF.219/2021/IPC/CRP.2. Disponível em: [https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org/ldc5/files/pdf/a-conf-219-2021-ipc-crp2-dpoa\\_rev4\\_20\\_dec.pdf](https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org/ldc5/files/pdf/a-conf-219-2021-ipc-crp2-dpoa_rev4_20_dec.pdf)

<sup>15</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional para o Acordo Climático de Paris, Outubro de 2021.

<sup>16</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional para o Acordo Climático de Paris, Outubro de 2021.

é um constrangimento importante na formulação, monitorização e avaliação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Esta é uma limitação importante na formulação, monitorização e avaliação de políticas e estratégias de desenvolvimento, bem como no cumprimento da promessa de "não deixar ninguém para trás".

**A análise dos diferentes objectivos e indicadores dos ODS prioritários escolhidos para 2022, nomeadamente: (ODS 4, 5, 14, 15 e 17) mostra que**

Várias actividades alinhadas no PDN e cuja implementação contribui para a transformação para uma sociedade resiliente. No entanto, é de notar que a análise das diferentes metas dos ODS prioritários que são visados no PDN e de acordo com os dados disponíveis, após dois anos de implementação do PDN (2020-2023), não permite a conclusão de que as metas serão alcançadas até ao final de 2022. Daí a importância de nos concentrarmos em formas de acelerar a implementação dos ODS nos próximos oito anos.



## 4. Contexto de Implementação da Agenda 2030

### 3.1 Situação geográfica e demográfica :

Localizada no oeste do continente africano e compreendendo uma faixa continental e o Arquipélago de Bijagós, a República da Guiné-Bissau (RGB) é uma antiga colónia portuguesa que se tornou independente em 24 de Setembro de 1973, após 11 anos de luta armada. O RGB é um Pequeno Estado em Desenvolvimento Insular (PEID), com uma população de cerca de 1,9 milhões de habitantes, e um tamanho de 36125 km<sup>2</sup>, com uma linha costeira de mais de 350 kms. É um dos países menos populosos e mais pequenos de África. Faz fronteira a norte com o Senegal e a sul e a leste com a Guiné. O Bijagós, um grande arquipélago no oeste do país, é constituído por 88 ilhas e ilhotas. Este país da África Ocidental é dotado de recursos naturais incluindo florestas, pescas, minerais, água e terra arável, bem como de uma rica diversidade biológica. A floresta cobre quase dois milhões de hectares e 71% do território nacional. O ponto mais alto do país é de 300 metros, enquanto as planícies costeiras baixas estão mergulhadas em mangais. A GBR é membro da União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), bem como da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O povo do RGB tem também um rico património cultural, e é etnicamente diversificado, com falantes Fulani e Mandingo concentrados no norte e no leste, os *Balanta* e *Papel*, que vivem nas regiões costeiras do sul, e os *Manjaco* e *Mancanha*, ocupando as zonas costeiras do centro e do norte. Mais de 1% da população é de origem mista portuguesa e africana, incluindo uma minoria cabo-verdiana. A vida quotidiana permanece relativamente pacífica e as pessoas cooperam e casam frequentemente entre diferentes etnias. Apenas 14% da população fala português, enquanto quase metade da população (44%) fala crioulo,

baseadas no português, e as restantes falam uma variedade de línguas nativas africanas. As principais religiões são as tradicionais religiões animistas africanas e o Islão, com uma minoria cristã.

A estrutura populacional é dinâmica e oferece potencial para a transição. A população é principalmente jovem, com uma taxa de crescimento anual de 2,4% e uma taxa de fertilidade de 4,3 nascimentos por mulher. As mulheres representam 51,6% da população.<sup>17</sup> Prevê-se que a população quadruple e que a população em idade activa duplique até 2040. A esperança de vida à nascença é de 58 anos, ligeiramente abaixo da média africana de 61 anos. As zonas urbanas albergam 43% da população, com a maioria (43, 1082) a viver em Bissau, (39, 793) em Gabu, (36, 766) em Bafatá e (17, 364) em Canchungo. Enquanto a maioria da população ainda vive em zonas rurais, a taxa de crescimento nas zonas urbanas mais do que duplicou.

O RGB compreende oito regiões administrativas, povoadas por diferentes grupos etno-linguísticos. Bissau, a capital, é um sector autónomo. As regiões estão divididas num total de 38 sectores que estão subdivididos em pequenos grupos chamados secções que estão subdivididos em lugares povoados, tais como cidades ou aldeias. As regiões administrativas incluem Bafatá, Gabu no Leste, Biombo, Cacheu e Oio no Norte, e Bolama-Bijagos, Quinara e Tombali no Sul. As instituições administrativas e os serviços governamentais estão centralizados em Bissau e outras grandes cidades. As infra-estruturas básicas, incluindo estradas, electricidade, escolas, universidades e centros de saúde estão concentradas em Bissau e outros centros urbanos. As condições habitacionais nas áreas urbanas são também pobres, com um grande número de povoados informais, sem acesso básico à água e a instalações sanitárias adequadas.

<sup>17</sup> INE, Recenseamento Geral de população e habitantes, 2009

### 3.2 Situação política :

A Guiné-Bissau é uma república unitária governada pela Constituição de 1996, que defende a instituição da democracia liberal. O governo segue um sistema político democrático, multipartidário e semi-presidencial. O Presidente é eleito para um mandato de cinco anos e só pode ser reeleito uma vez. A Assembleia Nacional Popular (NPA) é eleita por 4 anos e existe uma separação formal de poderes. Desde o conflito político-militar de 1998, nenhum governo conseguiu completar o seu mandato, devido à instabilidade política e institucional cíclica. Isto reflectiu-se no Índice Ibrahim de Governança Africana de 2018, no qual o RGB está classificado em 42º de 54 países africanos. Isto não tem sido propício ao crescimento económico nem a políticas sociais coerentes, levando à dependência da ajuda da comunidade internacional nos sectores da economia, saúde e educação.<sup>18</sup>



Desde a independência, o país tem experimentado situações de instabilidade política e institucional, materializadas por golpes repetidos, tentativas de golpes e conflitos armados. O ciclo de instabilidade que se seguiu ao golpe militar de 12 de Abril de 2012 terminou em 2014 com a realização de eleições legislativas e presidenciais. Uma melhoria

do quadro político e institucional do país, e a realização da **Mesa-Redonda de Bruxelas em 2015** prometeu transformar o país. No entanto, o que parecia ser um ponto de viragem não se concretizou e a queda do primeiro governo da 9ª legislatura em 12 de Agosto de 2015 desencadeou um novo ciclo de crises políticas, agravando a instabilidade política e levando a um prolongado impasse das instituições públicas durante a actual legislatura.

Com o apoio dos parceiros do país, foram assinados o roteiro de seis pontos intitulado **"Acordo sobre a Resolução da Crise Política na Guiné-Bissau"** e o **Acordo de Conacri sobre a Implementação do Roteiro**, permitindo a formação de um governo consensual. Isto criou as condições necessárias para as eleições legislativas de 10 de Março de 2019 e para as eleições presidenciais de 24 de Novembro de 2019. Pela primeira vez na história da democracia, uma legislatura e um presidente eleito chegaram ao fim do seu mandato. O Conselho de Ministros é presidido pelo Primeiro-Ministro,<sup>19</sup> no entanto, o Presidente da República pode presidir ao Conselho sempre que o considere apropriado.

A restauração da ordem constitucional estabilizou as frágeis instituições democráticas nacionais. A elevada afluência às urnas nas eleições confirmou o forte apoio da população a um governo democraticamente eleito. Em 2020, o NPA adoptou o Plano Nacional de Desenvolvimento do novo governo (NDP, 2020-2023), em conformidade com a Constituição, (Art 85/g) que marca uma mudança importante, uma vez que é o 2º documento de planeamento estratégico plurianual, multi-sectorial e a médio prazo desde a independência aprovado pelo NPA.

A Constituição de 1996 estabeleceu os fundamentos da democracia, nomeadamente a consagração do povo como detentor da soberania, o Estado de direito, a separação de poderes e o direito de voto.

<sup>18</sup> Relatório nacional apresentado em conformidade com o parágrafo 5 do anexo à resolução 16/21 do Conselho dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau. Grupo de Trabalho do Conselho dos Direitos Humanos sobre a Revisão Periódica Universal 35ª sessão 20-31 de Janeiro de 2020.

<sup>19</sup> Os principais partidos políticos são o Partido Africano

para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC; 47 lugares);

Partido da Renovação Social (PRS; 21 lugares);  
Movimento para a Alternância Democrática-  
Grupo 15 (MADEMG15; 27 lugares); Assembleia  
do Povo UnidoPartido Democrático da  
GuinéBissau (APUPDGB; cinco lugares); Partido da  
Nova Democracia (PND; um lugar); União para a  
Mudança (UM, um lugar)

Aprovou as disposições dos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos a que o país aderiu. Aprovou as disposições dos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos a que o país aderiu.

De facto, o RGB ratificou 14 instrumentos internacionais e os seus protocolos opcionais, dos (19) principais instrumentos de direitos humanos da ONU.<sup>20</sup> O RGB ratificou, por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Em geral, o Governo tem feito grandes esforços para integrar os instrumentos ratificados e para os ter em conta nas políticas públicas. Além disso, tem participado regularmente na Revisão Periódica Universal (UPR) do Conselho dos Direitos Humanos, tendo recebido e assumido o compromisso de implementar várias recomendações relacionadas com os direitos humanos e os ODS. Contudo, a harmonização com a legislação nacional continua a ser um esforço estratégico importante para o Parlamento empreender, tal como a apresentação regular de relatórios aos órgãos do tratado. Além disso, apesar da consagração dos direitos civis e políticos fundamentais na Constituição, a governação política continua a ser um desafio importante que foi abordado pelo Governo no Plano Estratégico e Operacional 2015-2020.

O início da democratização foi acompanhado pelo nascimento e proliferação de várias formações associativas, políticas, sindicais e sócio-profissionais, formando as componentes da sociedade civil. Este movimento foi favorecido pela emenda da Constituição garantindo o pluralismo político, a liberdade de expressão, o direito de associação e a liberdade de imprensa. Neste contexto de fragilidade do Estado, a sociedade civil, especialmente as organizações não governamentais (ONG) em geral e as organizações de mulheres em particular, bem como as organizações religiosas, desempenharam um papel decisivo no processo de consolidação da paz e da democracia e passaram a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento, juntamente com as organizações internacionais. Além disso, existem entidades formais e informais envolvidas na gestão de serviços tais como comités de água e saneamento, associações de pais e mestres e tutores.

Um sistema de governação democrática melhorado será também essencial para a reconstrução pós-política e institucional de crises. Sem instituições de governação fiáveis e eficazes, as sociedades "pacíficas, justas e inclusivas" prometidas pelo ODM 16 serão cada vez mais elusivas, inclusive devido às consequências da pandemia e da guerra na Ucrânia.<sup>21</sup>



<sup>20</sup> Favor consultar o quadro de ratificações no Anexo No 6.



<sup>21</sup> Framing the Chock: Implications of the Ukraine War on Guinea-Bissau', RCO macroeconomic quarterly Brief: No 1 April 2022.

### 3.3 Situação social

A ausência de uma função pública altamente empenhada no governo e a disfunção das instituições públicas e privadas, especialmente a nível local, prejudicaram a prestação de serviços públicos à população, especialmente na educação, saúde, água potável e saneamento. Além disso, mais de metade da população é "analfabeta", com grandes disparidades entre homens (62,4%) e mulheres (30,7%).

A despesa pública com a saúde é apenas 1,9% do PIB, o que é significativamente inferior a alguns dos seus pares estruturais.<sup>22</sup> Com 6,9% do PIB, a despesa total com a saúde (incluindo recursos dos doadores) na GB é comparável à dos seus pares, mas a composição das suas despesas é problemática. De facto, cerca de 90% do orçamento da saúde é gasto em custos de pessoal, e o país depende de pagamentos directos e de recursos externos.<sup>23</sup>

Dados provisórios do MICS6 2018-19 mostram que 16,1% das crianças menores de 5 anos estão moderada ou severamente abaixo do peso (peso para a idade, medido como desnutrição aguda e crónica) em 2019, em comparação com 17% em 2014. A situação é pior nas zonas rurais, com 17,8% em 2019, em comparação com 11,3% nas zonas urbanas. As regiões do Gabú, Oio e Bafatá são as mais afectadas, com 22,5%, 20,8% e 17,2% respectivamente. A taxa de mortalidade materna é estimada em 667 por 100.000 nados-vivos.<sup>24</sup> A taxa de mortalidade neonatal (NMR), 35 por 1.000 nados-vivos,<sup>25</sup> está fortemente associada a um fraco espaçamento entre as crianças, indicando falta de acesso aos serviços de saúde reprodutiva, bem como uma das mais altas taxas de mortalidade materna e a mais baixa esperança de vida no mundo.

A exclusão económica, social e regional, a discriminação e a desigualdade continuam a ser complexas e combinadas no RGB. Os 40% mais pobres da população partilham apenas 12,8% do rendimento do país, enquanto os 10% mais ricos partilham 42% do rendimento nacional. Mais de 67% da população sofre de privação múltipla e outros 19% são vulneráveis a desvantagens múltiplas para além do rendimento. As múltiplas populações desfavorecidas estão mais dispersas nas zonas rurais onde 70% da população é pobre e varia de região para região, sendo Oio e Gabu os mais numerosos, respectivamente. A incidência da pobreza multidimensional também varia consoante a idade e o sexo, sendo 61% das crianças menores de quatro anos identificadas como sofrendo de pobreza multidimensional.

As regiões do RGB com a maior prevalência de Mutilação Genital Feminina (MGF) entre as mulheres com idades compreendidas entre os 15-49 anos encontram-se no Leste: Gabú 95,8% e Bafatá 86,9%. Existe uma diferença significativa entre estas regiões e o resto do país, uma vez que o departamento com a segunda maior prevalência é Quinara, com 58,5%. Aqueles com menor prevalência são Biombo 7,8% e Boloma-Bijagós 9,3%. As mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos que vivem em zonas rurais são mais susceptíveis de sofrer MGF 58,2% do que as que vivem em zonas urbanas 42,7%.<sup>26</sup> 95% das mulheres muçulmanas com idades entre os 15-49 anos sofreram MGF, mas menos entre as mulheres de outras religiões: nenhuma afiliação religiosa 8%; cristãos e outras religiões (7%), católicos romanos 6% e animistas 5%.<sup>27</sup>

A Lei Federal sobre a Prevenção, Controlo e Punição da MGF foi promulgada em 2011.<sup>28</sup> Esta lei criminaliza todos aqueles que praticam, ajudam ou são cúmplices de qualquer forma de MGF. A não comunicação e as incidências de MGF transfronteiriça também são punidas. No entanto,

<sup>22</sup> De acordo com o Global Health Security Index, a GBR tem o segundo sistema de saúde mais frágil do mundo.

<sup>23</sup> Banco Mundial. Guiné-Bissau Public Expenditure Review, 2019.

<sup>24</sup> [21072\\_WHS\\_2021 \(who.int\)](https://www.who.int/data/diagnostics/21072_WHS_2021)

<sup>25</sup> [21072\\_WHS\\_2021 \(who.int\)](https://www.who.int/data/diagnostics/21072_WHS_2021)

<sup>26</sup> MICS, p.508

<sup>27</sup> UNICEF (2013) Guiné-Bissau: Perfil estatístico sobre Mutilação Genital Feminina / Corte, p.2.

Disponível em: [https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country\\_profiles/Guinea-](https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country_profiles/Guinea-)

[Bissau/FGMC\\_GNB.pdf](#)

<sup>28</sup> República da Guiné-Bissau (2012) Coletânea Fundamental de Direito Penal e Legislação Complementar, p.223. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-eegislacao/legislacao/legislacoes-pertinentes-da-africa/legislacao-guine-bissau>.

Há uma falta de informação sobre os casos levados a tribunal e o seu seguimento. Os esforços para erradicar a MGF continuam a enfrentar a oposição da criminalização da MGF. Embora a polícia e o poder judiciário tentem aplicá-la, continua a haver pressão por parte de alguns líderes políticos e religiosos que acreditam que uma rapariga não pode casar sem ser cortada. Apesar disso, uma Declaração foi assinada pelo Conselho Islâmico Supremo em 2012, reconhecendo que a prática não é exigida por nenhuma religião.<sup>29</sup>

Além disso, apesar de um declínio na prevalência do VIH/SIDA na Guiné-Bissau para 3,0 [2,7 - 3,4] em 2020,<sup>30</sup> a taxa de infecção pelo VIH/SIDA - particularmente entre as mulheres - malária e tuberculose, está entre as mais altas da região da CEDEAO.

#### 4.4. Situação económica :

O GBR é um país menos desenvolvido (PMD), com uma taxa de pobreza monetária de 58,2% em 2018 e um IDH de 0,461, de acordo com o relatório do PNUD de 2019. Note-se que a média para a zona UEMOA é de 0,470, enquanto a média para a África Subsaariana é de 0,541.

Tem havido poucos progressos sustentados no crescimento económico desde a independência. Os planos de desenvolvimento assumiram várias formas diferentes, mas nenhum foi capaz de gerar ganhos sustentáveis no rendimento per capita ou criar uma base produtiva viável ou fornecer aos bissau-guineenses um nicho nas cadeias de valor globais que poderiam gerar fluxos significativos de capital externo. Embora tenha havido alguns sucessos, os ganhos foram limitados a Bissau e outras cidades urbanas, bem como concentrados entre um pequeno número de produtores e comerciantes locais de caju.

Para além das vulnerabilidades estruturais devidas à estrutura da sua economia, existe uma forte correlação entre instabilidade política e baixos níveis de desenvolvimento económico e social, o que, combinado com quadros regulamentares e políticos incertos, tem limitado o investimento directo estrangeiro a menos de 21 milhões de USD por ano. O crescimento económico continua frágil, de base estreita, errático (flutuando amplamente entre um crescimento negativo do PIB de 1,7% em 2012 a 4,6% em 2019) e baseado num elevado grau de informalidade. Em 2019, a agricultura, pesca e silvicultura contribuíram com cerca de 53% do PIB, enquanto que a indústria, manufactura e serviços contribuíram com cerca de 13, 11 e 37%, respectivamente, do PIB. O crescimento económico é principalmente impulsionado pelo consumo e exportações de caju, que representam cerca de 80% do emprego (principalmente gestão de pequenos agricultores e trabalho diário sazonal), cerca de 90% das exportações e 13% das receitas governamentais. A pesca e a madeira representam 7% e 3% das exportações, respectivamente.

**A economia é dominada pela agricultura e pela produção e exportação de castanhas de caju em bruto (90%),<sup>31</sup>** que é também a principal fonte de rendimento para mais de dois terços dos agregados familiares e quase todas as pequenas explorações familiares. Esta dependência de um produto de exportação e de alguns parceiros comerciais (cerca de 80% são exportados para a Índia) representa uma vulnerabilidade estrutural particularmente importante.

Os projectos de desenvolvimento rural incluem elementos de adaptação centrados no género, tais como a diversificação da produção agrícola por mulheres agricultoras em pequena escala.<sup>32</sup> Além disso, as principais vulnerabilidades na agricultura e na gestão dos recursos hídricos são abordadas, e as necessidades de resiliência dos agricultores vulneráveis são abordadas, através de actividades agrícolas geradoras de rendimentos, com especial atenção para

<sup>29</sup> Sara Vera-Cruz Quintas (2013) Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação, Disponível em [http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas\\_MGF%20na%20na%20Guiné-Bissau\\_Para%20quando%20a%20sua%20erradicação.pdf](http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas_MGF%20na%20na%20Guiné-Bissau_Para%20quando%20a%20sua%20erradicação.pdf)

<sup>30</sup> Guiné-Bissau | UNAIDS.

<sup>31</sup> Guiné-Bissau, Emergency Food Security Project, Abril 2021, FAO.

<sup>32</sup> ADPP e Tiniguena (www.tiniguena.org).

para as mulheres, os idosos e as crianças.<sup>33</sup>

**A economia permanece não diversificada e centrada na exploração dos recursos naturais.** A qualidade do crescimento é muito baixa e não inclusiva, sendo a agricultura o principal motor, seguida dos serviços e da indústria.

**Embora a agricultura seja o sector que tem potencial para o desenvolvimento do país,** ainda lhe falta uma visão clara e coerente para o crescimento e desenvolvimento, bem como para o investimento. A dependência de uma agricultura de monocultura compromete a segurança alimentar e a soberania local. A castanha de caju funciona simultaneamente como uma cultura comercial e de subsistência, criando tensões entre a agricultura comercial e de subsistência, com implicações para a sustentabilidade. A introdução da castanha de caju como inovação pós-colonial continua a ter impacto na produção alimentar dos pequenos agricultores, como os cereais e o arroz. Embora fosse auto-suficiente na produção de arroz, o principal alimento estável, actualmente o país importa cerca de 50% das suas necessidades de arroz. O caju mal mecanizado deslocaliza a mão-de-obra da produção de cereais. Dadas as facilidades de crédito oferecidas pelos comerciantes, os pequenos agricultores comercializam castanhas de caju antes da colheita para o arroz importado, forçando-se a permanecer em baixa actividade produtiva, tornando-se assim vulneráveis à insegurança alimentar.

Os sectores de mão-de-obra intensiva como a **agricultura e os serviços, incluindo o turismo,** estão todos em profunda recessão. Esta situação expõe o país a um elevado risco de overhang da dívida externa e global,<sup>34</sup> para cumprir as suas obrigações soberanas. De facto, este risco constitui uma degradação da classificação moderada dada na última avaliação da sustentabilidade da dívida do FMI.<sup>35</sup> O risco global de angústia da dívida continua a ser elevado. Os indicadores da dívida deterioraram-se significativamente devido a uma combinação de factores: uma revisão em alta do stock da dívida no final de 2017, reflectindo uma melhor cobertura e dados; um aumento dos empréstimos em condições favoráveis concedidos por agências multilaterais para projectos de infra-estruturas; um aumento dos défices fiscais em 2018-19; uma maior dependência de empréstimos contraídos junto dos bancos regionais; e o impacto negativo da pandemia da COVID-19.

**As actividades industriais** estão virtualmente limitadas ao agro-processamento em pequena escala da castanha de caju. O valor acrescentado do fabrico em percentagem do PIB estagnou nos 10%, com a taxa de crescimento anual a cair de 9% em 2015 para 2,5% em 2019, confirmando a persistente trajectória de desenvolvimento do enclave do país. O capital natural representa mais de 47% da riqueza per capita, a proporção mais elevada na África Ocidental. De facto, a parte global das rendas em percentagem do PIB é, em média, de 16%, em comparação com 9% para a África Subsaariana. As receitas fiscais permanecem muito baixas, mesmo em tempos de forte crescimento económico e estabilidade política. Embora o rácio impostos/PIB tenha aumentado de 4,2% em 2002 para 10,3% em 2017, e para 9,5% em 2019, ainda está abaixo da média regional de 10%.

Existem duas câmaras de comércio e várias associações sectoriais que representam a maioria do sector privado formal: uma câmara da indústria, a associação nacional de importadores e exportadores que representa as empresas nacionais que contribuem para a maioria das receitas governamentais e contribuem para o PIB, a associação do turismo, a associação nacional de agricultores... para citar as mais relevantes. As MPME têm o potencial de ser uma força motriz por detrás dos esforços do país para ultrapassar a crise, sair da sua trajectória de crescimento socioeconómico baixo e volátil e seguir em frente. Para tal, é necessário criar um ambiente favorável ao sector privado através do desenvolvimento de estruturas

<sup>33</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional para o Acordo Climático de Paris, Outubro de 2021.

<sup>34</sup> FMI, Pedido de desembolso ao abrigo da análise de sustentabilidade da dívida, Janeiro de 2021 FMI, Guiné-Bissau: Segunda Revisão ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Pessoal - Relatório, 14 de



A falta de dados, porém, não ajuda a informar melhor as políticas e programas públicos para criar um ambiente empresarial mais propício. No entanto, a falta de dados não ajuda a informar melhor as políticas e programas públicos para criar um ambiente empresarial mais propício. De facto, um papel acrescido para o sector privado no turismo, indústrias extractivas (cimento), castanhas de caju, energia renovável e natural, exploração de recursos favoráveis à biodiversidade, bem como o desenvolvimento de infra-estruturas básicas nas regiões, poderia ter um impacto positivo na população e no Estado.

O desemprego entre as mulheres e os jovens, particularmente nas zonas urbanas, é uma grande preocupação e uma ameaça latente à estabilidade e à paz, uma vez que os jovens são aqueles que são desproporcionadamente afectados pela pobreza. Todos os investimentos futuros no desenvolvimento socioeconómico devem ser resistentes às alterações climáticas: avaliações independentes da fragilidade das alterações climáticas devem sustentar o processo de planeamento para construir resistência aos choques, apoiar a adaptação e mitigação, e assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

#### 4.5. Situação

O GBR, como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), permanece um dos países mais vulneráveis do mundo à variabilidade e mudança climática, cujo impacto não está uniformemente distribuído. Em 2020, os riscos climáticos perturbaram os meios de subsistência e exacerbaram a vulnerabilidade das famílias e a insegurança alimentar. Mulheres, jovens, crianças e populações rurais, especialmente as que vivem ao longo da costa, são particularmente vulneráveis a choques adversos relacionados com as alterações climáticas. Os assentamentos urbanos são vulneráveis porque os custos de recuperação de uma catástrofe induzida pelas alterações climáticas tenderão a ser mais elevados. Mesmo em comparação com outras cidades costeiras africanas, Bissau, por exemplo, é mais vulnerável, dada a sua capacidade limitada para atrair o investimento necessário em infra-estruturas. A desertificação e degradação do solo são factores ambientais fundamentais e têm sido exacerbados pelas alterações climáticas.

As alterações climáticas são reconhecidas como um risco emergente no RGB, que é um país costeiro que enfrenta elevados riscos de subida do nível do mar. Como resultado, o país colocou as alterações climáticas no topo da sua agenda, exigindo uma acção política urgente.<sup>36</sup> Desde a ratificação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) em 1995, e a entrada em vigor do Acordo de Paris sobre o novo regime climático em 2016, o governo tem estado empenhado em participar nos esforços globais para construir a sua resiliência e capacidade de adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas. Assim, o país posiciona-se nos novos mecanismos do mercado de carbono (Artigo 6) do Acordo de Paris sobre um novo regime climático, para facilitar os investimentos de mitigação e adaptação.<sup>37</sup>

A Actualização da Contribuição Nacional Determinada no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima publicada pelo governo é vista como parte de uma visão mais ampla do desenvolvimento resistente ao clima que integra as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A Contribuição Nacional de Determinação (CND) actualizada inclui um objectivo quantificado de mitigação da redução dos gases com efeito de estufa em 30% até 2030, em comparação com a linha de base de 2020. Isto é um aumento da ambição, uma vez que o primeiro CND não incluía um objectivo quantificado. Este ambicioso documento político cobre os aspectos de género, bem como os componentes de

<sup>36</sup> Nações Unidas. 2016. Guiné-Bissau - S.E. o Sr. José MÁRIO VAZ, Presidente A 71ª sessão da AGNU Nova Iorque, 21 de Setembro 2016: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71_GW_en.pdf)

<sup>37</sup> República da Guiné-Bissau, 2021. Actualização da contribuição determinada nacionalmente para o acordo climático de Paris. Outubro de 2021.

mitigação e adaptação às alterações climáticas. Além disso, está alinhado com os ODS 1, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 17, e com a Agenda 2063 da União Africana, bem como com as Modalidades de Acção Acelerada dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SAMOA Pathway).<sup>38</sup>

A maioria da população e da economia depende dos recursos naturais, particularmente da agricultura e da pesca, para a sua subsistência e rendimentos. Estes dois sectores, como em outros PEID, enfrentam ameaças imediatas das alterações climáticas, particularmente a subida do nível do mar e a desertificação. O aumento das inundações e da intrusão salina afectam as zonas costeiras do Sul, enquanto que a escassez de água e as secas afectam o Norte.

Os cenários projectam mudanças significativas no clima, com aumentos da temperatura média diária até +1,4°C para o período 2016-2045 com potencial para atingir até +2,2°C entre 2046 e 2075 sob o cenário de emissões mais baixas (CRP4,5). Espera-se que as mudanças previstas na temperatura e precipitação tenham um impacto substancial nos recursos hídricos, que já são limitados para fornecer água suficiente para o sector agrícola. Além disso, com a predominância de sistemas de produção agrícola alimentados pela chuva, é provável que o rendimento das principais culturas alimentares e do gado diminua sem soluções inteligentes adequadas.

#### 4.6. Situação sanitária e impacto da pandemia :

Até à data, o impacto da COVID-19 permanece complexo e multi-dimensional e os seus efeitos directos e indirectos serão sentidos principalmente através da interacção entre pobreza, desigualdade e coesão social. Embora a trajetória futura da pandemia continue incerta, em 24 de Abril de 2022, mais de 8186 pessoas foram infectadas e 171 mortes registadas desde Março de 2020. É provável que estes números sejam subestimados, dado o baixo nível de testes e relatórios. Numa base per capita, em termos de mortes, o GBR continua a ser um dos países mais afectados da região.<sup>39</sup>

A propagação da pandemia COVID-19 exacerbou as fraquezas e vulnerabilidades estruturais,<sup>40</sup> e criou uma crise socioeconómica, particularmente para os trabalhadores informais das MPME, devido aos vários lockdowns e estados de emergência.

Estas últimas foram particularmente devastadas, uma vez que as MPME constituem uma grande parte da espinha dorsal da economia do país. Como as perdas de emprego e os magros ganhos de caju afectaram a procura global, muitas empresas fecharam ou reduziram o seu horário de trabalho. A nível nacional, a taxa de subemprego dos chefes de família aumentou de 23% antes da pandemia para 60,7% durante a COVID-19.

O subemprego afectou as pessoas que trabalham no sector da hotelaria e restauração 72,4%, a agricultura 70,2%, o comércio 57,4% e a pesca/aquicultura 56,9% muito mais. Além disso, a percentagem de famílias que perderam rendimentos é estimada em 45,5%. Assim, o impacto da pandemia exacerbou as deficiências estruturais e vulnerabilidades existentes, incluindo o crescimento económico limitado, as finanças públicas, as infra-estruturas e os serviços de saúde e protecção social.

O apoio do governo, ONGs, familiares que vivem no país e os rendimentos de empresas familiares não agrícolas tem diminuído muito mais. Esta situação de subemprego e declínio dos rendimentos afectou muito mais os grupos vulneráveis, incluindo agregados familiares tanto em zonas rurais como urbanas, agregados familiares chefiados por pessoas idosas e/ou mulheres. Além disso, as disparidades entre mulheres e homens têm aumentado.

<sup>38</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional para o acordo climático de Paris, Outubro de 2021.

<sup>39</sup> [https://www.accovid-gw.org/post/boletim\\_epidemiol%C3%B3gico\\_semanal\\_covid\\_nr\\_86\\_semana16-2022](https://www.accovid-gw.org/post/boletim_epidemiol%C3%B3gico_semanal_covid_nr_86_semana16-2022).

<sup>40</sup> "Building Back Better Starts Now: COVID-19 Socioeconomic Impact Analysis", Nações Unidas 2020, e "Building Back Better for SMEs in Guinea-Bissau" UNDP 2021. Foram relatadas diminuições de rendimento e perdas temporárias ou permanentes de emprego em 72% dos agregados familiares (mais elevadas nos agregados familiares chefiados por mulheres).



acentuado. As mulheres têm sido desproporcionalmente afectadas, uma vez que o seu envolvimento em actividades económicas informais tem abrandado consideravelmente, enquanto que a carga doméstica tem aumentado. Tal como em outros países, existe a preocupação de que as medidas de confinamento tenham levado a um aumento das taxas de violência doméstica. De facto, a taxa de subemprego para grupos vulneráveis é estimada em 64,9% em comparação com 53,1% para os não vulneráveis. Estima-se em 66,7% para as mulheres chefes de família, em comparação com 59,5% para os homens. A perda de rendimento afectou 49,6% das mulheres chefes de família contra 44,6% dos homens.<sup>41</sup>

Além disso, os sectores da agricultura, dos transportes e do turismo também sofreram com a ruptura das cadeias de abastecimento, a restrição da circulação de pessoas e o bloqueio das rotas de navegação aérea. O impacto negativo da pandemia - mais uma vez - salientou a necessidade de uma transformação estrutural do país numa economia mais diversificada, interligada e resiliente.

Uma avaliação do PNUD sobre o impacto socioeconómico da COVID-19,<sup>42</sup> atesta o impacto particular da crise nos segmentos mais pobres e mais vulneráveis da população, que dependem principalmente da agricultura de pequena escala e dos recursos naturais. A pandemia também afectou as remessas, uma fonte chave de rendimento das famílias. O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas realizou uma avaliação do impacto socioeconómico e preparou um plano de resposta socioeconómica para mitigar os impactos negativos da COVID-19. O objectivo é salvar vidas, proteger pessoas, meios de subsistência e empregos, e "reconstruir melhor" a fim de apoiar a realização dos ODS. O pacote integrado de medidas visa proteger as necessidades e os direitos das pessoas que vivem sob a tensão da pandemia, vigiando os grupos mais vulneráveis e aqueles em risco de serem deixados para trás.

O desenvolvimento de sistemas de protecção social resilientes, pró-pobres e financiados de forma sustentável continua a ser essencial. O acesso a programas de protecção social não contributivos pode fazer uma diferença vital para raparigas, rapazes, mulheres e crianças vulneráveis, permitindo-lhes satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas. Várias iniciativas de assistência social estão em curso, salientando a necessidade de uma abordagem coordenada para identificar programas, parceiros e lacunas existentes, e para criar sinergias e complementaridades para potenciais novas redes de segurança e outras intervenções do projecto. Mais de 95% dos programas de assistência social para populações vulneráveis são financiados por doadores.<sup>43</sup>

O sector privado deveria desempenhar um papel muito mais importante se o GBR quiser sair da sua armadilha de crescimento baixo e volátil na era pósCOVID-19. Dado o limitado espaço fiscal disponível para o governo financiar investimentos públicos na era pós-pandémica e a imprevisibilidade da ajuda externa, o país precisa de recorrer ao financiamento do sector privado, melhorando o clima empresarial para melhor apoiar as operações das MPME que visam a criação de riqueza, emprego e crescimento inclusivo. Serão necessários programas de apoio para acompanhar a modernização das MPMEs através de formação, transferência de conhecimentos e tecnologia, infra-estruturas industriais e acesso ao financiamento.

Uma solução chave para a saúde económica a longo prazo é aumentar a produtividade e mitigar os graves efeitos da recessão induzida pela pandemia no investimento, no emprego, no capital humano e na força do sistema financeiro. O investimento em infra-estruturas digitais e amigas do clima pode andar de mãos dadas para impulsionar a produtividade, a resiliência e o crescimento da economia. As autoridades nacionais e os parceiros não devem perder de vista o facto de

<sup>41</sup> Mapeamento e análise da vulnerabilidade para melhor identificar os que ficaram para trás na Guiné-Bissau, 11 de Fevereiro de 2022.

<sup>42</sup> Publicado em Junho de 2020.

<sup>43</sup> Banco Mundial (2018). Realizar todo o potencial da rede de segurança social em África.

O potencial de capacitação dos jovens cidadãos na recuperação não tem sido negligenciado. Construir sobre uma perspectiva jovem e investir na sua criatividade e empreendedorismo em todo o país conduzirá a soluções inovadoras para os desafios locais para a recuperação pósCOVID-19. É também crucial envolver as mulheres na tomada de decisões para mitigar os impactos negativos da pandemia nos meios de subsistência e nos investimentos planeados para uma recuperação sustentável e inclusiva. É também importante reforçar as capacidades políticas e técnicas das instituições no desenvolvimento de estratégias de resposta sectorial inclusivas para apoiar os grupos vulneráveis.

O governo terá também de envolver a sociedade civil para assegurar a proporcionalidade e transparência das políticas que implementa em resposta à pandemia, particularmente aquelas que podem limitar os direitos humanos. É importante reforçar a coordenação entre a polícia e os sectores da justiça para garantir que as mulheres e raparigas tenham acesso seguro aos serviços de saúde, e para assegurar a protecção dos seus direitos humanos, bem como para melhorar os cuidados de saúde para grupos vulneráveis como as pessoas LGBTQI+, e vítimas de violência sexual e de género.

#### 4.7. Situação de segurança

**A Guiné-Bissau é um Estado frágil com uma longa história de instabilidade política e institucional** que remonta à sua independência de Portugal em 1973, quando foram registados quatro golpes de Estado bem sucedidos, e outras tentativas, conspiração ou suspeita de golpes. Para além dos golpes militares, a mudança frequente de governo é outra manifestação da fragilidade política do país. Os desafios de desenvolvimento são complexos, multidimensionais e interdependentes, exigindo uma abordagem integrada para que as intervenções sejam transformadoras, inclusivas e sustentáveis.

Na área da defesa e segurança, com base nas disposições constitucionais, o governo, com o apoio dos PFT, melhorou o quadro jurídico e regulamentar das forças armadas e de segurança. A lei da defesa nacional, as leis orgânicas das forças armadas e da polícia foram adoptadas, bem como o código de conduta militar.

Embora o RGB tenha feito progressos, o **tráfico ilícito de drogas e o crime organizado** continuam a ser grandes desafios de segurança e desenvolvimento. Em 2019, mais de 1947 kg de cocaína foram apreendidos, a maior quantidade alguma vez registada. Este tráfico continua a coexistir com outros crimes transnacionais tais como branqueamento de capitais, tráfico de pessoas e saídas ilícitas de capital, tudo isto facilitado pela corrupção. Em 2015, segundo o Global Financial Integrity Report, o RGB perdeu mais de 19 milhões de dólares através de práticas comerciais fraudulentas. Embora os dados oficiais sejam limitados, as provas e os relatórios de testemunhas de intervenientes governamentais e não governamentais mostram que o país é fortemente afectado pelo tráfico de seres humanos, incluindo o tráfico de crianças para trabalho forçado e exploração sexual.

**Os factores de risco identificados** abrangem aspectos políticos, de segurança, institucionais, sociais, económicos e ambientais. A falta de diálogo cívico entre a população e os mecanismos estatais independentes para proteger os direitos humanos continua a impedir a emergência de uma cultura democrática moderna. Com repetidos ciclos de instabilidade política, o compromisso com o horizonte de planeamento do desenvolvimento a longo prazo continua a ser um desafio.

**O Estado de direito e a justiça** são fracos: os quadros jurídicos ultrapassados têm um impacto na obtenção de paz e segurança sustentáveis. Tentativas sucessivas de implementar reformas chave nas áreas da administração pública, do sistema de justiça criminal e do acesso à justiça, do sector da segurança, da fiscalidade e das receitas, do sistema político e da descentralização, encontraram resistência.



## 5. Metodologia e processo de preparação de ENV

O processo de preparação da Revisão Nacional Voluntária (VNR) está a ter lugar num contexto nacional e internacional marcado por profundas mudanças políticas, tendo como pano de fundo o impacto da pandemia do VIH na implementação dos SDG. Esta Revisão pretende ser tão participativa quanto possível através do envolvimento de todos os actores governamentais, do sector privado, da sociedade civil e dos Parceiros Técnicos e Financeiros (TFPs). Além disso, o desenvolvimento deste exame foi inspirado pelas directrizes do Manual para a Preparação de Exames Nacionais Voluntários.<sup>44</sup> O principal objectivo é apresentar o estado de implementação e progresso dos ODS desde a sua entrada em vigor em Janeiro de 2016, destacando os progressos alcançados, os constrangimentos e obstáculos encontrados e as acções previstas para uma implementação acelerada destes objectivos, a fim de os alcançar até 2030.

Para a preparação, desenvolvimento e redacção da NVP 2022, foi criado um mecanismo de coordenação composto por representantes dos Ministérios da Economia, Planeamento, Negócios Estrangeiros e do Instituto Nacional de Estatística. Este comité foi apoiado por representantes do sistema das Nações Unidas e pelo recrutamento pelo PNUD de uma equipa de consultores para apoiar o processo de redacção deste ENV 2022. Esta equipa analisou todos os documentos disponíveis, incluindo relatórios dos mecanismos internacionais de direitos humanos, para estar em conformidade com a Agenda 2030, o que sugere que os processos de monitorização e revisão irão: "basear-se nos quadros e processos existentes, quando apropriado, e evitar a duplicação" (Agenda 2030, par. 74.f), e : "ser baseado nos direitos humanos e dar especial atenção aos mais pobres, mais vulneráveis e aos que ficaram mais para trás". (Agenda 2030 para. 74.e). Uma preocupação reiterada pelo Secretário-Geral da ONU que afirma que:<sup>45</sup> "Estados Membros

já são obrigados a informar sobre muitas áreas relacionadas com os ODS, [incluindo] às entidades da ONU (incluindo o Conselho de Direitos Humanos, órgãos de tratados e agências especializadas). [A monitorização e revisão dos progressos sobre os ODS deve basear-se nos mecanismos de informação existentes, tal como exigido na Agenda 2030.

A equipa de consultores, juntamente com o Comité de Coordenação, recolheu todos os dados recentes para produzir um primeiro projecto. Em seguida, consolidou os contributos dos diferentes intervenientes durante vários workshops de consulta, a fim de os integrar num segundo projecto. Mais especificamente, a metodologia adoptada para a preparação deste ENV incluiu as seguintes etapas

**5.1. Revisão dos documentos e recolha de dados existentes:** Foi efectuada uma revisão documental abrangente dos planos nacionais, políticas, estratégias, documentos sectoriais e relatórios, a fim de recolher a informação relevante necessária para a análise, assegurando ao mesmo tempo que o conteúdo destes documentos-chave era reflectido com precisão. O processo de recolha de dados foi iniciado pela equipa de consultoria com o apoio dos 4 grupos temáticos, que tinham anteriormente contribuído para a elaboração do PDN, bem como de uma equipa do PNUD e do gabinete do Coordenador Residente. A este respeito, foram realizadas as seguintes acções:

As necessidades de dados foram avaliadas enumerando, primeiro, as metas e indicadores dos ODS que o ENV deveria focar, e depois identificando as fontes de dados relevantes para estes indicadores; O trabalho de recolha de dados foi dividido entre os membros da equipa de recolha de dados, e os 4 grupos temáticos compostos por representantes de

<sup>44</sup> Que foi desenvolvido e publicado pela Divisão para o Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) nas Nações Unidas.

<sup>45</sup> Relatório A/70/684, par. 85 de Janeiro de 2016.

o Instituto Nacional de Estatística (INS), as direcções gerais de certas administrações, as direcções de estudo e planeamento dos ministérios sectoriais, agências das Nações Unidas, organizações não governamentais e PFT, entre outras.

**5.2. Redacção do relatório:** A redacção desta revisão foi preparada de acordo com as directrizes fornecidas pela FPHN da ONU e envolvendo os principais interessados, com o apoio técnico e financeiro do PNUD. O esboço geral proposto pelo ECOSOC e a base de dados obtida na fase de recolha de dados foram os elementos de referência para o desenvolvimento deste ENV. Neste quadro, a equipa de consultores procedeu à redacção do relatório que foi objecto de vários workshops de reflexão e de restituição e, finalmente, de validação que se realizaram entre Janeiro e Maio de 2022.

Esclarecimentos, sugestões e recomendações dos workshops foram incluídos na versão revista do NVS. O relatório beneficiou da revisão técnica interna dos Ministérios da Economia, dos Negócios Estrangeiros, do Instituto Nacional de Estatística e da Task Force da Equipa Nacional da ONU criada pelo Gabinete do Coordenador Residente. Foi depois partilhada com as partes interessadas para a sua contribuição e validação antes de ser submetida.

**5.3. Organização de 5 seminários de consulta, redacção e validação:** O processo começou com um seminário de consulta realizado a 31 de Janeiro de 2022, que reuniu 4 grupos temáticos compostos por 40 representantes de diferentes ministérios, bem como representantes da sociedade civil. Durante este workshop, estes intervenientes, divididos em 4 grupos temáticos de acordo com os 5 'P's da Agenda 2030: (População, Planeta, Prosperidade e Paz & Parceria), validaram e/ou actualizaram os dados recolhidos através de discussões sustentadas. Foi realizado um workshop de dois dias com os 4 grupos temáticos nos dias 10 e 11 de Março e outro no dia 15 de Março entre os 4 grupos temáticos e representantes da

a sociedade civil e o sector privado. De 25 a 26 de Abril de 2022, realizou-se um workshop de leitura de todos os dados e análise do projecto ENV, a fim de verificar tudo, antes da submissão final, incluindo a validação das "Mensagens Chave", um documento de 700 palavras exigido pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF) sobre Desenvolvimento Sustentável, entregue a 3 de Maio de 2022, respeitando o prazo. Finalmente, realizou-se de 18 a 20 de Maio um seminário de validação nacional entre todas as partes interessadas, incluindo o Comité de Coordenação, grupos temáticos, sociedade civil, sector privado, academia e algumas figuras públicas.

**5.4. Participação em seminários regionais:** O Ministério da Economia, Planeamento e Integração Regional participou em algumas actividades no âmbito deste ENV:

1. Primeiro webinar internacional co-organizado virtualmente pelo Reino Unido, Holanda e Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU (UN DESA) Haia, 25-29 de Outubro de 2021 (virtual) Nova Iorque; apresentação da primeira participação da Guiné-Bissau no ENV.
2. Workshop Regional da UNCTAD, 24-28 de Janeiro de 2022 - Adis Abeba - onde foi feita uma apresentação em vídeo do processo.
3. Workshop Preparatório Regional para ENV e Revisões Voluntárias Locais em África: Reforçar a Integração na Agenda 2030 e na Agenda 2063, Kigali (híbrido), 1<sup>er</sup> e 2 de Março de 2022, onde o Director-Geral do Planeamento fez uma apresentação incluindo os desafios.
4. No âmbito da cooperação Sul/Sul e do intercâmbio entre pares, foi organizada uma sessão entre a equipa da Direcção de Planeamento e o Director-Geral do Ministério da Economia tunisino a 14 de Março de 2022, para que este pudesse partilhar a experiência tunisina.
5. O seminário organizado pelo Governo do Botswana com o apoio financeiro da União Europeia e do Governo italiano, teve lugar de 11 a 13 de Abril de 2022 em Gaborone, Botswana.

### 5.5. Consultas regionais à sociedade civil e ao governo regional e local, bem como aos líderes tradicionais, religiosos e de opinião:

Entre 18 e 28 de Março de 2022, o gabinete do Coordenador Residente da ONU organizou consultas com a sociedade civil nas 9 regiões da Guiné-Bissau, com financiamento do OHCHR, UNICEF (para Bissau) e também apoio técnico da FAO. O principal objectivo destas consultas era assegurar um processo mais participativo e inclusivo, dando voz aos representantes dos grupos desfavorecidos. As consultas também contribuíram para aumentar a sensibilização para as ODS e facilitar um diálogo entre os representantes dos Ministérios e as populações. Durante as consultas, a sociedade civil expressou as suas recomendações para uma melhor implementação da Agenda 2030 por parte do Estado. (As contribuições da sociedade civil foram resumidas no Anexo N° 1, página 151).

### 5.6. Dificuldades, constrangimentos e desafios:

Este relatório nacional permitiu fazer um balanço das realizações dos ODS e identificar os desafios a enfrentar a fim de dar um novo impulso ao processo da sua implementação. Estes desafios dizem principalmente respeito à apropriação a nível territorial, à coerência das políticas públicas, à coordenação do sistema estatístico nacional e ao desenvolvimento do financiamento. De facto, entre as principais dificuldades que têm impedido a elaboração desta primeira NVP estão a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos dados estatísticos necessários para a análise e monitorização dos progressos realizados após seis anos de implementação da Agenda 2030, bem como a monitorização das realizações dos diferentes Planos de Desenvolvimento. Além disso, a falta de dados de base para alguns indicadores afectou o acompanhamento dos seus progressos, o que se reflectiu na qualidade da secção 7 sobre os progressos na implementação dos ODS.



## 6. Política e ambiente

MÁRIO VAZ, PRESIDENTE A 71<sup>st</sup> Sessão do United

### 6.1. Promover a propriedade do Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

O Governo da República da Guiné-Bissau (RGB) está empenhado em realizar a sua primeira Revisão Nacional Voluntária (VNR) para apresentação no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, em Julho de 2022. A escassez de dados e os mecanismos de monitorização e avaliação nascentes e não totalmente institucionalizados estão entre os desafios que têm enfrentado este processo e a implementação dos ODS de uma forma mais geral. O ENV oferece uma oportunidade única para o RGB identificar as lacunas e depois preenchê-las em conformidade no caminho para alcançar a Agenda 2030.



O governo desenvolveu a sua Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística (NSDS) (2015-2017), seguida de uma segunda (2018-2020). Ambas as estratégias, apoiadas por parceiros nacionais e internacionais, têm por objectivo melhorar a disponibilidade e a qualidade dos dados públicos.<sup>46</sup> Os principais parceiros do RGB que desempenham um papel de apoio na sua busca de desenvolvimento incluem organizações como a União Africana, UEMOA, a União Europeia, o Banco Mundial, o FMI, o BAD, o PNUD, a UNICEF, a OMS, o PAM, a FAO, a UNFPA e a Organisation Internationale de la Francophonie...<sup>47</sup>

<sup>46</sup> PNUD Guiné-Bissau. 2022. Documento de referência para o envolvimento de organizações nacionais e internacionais no apoio à Revisão Nacional Voluntária dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Mais Além, 17 de Janeiro de 2022.

<sup>47</sup> Nações Unidas. 2016. GUINÉ-BISSAU - H.E. MR. JOSÉ



## 6.2. Integração dos ODS nos quadros nacionais

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento, Emprego e Promoção Industrial, (2020- 2024) (*Hora Tchiga*), aproveitou as oportunidades oferecidas pela recuperação COVID-19 para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo. O Plano Nacional de Desenvolvimento, (PDN 2020-2023), enumera seis áreas prioritárias estratégicas: **(a)** Consolidação da democracia, Estado de direito e reforma/modernização das instituições públicas; **(b)** Promoção da reforma económica, crescimento e emprego; **(c)** Desenvolvimento de sectores económicos produtivos e infra-estruturas; **(d)** Reforço do capital humano e melhoria das condições de vida; **(e)** Revitalização da política externa, promoção da integração regional e valorização da diáspora; e **(f)** Preservação da biodiversidade, combate às alterações climáticas e reforço do capital natural. De facto, este Plano dá prioridade ao desenvolvimento dos sectores produtivos da economia e das infra-estruturas (62% das despesas) em combinação com a reforma da economia e a promoção do crescimento e do emprego (9%), bem como o desenvolvimento do capital humano e a melhoria das condições de vida da população (6%).

É de notar que o Quadro de Cooperação do Sistema das Nações Unidas (2022-2026) identifica três resultados para contribuir para a realização da Estratégia Nacional: **a)** Melhoria da governação democrática, da paz e do Estado de direito; **(b)** Transformação económica estrutural impulsionada pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, adição de valor, economia azul e crescimento verde inclusivo, tirando partido das características dos PEID; etc.

Assembleia Geral das Nações. Nova Iorque, 21<sup>st</sup> Setembro 2016. Disponível em:  
[https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africa/renewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africa/renewal/files/71_GW_en.pdf)

O desenvolvimento de um ENV foi uma oportunidade para o governo envolver as partes interessadas relevantes na produção e partilha de informação relacionada com as ODS e os seus indicadores. A Base de Dados Global de Indicadores dos GDS, publicada em Setembro de 2021, representa o culminar destes esforços globais. Esta base de dados, complementada por outros relatórios disponíveis no RGB, tem sido utilizada para relatar o estado dos dados para monitorização nacional dos indicadores dos GDS.<sup>48</sup> Embora existam dados em bruto, os indicadores dos GDS continuam a ser inadequados devido à falta de informação processada necessária para comunicar sobre os indicadores. Dito isto, a geração de dados, a monitorização e a elaboração de relatórios estão entre os desafios que o país enfrenta em termos de progresso para os ODS.

O RGB tem um indicador de desempenho estatístico global (SPI) de 33,4, no intervalo de 0 a 100. A sua posição é portanto muito inferior à média do SPI para a África Subsaariana de 51,29, e para os países de baixos rendimentos de 46,95. Além disso, o IGP global do RGB caiu em 2019 em comparação com 2018, devido a um acentuado declínio na produção de dados, ou seja, a capacidade de medir o progresso em direcção aos ODS. Por exemplo, em 2021, não havia informação disponível sobre o ODM 4 (qualidade da educação), o ODM 10 (redução da desigualdade) e o ODM 12 (consumo e produção responsáveis).<sup>49</sup> O apoio de agências nacionais e internacionais, especialmente as responsáveis pela elaboração de relatórios sobre determinados indicadores, é necessário para melhorar e expandir a elaboração de relatórios.

O governo está empenhado em alinhar o PDN com os ODS, o que demonstra a vontade política dos seus líderes de adaptar o seu Plano Estratégico para ter em conta

todos os 17 SDG.<sup>50</sup> A visão ambiciosa do RGB para a resiliência climática, reflectida na Actualização da Contribuição Nacional Determinada (NDC) do governo para o Acordo Climático de Paris, é um exemplo. Mostra como o país está a adoptar um desenvolvimento resistente às alterações climáticas que integra as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.



O CND também abrange aspectos de género, bem como componentes de mitigação e adaptação às alterações climáticas e está alinhado com vários ODM, nomeadamente o ODM 1 (Sem Pobreza), o ODM 3 (Boa Saúde e Bem-estar), o ODM 6 (Água Limpa e Saneamento), ODM 7 (Energia Limpa e Acessível), ODM 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODM 9 (Indústria, Inovação e Infra-estruturas), ODM 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODM 12 (Consumo e Produção Responsável), ODM 13 (Acção Climática) e ODM 17 (Parcerias para os Objectivos). Além disso, está alinhado com a Agenda 2063 da União Africana e com a Iniciativa Fast Track dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SAMOA Pathway).<sup>51</sup>

<sup>48</sup> PNUD Guiné-Bissau. 2022. Documento de referência para o envolvimento de organizações nacionais e internacionais no apoio à Revisão Nacional Voluntária dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Mais Além. 17 de Janeiro de 2022.

<sup>49</sup> PNUD Guiné-Bissau. 2022. Documento de referência para o envolvimento de organizações nacionais e internacionais no apoio à Revisão Nacional Voluntária dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Mais Além. 17 de Janeiro de 2022.

<sup>50</sup> Nações Unidas. 2016. GUINÉ-BISSAU - H.E. MR. JOSÉ MÁRIO VAZ, PRESIDENTE. 71<sup>st</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 21<sup>st</sup> Setembro 2016. Disponível em:

[https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africa/renewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africa/renewal/files/71_GW_en.pdf)

<sup>51</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima. Outubro de 2021.



### 6.3. Integração das três dimensões

As diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente as dimensões económica, social e ambiental, foram bem integradas nas políticas desenvolvidas pelo governo do RGB. Por exemplo, o desenvolvimento rural tornou-se abrangente na medida em que tem em conta os aspectos sociais e económicos. Os projectos de desenvolvimento rural na Guiné-Bissau incorporam uma componente de género na sua concepção, principalmente componentes de adaptação centradas no género, tais como a diversificação da produção agrícola por mulheres agricultoras em pequena escala.<sup>52</sup> Além disso, as principais vulnerabilidades na agricultura e gestão dos recursos hídricos são abordadas, e as necessidades de desenvolvimento e resiliência dos agricultores vulneráveis são tidas em conta, através de actividades agrícolas geradoras de rendimentos, com especial atenção para as mulheres, os idosos e as crianças.<sup>53</sup> Do mesmo modo, o plano estratégico nacional sobre as alterações climáticas adopta uma abordagem holística, dando prioridade aos sectores mais expostos: agricultura com 57%, seguida da pecuária e saúde com 54%, pescas com 51% e infra-estruturas com 46%.<sup>54</sup>



<sup>52</sup> ADPP e Tiniguena ([www.tiniguenagb.org](http://www.tiniguenagb.org)).

<sup>53</sup> República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima. Outubro de 2021.

<sup>54</sup> Primeiro Relatório Bienal de Actualização da Guiné-Bissau à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

República da Guiné-Bissau.

<sup>55</sup> CIMA, UNDRR (2019), *Perfil de Risco de Desastres de Guiné-Bissau, Versão Revisada*, Savona. Disponível online em: <http://riskprofilesundrr.org/documents/1522>

<sup>56</sup> Centro de Monitorização de Deslocados Internos e o Conselho Norueguês para os Refugiados. 2020. Relatório

**6.3.1. Vulnerabilidade relacionada com o clima: a**  
GBR é um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas com um aumento de temperatura de cerca de 1°C nas últimas cinco décadas, e é propensa a catástrofes relacionadas com o clima, tais como inundações e secas.<sup>55</sup> Não existe um sistema de alerta precoce (EWS) no país, que expõe as comunidades pobres às consequências das catástrofes naturais. A 31 de Dezembro de 2019, o RGB era um dos 95 países com pessoas deslocadas internamente devido a catástrofes.<sup>56</sup>

### **6.3.2. Pobreza multidimensional :**

Classificada 175<sup>eme</sup> de 189 países e territórios, no Índice de Desenvolvimento Humano de 0,480 (2019), a esperança média de vida é de 57,8 anos (56,31 anos para os homens e 60,21 anos para as mulheres), 70% da população vive com menos de 2 USD por dia e 33% vive em extrema pobreza, com menos de 1 USD por dia.

As fracas infra-estruturas socioeconómicas e o baixo investimento para a melhorar aumentam a vulnerabilidade e a pobreza multidimensional, afectando especialmente os grupos de risco, incluindo mulheres e raparigas. O índice de pobreza multidimensional (MPI) no RGB é estimado em 37,2%.<sup>57</sup> Contudo, os dados desagregados por área indicam que a zona rural tem um IPM de 51,4% enquanto a zona urbana tem um IPM de 19,3%, destacando assim uma diferença muito grande.<sup>58</sup>

Além disso, a análise multidimensional da pobreza infantil revela privações na habitação, água, saneamento, nutrição, cuidados de saúde, educação e

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2020-IDMC-GRID.pdf>

<sup>57</sup> Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), *Global MPI Country Briefing 2019: Guiné-Bissau (África Subsaariana)*, Country Briefing September 2019. Disponível online em: [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB\\_GNB\\_2019\\_2.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_GNB_2019_2.pdf)

<sup>58</sup> PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2019, *Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI, Nota informativa para os países sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, Guiné-Bissau*. 2019. Disponível online em: [http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notas/GNB.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notas/GNB.pdf)

A incidência de privação infantil é mais severa para as raparigas, com quase 56% mais privação do que para os rapazes.<sup>59</sup> A incidência por sexo é mais severa para raparigas com quase 56% mais privação do que para rapazes.<sup>60</sup>

**6.3.3. Vulnerabilidade económica:** A população activa com um emprego real é de 70%, dos quais 78,4% estão em empregos precários, inseguros e mal remunerados.<sup>61</sup> A falta de emprego decente e, portanto, de protecção social está também ligada à preponderância do sector informal, que é responsável por mais de 90% do emprego. As mulheres sofrem geralmente de uma falta de benefícios sociais, apesar das suas responsabilidades tradicionais no cultivo agrícola, colheita de madeira e recolha de água, bem como nas tarefas domésticas e de cuidados infantis. São sobrecarregados pela quantidade de trabalho, que é principalmente de natureza física, e carecem de protecção social adequada.<sup>62</sup>

**6.3.4. Desigualdades de género:** A sociedade caracteriza-se pela sua natureza patriarcal, resultando em desigualdades horizontais e verticais generalizadas que afectam as mulheres e crianças em particular. Várias barreiras culturais e tradicionais, associadas a desafios estruturais, resultam na discriminação das mulheres, tornando-as num importante grupo vulnerável na Guiné-Bissau.<sup>63</sup> As mulheres não gozam dos mesmos direitos e oportunidades que os homens, o que resulta num acesso desigual aos serviços sociais básicos, direitos de propriedade desiguais, disparidades persistentes de género no mercado de trabalho e disparidades de género na administração pública e na tomada de decisões.<sup>64</sup> Estas desigualdades podem também ser atribuídas à falta de aplicação de leis justas a favor das mulheres, em comparação com os homens.

<sup>59</sup> Direcção Nacional de Planeamento da Guiné-Bissau, UNICEF, PNUD, Relatório Anual, Pobreza Multidimensional e Deprivação Múltipla de Crianças, República da Guiné-Bissau, Novembro 2017.

<sup>60</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>61</sup> UNDP, *Human Development Report 2019, Inequalities in Human Development in the 21st Century*, Guiné-Bissau. 2019. Disponível online em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/GNB>

Existe uma diferença de género na educação em que quase 60% da população feminina é analfabeta e apenas 51% das mulheres entre os 15-24 anos são alfabetizadas, em comparação com 70% dos homens da mesma idade.<sup>65</sup> Esta diferença de género na educação aumenta quando se comparam populações urbanas e rurais. A taxa de alfabetização feminina nas zonas urbanas é de 73%, enquanto nas zonas rurais é de apenas 25%.<sup>66</sup>

**6.3.5. Desigualdades regionais:** Mais de 67% da população sofre de privação múltipla e outros 19% são vulneráveis a desvantagens múltiplas para além do rendimento. As múltiplas populações desfavorecidas estão mais localizadas em zonas rurais onde 70% da população é pobre e varia de região para região com acesso nulo ou muito limitado aos serviços básicos, sendo Oio e Gabu os mais desfavorecidos, respectivamente.

#### **6.4. Não deixar ninguém para trás**

O governo do GBR fez do princípio de "não deixar ninguém para trás" uma prioridade no planeamento e implementação da Agenda 2030. Vários grupos foram identificados como estando em risco de ficar para trás, incluindo mulheres, raparigas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com albinismo, idosos e minorias sexuais.

Este princípio foi reflectido e parcialmente integrado no plano estratégico nacional sobre alterações climáticas, uma vez que se concentra nos grupos mais vulneráveis 54%, seguido dos pastores 49%, dos trabalhadores assalariados que vivem nas grandes cidades 46% e dos pescadores 34%.<sup>67</sup> Além disso, um projecto de rede de segurança e serviços básicos financiado pelo Banco Mundial, que visa fornecer às comunidades e famílias pobres um

<sup>63</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>64</sup> UNDP Guiné Bissau. 2021. Análise de Género Guiné Bissau.

<sup>65</sup> Ministério da Economia e Finanças, Direcção Geral do Plano, Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS) 2014, Relatório Final, 2014*<sup>66</sup> PNUD Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>67</sup> República da Guiné-Bissau (2019). Primeiro Relatório Bienal de Actualização da Guiné-Bissau à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. RGB, Bissau.

Além disso, foram implementados vários programas para melhorar o acesso aos serviços básicos.<sup>68</sup> Embora estes programas atinjam apenas uma pequena fracção dos mais necessitados e sejam totalmente dependentes de financiamento externo, preenchem importantes lacunas entre os

grupos populacionais muito pobres e vulneráveis.<sup>69</sup>

O quadro abaixo fornece uma visão geral da situação para cada grupo em termos das dimensões da exclusão.

Grupos	Mulheres	As raparigas	As crianças	Jovens	Pessoas com deficiência	Pessoas afectadas albinismo	Pessoas idosas	LGBTQI
<b>Discriminação</b>	Normas sociais de género Direitos humanos	Normas de género Direitos de idade humanos	Albinismo da Idade do Género Deficiência	Idade do género Direitos humanos	Direitos das Pessoas com Deficiência em Idade de Género humanos	Direitos do Albinismo da Idade do Género humanos	Idade Direitos Humanos	Género Orientação sexual Direitos Humanos
<b>Geografia</b>	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas	Regiões Migração remota	Regiões Infra-estrutura remota	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas	Regiões remoto Disparidade rural/urbano regional Comunicação Infra-estruturas
<b>Vulnerabilidade e ao impacto</b>	Alterações climáticas Catástrofes	Changemen factores climáticos Desastres	Alterações climáticas Catástrofes	Alterações climáticas Catástrofes	Alterações climáticas Catástrofes	Alterações climáticas Catástrofes	Alterações climáticas Catástrofes	Catástrofes
<b>Estatuto sócio-económico</b>	Rendimento médio de vida Educação Saúde Pobreza	Rendimento o médio de vida Educação Saúde Pobreza	Rendimento o médio de vida Saúde Pobreza	Rendimento médio de vida Educação Saúde Pobreza	Rendimento médio de vida Educação Saúde Pobreza	Rendimento médio de vida Educação Saúde Pobreza	Rendimento médio de vida Saúde Pobreza	Rendimento médio de vida Educação Saúde Pobreza
<b>Governança</b>	Baixo participação e representação políticas Regras de direito Política Investimento financeiro	Política de não-protecção Investimentos financeiros	Política de não-protecção Investimentos financeiros	Baixo participação e representação políticas Regras de direito Política Investimento financeiro	Baixo participação e representação políticas Regras de direito Política Investimento financeiro	Baixo participação e representação políticas Regras de direito Política Investimento financeiro	Política geral Investimentos financeiro	Baixo participação e representação políticas Regras de direito Política Investimentos financeiro

**6.4.1. Casamento precoce e forçado:** é generalizado, com 37% das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos a terem casado antes dos 18 anos de idade.<sup>70</sup> Além disso, 44% das mulheres de 15-49 anos de idade estão em uniões poligâmicas (52% nas zonas rurais) e quase metade das mulheres de 15-24 anos são casadas com um homem pelo menos 10 anos mais velho do que elas.<sup>71</sup>

Estas taxas alarmantes de casamento precoce indicam um problema subjacente significativo, nomeadamente as dificuldades económicas que obrigam as mulheres a casar numa idade precoce ou a consentir o casamento

poligâmico. Isto está ligado à natureza altamente informal da economia e ao facto de as mulheres constituírem uma grande proporção da força de trabalho.

<sup>68</sup> Bandiaky, J. 2022. Mapeamento e Análise de Vulnerabilidade para melhor identificar a esquerda para trás na Guiné Bissau.

<sup>69</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

desta economia informal. Como mencionado acima, o fosso educacional entre homens e mulheres pode ser explicado, mesmo parcialmente, pelo facto de as mulheres jovens poderem desistir da escola quando têm a opção de casar cedo ou quando são forçadas a fazê-lo.

**6.4.2. Crianças:** são as principais vítimas do tráfico de seres humanos e da exploração sexual no RGB. Mais de 200 rapazes são levados todos os meses para países muçulmanos como o Senegal, Mali e Guiné com a promessa de uma educação corânica, mas acabam em trabalhos forçados. Um estudo concluiu que

<sup>70</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>71</sup> *Ibid.*



30% dos 8.000 estudantes religiosos que mendigam nas ruas de Dakar são do RGB.<sup>72</sup>

Além disso, raparigas e rapazes jovens estão expostos a trabalhos domésticos forçados e exploração sexual, particularmente no contexto do turismo sexual, que é generalizado nas ilhas turísticas de Bijagós, onde as raparigas são exploradas, especialmente por turistas europeus.<sup>73</sup>

**Insegurança alimentar e subnutrição:** As crianças são o grupo mais vulnerável à insegurança alimentar: 27,6% das crianças entre os 6-59 meses de idade sofrem de subnutrição crónica.<sup>74</sup> Além disso, 1,7% das crianças com menos de 5 anos sofrem de subnutrição aguda. A desnutrição crónica afecta particularmente as zonas rurais com 30,1%, mais do que as zonas urbanas (que têm uma taxa de 20,6%). Além disso, 17% das crianças com menos de 5 anos têm peso inferior ao normal.<sup>75</sup> As mulheres em idade fértil estão também em risco de insegurança alimentar: 11,3% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos estão abaixo do peso e 0,9% subnutridas.<sup>76</sup>

**Registo de crianças:** permanece baixo na Guiné-Bissau. Apenas 24% das crianças com menos de cinco anos estão registadas, a maioria delas em zonas urbanas, enquanto nas zonas rurais a percentagem de registo é ainda muito baixa.<sup>77</sup> Este problema de registo, incluindo o fosso entre áreas urbanas e rurais, tem implicações para garantir que as crianças gozem dos seus direitos no GBR, incluindo serviços de cuidados de saúde primários e educação, bem como para a exactidão dos dados recolhidos nas intervenções de monitorização.

**6.4.3. Jovens:** Os jovens do grupo etário dos 15-29 anos sofrem de pobreza multidimensional. Os níveis de

As taxas de analfabetismo são elevadas entre este grupo e, combinadas com a falta de competências e formação, afectam o seu emprego e a sua capacidade de sustentar a sua subsistência. Recorrem frequentemente à migração em busca de melhores oportunidades, especialmente nos países europeus.<sup>78</sup>



**6.4.4. Pessoas com deficiência :** As pessoas com deficiência na Guiné-Bissau sofrem de pobreza e pobreza multidimensional, sendo excluídas da vida social. Muitas vezes, a discriminação resultante da deficiência é combinada com outros factores como o sexo e a idade, o que complica ainda mais a situação das pessoas com deficiência e o seu potencial para levar uma vida decente. Além disso, a deficiência pode levar a níveis mais elevados de discriminação nas zonas rurais e nas ilhas, onde pode estar associada à feitiçaria.<sup>79</sup>

**6.4.5. Pessoas idosas :** Os idosos na Guiné-Bissau estão sujeitos à pobreza multidimensional e à discriminação jurídica e social. Não existe uma política específica de assistência social para os idosos no país. A falta de pensões de velhice ou de formas adequadas de assistência social torna os idosos dependentes de outros, especialmente das suas famílias, que também podem sofrer de más condições socioeconómicas.<sup>80</sup>

**6.4.6. Pessoas com albinismo:** As pessoas com albinismo são um grupo altamente discriminado por causa do seu

<sup>72</sup> UNICEF, *Child trafficking in Guinea-Bissau, An explorative study*, Bissau 2010.

<sup>73</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>74</sup> Ministério da Economia e Finanças, 2014. *Guiné-Bissau - Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014*, s.l.:

Ministério da Economia e Finanças, Direcção-Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística (INE).

<sup>75</sup> *Ibid*

<sup>76</sup> Ministério da Economia e Finanças, 2014. *Guiné-Bissau - Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014*, s.l.:

Ministério da Economia e Finanças, Direcção-Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística (INE).

<sup>77</sup> *Ibid*

<sup>78</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>79</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

<sup>80</sup> UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás.

condição física. Embora sejam relativamente poucos (estimados entre 5.000 e 15.000 na África Subsaariana), os níveis de estigma e discriminação contra eles são elevados. São principalmente devidos a razões culturais e mitos sobre as origens da sua condição, que os privam de educação e oportunidades de trabalho.<sup>81</sup> Não há dados ou estatísticas nacionais sobre pessoas com albinismo no RGB, uma vez que são frequentemente escondidos pelas suas famílias. Contudo, recentemente tem havido um aumento da consciência social sobre os direitos das pessoas com albinismo.<sup>82</sup>

**6.4.7. LGBTQI:** A intolerância social para com as minorias sexuais é generalizada, excepto na capital, Bissau. Há casos frequentes de violência contra pessoas devido à sua orientação sexual ou identidade. No entanto, não existe aplicação da lei para apoiar as vítimas em tais casos.<sup>83</sup>

**6.4.8. VIH/SIDA:** Na Guiné-Bissau, a prevalência do VIH entre os homens que fazem sexo com homens (HSH) é de 3%.<sup>84</sup> Existe um risco potencial muito significativo de aumento da prevalência na população em geral, uma vez que 64% dos HSH nunca usaram preservativo, enquanto 65% dos HSH continuam a ter relações sexuais com mulheres.



## 6.5. Mecanismos institucionais :

O Governo da Guiné-Bissau tomou algumas medidas, embora modestas, para

<sup>81</sup> Human Rights Council, *Report of the Independent Expert on the enjoyment of human rights by persons with albinism*, Nova Iorque 2016.

<sup>82</sup> Notícias por e-Global: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/albinos-vitimas-de-discriminacao-social-na-guine-bissau/>

<sup>83</sup> *Ibid*

melhorar os seus mecanismos institucionais para a realização da Agenda 2030. Os sectores administrativos do governo caracterizam-se por elevados níveis de desorganização, sobreposição de tarefas/missões e termos de referência. Tentativas de implementar reformas fundamentais nas áreas da administração pública, acesso à justiça, sector da segurança, tributação e receitas, sistema político e descentralização foram empreendidas, mas encontraram resistência.

De acordo com a Constituição da Guiné-Bissau, as disposições constitucionais e legais sobre direitos fundamentais devem ser interpretadas em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Existem duas redes principais de direitos humanos no país, nomeadamente a Rede Nacional de Defensores dos Direitos Humanos e a Liga dos Direitos Humanos, ambas com o objectivo de reforçar a defesa dos direitos humanos e os sistemas de alerta precoce. As organizações da sociedade civil (OSC) desempenham um papel fundamental na assistência aos segmentos mais vulneráveis da população e na promoção da paz, democracia e desenvolvimento. Este papel é particularmente relevante num contexto de fragilidade e apatridia. Em geral, as OSC no RGB compreendem uma vasta gama de estruturas. São organizações sem fins lucrativos de natureza privada, e não estão sob o controlo directo do Estado. Permanecem também diversas nas suas abordagens e sensibilidades políticas, enriquecendo o cenário não estatal do país apesar da sua limitada capacidade e dependência financeira do financiamento estrangeiro.<sup>85</sup>

Em Março de 2015, a **Guiné Bissau adoptou um** Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2015-2020. Como este plano foi adoptado antes dos ODS, em 2018 foi conduzido um processo participativo pelo Ministério do Planeamento

<sup>84</sup> UNAIDS, Perfil do país: Guiné Bissau 2018. Disponível online em: <https://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/guinea-bissau>

<sup>85</sup> ONU Guiné-Bissau. Análise comum de países da ONU: Guiné Bissau. Outubro de 2020.

para alinhar os seus objectivos com os dos ODS e da Agenda 2063. O mecanismo de monitorização institucional para a implementação e avaliação do PDO está estruturado em torno de três níveis.

**1.** O Comité Director que é presidido pelo Primeiro Ministro e ao qual pertencem todos os membros do governo. Este Comité trabalha com o Grupo Consultivo, que é a plataforma de diálogo entre o governo e os PFT.

**2.** O Comité Técnico determina o quadro para a consulta inter-social. É presidido pelo Ministro da Economia e Finanças, e inclui os vários representantes das direcções-gerais do MEF e qualquer pessoa ou estrutura competente necessária. Este Comité Técnico tem um secretariado técnico presidido pela Direcção-Geral do Planeamento (DGP) e é composto por representantes de diferentes instituições sectoriais chave (através dos respectivos gabinetes de planeamento e concepção) actuando como especialistas em diferentes campos. Este Comité é apoiado pelo Conselho Científico, que é um órgão de estudo e investigação, presidido pelo Instituto Nacional de Estudos e Investigação, que assiste o Secretariado Técnico.

**3.** A nível operacional, os ministérios sectoriais (MOH / GEP), através dos pontos focais PEO, são responsáveis pela implementação e acompanhamento da execução de acções relacionadas com os seus respectivos departamentos. Para além destes pontos focais, os gabinetes de planeamento regional fornecem um quadro credível para o diálogo entre os diferentes intervenientes a nível local.

Além disso, foram desenvolvidos e adaptados mecanismos institucionais para responder às alterações climáticas. As principais instituições responsáveis pela implementação dos quadros legais para a mitigação das alterações climáticas são: **1)** a Autoridade Nacional Designada para os Mecanismos de Quioto, que trata da aprovação e monitorização da implementação de projectos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e REDD; e **2)** o Comité Nacional sobre Alterações Climáticas (NCCC), supervisionado por

o Ministério do Ambiente e Biodiversidade que é composta por um Conselho Consultivo, um Conselho Científico e um Comité Técnico.<sup>86</sup>



O governo desenvolveu e implementou um Existe uma vasta gama de leis, políticas e planos que abordam as alterações climáticas e a mitigação dos GEE. Estes incluem:

- ✚ Plano de Investimento em Energia Sustentável da Guiné-Bissau 2015-2030 ;
- ✚ A Lei da Terra aprovada pela ANP para regulamentar a gestão do espaço no território nacional e para minimizar os problemas associados às concessões de terrenos para diferentes fins;
- ✚ Lei-Quadro sobre Áreas Protegidas que visa criar um quadro legal conducente à conservação de ecossistemas frágeis no RGB e regular o sistema de classificação e a desclassificação de áreas protegidas a nível nacional;
- ✚ A Lei Florestal, que actualiza as regras e tributação da silvicultura em todo o país, com enfoque na reflorestação, sobre-exploração em áreas onde existem serrações e áreas com potenciais problemas de degradação do solo;
- ✚ A Lei das Minas e Minerais que regula as várias formas de exploração dos recursos minerais no país;
- ✚ O Plano Nacional de Acção Florestal que contém uma análise detalhada da situação nacional no que diz respeito à utilização de recursos florestais sustentáveis;

<sup>86</sup> República da Guiné-Bissau (2019). Primeiro relatório

sobre

Alterações Climáticas.

- ✚ O Plano Nacional de Gestão Ambiental (NEMP), que é o principal regulador no RGB das questões ambientais;
- ✚ Planos de Acção Nacionais: Energia Renovável; Energia Sustentável e Eficiência Energética Investimentos em RGB, 2015-2030.<sup>87</sup>

### 6.6. Desafios estruturais

Em termos de medidas mitigadoras, a existência muito limitada de esquemas de protecção social e o enfraquecimento das finanças públicas tornam difícil para o governo fornecer uma rede de segurança para a sua população baseada num financiamento limpo e sustentável ou para estimular a economia. O alívio da dívida acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) deverá libertar algum espaço fiscal, mas o risco de desespero da dívida é exacerbado por

Com o impacto da guerra na Ucrânia, o RGB continuará a depender fortemente dos parceiros da cooperação para o desenvolvimento para a recuperação imediata e os esforços nacionais a longo prazo para alcançar os ODS.

Contudo, a falta de capacidade do governo na recolha e análise de dados e no planeamento estratégico do desenvolvimento continua a ser um constrangimento estrutural à sua realização. A gestão das finanças públicas e a mobilização de recursos fiscais são também desafios recorrentes. O impasse político na ANP atrasou a implementação de um quadro de despesas a médio prazo e colocou desafios para a aprovação do orçamento nos últimos anos, representando um obstáculo à implementação efectiva do plano de desenvolvimento e impedindo a capacidade do parlamento de exercer a supervisão e de responsabilizar o executivo.



<sup>87</sup> República da Guiné-Bissau (2019). Primeiro Relatório de Actualização Bial de Guiné Bissau para o Quadro das Nações Unidas

Convenção sobre as Alterações Climáticas. República da Guiné-Bissau.

## 7. Progressos e desafios para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Esta secção destina-se à análise de cada Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (GDS) e das suas tendências, metas e indicadores associados. Além disso, futuros desafios, oportunidades, riscos e acções para acelerar a implementação dos Pilares: **Pessoas** (SDG 1, SDG 2, SDG 3, SDG 4, SDG 5); **Prosperidade** (SDG 7, SDG 8, SDG 9), SDG 10, SDG 11); **Planeta** (SDG 6, SDG 12, SDG 13, SDG 14, SDG 15); **Paz** (SDG 16); e **Parceria** (SDG 17).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021,<sup>88</sup> a tendência geral é de estagnação para as ODS para as quais existe informação suficiente (não existe informação suficiente para indicar a tendência para as ODS 4, ODS 10 e ODS 12). Observa-se uma tendência favorável à sua realização para (SDG 8 e SDG 13)<sup>9</sup>; observa-se um progresso moderado para SDG 5, SDG 15 e SDG 16); para o resto dos 9 SDG para os quais existe informação disponível, a tendência é de estagnação.

Na subsecção dedicada a cada um dos ODS, a análise é estruturada em torno do quadro dos resultados dos ODS produzidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).<sup>89</sup> O ponto de partida é que alguns

dos 169 objectivos dos GDS não são resultados de desenvolvimento no sentido primário. Pelo contrário, são metas de processo e meios de implementação para facilitar os resultados (81 em número), incluindo as 19 metas do ODS 17 sobre parceria global, as 43 outras metas de implementação no âmbito dos ODS 1-16 (estas são identificadas com letras pequenas após o número da meta, por exemplo 1.b, 3.d, 16.a), bem como 19 outras metas relacionadas com medidas políticas ou outras acções de 'processo'.<sup>90</sup> Os 88 objectivos de resultados distinguem-se ainda entre resultados centrados nas pessoas, resultados a nível da sociedade e resultados ambientais.

Assim, cada subsecção começará com uma análise dos indicadores de resultados de desenvolvimento, distinguindo-os de acordo com as três categorias acima mencionadas. Segue-se uma análise de todo o processo e meios de indicadores de implementação para a obtenção dos resultados. Esta análise é, no entanto, limitada pela disponibilidade de dados e, portanto, apenas são apresentados os alvos para os quais pelo menos um indicador relacionado está disponível.



<sup>88</sup> Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021, <https://dashboards.sdindex.org/profiles/guinea-bissau>

<sup>89</sup> OCDE (2016): Um quadro de resultados baseado nos GDS

para a cooperação para o desenvolvimento

<sup>90</sup> Esta última categoria de objetivos do processo inclui: 8.3, 8.9, 8.10, 9.1, 9.3, 10.4, 10.5, 11.3, 11.4, 12.1, 12.6, 12.7, 12.8, 13.2, 14.4, 14.6, 15.5, 15.7, 15.8.

### DESEMPENHO GLOBAL

### DESEMPENHO MÉDIO POR SDG

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES

**Guiné-Bissau**

**NA,1ss**

PAÍS PAÍS DE ORIGEM

na

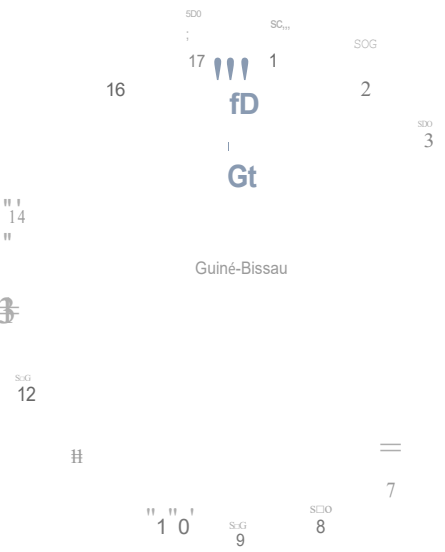
MÉDIA REGIONAL, 51,9

ÍNDICE DE DESEMPENHO ESTATÍSTICO

O (PIOR) A 100 (MELHOR)

0 **33.4** 700

-+



### PAINÉIS DE BORDO E TENDÊNCIAS DA DG



■ MajoHchallenges ■ Signl c.nr

Restrição de Challenges

Informa1mn

não responsável Moderateli Impm Ing f  
- Inlormat,on una a,lable

desafios

Em tmk ou maintalmng 'iDG achieve me t

-1, Dme,1ing

+ S1ag ahng

//r,1.1s, Th lun l llf de C<lal 2'Tuo u ger'l,-End ,un91,, d(hiM food 1e.011y iM Imp, nuum0<1 dnd ain101 lllltairab a911culture'.  
A mle oledCh SDG completa está disponível h,ere: mps://su11ainab1ilm'llilme,,1.un.oi l1011it1/ltaioai,f,de'tlopment1gool,

### T IINDEX INTERNACIONAL SPILLOVER

O (pior) a 100 (melhores)





Sustainable Development Report 2021 **0** The Role of Action for the Sustainable Development Goals

# GUINÉ-BISSAU

## Desempenho do Indicador

### SDG1 - Sem Pobreza

Rácio do número de habitantes pobres em \$ 1.90/dia ("Se,")  
Rácio de contagem de cabeças de povery a 5320/dia ("If,J

### SDG2 - Fome Zero

Prev In e de underoourl,hrnent (%)

Prev.f.f. de 5\llnem. Em crianças com menos de 5 anos ou idade(%)  
Prevalência de w.m.ng em crianças com menos de 5 anos de idade(%)  
Prevalência de obesidade, IMC 30 (% da população adulta)

Nível Trófico Humano (melhor 2-1 pior)  
Cereal-eld (toneladas por hectare de lam lam laminado SharveSled:t)  
Índice de Gestão de Nitrogénio Sustentável (melhor O 1,41 pior)

Exportações de pesticidas perigosos (toneladas por milhão de habitantes)  
**SDG3 - Saúde e Bem-estar**

Taxa de mortalidade materna (por 100.000 biithl vivos)  
Taxa de morta iW neonatal (por 1.000 nascimentos de lioe)  
Taxa de mortalidade, unde,-5 (por 1.000 liYe births.J  
Incidência de tuberculose (por 100,(,0{) popul.>tion)  
Novas infecções HIV [por 1.000 habitantes não infectados)  
Estrela da idade, taxa de mortalidade dardizada devido a cardiovascula, doença. çãncro, diabetes, ou doença respiratória crónica em adultos de 30-70 anos l'lb)  
/governança-padrão,zed taxa de mortalidade atribuível 10 poliuiton do ar doméstico e poluição do ar ambiente11on (pe1 l 00,000 população1lon)  
Traffic dea1ti, (por l 00,000 habitantes)  
Vida e,pectancy at birttl (anos)  
Adolescentes<a taxa de fertilirigação prevista 1 (blnh, por 1000 fêmeas a<Jed 15 m 19)

personificado,n Impom /k.g/cdp,tal  
B rth\ altfmdllJ por ikllled heaHh perlonnel (%)  
Surv1 nng Infant\ que recebeu l recomendação da OMS, um cine,(%)  
Uni,erSJI llea!!! índice de cobertura da idade de cobertura (UHC) de serviço1:e (vwrst (-)100 best)

SL1bJect1w bem-estar (avera e escada 1co,e, wors10-1 O b;>stJ

### SDG4 - Educação de Qualidade

Taxa líquida de matrícula primária (lb)  
baixo,r segundo rato de conclusão \*1%)  
lito>raw ra,e (% of lopton de 15 10 24 anos)

### SDG5 - Igualdade de Género

Procura de family plannir>g sa1ls d por mod rm mei ods (% de fêmeas com idades compreendidas entre os 5 1-0 4l)  
fia110 oftem<média deeduc:arlon recebida (%)  
.tito oftem.le-to-m le ! bor force partclP(ltron r te (%)  
Cadeiras h Id b mulheres em parllJmenr nacional (%)

### SDG6 - Água Limpa e Sanitação

População u,snng a le-isl ba lc drink,ng serviços de água (%)  
Popula1jon usando pelo menos1 sanitation seivices MI básica em 1mpons f<eshwarcr w.thd rawal (% de asallable frel.h water resouicesl  
Amhrop<:igen c was1ewater thar re,elves t<ta1m,:rw (%)  
<,carce w,mir corisumprlon personificado em Impor13,(m /up,ta)

### SDG7 - Energia Limpa e Acessível

População com acesso a electricidade (%)  
Populaton com ace,s 10 combustíveis limpos a d tecnologia d para cozinhar(%)  
CO<sub>2</sub> em sslor, f,om fuel cc,mbru1lon lo, elec1rimy e aquecimento pE,r  
produção total de citros eleitos {MCO;yTWh)  
1019

### SDG8 - Trabalho Decente e Económico G1owth

Crescimento do PIB ajustado (%)  
Vítimas de escravidão por modem,ery (por 1.000 habitantes)  
Adultos com uma conta num banco ou num instituto financeiro ou com um prestador móvel de serviços de dinheiro (% da população com 15 ou mais anos de idade)  
Taxa de desemprego (% da força de trabalho total)  
fundamerital lab-or ri<Jht são teed efetivamente guarar (pior 0-'be5t)  
fa1 l workK-rtl t("d accidenis emb<;,;ll d in Import, (por 100.000 por lation)

### SDG9 - Indústria, Inov. itior, e Inf,astrutura

-lu,,y,,r 11.otiogTroad  
56.5 2021 - -t  
1'80 2G21 -  
NA NA - - -  
27.o 2014 -  
6.0 2014  
9.5 2016 - 1'  
2.1 2017 -  
1,3 20HI -  
1.0 2ms - +

### SDGI 1 - Cidades Sustentáveis e Comunidades

População que utiliza o i11temet (%)  
Assinaturas de banda larga móvel (por 100 habitantes)  
Lugrslle, PerformdnCe Intlle.; Qudl1ty of llade dnd trar1,port-related infra estrutura (pior 1-5 melhor)  
The Times Higher Education lnyYerntiesantng, Nota média de 100 3 univwrsl,<S (mundo 0-100 b sr)  
Artigos científicos e técnicos de jou mal (por 1.000 habitantes)  
Expendim re on resea rd, arid d eve!Gpment (% do PIB)  
G,ni coeficiente adju,ted para cima,r,come  
Palma ra110

### SDG13 - Acção Climática

Proporção da população urbana que vive em bairros de lata(%)  
Anual me,ri con<enuation of p rtiw3ce m,ne, of less fh,,n 2,5 microns de diámetro (rM25l (uglmJ  
Acesso a 10 água melhorada (1% de popul.otion urbano)  
t1sf. :-:1ton w1h llyblc transpo11 (%)  
Resíduos sólidos urbanos (kgJcap1taJday)  
Lixo electrónico (kg/capitaj  
Produc1ion-ba1ted SO2 emi,ion, (kg/ca pit,)  
502 emlss,cmsem corpo em Impom (kg/capital  
Prod c1lon nlirogen em-1s om (kglc,ptal  
103 2 2018 -

### SDG14 - Leitura Abaixo da Água

- Área média protegida Em sítios marinhos importantes para a biodiversidade (%)  
O e,m Índice de Saúde: Clean Wa1er.1 s ,,re (pior O 100 melhor)  
Fl h apanhado do pllot de owre,>d ou collapSd 1% o( total c;a1ch)  
Frsh capturado por nawling ou dredging 1%)  
Peixes capturados que são então dli<:ardecl (%)  
Marir:e blodse,sly rnreatsembodE<ci in Impor13 (perm 1 l,lon populationlon)

### SDGI 5 - life onLand

Significa que protegidos em terrestre,al 1lte,Importan\ a blod,,r,ity 52.6 )019 -  
Significa que é llyrotW? d Em freslw,arer s1r s 1mponan1 a blodlVlrsllly (%)  
fiOQ list lnjar de espécies sur, val (pior 0-1 melhor)  
Destrotação permanente (% da área floresta1,3-e,ir a--rage)  
'erre-sniel e biodwersit de água doce)' ameaças incorporadas,ed (por ml l em populat,lon)

### - SDGI 6 - Paz, Justiça e Instituições Fortes

Homicídios, (por 100.000 habitantes)  
Un,emen(ed deta,nees (% da população prisional1,orrJ  
População que se sente segura caminhando ao longo de uma rua a.lane a1 noite em 1he dly a, área onde theylw(%)  
Direitos de propriedade (pior1 1-7 melhor)  
Registos de nascimento com u-il autiorit (% de crianças1en com menos de 5 anos de idade) 23.7 -

CorrtJpt. no Índice Perc ption iwors1Q-100 bell)  
Chllor<?,nn,olwd inclhidlot>ou 1% 01 pop11ation aged 5 to 74)

b.porls of major rnn,entional weapons /TI/ rnmstam million lJSD r 100,000 pop11a;lon)  
Índice de Liberdade de Imprensa (melhor C-100 pior)  
Acesso 10 ar.d offordabllly of Justice lwors10-1 Jbest)

### SDG17 - Parcerias para os Objectivos

Espertor governamental>d,ng sobre lLh e educal,ou> (% do PIB)  
para os mumrie-s do CAD da OCDE e todos os mumrie-s do CAD da OCDE: rnpessional Internarional finanças públicas, incluindo de! Jclal developmrem asslmoce (% otGNl)  
Outros países: Receitas governamentais excluindo subsídios(% do PIB)  
Pontuação do Ta Hawn Corporativo (b L O-100 pior)  
5to1snc:al Performance ln ex (pior O l 00 be-st/



• Imp lerJ daia ponto1

Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021 ( ) A Década de Acção para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

## 7.1. Pilar das Pessoas





## SDG 1

### Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em qualquer parte do mundo

#### Cible pour laquelle il manque des données :

1.b. Mettre en place aux niveaux national, régional et international des principes de politique générale viables, qui se fondent sur des stratégies de développement favorables aux pauvres et soucieuses de la problématique hommes-femmes, d'accélérer l'investissement dans des mesures d'élimination de la pauvreté.

#### A. Situação e tendências

Com um PIB per capita de 494 dólares, a República da Guiné-Bissau (RGB) é um dos países mais pobres do mundo. Desde que ganhou a independência, o país tem sofrido de instabilidade política crónica, o que levou à deslocação da população e dificultou o crescimento e os esforços de redução da pobreza. Além disso, há um declínio persistente no investimento em serviços sociais essenciais como a saúde e a educação, com a pobreza a ter um impacto desproporcionado em certos grupos, particularmente as mulheres. Em 2021, no contexto da crise do Covid-19, as despesas sociais concentraram-se nos esforços de imunização, saúde, educação e outras despesas sociais, atingindo 4,7% do PIB, lideradas pelas despesas de educação, seguidas pelas despesas de saúde, incluindo as despesas com a pandemia do Covid-19,<sup>91</sup> e as despesas sociais. Contudo, é ainda largamente insuficiente para colmatar as disparidades e assegurar o acesso de todos a serviços básicos de qualidade. Além disso, a situação da dívida e os riscos relacionados com os impactos da guerra na Ucrânia sobre o orçamento correm o risco de reduzir ainda mais as já limitadas margens orçamentais para o aumento das despesas e investimentos sociais.

Em 2018, o Estudo Harmonizado das Condições de Vida das Famílias (HSHC), revelou que a taxa de incidência da pobreza no país era de 47,7%, com uma taxa de gravidade da pobreza de 5,4%.

No RGB, os dados actualizados da produção dos vários sectores mostram uma ligeira melhoria nas estimativas de crescimento em comparação com os dados de Setembro de 2021, mas menos do que o esperado. De facto, para o ano 2022, o crescimento é estimado em 4,6%, contra uma previsão inicial de 3,6%, tendo em conta o aumento do preço no produtor da castanha de caju e a expectativa de exportações equivalentes ao ano 2021, que registou um recorde de mais de 230.000 toneladas exportadas. Este resultado consolidou o crescimento do PIB em 6,4% em 2021, em comparação com os 6,3% anteriormente previstos.<sup>92</sup>



Com um forte aumento dos preços do petróleo e dos alimentos, particularmente dos cereais, devido à pandemia da COVID-19 e à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, espera-se que os preços continuem a subir ao mesmo ritmo que no ano passado. Pelo segundo ano consecutivo, espera-se que a inflação exceda 0,1%, o limite estabelecido pelos critérios de convergência da UEMOA. Este comportamento, semelhante ao de todos os países da UEMOAO, poderia levar o BCEAO a

<sup>91</sup> FMI, Segunda Revisão no âmbito do Programa Monitorizado pelo Pessoal, Fevereiro de 2022.

<sup>92</sup> Comité Nacional de Política Económica, Março de 2022.

para levantar as medidas de estímulo económico e aumentar as taxas de juro para conter a inflação. pressões inflacionistas, com um impacto negativo no investimento e no consumo.

O valor do IDH da Guiné-Bissau para 2019 é de 0,480 - colocando o país na categoria de "baixo desenvolvimento humano" e 175º entre 189 países e territórios. Esta classificação é partilhada com a República Democrática do Congo e a Libéria. Entre 2005 e 2019, o IDH do GGB aumentou de 0,403 para 0,480 (um aumento de 19,1%). Entre 1990 e 2019, a esperança de vida à nascença aumentou em 11,2 anos, a duração média da escolaridade aumentou em 1,3 anos e a duração esperada da escolaridade aumentou em 7 anos. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita aumentou quase 17,9% entre 1990 e 2019. O IDH de 2019 do GGB, a 0,480, está abaixo da média do grupo de países com baixo desenvolvimento humano, a 0,513, e abaixo da média da África Subsaariana, a 0,547. Entre os países da África Subsaariana, os dados do RGB são comparados com os do Benin e da Libéria, que têm HDIs de 158º e 175º respectivamente.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que destaca várias privações sobrepostas sofridas pelas pessoas em três dimensões: saúde, educação e padrões de vida.<sup>93</sup>

Dando continuidade à prática dos anos anteriores, o HDRO publica os programas estatísticos utilizados para calcular o IPM 2020 para uma vasta selecção de países.<sup>94</sup> No RGB, 67,3% da população (ou 1.261 mil pessoas) vive em pobreza multidimensional e outros 19,2% são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional (ou 359 mil pessoas). No RGB, a intensidade da privação, ou seja, a pontuação média de privação sofrida pelas pessoas em pobreza multidimensional, é de 55,3%. O IPM, a proporção da população que vive na pobreza multidimensional, ajustada à intensidade da privação, é de 0,372. O Benim e a Libéria têm um MPI de 0,368 e 0,320, respectivamente.

O Objectivo 1 tem sete metas, cinco das quais são metas de resultados (1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5) e duas metas de implementação (1.a, 1.b). Com base nos dados disponíveis, a situação de pobreza é preocupante, exigindo uma acção urgente. Por exemplo, falta um quadro nacional de protecção social, enquanto seis em cada dez trabalhadores vivem na pobreza. Na Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos Humanos, o RGB comprometeu-se em 2020 a fazê-lo: "continuar os seus esforços para formular uma estratégia de protecção social como uma boa forma de erradicar a pobreza no país e medir os progressos no sentido da realização dos ODS (Recomendação número 119.96).

O RGB está também empenhado em prosseguir os esforços para implementar a igualdade de género, um factor importante na luta contra a pobreza<sup>95</sup>.



<sup>93</sup> Dois indicadores são utilizados para avaliar a saúde e a educação, e seis para o nível de vida. Todos os indicadores necessários para compilar o IPM de um país provêm do mesmo inquérito aos agregados familiares. Uma pontuação de privação de 33,3% (um terço dos indicadores ponderados) é utilizada para distinguir os pobres dos não pobres. As pessoas com uma pontuação de privação de 20% ou mais, mas inferior a 33,3%, são consideradas vulneráveis à pobreza multidimensional. Finalmente, as pessoas com uma pontuação de privação de 50% ou mais vivem em extrema pobreza multidimensional

<sup>94</sup> <http://hdr.undp.org/en/content/mpo-statistical-programmes>

<sup>95</sup> Recomendação N° 119.148

## Tendência dos resultados do ODM 1

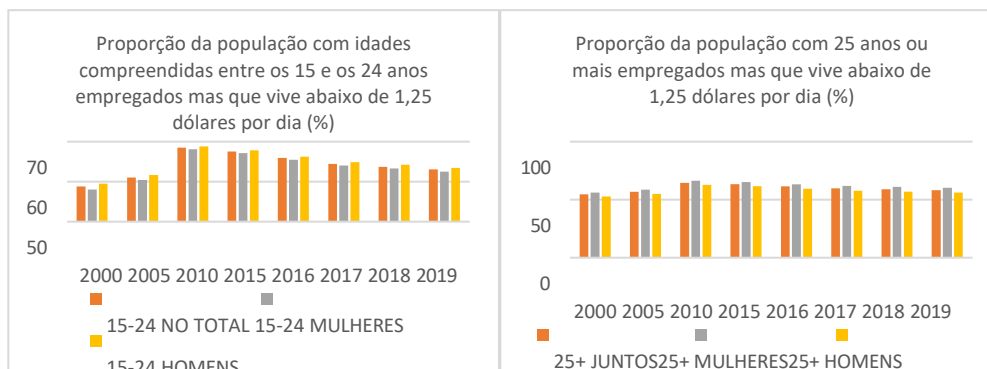
Todos os cinco objectivos de resultados concentram-se em indivíduos. Com base na informação disponível, o estado destes alvos é o seguinte.

**Meta 1.1: Até 2030, erradicar a pobreza extrema a nível mundial (actualmente definida como viver com menos de 1,90 dólares por dia).**

O Banco Mundial estima que 65,3% da população em 2018 vivia com menos de \$1,90 em termos de paridade de poder de compra em 2011, reflectindo muito pouco progresso em relação ao nível de 68,4% em 2010. O impacto da pandemia da COVID-19 causou o agravamento da situação em 2020, elevando a taxa de pobreza para 66,6% no limiar internacional.

O emprego é geralmente aceite como a principal fonte de rendimento para a maioria dos agregados familiares. Assim, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) produz regularmente estimativas de pobreza para o grupo de empregados. Independentemente da idade, cerca de seis em cada dez pessoas activas vivem na pobreza. De facto, para o ano 2019, a proporção de pessoas que vivem com menos de 1,90 dólares por dia entre os trabalhadores com idades compreendidas entre os 15-24 anos era de 63% e é de 58% entre os trabalhadores com 25 anos ou mais. Na última faixa etária, a pobreza entre as trabalhadoras é ainda mais pronunciada (60,2%). A pobreza global entre os trabalhadores com 15 anos ou mais aumentou de 59,3% em 2019 para 61,4% em 2020. Note-se que estes níveis são significativamente superiores aos níveis médios nos países menos desenvolvidos (a taxa de pobreza dos trabalhadores com 15 anos ou mais era de 30,5% em 2020).<sup>96</sup>

**Figura 7.1: População empregada que vive abaixo do limiar de pobreza internacional, por idade**



Fonte: Escritório Internacional do Trabalho (2021)

**Meta 1.2: Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que sofrem de qualquer forma de pobreza, tal como definido por cada país.**

Com base nos dados do Inquérito Harmonizado sobre as Condições de Vida das Famílias (HLCS) de 2018-2019, foi dada uma definição nacional de pobreza monetária no RGB para os agregados familiares. Assim, uma família é considerada pobre se o seu consumo médio anual por pessoa for inferior ao limiar de pobreza, fixado em 271.072 francos CFA por ano (743 francos CFA por dia), o que corresponde ao montante mínimo para garantir as necessidades básicas em bens e serviços alimentares e não alimentares. Ao fazê-lo, estimava-se que 47,7% da população vivia na pobreza em 2019. Isto indica uma melhoria considerável da situação em relação a 2010, o último ano para o qual havia estimativas disponíveis, com uma incidência de pobreza de 69,3%. Por outro lado, a pobreza permanece mais pronunciada nas zonas rurais, com uma taxa de pobreza de 62,9% em 2019 após a taxa de 75,6% em 2010, tendo em conta que cerca de 75-80% da população activa é rural.

---

<sup>96</sup> O Relatório SDG 2021.



Um índice de pobreza multidimensional baseado na medida Alkire e Foster (2007) foi estimado, por uma equipa do Ministério da Economia, com o apoio do Sistema das Nações Unidas, utilizando dados do Multiple Indicator Cluster Survey (MICS6) realizado em 2018-2019. Isto estabeleceu que as disparidades entre as áreas urbanas e rurais em privação multidimensional são bastante gritantes; 79,5% da população rural é pobre contra uma taxa de pobreza de 31,8% nas áreas urbanas. A pobreza multidimensional grave é mais prevalente nas zonas rurais do que nas zonas urbanas (24,2% contra 3,5% respectivamente). Notando que a incidência da pobreza nos agregados familiares chefiados por mulheres é 50,3% inferior à dos agregados familiares chefiados por homens (66,9%), e que a pobreza é menos prevalente nos agregados familiares chefiados por pessoas com pelo menos o ensino secundário (25,6%) em comparação com 61,5% para o ensino primário e 78,2% para as pessoas sem instrução.

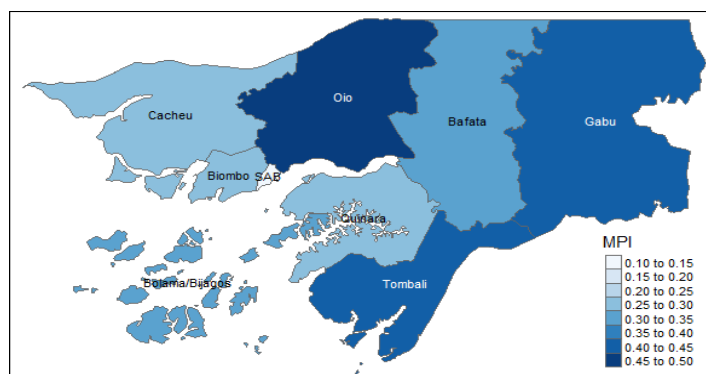
**Quadro 1 Incidência (H), intensidade (A) e incidência ajustada (M0), desagregada por variáveis seleccionadas**

Nível de Desagregação	Índice	H (%)	A	Índice MPI (M0)	Pobres Moderados (%)	Pobre Grave (%)	Percentagem da população total (%)
<b>Nacional</b>		64,3	0,500	0,322	32,2	17,6	<b>100,0</b>
<b>Local de residência</b>							
	Urbano	31,8	0,434	0,138	13,8	3,5	<b>32,0</b>
	Rural	79,5	0,513	0,408	40,8	24,2	<b>68,0</b>
<b>Género do chefe de família</b>							
	Sexo masculino	66,9	0,507	0,339	33,9	19,5	<b>84,3</b>
	Mulher	50,3	0,453	0,228	22,8	7,3	<b>15,7</b>
<b>Educação do chefe de família</b>							
	Sem educação / Pré-escola	78,2	0,522	0,408	40,8	25,1	<b>46,6</b>
	Primário	61,5	0,480	0,295	29,5	14,1	<b>39,7</b>
	Ensino Secundário / Superior	25,6	0,414	0,106	10,6	2,2	<b>13,7</b>

Fonte: MEPIR (2021)

A decomposição do MPI<sup>97</sup> mostra que as privações relacionadas com a educação e as condições de vida são as que mais contribuem para o MPI, com 41,6% e 35,9% respectivamente. Mas a contribuição das diferentes dimensões não varia entre as zonas urbanas e rurais. As disparidades entre regiões são mostradas na Figura 7.2. A região de *Oio* é visivelmente a mais pobre multi-dimensional, seguida pelas regiões de *Gabú* e *Tombali*. O Sector Autónomo de Bissau (SAB), que alberga a capital *Bissau*, é logicamente o menos pobre, seguido pelas regiões de *Quinara* e *Biombo*.


**Figura 7.2: Variações no IPM por região**



Fonte: MEPIR (2021)

Os dados do mesmo inquérito foram utilizados para analisar as privações específicas de





<sup>97</sup> Ver o relatório para detalhes metodológicos.

crianças. As análises mostram que todas as crianças experimentam pelo menos uma privação em 7,<sup>98</sup> independentemente da sua idade. Além disso, uma maior proporção de crianças experimenta 4 ou mais privações em simultâneo. 79% das crianças de 0-4 anos experimentam entre 4 e 6 privações em simultâneo, 95% das crianças de 5-14 anos experimentam entre 4 e 7 privações em simultâneo, e 82% das crianças de 15-17 anos experimentam entre 4 e 6 privações em simultâneo. Finalmente, a dimensão com maior incidência de privação é o saneamento (97% entre crianças de 0-4 anos; 96% entre crianças de 5-14 anos; 94% entre crianças de 15-17 anos).

**Meta 1.3: Desenvolver sistemas e políticas de protecção social apropriados a nível nacional para todos, incluindo os níveis de protecção social, e assegurar que até 2030 uma proporção significativa dos pobres e vulneráveis beneficie dos mesmos.**



Segundo as estimativas da OIT para o ano 2020, a população beneficia muito pouco dos níveis ou sistemas de protecção social, em 0,9% de todos os esquemas, em comparação com 13,4% para os países de baixo rendimento. Não existe no país nenhum esquema de subsídio de desemprego, com excepção das pessoas que vivem com uma deficiência grave 0,2% e das pessoas em idade de reforma, 0,2% que recebem efectivamente estas transferências sociais. Isto é devido à

preponderância do sector informal (mais de 90% do emprego). Além disso, como parte da sua revisão pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU em 2020, o RGB comprometeu-se a fazê-lo: "prosseguir os seus esforços para formular uma estratégia de protecção social como uma boa forma de erradicar a pobreza no país e medir os progressos no sentido da realização dos ODS (Recomendação 119.96)".

**Meta 1.4: Até 2030, assegurar que todas as mulheres e homens, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais a recursos económicos e acesso a serviços básicos, posse da terra, controlo sobre a terra e outros bens, herança, recursos naturais e novas tecnologias e serviços financeiros adequados às suas necessidades, incluindo microfinanças.**

O acesso aos serviços básicos continua a ser relativamente pobre. A proporção da população que vive em casas com acesso a água potável estagnou em 59% durante o período de 2015-2020, mas a situação nas áreas urbanas deteriorou-se ligeiramente de 73% para 71% durante o mesmo período. A utilização de casas de banho decentes é possível para uma proporção muito pequena da população, aumentando de 14% em 2015 para 18% em 2020; nas zonas rurais, o nível do indicador só atingiu 5% em 2018 e permaneceu o mesmo até 2020.<sup>99</sup> As desigualdades regionais em termos de acesso aos serviços básicos são profundas e isto também foi salientado pelos intervenientes consultados durante as consultas organizadas com a sociedade civil em Março de 2022.

Em termos de inclusão financeira, existe um forte contraste entre a falta de desenvolvimento das microfinanças no país, que atinge apenas 0,9% da população, e a rápida expansão do dinheiro móvel em 2021 (em 2020, 91,6% dos adultos tinham aberto contas de dinheiro móvel e 47,7% eram utilizadores activos).<sup>100</sup>

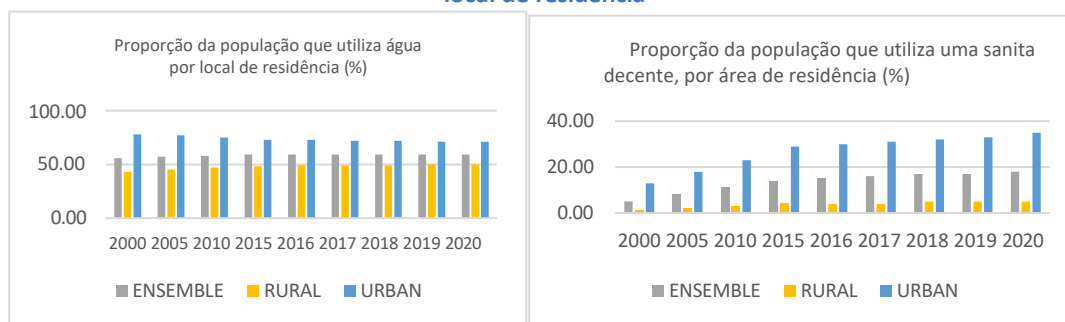
<sup>98</sup> As dimensões da privação incluem abrigo, água, saneamento, educação, protecção, saúde e nutrição para crianças menores de 5 anos; para crianças entre 5-14 e 15-17 anos, a nutrição é substituída pela informação. Mas dentro de cada dimensão, os indicadores são específicos para cada uma das três categorias etárias. Os pormenores da metodologia são fornecidos por MEPIR (2021).

<sup>99</sup> Existem indicadores que são considerados para avaliar a evolução de vários objectivos.

<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-01-04-01.pdf>

<sup>100</sup> Fonte: Estudo do PNUD.

**Figura 7.3: Tendências no acesso aos serviços básicos (água potável e casas de banho decentes), por local de residência**



Fonte: UNDESA (2021)

O acesso da população adulta à posse segura de terras é relativamente baixo: a disponibilidade de um documento legal de posse de terras é reconhecida por 21,7% de todos os adultos, incluindo 21,2% das mulheres. 97,6% dos adultos acreditam ter o direito de possuir terras, enquanto 79,3% destes adultos acreditam possuir terras, mesmo que não tenham um documento legal.

**Meta 1.5: Até 2030, aumentar a resistência dos pobres e vulneráveis e reduzir a sua exposição e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.<sup>101</sup>**

#### Quadro 2 Número de pessoas mortas, desaparecidas ou directamente afectadas por catástrofes

Indicadores de vulnerabilidades	2017	2018
Número de pessoas desaparecidas em catástrofes	13,00	Nd
Número de pessoas afectadas por catástrofes	3 360,00	9,00
Número de pessoas que morreram em catástrofes	30,00	1,00
Número de pessoas mortas ou desaparecidas em catástrofes por 100.000 habitantes	2,75	0,06
Número de pessoas que morreram ou desapareceram em desastres	43,00	1,00
Número de pessoas directamente afectadas pelas catástrofes por 100.000 habitantes	214,58	0,57
Número de pessoas feridas ou doentes em catástrofes	2 232,00	1,00
Número de pessoas cujas casas são danificadas em catástrofes	688,00	8,00
Número de pessoas cujas casas são destruídas por catástrofes	440,00	Nd

Fonte: UNDESA (2021)

Estas situações resultaram em perdas e deslocações, principalmente relacionadas com a destruição de habitações, estimadas em USD 3.624.100 em 2017 e USD 11.850 em 2018. Estas perdas correspondem a 0,003% e 0,00001% do PIB do RGB nestes dois anos, respectivamente.

#### Processos e meios de implementação específicos do SDG 1

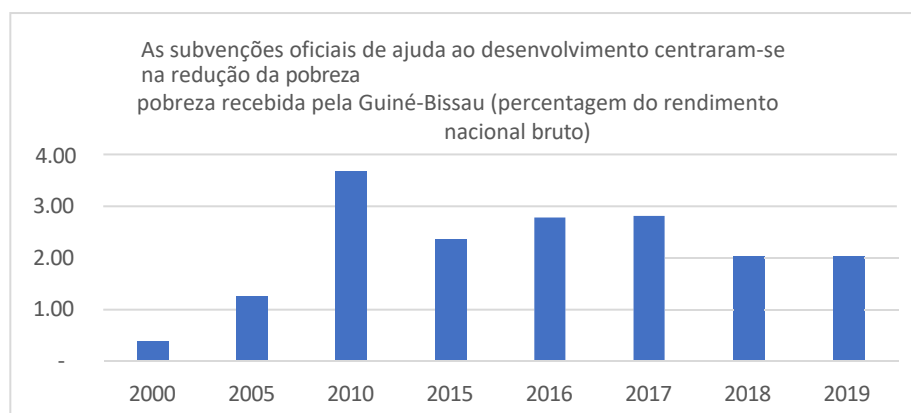
**Objectivo 1.a: Assegurar uma mobilização significativa de recursos de múltiplas fontes, inclusive através de uma cooperação reforçada para o desenvolvimento, a fim de fornecer aos países em desenvolvimento, particularmente aos países menos desenvolvidos, recursos adequados e previsíveis para implementar programas e políticas destinadas a erradicar a pobreza em todas as suas formas.**

O RGB tem sido um beneficiário consistente de subvenções de ajuda pública ao desenvolvimento orientadas para a redução da pobreza por parte dos seus parceiros e também tem sido bem sucedido na mobilização de fundos. Estimadas como uma proporção do rendimento nacional bruto, estas subvenções flutuaram entre 2 e 3% desde 2015, contra 3,7% em 2010. Além disso, o financiamento para os sectores sociais é

<sup>101</sup> O relatório 2022 do PNUD "Vulnerability Mapping and Analysis to Better Identify the Left Behind in Guinea Bissau" oferece uma estimativa recente da vulnerabilidade, concluindo que 73,1 por cento da população é vulnerável. A análise é desagregada por vários dados demográficos relevantes, tais como o género, o estatuto profissional, a região ou o sector de actividade.

Isto levanta a questão da sua sustentabilidade e durabilidade. É por isso que é necessária uma diversificação das fontes de financiamento, através da mobilização de recursos próprios.

**Figura 7.4: Tendências das subvenções de ajuda pública ao desenvolvimento para a redução da pobreza Recebido pela Guiné-Bissau**



Fonte: UNDESA (2021)

A única informação disponível sobre a despesa pública em serviços essenciais (educação, saúde e protecção social) é sobre educação, que representou uma quota de 13% da despesa pública anual total em 2015, 10% em 2016 e 15% em 2017.

## **B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração :**

### **B.1 Desafios e riscos futuros**

- ✓ A limitada margem de manobra orçamental.
- ✓ Desenvolvimento do sector privado e do empreendedorismo.
- ✓ Capacitação das mulheres e da juventude.
- ✓ As gritantes desigualdades provinciais e rurais-urbanas em termos de pobreza e acesso a serviços básicos.
- ✓ Resiliência de comunidades vulneráveis.
- ✓ Aumento das despesas e investimentos sociais.

### **B.2 Oportunidades**

- ✓ A existência de um potencial agrícola e pesqueiro.
- ✓ A Política Nacional de Juventude-2015-2035.
- ✓ O programa nacional de voluntariado.
- ✓ A lei-quadro sobre o voluntariado, adoptada em 2021.
- ✓ A existência de uma agência nacional de emprego de jovens (ANEJ).

### **B.3 Acções de aceleração**

- ✓ Mobilizar as receitas internas e aumentar o espaço fiscal para desenvolvimento e despesas do sector social.
- ✓ A implementação de planos de desenvolvimento sectorial.
- ✓ Reforçar a subsistência dos agregados familiares vulneráveis, a fim de aumentar a sua empoderamento através de actividades geradoras de rendimentos.
- ✓ A preparação e implementação de planos de desenvolvimento local.
- ✓ O desenvolvimento e implementação de uma estratégia nacional de protecção social.
- ✓ Aumentar a protecção social para os pobres e vulneráveis com base num financiamento sustentável.



## SDG 2

### Eliminar a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar nutrição e promover a agricultura sustentável.

#### A. Situação e tendências

##### Alvos para os quais faltam dados :

Cerca de 75-80% da população activa do GGB vive em zonas rurais, contribuindo com 67% do PIB. Até 2030, eliminar a fome e assegurar que todos, especialmente os pobres e vulneráveis, incluindo as crianças, tenham acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos durante todo o ano. A agricultura desempenha um papel importante na balança comercial do país, gerando mais de 96% das receitas de exportação.

2.4. Até 2030, assegurar a sustentabilidade dos sistemas de produção alimentar e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, contribuam para a preservação dos ecossistemas, e aumentem a resistência às alterações climáticas, eventos climáticos extremos, secas, inundações e outras catástrofes, e melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

Objectivo 2.b: Corrigir e prevenir restrições e distorções que prejudiquem o funcionamento dos mercados agrícolas mundiais, nomeadamente através da eliminação paralela de todas as formas de subsídios às exportações agrícolas e de todas as medidas de exportação com efeito equivalente, em conformidade com o mandato da Ronda de negociações de Doha para o desenvolvimento.

Objectivo 2.c: Adotar medidas para assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de alimentos e mercadorias e facilitar o rápido acesso à informação do mercado, incluindo níveis de reserva alimentar, para ajudar a limitar a extrema volatilidade dos preços dos alimentos.

202.000 toneladas e o país depende do arroz importado da Ásia que chega aos consumidores nacionais a um preço 30-40% mais barato do que o do arroz nacional, embora este último seja preferido pelas suas qualidades organolépticas.

O RGB tem um elevado potencial agrícola com 1.630.000 ha de terra utilizada para a agricultura, representando 45% da área total do país. A área cultivada é estimada em 300.000 ha, ou 18% do potencial agrícola. A infra-estrutura rural degradada e o equipamento obsoleto, o uso irracional da água de irrigação (sistemas tradicionais e modernos) contribuem para a baixa produtividade da agricultura familiar. A fragilidade dos ecossistemas é acentuada pelos efeitos das alterações climáticas. Além disso, as mulheres agricultoras são penalizadas porque têm pouco poder de decisão sobre o orçamento familiar, o que aumenta as desigualdades e contribui para a persistência da insegurança alimentar e da subnutrição.

A maior parte da cultura anual do caju é exportada no seu estado bruto (em espécie),



e o sector sofre de uma falta de investimento, o que resulta em rendimentos mais baixos. O arroz, a principal cultura cerealífera, é cultivado principalmente para consumo doméstico. A produção de cereais enfrenta uma série de desafios: chuvas erráticas e inundações relacionadas com as alterações climáticas, investimento insuficiente em infra-estruturas e equipamento para o desenvolvimento da cadeia de valor agrícola, degradação ambiental nas zonas baixas, falta de insumos agrícolas e crédito, migração rural-urbana, e fracas organizações de pequenos produtores.

O défice bruto de cereais para 2017/18 foi de 201.871 toneladas, e o país está dependente das importações de arroz, que são normalmente trocadas por castanhas de caju. Qualquer declínio no rendimento familiar devido a preços ou volumes de vendas mais baixos da castanha de caju afecta a acessibilidade do preço do arroz. Por conseguinte, a chuva irregular e as flutuações nas vendas e preços do caju afectam a segurança alimentar.



Os mercados funcionam e são bem fornecidos tanto com produtos locais como importados. Apenas 1% dos bissau-guineenses utilizam o sistema bancário, e o acesso ao crédito é limitado. O acesso é ainda mais difícil para as mulheres porque são mais afectadas pelo analfabetismo, estão menos integradas nos sistemas de educação formal, e é pouco provável que possuam capital, terra ou outros recursos produtivos. Os comerciantes relatam poder aumentar a oferta de arroz importado em 25% em menos de duas semanas, mas pode esperar-se que os preços do arroz aumentem acentuadamente em tempos de crise.

A percentagem de agregados familiares com insegurança alimentar é mais elevada nas zonas rurais onde a desnutrição crónica é também mais prevalente. Entre as crianças menores de 5 anos, a taxa de desnutrição aguda excede 6%. A taxa de desnutrição crónica é de 28% (29% dos rapazes e 26% das raparigas) e é superior a 30% nas regiões de Oio 35%, Bafatá 34%, e Gabu 30,1%. Apenas 53% dos bebés com menos de 6 meses de idade são exclusivamente amamentados, e apenas 20% das mães praticam o aleitamento materno exclusivo durante os primeiros 6 meses. 46% das mulheres e raparigas entre os 15-49 anos de idade sofrem de anemia. Em 2014, apenas 8% dos lares utilizavam sal iodado, enquanto que em 2018-2019, esta proporção aumentou para 32,6%.<sup>102</sup>

Um inquérito conduzido pelo Ministério da Saúde Pública, Família e Coesão Social mostra que 11% das mulheres e raparigas entre os 15-49 anos de idade estão gravemente subnutridas, e o sistema de segurança alimentar e controlo nutricional indica que apenas 29% das mulheres e raparigas atingem o limiar mínimo de diversidade alimentar. O baixo peso à nascença afecta 21% dos recém-nascidos. A desnutrição entre as mulheres grávidas e lactantes é um dos principais factores subjacentes às elevadas taxas de mortalidade materna e infantil e de subnutrição infantil. Apenas 8% das crianças dos 6 aos 23 meses de idade recebem uma ingestão alimentar mínima aceitável. A desnutrição aguda entre as pessoas que vivem com VIH e tuberculose excede os limiares críticos. O excesso de peso e a obesidade estão a tornar-se um problema entre crianças e adolescentes.

Para além da importante biodiversidade global das suas florestas (por exemplo, o arquipélago das Bijagós é uma reserva da biosfera), o GBR tem recursos abundantes

<sup>102</sup> MICS6, 2018-2019.

O país tem também algumas das terras mais produtivas do mundo. O país tem também algumas das terras mais produtivas do mundo. As principais colheitas de caju de monocultura, arroz de zonas húmidas em mangais limpos, e rotações variáveis de arroz, milho, painço e sorgo de terras altas. O sector do caju funciona como a principal cultura de rendimento para a população local. A produção de arroz é a segunda cultura mais importante e é crucial na luta contra a pobreza, devido ao seu papel na segurança alimentar.

O aumento da produção interna de arroz é visto como uma forma de compensar as importações de alimentos básicos e aumentar os rendimentos rurais (DENARPII). No entanto, a limpeza descontrolada de terras para o cultivo de arroz em terras baixas é também o principal motor da desflorestação e degradação do ecossistema, o que, juntamente com as actuais previsões climáticas, aumenta grandemente o risco de perda irreversível de produtividade das terras. Isto pode comprometer a segurança alimentar e esgotar o principal recurso económico do país. No entanto, e em contraste com muitos outros países em desenvolvimento onde a agricultura é a principal actividade económica, o sector agrícola tem um grande potencial de crescimento se gerido de forma sensata. Há também o reconhecimento do potencial inexplorado do turismo (particularmente do ecoturismo), que actualmente dá um contributo marginal mas crescente para a economia da GBR.

O Objectivo 2 tem oito objectivos, cinco dos quais são baseados em resultados (2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5) e três são baseados em meios (2.a, 2.b, 2.c). Com base nos dados disponíveis, pode notar-se que, no RGB, o atordoamento e o desperdício são relativamente menos prevaletentes do que as médias da África Subsaariana, com disparidades significativas entre ambientes (rurais/urbanos) e regiões de residência. A situação da anemia das mulheres em idade fértil é mais preocupante em comparação com a da África Subsaariana no seu conjunto.

### Tendência dos resultados do ODM 2

Dos cinco objectivos de resultados do ODM 2, três são centrados nas pessoas e dois são sobre o ambiente.

### Resultados centrados nas pessoas

**Objectivo 2.2: Acabar com todas as formas de desnutrição até 2030, incluindo o cumprimento dos objectivos internacionalmente acordados para o atrofiamiento e o desperdício de crianças com menos de cinco anos até 2025, e abordar as necessidades nutricionais de raparigas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, e pessoas idosas**

De acordo com os resultados do MICS6 2018-2019, no RGB, a taxa de prevalência de atrofiamiento<sup>103</sup> em crianças com menos de 5 anos de idade foi de 27,7%. Notando que a média dos países da África Subsaariana era de 32,3% em 2020. A situação é mais alarmante para os rapazes do que para as raparigas, com taxas de prevalência de atrofiamiento de 29,7% e 25,6% respectivamente. Nas zonas rurais, a taxa de prevalência de atrofiamiento é de 31,3%, em comparação com 17,4% nas zonas urbanas. No Sector Autónomo de Bissau, a taxa de prevalência de atrofiamiento é de 14,3%, com níveis muito elevados nas regiões de Gabu (30,5%) e Oio (36,8%).

A prevalência da malnutrição<sup>104</sup> foi a seguinte em 2019: a taxa de desperdício foi de 5,1% enquanto que o excesso de peso afectou 2,6% das crianças. Note-se que a média para os países da África Subsaariana era de 5,9% em 2020. A taxa de desperdício para os rapazes (5,6%) é mais elevada do que para as raparigas (2,6%).

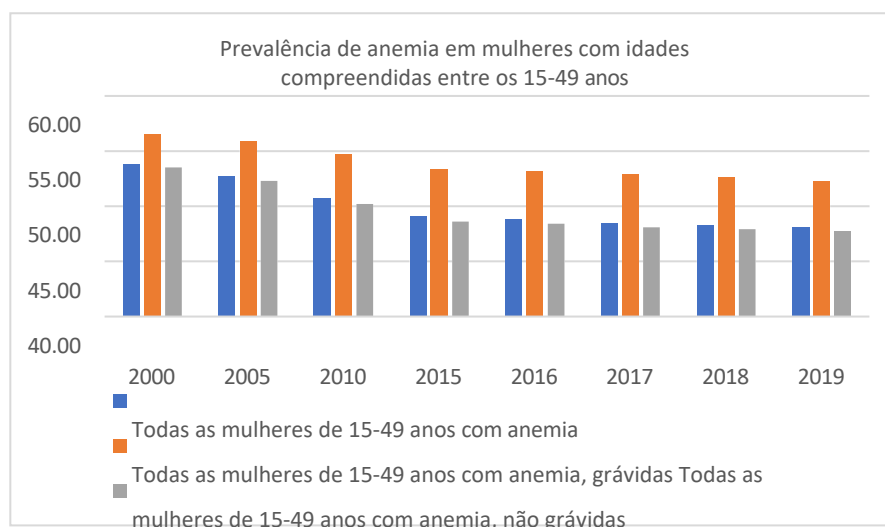
<sup>103</sup> Atofiamiento moderado e severo: índice altura/idade inferior a -2 desvios padrão em relação à mediana do Os critérios de crescimento infantil definidos pela OMS.

<sup>104</sup> Desnutrição moderada e grave: índice de peso por altura superior a +2 desvios padrão ou inferior a -2 desvios padrão da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS para crianças com menos de 5 anos, por forma (excesso de peso e desperdício).

A taxa de desperdício é mais elevada para raparigas do que para rapazes (4,5%). A taxa de desperdício é de 5,2% nas zonas rurais em comparação com 4,7% nas zonas urbanas. Os níveis mais elevados de desperdício são registados nas regiões de Gabu (8,1%) e Oio (6,8%).

A taxa de prevalência de anemia entre as mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos tem diminuído constantemente desde 2000, mas tem abrandado nos últimos anos. De 49,1% entre todas as mulheres de 15-49 anos de idade e 53,4% entre as mulheres grávidas em 2015, esta taxa caiu para 48,1% e 52,3% respectivamente em 2019. A situação é assim mais preocupante em comparação com a média da África Subsaariana, com uma taxa de 40,7% em 2019.

**Figura 7.5: Tendências na prevalência de anemia entre mulheres com idades compreendidas entre os 15-49 anos**



Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 2.3: Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos, especialmente mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, incluindo através da garantia de igualdade de acesso à terra, a outros recursos e insumos produtivos, ao conhecimento, serviços financeiros, mercados, e oportunidades de adição de valor e emprego fora da exploração agrícola.**

Segundo estimativas da FAO, a produtividade agrícola média no RGB, para um dia de trabalho, em 2019, dos pequenos produtores era de 11,5 dólares constantes em 2011, em paridade de poder de compra. A diferença é menor com os grandes produtores, para os quais a produtividade é de 12,8 dólares. Em todas as escalas de produção, as produtoras têm um melhor desempenho do que os homens, com uma produtividade média de 16,6 dólares. Em termos de ganhos de rendimento, em 2019, os pequenos produtores agrícolas ganharam uma média de US\$1.941 em termos de paridade do poder de compra em 2011, sendo o ganho médio para os homens (US\$2.055) melhor do que para as mulheres (US\$1.333). Os grandes produtores ganharam mais do dobro dos pequenos produtores em termos de rendimento: o rendimento médio global é de \$5,837, o das mulheres é de \$3,878 e o dos homens é de \$5,982.

A fim de aumentar a capacidade produtiva e os rendimentos dos pequenos produtores, o desenvolvimento do sector é confrontado com dificuldades relacionadas com o baixo nível de investimento em infra-estruturas, o baixo nível de domínio das técnicas de produção e a pressão muito forte das pragas. Os pequenos produtores lutam para se posicionarem no sector e na cadeia de valor a fim de comercializarem os seus produtos de forma justa e aumentarem os seus rendimentos, sofrendo assim da debilidade da estrutura do sector e da distribuição injusta dos rendimentos na cadeia de valor. A baixa densidade e a má qualidade das infra-estruturas rodoviárias impedem a comercialização de produtos rurais e privam os produtores

de acesso a mercados mais bem pagos. Esta situação multiplica o número de

de colectores intermediários com impactos negativos nos preços ao produtor.

### Resultados ambientais

**Meta 2.5:** Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, culturas e animais de criação ou domesticados e parentes selvagens, incluindo através de bancos de sementes e plantas bem geridos e diversificados a nível nacional, regional ou internacional, e assegurar o acesso e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente.

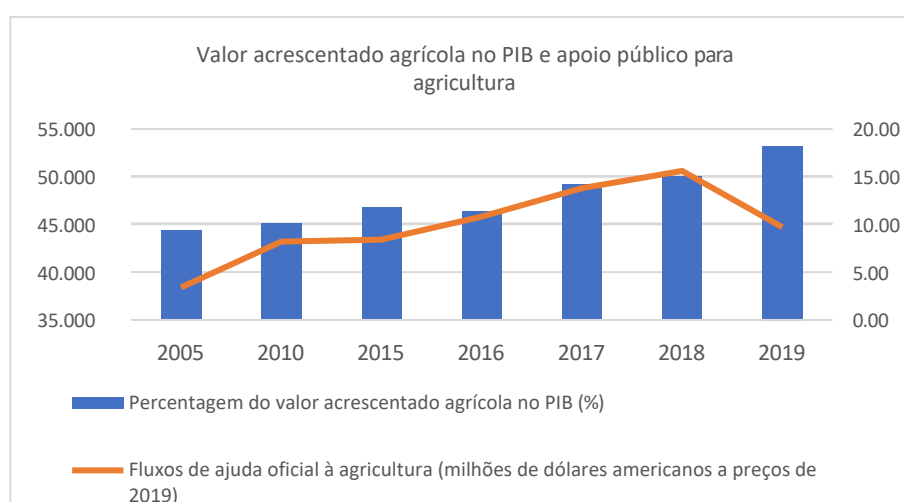
O GBR ainda não empreendeu a criação de instalações para a conservação segura a médio ou longo prazo dos recursos genéticos (animais ou plantas) para a alimentação e agricultura. Além disso, não existe um directório de raças locais consideradas em perigo de extinção. Durante as consultas com a sociedade civil, vários participantes expressaram a necessidade de serem formados em sementes e pesticidas, a fim de garantir maiores rendimentos.

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 2

**Objectivo 2.a:** Aumentar, nomeadamente através de uma cooperação internacional reforçada, o investimento em infra-estruturas rurais, investigação agrícola e serviços de extensão, e o desenvolvimento de tecnologias e bancos de genes de plantas e gado, para aumentar as capacidades produtivas agrícolas dos países em desenvolvimento, particularmente dos países menos desenvolvidos.

A parte da agricultura no valor acrescentado do PIB é significativa e aumentou de 46,8% em 2015 para 53,2% em 2019. No entanto, a percentagem da despesa pública dedicada à agricultura diminuiu consideravelmente de 14,5% em 2015 para 4,2% em 2017. Assim, entre estes dois períodos, o índice de orientação agrícola da despesa pública, medido pelo rácio entre a parte da despesa pública dedicada à agricultura e a parte do valor acrescentado da agricultura no PIB, caiu de 0,100 para 0,086. Note-se que o nível deste índice é muito inferior ao nível de 2010 de 0,320. A ajuda pública ao desenvolvimento dirigida à agricultura tem aumentado de forma constante nos últimos anos, de 8,4 milhões de dólares em 2015 para 15,6 milhões de dólares em 2018. Mas voltou a cair para 9,7 milhões de dólares em 2019.

Figura 7.7: Tendências do valor acrescentado agrícola e da ajuda pública ao desenvolvimento para a agricultura



Fonte: UNDESA (2021)

A falta de investimento em infra-estruturas rodoviárias e rurais para o desenvolvimento do sector agrícola foi também destacada nas consultas da sociedade civil regional realizadas em Março de 2022.

## **B. Futuros desafios, riscos, oportunidades, e acções de aceleração:**

### **B1. Desafios e riscos futuros**

- ✓ Adaptação dos sistemas de produção às alterações climáticas, incluindo o desafio da salinização dos Bolamas.
- ✓ Diversificação da produção agrícola.
- ✓ Conservação e protecção dos recursos naturais produtivos.
- ✓ Aumento do investimento agrícola, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas rurais e rodoviárias.
- ✓ Aumentar a capacidade de produção e melhorar a organização do sector agrícola (castanha de caju).
- ✓ Apoio à produção, incluindo insumos e equipamento, bem como apoio à irrigação, especialmente para os pequenos produtores.
- ✓ Uma política centrada numa melhor distribuição de rendimentos para os pequenos produtores
- ✓ Reformas fundiárias e institucionais.
- ✓ A abertura de grandes áreas de produção agrícola.

### **B2. Oportunidades**

- ✓ O Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA 2ª geração) 2017-2022.
- ✓ Plano estratégico para as pescas 2015-2020.
- ✓ O plano de gestão dos recursos haliêuticos.
- ✓ Apoio sectorial ligado aos acordos de pesca (Acordo de Pesca - União Europeia) ;
- ✓ Programas regionais (UE, China, Banco Mundial, FAO, MAVA, CEDEAO e WACOMP).

### **B3. Acções de aceleração**

- ✓ Primeiro relatório ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas sobre a implementação do Pacto Internacional, incluindo o direito à alimentação
- ✓ Implementação de planos e programas de desenvolvimento sectorial.
- ✓ A implementação de instrumentos de política agrícola, nomeadamente a Carta Política para o Desenvolvimento Agrícola (CPDA) e o Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA 2ª geração).
- ✓ A revitalização urgente do Instituto Nacional de Investigação Agrícola (INPA) e dos laboratórios do solo, da água e da protecção das plantas e das sementes.
- ✓ Gestão sustentável dos recursos naturais e adaptação à mudança clima.
- ✓ O desenvolvimento das infra-estruturas e o reforço das instalações no sector rural.
- ✓ O reforço das cadeias de valor agro-silvo-pastoris e da pesca.
- ✓ Construir a resiliência dos agregados familiares rurais.
- ✓ Investigação/disseminação tecnológica e reforço da capacidade humana e institucional.
- ✓ Mecanização da produção agrícola.
- ✓ Melhorar o processo de gestão e atribuição de água à irrigação.



### ODM 3

## Permitir a todos viver com boa saúde e promover o bem-estar

O perfil epidemiológico em falta é caracterizado pela predominância de doenças transmissíveis e não transmissíveis com o aparecimento de novas doenças, acentuado pelas condições ambientais desfavoráveis e pela predominância de comportamentos de risco como o tabagismo, alerta precoce, redução dos riscos e gestão dos riscos de saúde nacionais e globais. Todos estes factores determinantes também interagem com a presença de uma dieta desequilibrada. Este perfil é também agravado por um sistema de saúde deficiente que não dá respostas favoráveis às necessidades da população.

Segundo números do Ministério da Saúde Pública, a taxa de mortalidade materna que era de 560/100000 em 2015,<sup>105</sup> aumentou para 667/100000 em 2021,<sup>106</sup> devido ao impacto da COVID-19, greves gerais na função pública, fragilidade do sistema nacional de saúde.<sup>107</sup> Por outro lado, no MICS6/2019,<sup>108</sup> a mortalidade infantil foi (35‰).

O sistema de saúde é composto por três níveis. Um nível central com 11 regiões sanitárias a nível regional e 114 áreas sanitárias na periferia (o nível mais próximo das comunidades), definido com base em critérios geográficos e abrangendo uma população entre 5.000 e 12.000 habitantes. Contudo, apesar disso, 66% da população ainda vive a mais de 5 km de distância das instalações de cuidados de saúde primários. O sector da saúde é composto por um sector público e um sector privado com e sem fins lucrativos. Dada a complexidade da saúde, o Ministério da Saúde adoptou uma abordagem para ter em conta os determinantes socioeconómicos no seu planeamento e coordenação com os doadores, reunindo todos os sectores de desenvolvimento para levar a cabo actividades de sensibilização para um melhor envolvimento de todos.

O Sistema de Informação Sanitária (HIS) que acompanha este plano é afectado pela falta de pessoal competente na gestão de dados, e o envolvimento do sector privado com fins lucrativos continua a ser muito limitado. Estão em curso medidas para inverter esta tendência, incluindo a inclusão do DHIS\_2 em todas as regiões de saúde do país, bem como a sua escalada até ao nível das instalações de saúde. O governo está a desenvolver o seu novo Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde (2023-2030) a fim de reorganizar o sistema de saúde para fornecer serviços de saúde inclusivos e integrados para a sua população.

Como o governo não consegue cobrir sozinho o custo total da implementação deste plano, tem havido um alinhamento gradual do apoio externo por parte de alguns doadores, enquanto se aguarda a organização de uma mesa redonda para mobilizar os recursos em falta. O financiamento da saúde depende principalmente do apoio externo, o que representa mais de 90% do orçamento de investimento. Desse apoio externo, 24% provém de parceiros internacionais e 68% de pagamentos directos pelas famílias, deixando

<sup>105</sup> [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/170250/9789240694439\\_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/170250/9789240694439_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

<sup>106</sup> <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/342703/9789240027053-eng.pdf>

<sup>107</sup> Relatório do Ministério da Saúde Pública, 2021.

<sup>108</sup> [https://stat-guineebissau.com/MICS6\\_Relatorio\\_SFR\\_GB\\_Versao\\_3\\_YC\\_KI30.pdf](https://stat-guineebissau.com/MICS6_Relatorio_SFR_GB_Versao_3_YC_KI30.pdf)

a contribuição do Estado é de apenas 8%.<sup>109</sup> A contribuição do Estado está limitada ao pagamento de salários e a algumas pequenas intervenções. Ainda não foi institucionalizado um ensaio sobre as Contas Nacionais da Saúde em 2019. Os orçamentos governamentais e a corrupção tiveram impacto nos salários, o que por sua vez levou a um ambiente de trabalho inadequado, resultando no não pagamento de salários a médicos, enfermeiros e outros profissionais médicos.<sup>110</sup> Como resultado, o sector da saúde permanece fortemente dependente da ajuda internacional, limitando a capacidade das infra-estruturas das instalações de saúde e do equipamento hospitalar,<sup>111</sup> e reduzindo a sustentabilidade do financiamento do sector da saúde para garantir o direito à saúde para todos.

A situação dos recursos humanos para a saúde é caracterizada pela falta de especialistas, agravada por uma grande disparidade na sua distribuição entre as diferentes regiões e estruturas de saúde e dentro da mesma estrutura, com uma forte concentração em Bissau, a capital. Esta deficiência é prejudicial para a gestão dos programas. A ausência de uma política de desenvolvimento dos recursos humanos, expressa, entre outras coisas, pela inexistência de um plano de carreira dentro das categorias de profissionais de saúde, o que também contribui para a baixa produtividade dos vários serviços de saúde. A baixa capacidade do Ministério da Função Pública para absorver novos profissionais de saúde bloqueia o processo de recrutamento de pessoal.

A política de envolvimento das comunidades na tomada de decisões enfrenta dificuldades organizacionais. Actualmente, o Estado está a organizar-se numa estratégia comunitária, colocando 50 famílias sob a responsabilidade de um trabalhador comunitário de saúde, a fim de facilitar a implementação de práticas familiares e de higiene nas diferentes famílias. O sistema de saúde depende fortemente do apoio dos profissionais de saúde comunitários. No entanto, a sustentabilidade desta estratégia depende do financiamento externo para a remuneração e pagamento das despesas de viagem dos profissionais de saúde comunitários.

A Taxa de Fertilidade Total (TFR) é de 4,9 crianças por mulher em idade fértil (15-49 anos), que diminuiu para 4,3%, em 2018-2019. A TFR é de 5,3 crianças nas zonas rurais em comparação com 2,7 nas zonas urbanas. A taxa de fertilidade caiu de 106% entre as crianças de 15-19 anos (MICS 2014), para 84 em 2019. Para 2019, a taxa de fertilidade rural é de 119%, o que é característico do facto de a vida reprodutiva das mulheres começar cedo e terminar bastante tarde. As principais causas são o casamento precoce e as relações sexuais, especialmente entre raparigas jovens em casamentos, e a baixa prevalência do uso de contraceptivos. Além disso, a situação da mutilação genital feminina (MGF) está a piorar com a taxa de prevalência entre as raparigas dos 0-14 anos a aumentar de 49,7% para 52,1% em 2018-2019.<sup>112</sup> Além disso, 41,8% das mulheres de 15-49 anos de idade aceitaram a violência dos seus parceiros em 2014, esta proporção diminuiu para 36,4%, em 2018-2019.

No GBR, o acesso a cuidados médicos, alimentos e água limpa continua a ser precário. A malária, tuberculose, cólera, malnutrição, doenças infecciosas e respiratórias, diarreia e VIH/SIDA continuam a prevalecer em todo o país, contribuindo para uma elevada taxa de mortalidade infantil. A desnutrição crónica diminuiu de 32% em 2010 para 28% em 2014 e 27,7% em 2018-2019. O aleitamento materno exclusivo diminuiu de 65% em 2010 para 53% em 2014 e 59,3% em 2018-2019. A prevalência do VIH, com 3,3%, é a mais elevada da África Ocidental. A prevalência do VIH entre raparigas e mulheres entre os 14-24 anos de idade é de 4,2%, três vezes superior à dos rapazes e dos homens na mesma faixa etária. Apenas 33% das 44.000 pessoas que vivem com o VIH estão a receber tratamento anti-retroviral. Em quatro regiões, a

<sup>109</sup> Contas Nacionais da Saúde, 2015-2017, 2022.

<sup>110</sup> Joào & Handem, 2011.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> MICS 2018-2019.



Os Centros de Recuperação Nutricional (NRC) fizeram testes de VIH a crianças e o número aumentou entre 2015 e 2017. Estima-se que 5,3% da população com idades compreendidas entre os 15-49 anos seja seropositiva, tornando a taxa do GGB a segunda mais elevada da África Ocidental.<sup>113</sup> O Secretariado Nacional da SIDA (NASS) e o Conselho Nacional da SIDA (NAC) fizeram progressos consideráveis na gestão e coordenação da resposta nacional à epidemia nos últimos anos.

Com a Iniciativa de Parceria de Saúde "H4+", os cuidados de saúde gratuitos para mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos começaram a ser implementados. Paralelamente, a Iniciativa de Saúde Materna e Infantil da União Europeia (PIMI) apoia cuidados de saúde gratuitos em áreas não abrangidas pela iniciativa H4+, para além de programas apoiados pelo Fundo Global (acesso a medicamentos e produtos farmacêuticos e laboratoriais para as 3 doenças-alvo) e também o apoio da GAVI à imunização infantil.

Como oportunidades, o país tem :

1. Mecanismos para melhorar a gestão de fundos de diferentes fontes.
2. Existência de um Comité de Coordenação para o Sector da Saúde (CCSS) com um funcionamento deficiente.
3. Outros mecanismos de coordenação dos recursos dos parceiros, tais como o CCM para recursos do Fundo Global e CCIA para recursos da GAVI.
4. Adesão do país às iniciativas internacionais de saúde: UHC2030 (IHP+), HHA, H4+.
5. O quadro de consulta dos parceiros criado para apoiar a resposta à pandemia da COVID-19, que levou à criação em curso do Grupo de Coordenação dos Parceiros da Saúde.

A taxa de mortalidade infantil é preocupante e simboliza tanto a falta generalizada de hospitais e instalações de saúde adequados, como a persistência de elevados níveis de subnutrição, o que constitui um desafio de saúde pública atribuído à insegurança alimentar. Em todo o país, 78 centros de reabilitação nutricional foram criados, mas tiveram muito pouco sucesso. Os factores limitantes incluem o impacto negativo da vontade dos pais em trazer os seus filhos para estes centros e os pais perderem o rasto dos seus pacientes antes de o tratamento estar completo.<sup>114</sup>

Para além do financiamento insuficiente, o sistema de saúde do país tem um acesso limitado ao equipamento e medicamentos necessários, o que coloca mais pressão sobre o seu pessoal sobrecarregado. Há apenas 1,7 médicos para cada 10.000 pessoas, e o número de pediatras é ainda mais baixo: 3 para cerca de 720.000 crianças com menos de 15 anos de idade.<sup>115</sup> Os mecanismos de governação da protecção social necessitam de capacitação, dada a fraqueza dos recursos humanos, instrumentos de gestão, bem como a ausência de um quadro regulamentar, e de um plano estratégico e operacional a médio prazo para a protecção social básica e não-contributiva.

A acessibilidade dos serviços de saúde existentes é uma barreira importante ao acesso aos cuidados básicos de saúde para uma grande proporção da população. Existe uma notável falta de protecção financeira contra o risco de doença, tanto para os trabalhadores da economia moderna como para as suas famílias (que no entanto constituem uma pequena proporção da população) e especialmente para a maioria da população da economia informal.

Para garantir uma vida saudável para todos os cidadãos, em 2020, durante a revisão pelo Conselho dos Direitos Humanos, o GBR comprometeu-se a implementar um grande número de recomendações relacionadas com a saúde, incluindo (119.107) que visa reforçar a legislação sanitária e a implementação de políticas e orientações para melhorar o acesso, em particular de

---

<sup>113</sup> UNICEF 2021

<sup>114</sup> UNICEF, 2021.

<sup>115</sup> UNICEF, 2021.

Será também essencial ultrapassar os desafios dos recursos humanos, bem como infra-estruturas insuficientes e degradadas, centros de tratamento especializados quase inexistentes e uma forte dependência da ajuda estrangeira para manter os stocks de droga). Será também essencial ultrapassar os desafios dos recursos humanos, bem como infra-estruturas inadequadas e degradadas, centros de tratamento especializados quase inexistentes, e uma forte dependência da ajuda estrangeira para manter stocks de drogas/materiais, incluindo a cadeia de frio, entre outras necessidades do sector.

### A. Situação e tendências

O Objectivo 3, para permitir a todas as pessoas viver com boa saúde e promover o bem-estar para todos em todas as idades, tem 13 metas, nove das quais são resultados (3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9) e quatro são meios de implementação (3.a, 3.b, 3.c, 3.d).

#### Tendência dos resultados do ODM 3

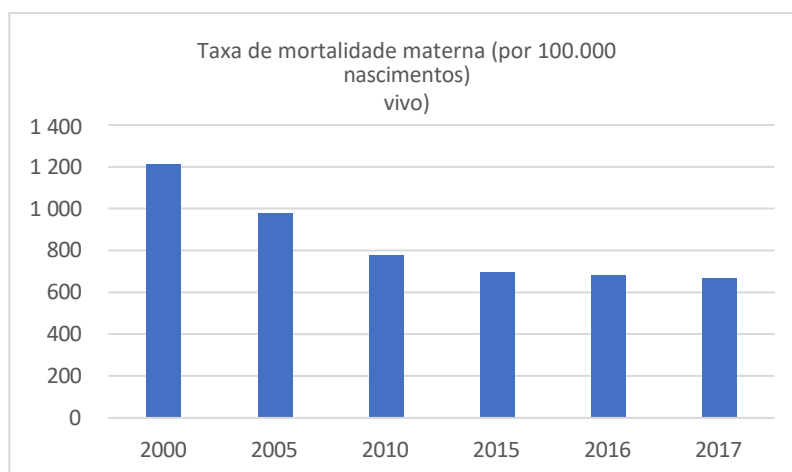
Dos nove objectivos de resultados do ODM 3, oito são centrados nas pessoas e um é de toda a sociedade (3,8).

#### Resultados centrados nas pessoas

##### **Meta 3.1: Reduzir até 2030 a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 por 100.000 nados-vivos**

A situação da mortalidade materna continua a ser uma preocupação, pois apesar de uma tendência geral para a baixa, o alcance da meta parece ainda fora de alcance. Os dados disponíveis indicam que em 2017, houve uma média de 667<sup>116</sup> mortes de mulheres por 100 000 nados-vivos. Isto é de esperar dado que uma proporção significativa de nascimentos tem lugar sem assistência médica, e em 2019 a proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado era ainda de apenas 53,8%.

Figura 7.8: Tendências em mortalidade materna



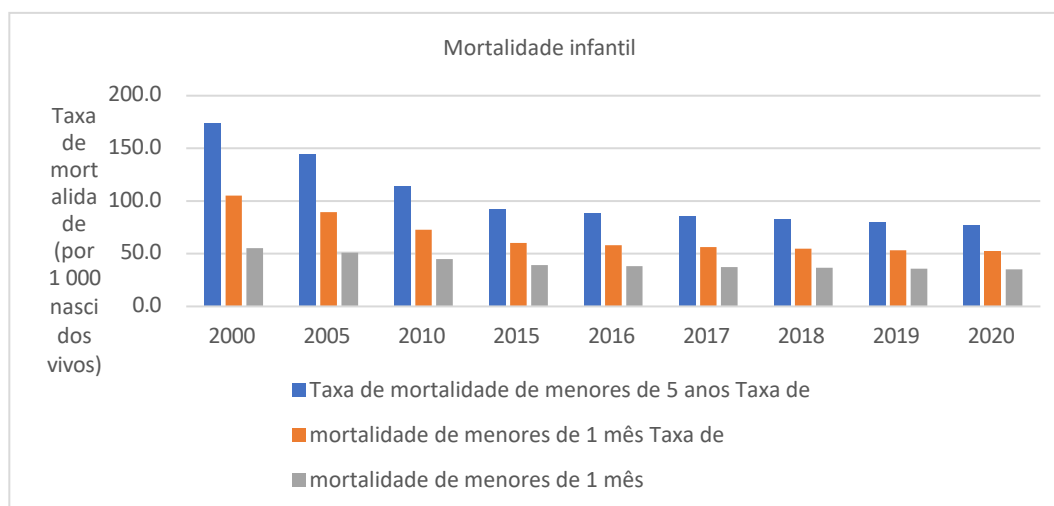
Fonte: UNDESA (2021)

##### **Meta 3.2: Até 2030, eliminar a mortalidade neonatal evitável de recém-nascidos e crianças com menos de cinco anos de idade, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para não mais de 12 por cada 1.000 nados-vivos e a mortalidade de menores de cinco anos para não mais de 25 por cada 1.000 nados-vivos**

A mortalidade infantil continua a ser das mais elevadas do mundo, apesar de uma tendência decrescente. No ano 2020, de cada 1.000 nascimentos, 35 crianças morreriam antes de atingirem um mês de idade, 51 morreriam antes de atingirem um ano de idade e 77 morreriam antes de atingirem cinco anos de idade.



**Figura 7.9: Tendências da mortalidade infantil**

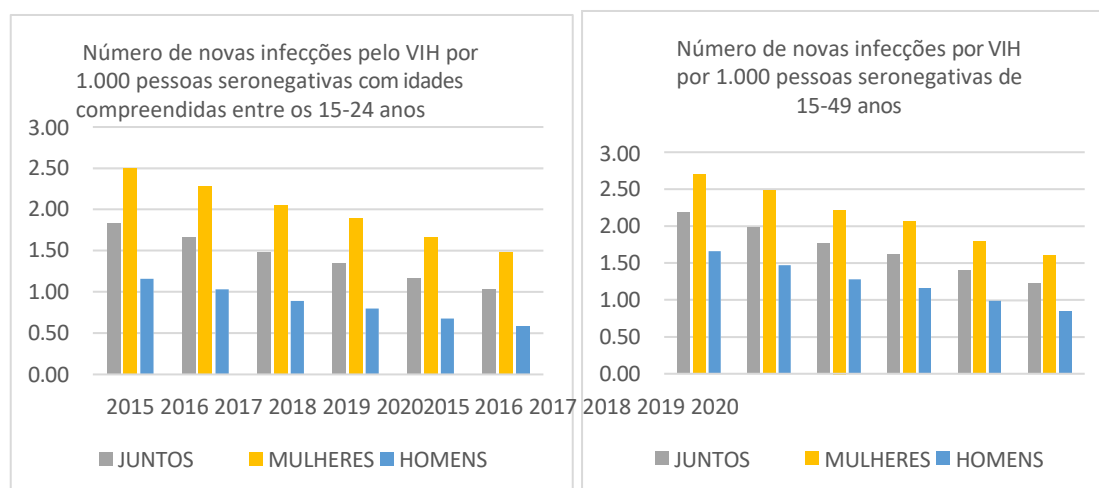


Fonte: UNDESA (2021)

**Objectivo 3.3: Parar até 2030 a propagação do VIH/SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, as doenças de origem hídrica e outras doenças transmissíveis**

A tendência geral das infecções por VIH é para baixo mas continua a ser uma preocupação particular entre as mulheres, que contraem muito mais o vírus em todos os anos. Em 2020, para cada 1.000 pessoas seronegativas com idades compreendidas entre os 15-24 anos, havia 1,03 novas infecções; para as mulheres, havia 1,48 novas infecções por 1.000 mulheres seronegativas. Para o mesmo ano, ao considerar o grupo etário 15-49, houve 1,23 novas infecções por 1.000 pessoas seronegativas em geral e 1,6 entre as mulheres.

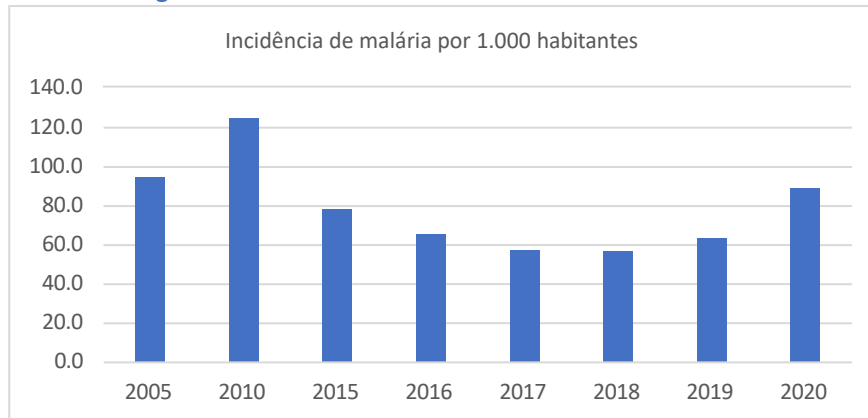
**Figura 7.10: Tendências das novas infecções pelo VIH por idade e sexo**



Fonte: UNDESA (2021)

A situação da tuberculose tem estado estagnada desde 2005: a taxa de incidência é de 361 por 100 000 habitantes. Para a malária, a taxa de incidência, que era de 94,8 por 1 000 habitantes em 2005, caiu para 56,7 em 2017 antes de subir para 88,9 em 2020.

Figura 7.11: Tendências na taxa de incidência da malária



Fonte: UNDESA (2021)

A informação sobre a hepatite B só está disponível para crianças com menos de 5 anos de idade. A prevalência do antígeno de superfície da hepatite B nestas crianças aumentou de 2,12% em 2015 para 2,39% em 2018 e irá diminuir para 2,11% em 2020.

O número de pessoas necessitadas de intervenções por doenças tropicais negligenciadas tem diminuído significativamente nos últimos anos. De 1.731.541 pessoas em 2015, caiu para 1.232.549 em 2019, um decréscimo de 29% ao longo do período.

**Meta 3.4: Até 2030, reduzir em um terço a taxa de mortalidade prematura de doenças não transmissíveis através da prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar.**

Há uma ligeira diminuição da taxa de mortalidade devido a doenças cardiovasculares, cancro, diabetes ou doenças respiratórias crónicas, medida para pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 70 anos, de 26,1% em 2015 para 24,9% em 2019. A taxa é ligeiramente superior para os homens na mesma faixa etária, de 29,1% para 27,4%; para as mulheres, caiu de 24% para 23%. Além disso, há uma diminuição muito ligeira no suicídio: por cada 100.000 mortes, 7,2 foram atribuíveis ao suicídio em 2015, em comparação com 7 em 2019. A taxa de suicídio é maior para os homens, 10,5 em 2015 e 10,2 em 2019 por 100 000 mortes masculinas. Para as mulheres, a taxa é de 4,1 por 100.000 mortes femininas em 2015 e 3,9 em 2019.

**Objectivo 3.5: Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e álcool.**

A prevalência de 12 meses de transtornos relacionados com o consumo de álcool para 2018-2019 é de (9,7% para as mulheres) e (15,4% para os homens). É principalmente observada entre os homens, entre os quais a taxa de prevalência é de 2%; entre as mulheres é de 0,1%. Em termos de quantidade, o consumo de álcool (em litros de álcool puro) per capita (com 15 anos ou mais) aumentou de 5,2 litros em 2015 para 5,5 litros em 2019. É muito mais elevado entre os homens, que consumiram uma média de 8,8 litros de álcool puro em 2015 e 9,3 em 2019. Contudo, há também um ligeiro aumento no consumo entre as mulheres, de uma média de 2 litros em 2015 para 2,1 em 2019.

**Meta 3.6: Reduzir para metade o número de mortos e feridos a nível mundial até 2020 lesões devidas a acidentes rodoviários**

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários aumentou ligeiramente de 32,1 mortes por 100.000 habitantes em 2015 para 32,2 em 2019. É muito mais elevado para os homens, onde se estima em 43,4 em 2015 e 44 em 2019. Para as mulheres, a taxa diminuiu ligeiramente de 21,3 em 2015 para 21 em 2019.

**Meta 3.7: Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planeamento familiar, informação e educação, e assegurar que a saúde reprodutiva seja integrada nas estratégias e programas nacionais.**



A proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) que utilizam métodos modernos de planeamento familiar é de 60% em 2019. Esta proporção era de 55,7% em 2014 e diminuiu para 20,6% em 2018-2019. Além disso, a procriação de crianças adolescentes é significativa. Entre as raparigas adolescentes, 1,6 por 1.000 com 10-14 anos e 84 por cada 1.000 crianças de 15-19 anos de idade deram à luz um criança em 2017.

**Meta 3.9: Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos, poluição do ar, da água e do solo e contaminação.**

Em 2016, a situação da mortalidade atribuível à poluição residencial e do ar ambiente é a seguinte:

- ✚ Em termos brutos, para cada 100.000 mortes, 87 são atribuídas à poluição do ar interior e 38 à poluição do ar ambiente (108 para ambos os tipos de poluição);
- ✚ Em termos padronizados de idade, por cada 100.000 mortes, 169 são atribuídas à poluição do ar interior e 78 à poluição do ar ambiente (215 para ambos os tipos de poluição).

A taxa de mortalidade devida a água não segura, saneamento e higiene deficientes (acesso a serviços de WASH inadequados) é estimada em 35,3 por 100.000 mortes em 2016. A taxa de mortalidade devido a envenenamento acidental está a aumentar ligeiramente, de 2,2 por 100.000 mortes em 2015 para 2,3 em 2019. Houve uma estagnação nos machos aos 3 durante o período e um aumento nas fêmeas de 1,5 para 1,7.

### Resultados a nível da empresa

**Objectivo 3.8: Assegurar que todos tenham acesso à cobertura universal da saúde, incluindo protecção financeira, a serviços essenciais de saúde de qualidade e a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis**

O nível de cobertura de saúde universal (UHC) é baixo e tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos. O índice de cobertura do serviço UHC, que era de 38% em 2015, diminuiu ligeiramente para 37% em 2019. Os dados disponíveis mostram que os agregados familiares contribuem directamente com uma grande parte das suas despesas de saúde. Em 2010, 0,95% dos agregados familiares utilizaram mais de 25% das suas despesas de saúde e 6,26% utilizaram mais de 10%. Tem havido uma expansão do sector privado da saúde nos últimos anos, através da proliferação de clínicas e farmácias privadas, muitas vezes sem controlo ou supervisão pública.

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 3

**Objectivo 3.a: Reforçar a implementação da Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.**<sup>117</sup>

O GBR sofre dos efeitos nocivos do uso do tabaco, com mais de 430 pessoas mortas por ano por doenças relacionadas com o tabaco. No entanto, mais de 1.000 crianças (10-14 anos) e

<sup>117</sup> [Guiné-Bissau - Atlas do Tabaco](#)

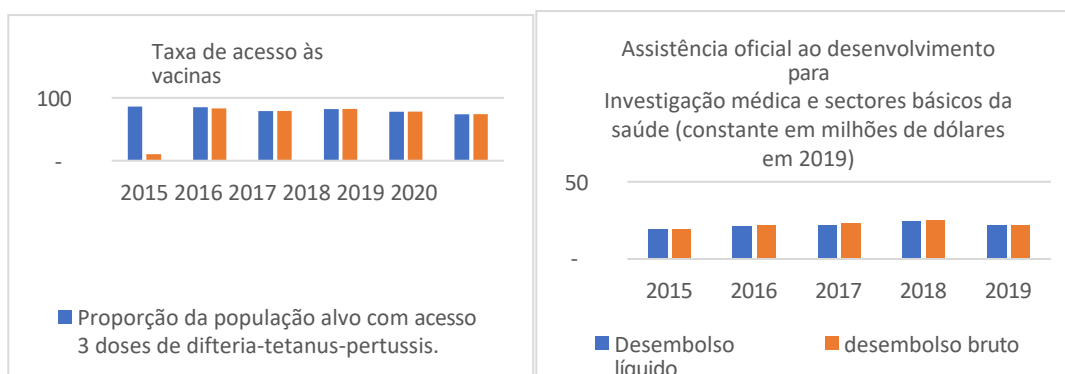
67.000 jovens e adultos ainda usam tabaco todos os dias. Em 2015, para jovens e adultos, 11,4% dos homens (ou cerca de 61.400 homens) usavam tabaco, em comparação com 1% das mulheres (ou 5.500 mulheres). Entre as crianças de 10-14 anos, 0,9% dos rapazes consumiam tabaco diariamente em 2015, em comparação com 0,18% das raparigas.

**Objectivo 3.b :** Apoiar a investigação e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças transmissíveis e não transmissíveis que afectam principalmente as pessoas nos países em desenvolvimento, e proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, em conformidade com a Declaração de Doha sobre o Acordo relativo aos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) e a Saúde Pública que reafirma o direito dos países em desenvolvimento a tirarem pleno partido das disposições deste acordo que permitem a flexibilidade na protecção da saúde pública e, em particular, na garantia do acesso universal aos medicamentos.

A cobertura de imunização para três doses de difteria-tetanus-pertussis (DTP3), que era de 86% em 2015, caiu para 76,9% em 2018-2019. A proporção da população alvo com acesso à dose conjugada 3ª pneumocócica (PCV3) saltou de 10% em 2015 para 83% em 2016, antes de cair também para 76% em 2018-2019.

A assistência oficial ao desenvolvimento para a investigação médica e cuidados básicos de saúde flutua cerca de 20 milhões de dólares a preços constantes de 2019. O seu nível mais alto em termos líquidos foi atingido em 2018, quando era de 24 milhões.

**Figura 7.12: Tendências no acesso às vacinas e à ajuda oficial ao desenvolvimento para a investigação saúde básica e médica**



Fonte: UNDESA (2021)

**Objectivo 3.c:** Aumentar significativamente o orçamento para a saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção de pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos estados insulares em desenvolvimento.

A cobertura da mão-de-obra no sector da saúde em 2020 é a seguinte

- ✚ 3 dentistas por um milhão de habitantes.
- ✚ 791 enfermeiros por milhão de habitantes, 67% dos quais são mulheres.
- ✚ 7 farmacêuticos por milhão de habitantes.
- ✚ 196 médicos por milhão de habitantes, dos quais 31% são mulheres.

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Financiamento sustentável do sector da saúde à luz da diminuição do espaço orçamento.

- ✓ Falta de pessoal especializado.
- ✓ Falta de instalações sanitárias adequadas.
- ✓ As instalações modernas são insuficientes em quantidade e qualidade.
- ✓ Governação do sector da saúde.
- ✓ Acessibilidade e prestação de serviços de saúde de qualidade.
- ✓ Atendimento nas instalações de saúde.
- ✓ Preparação e resposta a emergências sanitárias (epidemias, pandemias, etc.).
- ✓ Falta de controlo de qualidade dos medicamentos vendidos no mercado
- ✓ Mau armazenamento de medicamentos e vacinas
- ✓ Baixa disponibilidade de fármacos em algumas regiões, incluindo a ruptura ocasional de stocks de anti-retrovirais
- ✓ Custo elevado dos medicamentos, limitando o acesso das populações vulneráveis
- ✓ Elevada dependência dos praticantes tradicionais e dos medicamentos.

## **B2. Oportunidades**

- ✓ Existência do Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde (PNDS3).
- ✓ Disponibilidade de parceiros técnicos e financeiros para apoiar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde.

## **B3. Acções de aceleração**

- ✓ Apresentar ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais o seu primeiro relatório sobre a aplicação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em particular o seu artigo 12
- ✓ Implementação efectiva do terceiro plano nacional de desenvolvimento da saúde.
- ✓ Melhorar a governação e a responsabilização.
- ✓ A concepção e implementação de um esquema universal de cobertura sanitária (recomendação 119.109 da Revisão Periódica Universal em 2020).
- ✓ Aumento das dotações orçamentais para o sector da saúde.
- ✓ Reforçar a legislação sanitária e a implementação de políticas e directrizes para melhorar o acesso aos serviços de saúde, particularmente para as pessoas com deficiências, mulheres e jovens,
- ✓ Construir um sistema de financiamento dos cuidados de saúde que reduza as barreiras financeiras ao acesso aos cuidados de saúde e promova a utilização eficiente dos recursos económicos
- ✓ Prever a descentralização dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para o nível local, incluindo a extensão dos serviços de protecção do pessoal do Ministério da Saúde, Família e Coesão Social às regiões.





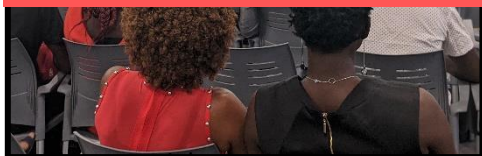
## SDG 4

### ASSEGURAR O ACESSO EQUITATIVO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

**Alvos para os quais faltam dados.**  
No RGB, a educação formal é organizada em três ciclos: o primeiro nível entre 1 e 4 anos de idade, chamado EB1, EB2; o nível entre 5-6 anos de idade, e o terceiro ciclo EB3 o nível entre 7-9 anos de idade. Até 2030, assegurar que todos os homens e mulheres tenham igual acesso ao ensino técnico, profissional e terciário de qualidade a preços acessíveis, incluindo o ensino universitário.  
Até 2030, assegurar que todos os estudantes adquiram os conhecimentos e competências necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável, incluindo através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e apreciação da diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a. Construir ou adaptar escolas que sejam favoráveis às crianças, à deficiência e ao género e que proporcionem um ambiente de aprendizagem eficaz, seguro, livre de violência e acessível a todos.

Para muitas crianças, o acesso a uma educação de qualidade continua a ser um desafio, devido a graves de professores, trabalho infantil, casamento precoce ou forçado, falta de fundos para materiais didáticos e instalações escolares inadequadas. O país tem a mais baixa taxa de conclusão do ensino primário na África Ocidental. As principais barreiras à educação são: barreiras físicas, baixas taxas de escolarização, desigualdade e pobreza.



Fora das zonas urbanas, a falta de acessibilidade à escola, especialmente para os alunos do ensino secundário, contribui para a baixa taxa de matrículas.

Em 2019, o RGB tinha uma taxa de conclusão do ensino primário de 27,2%. As taxas de abandono precoce ou de entrada tardia são as principais razões para uma taxa de conclusão tão baixa. Um terço das crianças do país com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos são consideradas "crianças extra-escolares", quer nunca tenham frequentado a escola, quer tenham abandonado o ensino. Existem grandes desigualdades

<sup>118</sup> (UNICEF, 2021).

entre zonas urbanas e rurais; dos 27,2%, 10% destas crianças são de zonas urbanas e 36% são de zonas rurais.<sup>119</sup>

As escolas carecem frequentemente de formação em educação inclusiva e igualdade entre estudantes. Isto é evidente nas experiências de crianças com deficiências e raparigas. Para as crianças com deficiência, as barreiras à educação inclusiva incluem a falta de instalações adequadas, pessoal adequado e professores formados. Para as raparigas, as escolas carecem frequentemente de instalações sanitárias adequadas, o que tem um grande impacto nas raparigas.<sup>120</sup>

Mais de 50% da população com mais de 15 anos é analfabeta, com uma grande disparidade entre homens (45%) e mulheres (71%). As taxas líquidas de frequência são de 76% para escolas primárias em áreas urbanas e 54% para escolas primárias e secundárias em áreas rurais, dadas as grandes disparidades económicas. 70% das crianças começam a escola depois dos seis anos de idade. Pobreza, insegurança alimentar, trabalho infantil, normas discriminatórias contra raparigas (trabalho doméstico não remunerado e casamento precoce ou forçado), infra-estruturas escolares inadequadas, falta de professores qualificados e baixa participação da comunidade são obstáculos à escolarização das crianças.



A baixa taxa de conclusão do ensino primário de 37% deve-se a matrículas tardias, altas taxas de repetição e um alto pico de desistência entre as 4<sup>ème</sup> e 5<sup>ème</sup> séries<sup>ème</sup>. A educação oferecida em muitas escolas comunitárias rurais não se estende para além da quarta classe<sup>ème</sup>. Casamento precoce ou forçado, gravidezes e tarefas domésticas cada vez maiores contribuem para o abandono das raparigas nas zonas rurais, uma vez que a escolaridade das raparigas não é considerada um investimento e muito menos um direito. A taxa de abandono escolar na escola primária é de 18 e 44,2% das crianças dos 6 aos 11 anos são excluídas do sistema de ensino formal.

A pandemia COVID-19 perturbou a aprendizagem e teve impacto na perda de protecção de outros apoios escolares, incluindo a saúde escolar, nutrição e alimentação, comprometendo assim o bem-estar de crianças vulneráveis, incluindo raparigas, deficientes, pobres e outros grupos marginalizados.

O sistema educativo está estruturado em dois sub-setores: educação formal e educação não formal. Este último inclui alfabetização, educação de adultos e outros tipos de educação. O ensino formal tem vários níveis e diferentes tipos de instituições de ensino:

- ✚ A educação pré-escolar era para crianças dos 3-6 anos de idade até 2009/10. Desde a reforma de 2010, está prevista para crianças dos 3 aos 5 anos de idade em jardins de infância ou infantários, que são na sua maioria iniciativas comunitárias, privadas ou religiosas.
- ✚ O ensino básico foi teoricamente destinado a crianças dos 7 aos 12 anos de idade até ao ano lectivo 2009/2010. Durou seis anos, correspondendo aos graus 1<sup>ère</sup> a 6<sup>ème</sup>. Foi originalmente dividido em dois subciclos, o ensino básico básico elementar e o ensino secundário.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

O sistema de ensino básico foi reformado nos últimos anos, e embora uma reforma para unificar os dois ciclos tenha tido lugar em 2001, muitas escolas apenas oferecem o primeiro ciclo e estão localizadas em escolas de ensino básico. Na sequência da nova reforma de 2010, o ensino básico destina-se a crianças dos 6 aos 14 anos de idade, a partir do ano lectivo 2010/2011. A sua duração é de nove anos, o que corresponde aos graus 1 a 9. Está dividido em três subciclos: 1<sup>er</sup> ciclo de 1<sup>ère</sup> a 4<sup>ème</sup> ano, 2<sup>ème</sup> ciclo de 5<sup>ème</sup> a 6<sup>ème</sup> ano, e 3<sup>ème</sup> ciclo de 7<sup>ème</sup> a 9<sup>ème</sup> ano. O ciclo 3<sup>ème</sup> do ensino básico (7<sup>ème</sup> a 9<sup>ème</sup>) é actualmente ministrado em escolas secundárias (antigo ensino secundário geral) mas será gradualmente transferido para escolas do ensino básico.

- ✚ Antes da reforma de 2010, o ensino secundário destinava-se a jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos e durou cinco anos. Foi dividido em dois subciclos: o ensino secundário geral (GSE), correspondente aos três primeiros anos, seguido de dois anos de ensino secundário complementar (CSE). Desde a reforma de 2010 e o ano lectivo 2010/2011, o ensino secundário destina-se a jovens dos 15 aos 17 anos durante três anos: 10<sup>ème</sup> e 12<sup>ème</sup>. O ensino secundário é ministrado em escolas secundárias.
- ✚ O sector do ensino e formação técnica e profissional no RGB assume duas formas: a formação de inserção profissional e o ensino técnico e profissional. A formação de integração profissional está aberta a estudantes que tenham concluído o ensino básico até à 6<sup>a</sup> classe<sup>ème</sup>; dura entre seis meses e um ano e visa facilitar a rápida integração dos estudantes no mundo do trabalho. O ensino técnico e profissional destina-se a jovens que tenham completado pelo menos a 9<sup>a</sup> classe<sup>ème</sup>; dura três anos e confere um grau académico.
- ✚ O ensino superior é de dois tipos: o ensino universitário que conduz a um grau académico e o ensino não universitário que conduz a um grau profissional.

#### A. Situação e tendências

O Objectivo 4, para assegurar uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, tem dez metas, sete das quais são resultados (4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7) e três são meios de implementação (4.a, 4.b, 4.c).

##### Tendência dos resultados do ODM 4

Dos sete objectivos de resultados do ODM 4, cinco são centrados nas pessoas e dois são de toda a sociedade.

##### Resultados centrados nas pessoas

**Meta 4.1: Assegurar que, até 2030, todas as raparigas e rapazes completem um curso completo de ensino primário e secundário gratuito e de qualidade, de boa qualidade e com resultados de aprendizagem significativos.**

Em 2019, o desempenho escolar das crianças e jovens no início da escola primária (2<sup>º</sup> ou 3<sup>º</sup> ano) é o seguinte

- ✚ Em termos de domínio dos padrões mínimos de capacidade de leitura, 5,8% dos estudantes da categoria foram considerados capazes de ler, com um baixo desempenho das raparigas (5,6%) em comparação com os rapazes (6,1%).
- ✚ Em termos de domínio dos padrões mínimos de aptidão em matemática, uma proporção de 4,5% dos estudantes da categoria foi considerada capaz de o fazer, com um baixo desempenho das raparigas (2%) em comparação com os rapazes (7,4%).

Entre 2014 e 2019, registou-se uma melhoria global na taxa de conclusão escolar em todos os níveis de ensino (Quadro 7.3). Também se nota que, durante este período, os resultados dos rapazes permaneceram melhores do que os das raparigas e que os resultados nas zonas rurais são piores do que os das zonas urbanas. Para uma taxa de conclusão no segundo ciclo do ensino primário de

Com 19,2%, os resultados educacionais no RGB são menos atraentes em comparação com o nível médio na África Subsaariana (a taxa de conclusão correspondente era de 29% em 2020).

**Quadro 3 Taxas de conclusão (ensino primário, secundário inferior e superior) em 2014 e 2019**

		PRIMÁRIO		SECONDÁRIO 1		SECONDÁRIO 2	
		2014	2019	2014	2019	2014	2019
ENSEMBLE	Nacional	29,1	44,7	17,1	30,8	6,6	19,2
	Rural	10,8	30,6	5,9	15,2	1,5	9,0
	Urbano	47,0	63,4	27,4	47,3	10,4	28,5
GIRLS	Nacional	25,7	43,4	13,9	30,0	4,5	15,9
	Rural	8,3	28,5	3,9	14,6	0,7	5,1
	Urbano	41,2	60,5	22,6	44,0	7,5	25,0
BOYS	Nacional	32,3	45,8	20,2	31,7	8,7	22,2
	Rural	13,0	32,2	7,8	15,9	2,3	12,4
	Urbano	53,0	66,3	32,4	51,4	13,2	31,9

Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 4.2: Garantir que até 2030 todas as raparigas e rapazes tenham acesso a cuidados e serviços de desenvolvimento e educação pré-escolar de qualidade que os preparem para a escola primária.**

A proporção de crianças de 36-59 meses que estão no bom caminho em pelo menos três dos domínios da leitura-matemática, desenvolvimento físico e sócio-emocional e aprendizagem é estimada em 73,2% em 2019. Note-se que este desenvolvimento é melhor entre as raparigas, com uma proporção de 74,7%, do que entre os rapazes, com 71,8%.

**Meta 4.4: Até 2030, aumentar significativamente o número de jovens e adultos com competências, incluindo competências técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.**

A aquisição de competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC) é baixa, particularmente entre as mulheres. A competência mais adquirida é "Transferência de ficheiros entre um computador e outros dispositivos", para 13% dos homens e 2,4% das mulheres. A habilidade de escrever um programa de computador utilizando uma linguagem de programação especializada é mais baixa entre os homens, com uma proporção de apenas 1,4%.

**Quadro 4 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência em 2019**

Tipo de competência em TIC	Mulheres	Hommes
Copiar ou mover um ficheiro ou pasta	2,4	11,9
Utilização de ferramentas de copiar e colar para duplicar ou mover informação dentro de um documento	2,3	8,5
Envio de e-mails com ficheiros anexados (por exemplo, documento, imagem, vídeo)	2,0	8,1
Utilização de fórmulas aritméticas básicas numa folha de cálculo	1,3	3,0
Ligação e instalação de novos dispositivos (por exemplo, modem, computador, etc.) foto, uma impressora)	1,3	5,2
Pesquisar, descarregar, instalar e configurar software	2,1	9,4
Criação de apresentações electrónicas com software de apresentação (incluindo imagens, som, vídeo ou gráficos)	1,4	3,2
Transferência de ficheiros entre um computador e outros dispositivos	2,4	13,0
Escrever um programa de computador utilizando uma linguagem de programação especializada	1,4	1,4

Fonte: UNDESA (2021)

**Objectivo 4.6: Assegurar que, até 2030, todos os jovens e uma proporção significativa de homens e mulheres adultos sejam alfabetizados**

A taxa de alfabetização, em qualquer língua, de pessoas com 15 anos de idade ou mais

é de 73,2%. Esta taxa é mais elevada para os homens 74,4% do que para as mulheres 71,8%.<sup>121</sup>

Resultados a nível da empresa

**Meta 4.5: Eliminar as disparidades de género na educação até 2030 e assegurar a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis**

A taxa líquida de matrículas no ensino primário (ajustada) é de 68,7%, o que significa que menos de sete crianças em idade de frequentar o ensino primário estão efectivamente na escola.<sup>122</sup> Esta situação é fortemente influenciada pelo Sector Autónomo de Bissau (SAB) onde a taxa é de 84,9% e a zona rural está em desvantagem com uma taxa de 60,8%. O índice de paridade de género no ensino primário é 1 a nível nacional, bem como no ORS e nas zonas rurais. Quanto ao segundo ciclo do ensino secundário, a mesma fonte indica que a taxa líquida de matrículas é de 6,2% a nível nacional, em comparação com 15,5% no ORS e 1,5% nas zonas rurais. O índice de paridade de género é de 1,3 para o país como um todo, 0,8 no ORS e 1,8 nas zonas rurais.

Foram também determinados índices de paridade de acordo com outros parâmetros. Em particular, temos:

- ✚ Em termos de pobreza, um índice de paridade de 0,7 para o primário, 0,1 para o secundário inferior e 0,0 para o secundário superior;
- ✚ Em termos de ruralidade, um índice de paridade de 0,7 para o primário, 0,2 para o secundário inferior e 0,1 para o secundário superior.

Processos e meios de implementação específicos do SDG 4

**Meta 4.b: Até 2020, aumentar significativamente o número de bolsas de estudo disponíveis globalmente para estudantes dos países em desenvolvimento, particularmente dos países menos desenvolvidos, dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países em África, para prosseguir estudos superiores, incluindo formação profissional, informática, educação técnica e científica e estudos de engenharia, nos países desenvolvidos e noutros países em desenvolvimento**

O volume global da ajuda pública ao desenvolvimento dedicado às bolsas de estudo recebidas iniciou uma tendência ascendente nos últimos anos, mas permanece relativamente baixo. De meio milhão em 2015, o montante total de bolsas de estudo aumentou para 2,2 milhões em 2019 (todos os montantes em dólares americanos a preços constantes de 2019).

**Figura 7.13: Tendências na ajuda pública ao desenvolvimento para bolsas de estudo Recebido pela Guiné-Bissau**



Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 4.c: Até 2030, aumentar significativamente o número de professores qualificados, inclusive através da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos estados insulares em desenvolvimento**

<sup>121</sup> Resultados do inquérito integrado regional ao emprego e ao sector informal (ERI-ESI), 2017-2018.



## desenvolvimento.

De acordo com o último Memorando Económico do Banco Mundial (2020), em média, 70% dos professores permanentes têm uma qualificação pedagógica em RGB: mas esta média esconde disparidades regionais regressivas que podem exacerbar as desigualdades de aprendizagem entre os estudantes que vivem em regiões diferentes.

### B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

#### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Deterioração do ensino básico.
- ✓ Infra-estruturas escolares pobres em várias partes do país.
- ✓ Dificuldade de acesso e equidade no ensino básico em algumas partes do país.
- ✓ As greves recorrentes de professores têm um impacto negativo na educação das crianças, contribuindo para a elevada proporção de crianças extra-escolares e para fracos resultados de aprendizagem.
- ✓ Pobreza generalizada com um impacto particular no sistema educativo.
- ✓ A insegurança alimentar como o risco de vulnerabilidade mais importante para o sistema educativo Bissau-Guinéano.
- ✓ Baixo investimento no sector da educação devido a sistemas fracos, subavaliados e ineficientes.
- ✓ Rápido crescimento populacional.
- ✓ Baixa motivação (incluindo salário) no sector da educação.
- ✓ Baixo envolvimento das comunidades, especialmente dos pais e tutores.

#### B2. Oportunidades

- ✓ Existência do plano sectorial para a educação.
- ✓ Disponibilidade de parceiros técnicos e financeiros para apoiar o plano do sector da educação.
- ✓ Aprovação da política nacional de educação inclusiva.

#### B3. Acções de aceleração

- ✓ Apresentar ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais o seu primeiro relatório sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em particular o seu artigo 13º.
- ✓ Sensibilizar os interessados para a aprovação da política nacional de educação inclusiva.
- ✓ Implementação efectiva do plano do sector da educação.
- ✓ Aumentar o orçamento da educação no âmbito do orçamento geral do Estado.
- ✓ Criar um mecanismo de coordenação e melhoria de sinergias, envolvendo equidade de género, direitos humanos e cidadania em geral.





## SDG 5

### Atingir a igualdade de género e dar poder a todas as mulheres e raparigas



Na Guiné-Bissau, são observados resultados relativamente positivos na igualdade de género e o trabalho doméstico através de outras e políticas de Aproximação social e o lar e na família, de acordo com o contexto de crianças menores de cinco anos. Na educação, a paridade relativa de género é observada na alfabetização dos jovens. A situação prevalece para a participação no mercado de trabalho. Em contraste, observa-se uma disparidade significativa de género a favor dos homens na representação política, com

14 mulheres representadas na Assembleia Nacional Popular contra 88 homens em 2019, ou seja, 13,7% dos lugares. No entanto, esta é uma evolução positiva em comparação com o nível de 5% de lugares ocupados por mulheres em 2000.

Em termos de acesso ao mercado de trabalho, há uma baixa representação das mulheres na função pública, com os homens a ocuparem 69% dos postos de trabalho na administração. Em ministérios-chave como a agricultura e a educação, as mulheres ocupam apenas 14% e 26% dos postos, respectivamente.<sup>123</sup> Em termos de terra, a actual lei de terras (Lei da Terra) garante o direito de utilizar a terra sem qualquer discriminação, mas de facto, para todos os grupos étnicos do país, a terra é propriedade e gerida por homens, como proprietários de terras, anciãos ou chefes de família.<sup>124</sup>

As mulheres e raparigas são particularmente vulneráveis à violência, abuso, discriminação e injustiça porque o sistema judicial não tem capacidade para assegurar a implementação de medidas de protecção baseadas no género, e as mulheres têm pouca representação no sistema judicial tradicional local. Alguns grupos étnicos desencorajam as raparigas de frequentar a escola, forçam-nas a abandonar a escola devido ao casamento precoce e à gravidez, praticam a MGF e restringem participação de mulheres e raparigas na tomada de decisões domésticas e comunitárias e na vida política. De acordo com o Inquérito de Indicadores Múltiplos de 2018-2019 (MICS6), 27% das raparigas estão grávidas antes dos 18 anos de idade. A prevalência da MGF é de 52,1% entre mulheres e raparigas entre os 15-49 anos, e 29,7% entre raparigas entre os 0-14 anos. A MGF é particularmente prevalente na região de Gabu, onde 95,8% das mulheres e 73,2% das raparigas já a sofreram.

Nas zonas rurais do RGB, são comuns as práticas culturais nocivas que afectam tanto rapazes como raparigas. Para as raparigas, a prática da MGF é vista pelos líderes tradicionais e religiosos como uma prática normal que preserva as mulheres e as torna aptas para o casamento. Até à data, mais de 400.000 mulheres e raparigas foram submetidas a mutilação genital, bem como

<sup>123</sup> BAD, 2015.

<sup>124</sup> Idem.



52% das mulheres e raparigas entre os 15-49 anos de idade.

As mulheres, apesar de constituírem a maioria da população RGB, representando 51,5% contra 48,5% para os homens, e tendo a maior esperança de vida à nascença, correspondente a 60,21 anos contra 56,31 anos para os homens, continuam a estar entre os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Estão expostos a várias formas de violência, incluindo a MGF, casamentos precoces e forçados e violência sexual.

### A. Situação e tendências

O Objectivo 5, para alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas, tem nove objectivos, seis dos quais são resultados (5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6) e três são meios de implementação (5.a, 5.b e 5.c).

#### Tendência dos resultados do ODM 5

Todos os seis objectivos de resultados do ODM 5 são socialmente orientados.

#### Resultados a nível da empresa

### **Objectivo 5.1: Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres em todo o mundo de mulheres e raparigas**



A Constituição do RGB, no Artigo 25, estabelece que homens e mulheres são iguais perante a lei em todas as áreas da vida política, económica, social e cultural. Além disso, existem leis específicas, incluindo a Lei da Paridade nas Eleições, aprovada pela ANP, que visa assegurar uma representação mais equitativa na política, exigindo uma quota mínima de 36% de mulheres em qualquer lista

processo eleitoral. Contudo, na prática, as mulheres continuam a ser discriminadas, como ilustrado por alguns indicadores abaixo.

### **Objectivo 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e raparigas da vida pública e privada, incluindo o tráfico e a exploração sexual e outras formas de exploração.**

Em termos de violência contra as mulheres, e no contexto das tradições e do poder hegemónico masculino, há situações em que as próprias mulheres aceitam esta violência. Por exemplo, 36,4% das mulheres de 15-49 anos consideram que se justifica que um marido bata na sua esposa pelas seguintes razões: Se sair de casa sem autorização do marido; se negligenciar os cuidados das crianças; se discutir com o marido; se se recusar a ter sexo com o marido; se queimar a comida. Devido a estas atitudes, muitos casos de violência doméstica são frequentemente denunciados, contudo, poucos chegam às autoridades competentes e os que chegam às estruturas judiciais não são normalmente condenados.<sup>125</sup>

### **Objectivo 5.3: Eliminar todas as práticas nocivas, tais como a criança, o casamento precoce e forçado e a mutilação genital feminina.**

O fenómeno do casamento precoce/forçado é uma realidade diária. Em 2019, entre as mulheres de 20-24 anos de idade, 25,7% eram casadas ou tinham uma relação antes dos 18 anos de idade, incluindo 8,1% antes dos 15 anos de idade. A mutilação genital ou corte também foi registada no mesmo ano. Entre as raparigas e mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos, 52,1% tinham sofrido mutilação genital ou corte.

<sup>125</sup> MICS6, Guiné-Bissau, 2018-2019.

**Meta 5.5: Assegurar a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de acesso a posições de liderança a todos os níveis da vida política, económica e pública**

Actualmente, existem 14 mulheres parlamentares de um total de 102 lugares no PNA, ou 13,7%. As mulheres estão também sub-representadas no governo, sendo 13,6% dos Ministros e 50% dos Secretários de Estado mulheres, em comparação com 50% e 16,6% respectivamente em 2019.

**Quadro 5 Evolução da composição do governo por género**

Ano	Ministros			Secretários de Estado		
	Homens	Mulheres	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres
2014	16	5	23,8	15	1	6,2
2019	8	8	50,0	15	3	16,6
2022	18	3	13,6	4	4	50,0

Fonte: Administração Nacional

**Meta 5.6: Assegurar o acesso de todos aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva e a realização dos direitos reprodutivos para todos, tal como acordado no Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e na Plataforma de Acção de Pequim e nos documentos finais das conferências de revisão subsequentes**

De acordo com o relatório de situação do UNFPA de 2019, o GBR tem uma pontuação global de 70% na medida em que possui leis e regulamentos que asseguram o acesso pleno e igual aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação para mulheres e homens com idade igual ou superior a 15 anos. Na área dos cuidados de maternidade, a pontuação é de 85%, devido a uma total ausência de disposições legais sobre cuidados pós-aborto.

Para contraceção e planeamento familiar, a pontuação é de 75% devido a disposições parciais sobre serviços contraceptivos 80% e sobre contraceção de emergência 75%. A pontuação para a educação sexual é de 50% devido à falta de legislação sobre programas de educação sexual, embora a educação sexual esteja incluída no currículo escolar. Finalmente, a pontuação sobre HIV e HPV é de 65% devido a disposições parciais sobre serviços de aconselhamento e testagem do HIV 80% e serviços de tratamento e cuidados do HIV 80%, bem como a falta de leis sobre a vacinação contra o HPV.

**Quadro 6 Até que ponto o RGB tem leis que garantem a igualdade de acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação para mulheres e homens com 15 anos de idade ou mais**

	SCORE
<b>GERAL</b>	<b>70</b>
<b>Secção 1: Cuidados de maternidade (%)</b>	<b>85</b>
Componente 1: Cuidados de maternidade (%)	100
Componente 2: Produtos que salvam vidas (%)	100
Componente 3: Aborto	100
Componente 4: Cuidados pós-aborto (%)	0
<b>Secção 2: Contraceção e planeamento familiar (%)</b>	<b>75</b>
Componente 5: Serviços contraceptivos (%)	80
Componente 6: Consentimento contraceptivo (%)	100
Componente 7: Contraceção de emergência (%)	75
<b>Secção 3: Educação sexual (%)</b>	<b>50</b>
Componente 8: Leis sobre programas de educação sexual (%)	0
Componente 9: Tópicos do programa de educação sexual (%)	100
<b>Secção 4: VIH e HPV (%)</b>	<b>65</b>
Componente 10: Serviços de aconselhamento e despistagem do VIH (%)	80
Componente 11: Serviços de tratamento e cuidados do VIH (%)	80
Componente 12: Confidencialidade do VIH (%)	100
Componente 13: Vacina HPV (%)	Nd

Fonte: UNFPA (2021)

Em 2020, o RGB reiterou o seu compromisso para com a saúde sexual e reprodutiva, aceitando várias das recomendações do Conselho de Direitos Humanos para a mesma.<sup>126</sup>

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 5



**Meta 5.a:** Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como acesso à propriedade e controlo da terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com a legislação nacional

Em 2018, 24,4% da população agrícola total tinha direitos de propriedade sobre terras agrícolas. Entre a população agrícola masculina, 41% em comparação com

apenas 10,8% da população agrícola feminina. Além disso, as mulheres representam apenas 24,3% dos proprietários ou titulares de direitos de terras agrícolas.

**Objectivo 5.b:** Reforçar a utilização de tecnologias-chave, especialmente as tecnologias da informação e da comunicação, para capacitar as mulheres

Em 2019, estimava-se que 60,7% das mulheres possuíam um telemóvel, enquanto a taxa de propriedade dos homens era de 87,2%.

**Objectivo 5.c:** Adotar e reforçar políticas apropriadas e legislação executória para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e raparigas a todos os níveis.

A Guiné-Bissau não dispõe de um sistema de controlo e informação sobre o montante de recursos atribuídos à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres.

## B. Desafios futuros, riscos e oportunidades, e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Falta de aprovação do código de protecção da criança e da política de protecção da criança e do plano de acção correspondente.
- ✓ Baixa participação das mulheres no poder político e em diferentes áreas de tomada de decisão tomada de decisões, bem como na vida pública em geral.
- ✓ Várias formas de discriminação contra mulheres e raparigas, incluindo no acesso à terra, propriedade e herança.
- ✓ Ocorrências recorrentes de práticas nocivas, com enfoque nas diferentes formas de violência baseada no género.
- ✓ Mecanismos insuficientes para influenciar e/ou estimular o apoio acelerado ao empoderamento das mulheres e raparigas.
- ✓ Ir à clandestinidade para realizar MGF, ou para realizar casamentos forçados e muitas vezes prematuros.
- ✓ Fraca aplicação das leis existentes contra a violência, o tráfico de mulheres e raparigas.
- ✓ Acesso difícil à justiça formal com o risco de uma justiça tradicional tendenciosa.
- ✓ O baixo nível de educação e poder económico das mulheres e raparigas.
- ✓ Acesso difícil ao crédito para as mulheres, acesso precário aos mercados e ferramentas para

<sup>126</sup> Recomendação n.º 119.1170.

sistemas de produção ecológicos e orgânicos.

- ✓ Falta de capacidade nacional (por exemplo, qualificações jurídicas) para a protecção de grupos vulneráveis.

## B2. Oportunidades

- ✓ Existência de organizações não governamentais nacionais e internacionais com intervenções concretas no terreno.
- ✓ Disponibilidade de parceiros técnicos e financeiros.
- ✓ Participação de algumas mulheres na esfera política e em posições de decisão, apesar de um certo declínio no seu número.
- ✓ Criação de um banco para a promoção do empreendedorismo das mulheres.
- ✓ Uma juventude mais alerta e mais bem equipada.

## B3. Acções de aceleração

- ✓ Preparar e submeter ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres o relatório periódico sobre a implementação das obrigações da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
- ✓ Desenvolver mecanismos para coordenar intervenções no terreno, através do mapeamento das organizações de implementação e do apoio técnico e financeiro.
- ✓ Desenvolver programas de formação técnica e profissional para raparigas dos 15 aos 24 anos de idade.
- ✓ Iniciar a defesa da aprovação de mais qualificações legais para a protecção de grupos vulneráveis e do código e política de protecção da criança e do plano de acção correspondente.
- ✓ Melhorar e intensificar as acções de sensibilização sobre os direitos da mulher e a igualdade de género.
- ✓ Actualizar, reproduzir e divulgar todas as leis existentes destinadas a combater todas as formas de violência e de tráfico de mulheres vítimas de violência.
- ✓ Apoiar o bom funcionamento do gabinete de ajuda às mulheres vítimas de violência.
- ✓ Criar uma linha directa pública gratuita para a denúncia de violência.
- ✓ Intensificar as campanhas de sensibilização para a ETI nas escolas e comunidades
- ✓ Promover uma campanha de alfabetização para as mulheres.
- ✓ Aumentar a consciencialização através de programas de rádio e televisão sobre DSTs em línguas nacionais.
- ✓ Estimular e apoiar actividades e empresas que visem o desenvolvimento sustentável e a promoção de tratamento não discriminatório.
- ✓ Capacitar as mulheres empresárias, tanto em áreas urbanas como rurais, com especial enfoque nas micro e pequenas empresas individuais e colectivas.
- ✓ A s s e g u r a r o acesso ao crédito com t a x a s de juro mais baixas e períodos de reembolso de crédito mais longos.
- ✓ Criar um mecanismo de segurança social para o sector informal.
- ✓ Fazer reformas para a implementação do orçamento de género
- ✓ Tomar as medidas necessárias para facilitar o acesso das mulheres à propriedade da terra.

## 7.2. Pilar da Prosperidade





## SDG 7

**Assegurar o acesso a serviços energéticos fiáveis para todos, sustentável e moderno, a um custo acessível**



No que respeita à energia sustentável, o governo adoptou a política energética comum da UEMOA, as políticas regionais da CEDEAO para o acesso das populações rurais e periurbanas aos serviços energéticos básicos, o desenvolvimento dos biocombustíveis, a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, e o programa nacional sobre energia doméstica. Mas a implementação do quadro jurídico, políticas e programas adoptados não é eficaz devido a constrangimentos institucionais, humanos, financeiros e tecnológicos. Como resultado, as populações rurais têm um acesso muito limitado aos serviços sociais públicos básicos, incluindo serviços energéticos de qualidade.

Projectos solares estão a emergir no RGB. A Rede Global de Exportações de Desenvolvimento Económico e Social (REMEDES) financiou um projecto-piloto baseado na venda de kits solares a partir de Janeiro de 2022. Cada kit solar (chamado 'Ubutu') inclui uma bateria solar capaz de alimentar 3 a 5 lâmpadas, um rádio e um telemóvel. O preço do kit é de 200.000 FCFA (quase 300 euros) a pagar em prestações mensais de 4 euros. Outros pacotes de kits também incluem um aparelho de televisão. Está também previsto que os futuros kits tenham frigoríficos e ventiladores. O projecto inclui também a criação de quiosques solares. Estes são espaços de convívio e troca onde será possível comprar kits solares, receber wifi grátis, recarregar o telefone e fazer transferências de dinheiro.

Todas as metas do ODM 7 têm pelo menos informação parcial sobre um indicador.

### A. Situação e tendências

O objectivo 7 é assegurar o acesso a serviços energéticos fiáveis, sustentáveis e modernos para todos a um custo acessível, com cinco objectivos, três dos quais são resultados (7.1, 7.2, 7.3) e dois meios de implementação (7.a, 7.b).

#### Tendência dos resultados do ODM 7

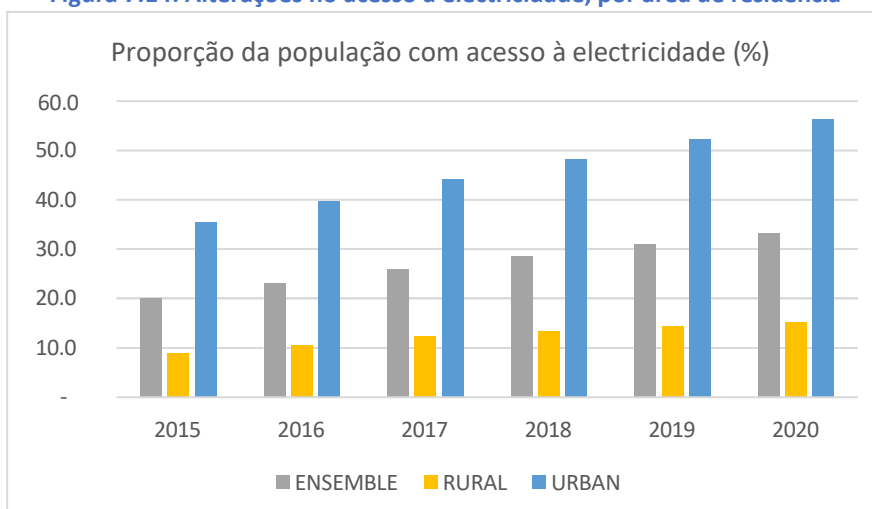
Dos três objectivos de resultados, dois relacionam-se com a sociedade como um todo e um com o ambiente.

#### Resultados a nível da empresa

**Meta 7.1: Garantir o acesso a serviços energéticos fiáveis e acessíveis para todos até 2030 moderno e acessível**

A proporção da população com acesso à electricidade está a aumentar, de 20,1% em 2015 para 33,3% em 2020, mas este nível permanece abaixo da média da África Subsaariana de 46%. É inferior nas zonas rurais, onde passou de 8,9% para 15,2% em 2015 e 2020. A proporção da população que utiliza principalmente combustíveis e tecnologias limpas é estimada em menos de 5% ao longo de todo o período.

**Figura 7.14: Alterações no acesso à electricidade, por área de residência**



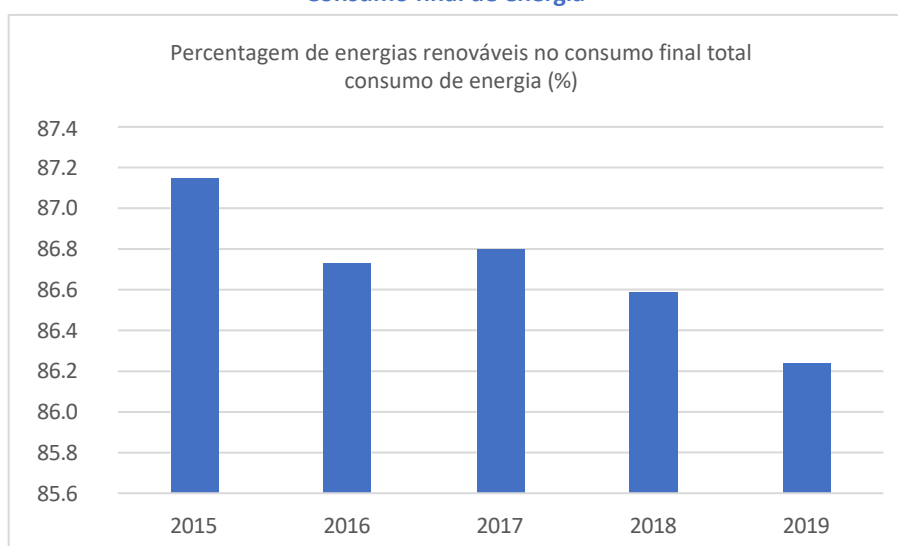
Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 7.2: Até 2030, aumentar significativamente a quota das energias renováveis no cabaz energético global**



A quota das energias renováveis no consumo final de energia tem uma tendência decrescente, embora permanecendo relativamente elevada, passando de 87,2% em 2015 para 86,2% em 2019. Note-se que este indicador não é necessariamente amigo do ambiente porque não distingue a quota de energia renovável limpa da lenha e do carvão vegetal, que são geralmente os mais utilizados nas zonas rurais.

**a utilização das energias renováveis na UE**  
**Consumo final de energia**



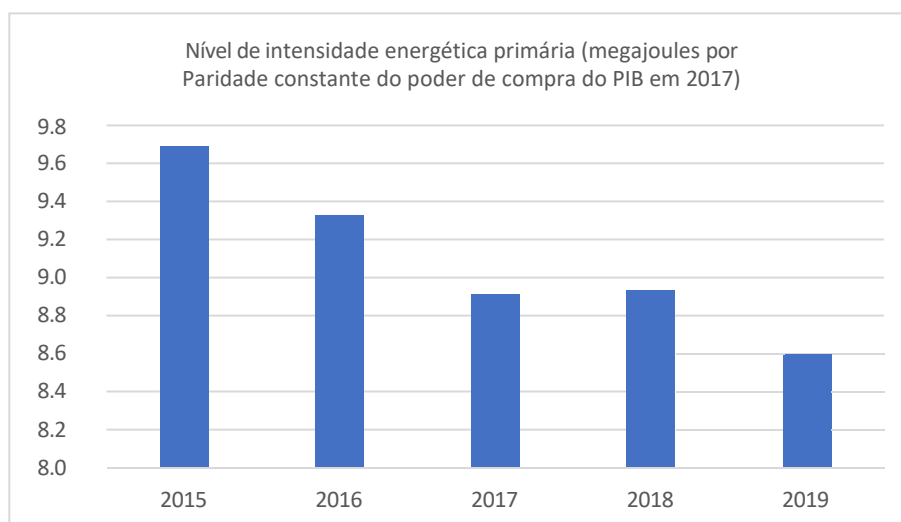
Fonte: UNDESA (2021)

### Resultados ambientais

**Meta 7.3: Duplicar a taxa global de melhorias de eficiência até 2030 energia.**

A intensidade energética, medida pelo rácio entre a energia primária e o produto interno bruto (PIB), tem tido uma tendência descendente nos últimos anos, de 9,7 megajoules por PIB constante em paridade de poder de compra em 2015 para 8,6 em 2019.

**Figura 7.16: Evolução da intensidade energética**



Fonte: UNDESA (2021)

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 7

**Meta 7.a: Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à ciência e tecnologia da energia limpa, incluindo energia renovável, eficiência energética e novas tecnologias limpas de combustíveis fósseis, e incentivar o investimento em infra-estruturas energéticas e tecnologias de energia limpa.**

O RGB recebeu fluxos financeiros internacionais em apoio à investigação e desenvolvimento no domínio da produção de energia limpa e de energia renovável, incluindo sistemas híbridos, em quantidades variáveis entre 2016 e 2019:

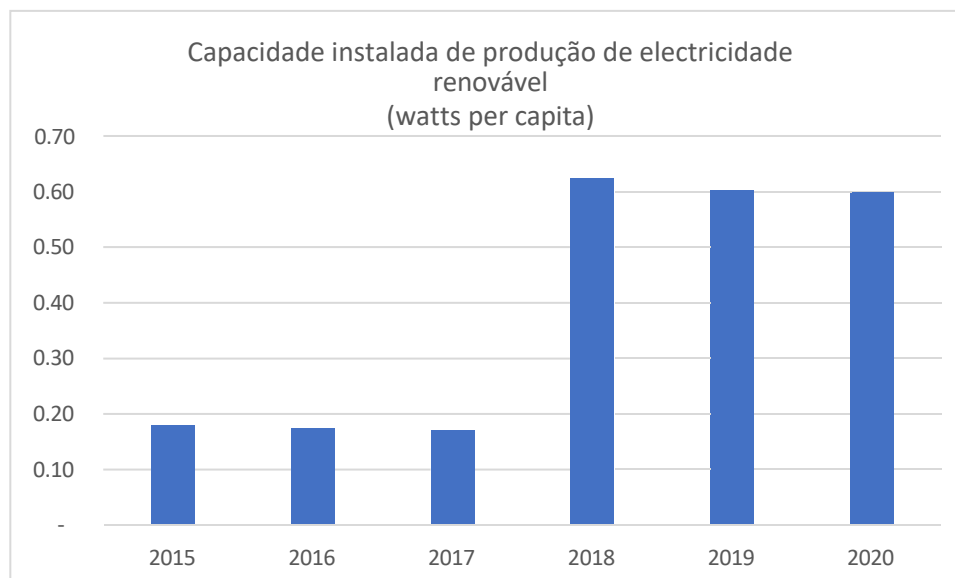
- ✚ Em 2016, o montante recebido foi de 0,42 milhões de dólares a preços constantes, e inteiramente para hidroeletricidade;
- ✚ Em 2017, o montante recebido foi de 3,37 milhões de dólares a preços constantes, tudo isto para a bioenergia;
- ✚ Em 2018, o montante recebido foi de 4,51 milhões de dólares a preços constantes, e totalmente dedicado à energia solar;
- ✚ Em 2019, o montante recebido foi de 0,23 milhões de dólares a preços constantes, para uso múltiplo.

**Meta 7.b: Até 2030, desenvolver infra-estruturas e melhorar a tecnologia para fornecer serviços energéticos modernos e sustentáveis a todas as pessoas nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, em conformidade com os programas de ajuda relevantes.**

A produção de electricidade renovável é inteiramente solar. De um nível de 0,18 watts per capita em 2015, a capacidade instalada do parque de electricidade renovável saltou significativamente para 0,62 watts per capita em 2018. Mas recuou ligeiramente para 0,59 watts per capita em 2020.



Figura 7.17: Evolução da capacidade da electricidade renovável



Fonte: UNDESA (2021)

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e ações de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros :

- ✓ Infra-estruturas energéticas inadequadas.
- ✓ Baixa capacidade de produção de electricidade a nível nacional.
- ✓ Insuficiência de recursos humanos qualificados.
- ✓ Má gestão dos recursos materiais e financeiros.
- ✓ Insegurança das infra-estruturas eléctricas a nível nacional.
- ✓ Espaço de manobra orçamental limitado.

### B2. Oportunidades

- ✓ Ligação da rede eléctrica da Organisation pour la mise en Valeur du Fleuve Gambie (OMVG: Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau e Senegal).
- ✓ Conclusão da construção da central fotovoltaica da Bôr.
- ✓ Plano de Acção Nacional para as Energias Renováveis (NREAP) (2015-2020/2030).
- ✓ Plano de Acção Nacional de Eficiência Energética (NEEAP) (2015-2020/2030).
- ✓ Carta da Política Energética.
- ✓ Lei-quadro da energia.
- ✓ Energia sustentável para todos os SE4ALL\_GB.
- ✓ Decreto-lei 2005/ do subsector da electricidade.

### B3. Ações de aceleração

- ✓ Aumentar o investimento e construir infra-estruturas eléctricas a nível nacional, com particular atenção às regiões mais remotas.
- ✓ Aumentar a capacidade nacional de produção de electricidade.
- ✓ Reforçar a capacidade dos recursos humanos, incluindo as mulheres.
- ✓ Aumentar o nível de controlo e supervisão rigorosa na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, incluindo as mulheres.
- ✓ Manutenção e gestão das instalações e cobertura geográfica.



## SDG 8

Promover o crescimento económico sustentado, partilhado e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

### Cibles prioritizadas

8.9. D'ici à 2030, élaborer et mettre en œuvre des politiques visant à développer un tourisme durable qui crée des emplois et mette en valeur la culture et les produits locaux.

### A. Situação e tendências

Num contexto marcado pela instabilidade política e institucional, os resultados esperados das diferentes estratégias adoptadas não puderam ser alcançadas.

Apenas 5,4% da população activa tem uma formação profissional, a nível médio ou universitário. De acordo com os resultados do censo geral da população e da habitação, a taxa de desemprego é de 10,5%, dos quais 18,1% para os homens e 4,6% para as mulheres. O censo de 2009 mostra que apenas 5,4% da população activa tem uma educação profissional, média ou universitária. A população activa, ou seja, os que têm emprego, era constituída por 11,4% de empregados, 28,9% de empregadores e de trabalhadores por conta própria e 59,5% de trabalhadores familiares e aprendizes. Por grupo etário, a população empregada é predominantemente composta por pessoas com idades entre os 25-34 anos 27,9% e jovens entre os 15-24 anos 23,3% respectivamente.

No entanto, o desemprego é uma preocupação entre a população jovem. A taxa de desemprego juvenil foi estimada em 30% em 2010 (ADB, OCDE e PNUD, 2012). Esta elevada incidência está ligada, entre outras coisas, à instabilidade política e económica, o que não favoreceu as iniciativas de criação de emprego. Esta instabilidade também afectou negativamente o sistema educativo e de formação profissional, agravando assim as dificuldades de acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de desemprego era de cerca de 4,1%. Os trabalhos realizados são na sua maioria informais, levando a um certo grau de precariedade, bem como a uma falta de protecção social que não garante um emprego decente e um nível de vida adequado.

Quadro 7 Os principais sectores económicos são a agricultura, os serviços e a indústria

Distribuição da actividade económica por sector	Agricultura	Indústria	Serviços
Emprego por sector (% do emprego total)	60.5	8.6	30.9
Valor acrescentado (% do PIB)	30.9	13.5	50.2
Valor acrescentado (crescimento anual em %)	-0.8	-0.7	-4.3
<b>A população activa em números</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>População activa</b>	779.105	800.827	792.581
Taxa de actividade total	72.87%	72.90%	72.89%
Taxa de actividade masculina	79.17%	79.11%	78.98%
Taxa de actividade das mulheres	67.01%	67.19%	67.11%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, base de dados ILOSTAT

O objectivo 8 de promover um crescimento económico sustentado, partilhado e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, tem 12 metas, sete das quais são resultados (8.1, 8.2, 8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8) e cinco são meios de implementação (8.3, 8.9, 8.10,



## Tendência dos resultados do ODM 8

Dos sete objectivos de resultados do ODM 8, dois são orientados para as pessoas e cinco são para toda a sociedade.

### Resultados centrados nas pessoas

**Meta 8.5: Atingir, até 2030, um emprego pleno e produtivo e assegurar trabalho digno e salário igual para trabalho de igual valor para todas as mulheres e homens, incluindo os jovens e as pessoas com deficiência**

De acordo com os resultados do inquérito ERI-ESI, em 2017-2018, a remuneração horária média dos empregados era de 2.178 francos CFA. Esta remuneração é significativamente mais baixa para as mulheres (1 410 francos CFA) do que para os homens (2 487 francos CFA). Além disso, a taxa de desemprego, tal como definida pela OIT, é de 7,1% na população activa; é ligeiramente mais elevada para os homens (7,3%) do que para as mulheres (7%). Até à data, o GGB ainda não ratificou a Convenção nº 159 da OIT sobre Reabilitação Vocacional e Emprego de Pessoas com Deficiência.

**Meta 8.6: Até 2020, reduzir significativamente a proporção de jovens fora da escola e desempregados nem formação**

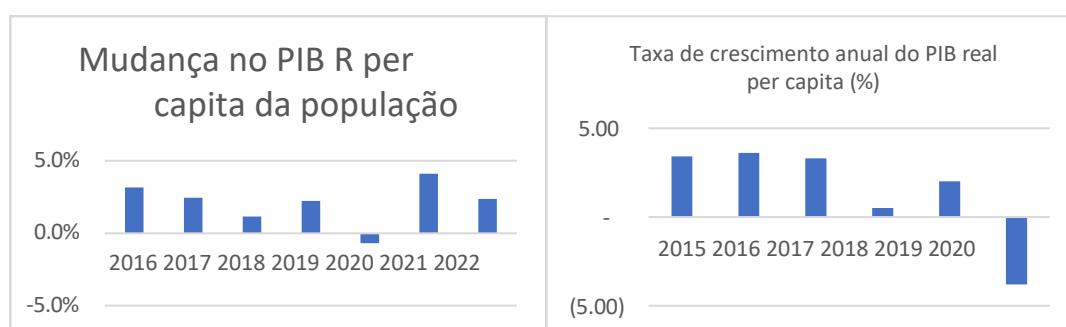
Em 2017-2018, 25,4% dos jovens (dos 15 aos 24 anos) não frequentavam a escola e não tinham emprego ou formação. Esta situação era mais comum entre as mulheres (31,8%) do que entre os homens (18,8%).

### Resultados a nível da empresa

**Meta 8.1: Manter uma taxa de crescimento económico per capita adequada ao contexto nacional e, em particular, uma taxa de crescimento anual do produto interno bruto de pelo menos 7% nos países menos desenvolvidos**

De acordo com dados oficiais do Ministério das Finanças, o crescimento real do PIB per capita caiu de 3,2% em 2016 para 2,5% em 2017, depois para 1,1% em 2018, aumentando para 2,2% em 2019. Durante a pandemia da COVID-19, o crescimento foi negativo (-0,7%). Os dados preliminares para 2021 colocam o crescimento real do PIB per capita em 4,1% e para 2022 em 2,4%, (ver Figura 7.18 abaixo).<sup>127</sup> Os números agregados (não per capita) são significativamente mais elevados, dado o crescimento positivo da população no país (ver quadro no Anexo N° 5 página 165).

Figura 7.18: Evolução da taxa de crescimento anual do PIB real per capita



Fonte: Ministério das Finanças, Relatório Quadro, Março 2022

**Objectivo 8.2: Atingir um elevado nível de produtividade económica através da diversificação, actualização tecnológica e inovação, incluindo um enfoque nos sectores de alto valor acrescentado e de mão-de-obra intensiva.**

<sup>127</sup> Alternativamente, os números oficiais do Banco Mundial para o crescimento real do PIB per capita podem ser consultados aqui: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?locations=GW>.



permanece particularmente baixo, pelo que o

A taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada tem seguido um padrão semelhante à taxa de crescimento anual do PIB real per capita. Ultrapassando os 3% no período 2015-2017, caiu para

Prevê-se que a previsão caia para -1,4% em 2018 e depois aumente muito ligeiramente para 1,8% em 2019, antes de cair acentuadamente para -3,5% em 2020, em resultado da pandemia da COVID-19. Além disso, o o diversificação de a transformação económica dos produtos agrícolas brutos

particularmente no sector do caju. Apenas 10% da produção de castanha de caju é processada localmente, devido ao baixo investimento em actividades de processamento e transformação. A transformação dos sistemas agrícolas (diversificação, aumento da produtividade, etc.) continua fraca, a fim de criar empregos para os jovens, empregos de valor acrescentado e permitir um rendimento decente aos agricultores familiares.

**Meta 8.4: Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência da utilização global de recursos tanto no consumo como na produção e afastar-se do crescimento económico que conduz à degradação ambiental, tal como previsto no Quadro Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança.**

A pegada material e o consumo doméstico de material são os dois indicadores normalmente utilizados para monitorizar a eficiência da utilização de recursos. A pegada material representa a quantidade de matérias-primas extraídas para satisfazer a procura de consumo final; é uma indicação das pressões sobre o ambiente para apoiar o crescimento económico e satisfazer as necessidades materiais das pessoas. O consumo interno de materiais mede a quantidade total de materiais directamente utilizados por uma economia e é definido como a quantidade anual de matérias-primas extraídas do território nacional, mais todos os materiais físicos importados menos todos os materiais físicos exportados. Faltam informações sobre a pegada material da economia do RGB.

A repartição do consumo de material 2019 por categoria inclui, por ordem decrescente de importância: madeira (36%), biomassa das pastagens e culturas forrageiras (34%), culturas (17%) e resíduos de culturas (13%). Há uma exportação residual de produtos de captura e colheita selvagens.

**Quadro 7.6: Consumo interno de material, total, per capita e por unidade do PIB, por tipo de matéria-prima**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Consumo interno de materiais, por tipo de matéria-prima (toneladas)</b>					
Culturas	785 580	795 559	918 150	955 775	957 242
Resíduos de culturas	752 513	778 325	789 101	770 423	768 423
Biomassa das pastagens e culturas forrageiras	1 754 261	1 822 289	1 851 505	1 883 833	1 927 264
Madeira	1 944 675	2 010 231	2 033 916	2 050 982	2 073 211
Apanha e colheita selvagens	- 3 329	- 1 934	- 5 564	- 4 312	- 4 534
<b>Total</b>	<b>5 233 700</b>	<b>5 404 470</b>	<b>5 587 107</b>	<b>5 656 701</b>	<b>5 721 606</b>
<b>Consumo interno de material per capita, por tipo de matéria-prima (toneladas)</b>					
Culturas	0,452	0,446	0,502	0,510	0,498
Resíduos de culturas	0,433	0,437	0,432	0,411	0,400
Biomassa das pastagens e culturas forrageiras	1,010	1,022	1,013	1,005	1,003
Madeira	1,119	1,128	1,113	1,094	1,079
Apanha e colheita selvagens	- 0,002	- 0,001	- 0,003	- 0,002	- 0,002
<b>Total</b>	<b>3,013</b>	<b>3,032</b>	<b>3,056</b>	<b>3,018</b>	<b>2,979</b>
<b>Consumo interno de material por unidade do PIB, por tipo de matéria-prima (quilogramas por dólar americano constante em 2015)</b>					
Culturas	0,750	0,715	0,779	0,784	0,752
Resíduos de culturas	0,718	0,699	0,669	0,632	0,603
Biomassa das pastagens e culturas forrageiras	1,675	1,637	1,571	1,546	1,514
Madeira	1,857	1,806	1,725	1,683	1,628
Apanha e colheita selvagens	- 0,003	- 0,002	- 0,005	- 0,004	- 0,004
<b>Total</b>	<b>4,997</b>	<b>4,856</b>	<b>4,739</b>	<b>4,642</b>	<b>4,493</b>

Fonte: UNDESA (2021)

**Objectivo 8.7:** Tomar medidas imediatas e eficazes para eliminar o trabalho forçado, acabar com a escravatura moderna e o tráfico de seres humanos, proibir e eliminar as piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e utilização de crianças-soldados, e, até 2025, pôr fim a todas as formas de trabalho infantil

Em 2019, a proporção de crianças envolvidas em actividades económicas e trabalhos domésticos está estimada em 17,2%, dos quais apenas 14,9% estão envolvidos em actividades económicas. Para as raparigas, os números são 16,3% e 12,9% respectivamente, e para os rapazes, 18,1% e 16,9%.<sup>128</sup>

**Objectivo 8.8:** Apoiar os direitos dos trabalhadores, promover a segurança no trabalho e assegurar a protecção de todos os trabalhadores, incluindo os migrantes, especialmente as mulheres, e os que se encontram em situação de emprego precário.

Em 2017-2018, houve uma média de 1,9 acidentes de trabalho fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores. A frequência de acidentes é maior para os homens (2,4) do que para as mulheres (1,3).<sup>129</sup>

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 8

**Objectivo 8.3:** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que fomentem actividades produtivas, trabalho decente, empreendedorismo, criatividade e inovação e estimular o crescimento das micro, pequenas e médias empresas e facilitar a sua integração no sector formal, nomeadamente através do acesso aos serviços financeiros

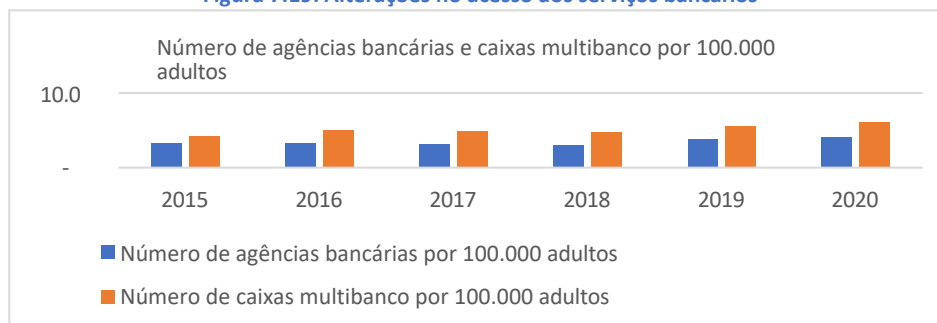
Em 2018, a situação do emprego informal é a seguinte:

- ✚ Para todos os tipos de actividades combinadas, a proporção de empregos informais no emprego total é de 94,8% no total, 97,3% entre as mulheres empregadas e 92,5% entre os homens;
- ✚ Nas actividades agrícolas, a proporção de emprego informal no emprego total é de 89,8% no total, 94,3% entre as mulheres empregadas e 86,3% entre os homens.

**Meta 8.10:** Reforçar a capacidade das instituições financeiras nacionais para promover e proteger proporcionar acesso universal aos serviços bancários, financeiros e de seguros

O acesso aos serviços bancários é relativamente baixo na Guiné-Bissau. Durante o período de 2015 a 2019, o número de agências bancárias por 100 000 adultos (com 15 anos ou mais) foi ligeiramente superior a 3, permanecendo abaixo de 4 antes de atingir 4,1 em 2020. O número de ATM manteve-se abaixo de 5 entre 2015 e 2018 antes de atingir 5,6 em 2019 e 6,1% em 2020.

Figura 7.19: Alterações no acesso aos serviços bancários



Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 8.a:** Aumentar o apoio no âmbito da Ajuda ao Comércio para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, incluindo através

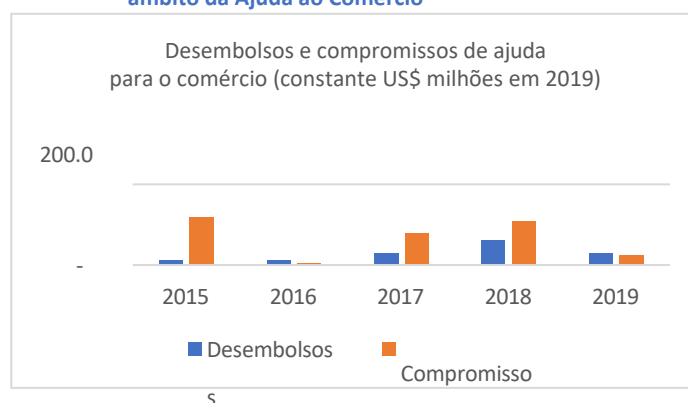
<sup>128</sup> MICS6 2018-19.

<sup>129</sup> [https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11110:0::NO::P11110\\_COUNTRY\\_ID:103065](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11110:0::NO::P11110_COUNTRY_ID:103065)

através do Quadro Integrado Reforçado de Assistência Técnica Relacionada com o Comércio em para os países menos desenvolvidos.

Os compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa Ajuda ao Comércio têm sido irregulares durante o período de 2015 a 2019. Em 2018, houve um desembolso de \$61,5 milhões contra um compromisso de \$108,3 milhões, enquanto que em 2019, foi desembolsado um montante de \$28,6 milhões contra um compromisso de \$24 milhões (os montantes são ajustados para dólares americanos constantes em 2019).

Figura 7.20: Evolução dos desembolsos e compromissos no âmbito da Ajuda ao Comércio



Fonte: UNDESA (2021)

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e ações de aceleração

### B1. DESAFIOS E RISCOS FUTUROS

- ✓ Falta de uma política nacional de emprego.
- ✓ Dificuldade no acesso ao crédito.
- ✓ Falta de implementação de reformas contínuas.
- ✓ Falta de transparência administrativa.
- ✓ Diversificação da economia.
- ✓ Transformação do sector do caju.

### B2. Oportunidades

- ✓ Existência de uma política de emprego para jovens, incluindo raparigas.
- ✓ Aumento do financiamento bancário.
- ✓ Plano Nacional de Desenvolvimento (2020-2023) Governo da Guiné-Bissau.
- ✓ Política Nacional de Juventude (2015-2035).
- ✓ Projecto de relançamento do ensino e formação profissional e técnica para o emprego (2019-2024) ENABEL.

### B3. Acções de aceleração

- ✓ Desenvolver a política nacional de emprego.
- ✓ Actualização da Lei Geral do Trabalho.
- ✓ Criar um diploma legal sobre o acesso ao crédito.
- ✓ Criar um fundo de apoio ao desenvolvimento.
- ✓ Estabelecer centros de formação profissional.
- ✓ Implementar a reforma da administração pública.
- ✓ Aumentar o investimento no sector agrícola.
- ✓ Aumentar a capacidade produtiva e a transformação no sector agrícola.



## SDG 9

### Construir infra-estruturas resilientes, promover uma industrialização sustentável que beneficie todos e encorajar a inovação

#### Cibles pour lesquelles il manque des données

9.1. Mettre en place une infrastructure de qualité, fiable, durable et résiliente, y compris une infrastructure régionale et transfrontière, pour favoriser le développement économique et le bien-être de l'être humain, en mettant l'accent sur un accès universel, à un coût abordable et dans des conditions d'équité.

9.3. Accroître, en particulier dans les pays en développement, l'accès des entreprises, notamment des petites entreprises industrielles, aux services financiers, y compris aux prêts consentis à des conditions abordables, et leur intégration dans les chaînes de valeur et sur les marchés.

9.4 - D'ici à 2030, moderniser l'infrastructure et adapter les industries afin de les rendre durables, par une utilisation plus rationnelle des ressources et un recours accru aux technologies et procédés industriels propres et respectueux de l'environnement, chaque pays agissant dans la mesure de ses moyens.

9.5. Renforcer la recherche scientifique, perfectionner les capacités technologiques des secteurs industriels de tous les pays, en particulier des pays en développement, notamment en encourageant l'innovation et en augmentant nettement le nombre de personnes travaillant dans le secteur de la recherche et du développement pour 1 million d'habitants et en accroissant les dépenses publiques et privées consacrées à la recherche et au développement d'ici à 2030.

9.b. Soutenir la recherche-développement et l'innovation technologiques nationales dans les pays en développement, notamment en instaurant des conditions propices, entre autres, à la diversification industrielle et à l'ajout de valeur aux marchandises.

9.c. Accroître nettement l'accès aux technologies de l'information et des communications et faire en sorte que tous les habitants des pays les moins avancés aient accès à Internet à un coût abordable d'ici à 2020.

#### A. Situação e tendências

O objectivo 9 de construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, tem oito objectivos, três dos quais são resultados (9.2, 9.4, 9.5) e cinco são meios de implementação (9.1, 9.3, 9.a, 9.b, 9.c). Embora haja uma ausência de dados sobre este ODM, é importante notar que a falta de infra-estruturas rodoviárias e de acesso aos serviços sociais básicos é uma necessidade que foi particularmente salientada durante a consulta regional de Março de 2022, incluindo o acesso equitativo para todos.

#### Tendência dos resultados do ODM 9

Dos três objectivos de resultados, 2 são socialmente orientados e 1 é socialmente orientado o ambiente.

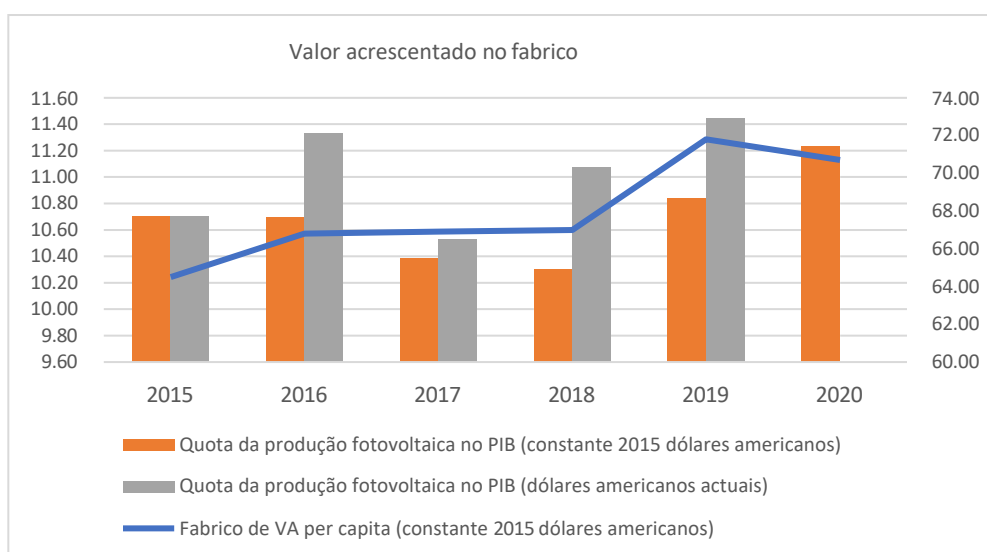
#### Resultados a nível da empresa

**Meta 9.2: Promover a industrialização sustentável e inclusiva e, até 2030, aumentar significativamente a contribuição da indústria para o emprego e o produto interno bruto, conforme apropriado às circunstâncias nacionais, e duplicá-la nos países menos desenvolvidos**

A percentagem do valor acrescentado do fabrico no PIB, tanto a preços constantes de 2015 como a preços correntes, tem flutuado globalmente na ordem dos 10 a 11%. Em termos absolutos, este valor acrescentado cresceu erraticamente de \$64,5 per capita em 2015 para \$71,8 em 2018, para voltar a cair para \$70,7 em 2019 (todos os montantes ajustados para dólares americanos constantes de 2015).



**Figura 7.21: Evolução do valor acrescentado da indústria transformadora, Como proporção do PIB e per capita**



Fonte: UNDESA (2021)

Em 2017-2018, 5,3% do emprego total estava em actividades de processamento. De acordo com o sexo do empregado, há 5,2% para os homens e 5,4% para as mulheres.

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 9

**Objectivo 9.a: Facilitar infra-estruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, aumentando o apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos estados insulares em desenvolvimento**

O montante da ajuda oficial internacional (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros contributos do sector público) atribuído às infra-estruturas evoluiu de forma irregular ao longo do período. De cerca de 3 milhões de dólares por ano em 2015-2016, aumentou para 14 milhões de dólares em 2017 e depois saltou para 47 milhões de dólares em 2018 antes de cair para 20 milhões de dólares em 2019 (montantes ajustados à constante de 2019 dólares americanos).

**Figura 7.22: Evolução da ajuda pública internacional atribuída às infra-estruturas**



Fonte: UNDESA (2021)

**Objectivo 9.c: Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e assegurar que todas as pessoas nos países menos desenvolvidos tenham acesso à Internet a preços acessíveis até 2020**

Em 2016, a taxa de cobertura da população de uma rede 2G era de 83%, a de 3G era de 30% e a de 4G era de 21,4%. A taxa de cobertura das redes 2G tem continuado a crescer e atingirá

95,7% em 2019.

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Infra-estruturas industriais fracas.
- ✓ Falta de preservação das infra-estruturas industriais e institucionais.
- ✓ Mau acesso às vias e infra-estruturas de comunicação.
- ✓ Falta de legislação para a construção de bairros residenciais.
- ✓ Falta de utilização de novas tecnologias de infra-estruturas.
- ✓ Falta de implementação da Lei de Planeamento Urbano.

### B2. Oportunidade

- ✓ Existência de fundos para financiar a construção de infra-estruturas.
- ✓ Ligação ao cabo submarino (Prabís).
- ✓ Estimular o desenvolvimento económico.
- ✓ Programa Nacional de Descentralização (2015).
- ✓ Plano de Desenvolvimento Regional, LED 2018-2020.
- ✓ A contribuição das mulheres.

### B3. Acções de aceleração

- ✓ Aumentar as infra-estruturas industriais.
- ✓ Implementar o plano de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano.
- ✓ Legislação desenvolvida para habitação e construção e estabelecimento industrial.
- ✓ Criar um centro de infra-estruturas tecnológicas.





## ODM 10

### Reduzir as desigualdades dentro e entre países

#### Cibles pour lesquelles il manque des données

10.1. D'ici à 2030, faire en sorte, au moyen d'améliorations progressives, que les revenus des 40 pour cent les plus pauvres de la population augmentent plus rapidement que le revenu moyen national, et ce de manière durable.

10.2. D'ici à 2030, autonomiser toutes les personnes et favoriser leur intégration sociale, économique et politique, indépendamment de leur âge, de leur sexe, de leur handicap, de leur race, de leur appartenance ethnique, de leurs origines, de leur religion ou de leur statut économique ou autre.

10.5. Améliorer la réglementation et la surveillance des institutions et marchés financiers mondiaux et renforcer l'application des règles.

10.6. Faire en sorte que les pays en développement soient davantage représentés et entendus lors de la prise de décisions dans les institutions économiques et financières internationales, afin que celles-ci soient plus efficaces, crédibles, transparentes et légitimes.

10.a. Mettre en œuvre le principe d'un traitement spécial et différencié pour les pays en développement, en particulier les pays les moins avancés, conformément aux accords de l'Organisation mondiale du commerce.

#### A. Situação e tendências

O Objectivo 10, para reduzir as desigualdades dentro e entre países, tem dez metas, cinco das quais são resultados (10.1, 10.2, 10.3, 10.6, 10.7) e cinco são meios de implementação (10.4, 10.5, 10.a, 10.b, 10.c).

#### Tendência dos resultados do ODM 10

Todos os cinco objectivos de resultados no SDG 10 são de toda a sociedade.

#### Resultados a nível da empresa

**Meta 10.3:** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir a desigualdade de resultados, nomeadamente através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção da adopção de leis, políticas e medidas adequadas.

Em 2017-2018, 7,4% das pessoas com 18 anos ou mais declararam ter sofrido discriminação ou assédio por razões contrárias aos direitos humanos. Entre as mulheres da mesma faixa etária, a taxa de percepção é de 7,5%, o que também revela a falta de informação entre as mulheres sobre os seus direitos.<sup>130</sup>



**Objectivo 10.7:** Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável, nomeadamente através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

Em 2018, foram comunicados 3 casos de pessoas que morreram ou desapareceram durante a migração para um destino internacional. A proporção de refugiados na população aumentou de 85 por 100.000 habitantes para 109 em 2018-2019, e depois diminuiu para 83.

<sup>130</sup> Inquérito regional integrado sobre o emprego no sector informal, INE Guiné-Bissau, 2017-2018.

Figura 7.23: Alteração na proporção de refugiados na população



Fonte: UNDESA (2021)

### Processos e meios de implementação específicos do SDG 10

#### **Meta 10.4: Adotar políticas, incluindo políticas fiscais, salariais e de protecção social, para alcançar progressivamente uma maior igualdade**

Dada a pequena dimensão do orçamento do Estado, com impostos cobrados em proporção do PIB consistentemente abaixo dos 10%, o âmbito das políticas de protecção social para promover uma redução da desigualdade é limitado. O investimento na melhoria da educação parece ser a alternativa mais promissora para reduzir a desigualdade a longo prazo, mas para que isso aconteça o país precisa de fazer progressos na gestão das finanças públicas. A curto prazo, dada a concentração da pobreza nas zonas rurais, a luta contra a desigualdade exige uma melhoria das políticas fiscais e regulamentares no sector agrícola, e em particular no subsector do caju, protegendo os interesses dos agentes mais vulneráveis, geralmente os pequenos produtores. A promoção da diversificação produtiva seria crucial para proteger os mais vulneráveis de choques negativos na produção ou comércio de caju.<sup>131</sup> A parte do trabalho no PIB é estimada em 39,6% em 2015 e 39,4% em 2016-2017. (Ver a lista de conselhos políticos na nota de enquadramento macroeconómico de Março do Ministério das Finanças, (no Anexo N° 5 Página 165).

#### **Objectivo 10.b: Aumentar a ajuda oficial ao desenvolvimento e os fluxos financeiros, incluindo o investimento directo estrangeiro, para os Estados mais necessitados, particularmente os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais**

O montante de recursos atribuídos ao desenvolvimento (ajuda pública ao desenvolvimento, investimento directo estrangeiro e outros) tem crescido de forma constante de 2015 a 2019. De 100 milhões de dólares em 2015, aumentou para 163 milhões de dólares em 2019.

Figura 7.24: Evolução do apoio ao desenvolvimento recebido pela Guiné-Bissau



Fonte: UNDESA (2021)

<sup>131</sup> Ver por exemplo Álvarez Pereira et al 2017. <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2017/12/18/Guinea-Bissau-Selected-Issues-Paper-45486>

**Meta 10.c: Até 2030, reduzir os custos de transacção das remessas para menos de 3% e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.**

Em geral, o custo das remessas é relativamente elevado, excedendo 3% do montante transferido. Um estudo realizado pelo PNUD em 2020 estabeleceu a seguinte situação para Portugal (principal país de envio) através do operador Western Union (relativamente o mais competitivo). Os custos de transferência variam em função do procedimento utilizado (total ou parcialmente em linha, num balcão ou não). Para uma transferência de 200 dólares, a Western Union cobra a uma taxa de 6% se todo o processo for feito num balcão, 2,7% se o processo for feito totalmente online e 1,6% se o processo for feito online com o pedido mas o depósito for feito no balcão. Os custos diminuem para um montante de transferência mais elevado; para 500 USD o custo é de 4,4% no balcão e menos de 3% para as outras modalidades.

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Mobilização e redistribuição de rendimentos para as regiões mais desfavorecidas.
- ✓ Falta de uma cultura de responsabilização.
- ✓ Evasão fiscal.
- ✓ Baixo nível de rendimentos.
- ✓ Elevada taxa de desemprego.
- ✓ Disparidade salarial.
- ✓ Baixa qualificação da mão-de-obra.

### B2. Oportunidades

- ✓ Harmonização das orientações comunitárias sobre finanças públicas (UEMOA e CEDEAO).
- ✓ Importação de novas tecnologias.
- ✓ Plano Estratégico e Operacional 2015-2020/ Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023.

### B3. Acções de aceleração

- ✓ Implementação de um código de conduta para a responsabilização.
- ✓ Formação e desenvolvimento de capacidades em novas tecnologias
- ✓ Alargar a base tributária.
- ✓ Aumentar o espaço orçamental para o aumento das despesas e investimentos sociais.





## SDG 11

### Tornar as cidades e os povoados humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis

#### Cibles pour lesquelles il manque des données

11.2. D'ici à 2030, assurer l'accès de tous à des systèmes de transport sûrs, accessibles et viables, à un coût abordable, en améliorant la sécurité routière, notamment en développant les transports publics, une attention particulière devant être accordée aux besoins des personnes en situation vulnérable, des femmes, des enfants, des personnes handicapées et des personnes âgées.

11.3. D'ici à 2030, renforcer l'urbanisation durable pour tous et les capacités de planification et de gestion participatives, intégrées et durables des établissements humains dans tous les pays.

11.4. Renforcer les efforts de protection et de préservation du patrimoine culturel et naturel mondial.

11.7. D'ici à 2030, assurer l'accès de tous, en particulier des femmes et des enfants, des personnes âgées et des personnes handicapées, à des espaces verts et des espaces publics sûrs.

11.b. D'ici à 2020, accroître nettement le nombre de villes et d'établissements humains qui adoptent et mettent en œuvre des politiques et plans d'action intégrés en faveur de l'insertion de tous, de l'utilisation rationnelle des ressources, de l'adaptation aux effets des changements climatiques et de leur atténuation et de la résilience face aux catastrophes, et élaborer et mettre en œuvre, conformément au Cadre de Sendai pour la réduction des risques de catastrophe (2015-2030), une gestion globale des risques de catastrophe à tous les niveaux.

11.c. Aider les pays les moins avancés, y compris par une assistance financière et technique, à construire des bâtiments durables et résilients en utilisant des matériaux locaux.

#### A. Situação e tendências

O objectivo 11, para assegurar que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis, tem dez metas: cinco resultados (11.1, 11.2, 11.5, 11.6, 11.7) e cinco meios de implementação (11.3, 11.4, 11.a, 11.b, 11.c).

#### Tendência dos resultados do ODM 11

Dos cinco objectivos de resultados do SDG 11, um é centrado nas pessoas, três são centrados em toda a sociedade e um é centrado no ambiente.

#### Resultados centrados nas pessoas

**Meta 11.5: Até 2030, conseguir uma redução significativa do número de pessoas mortas e afectadas por catástrofes, incluindo catástrofes relacionadas com a água, e uma redução significativa da percentagem do produto interno bruto global perdido como resultado directo de tais catástrofes, com enfoque na protecção dos pobres e vulneráveis.**

Em 2017 e 2018, as inundações no GBR causaram a morte ou o desaparecimento de 2,75 pessoas por 100.000 habitantes em 2017 e 0,06 em 2018. No total, 214,58 pessoas por 100.000 habitantes foram directamente afectadas por estas situações em 2017 e 0,57 em 2018. A falta de políticas de gestão de catástrofes e desastres naturais deve ser notada.

Em termos económicos, estas situações causaram perdas, principalmente relacionadas com a destruição de habitações, estimadas em US\$3.624.100 em 2017 e US\$11.850 em 2018. Estas perdas correspondem a 0,003% e 0,00001% do PIB da Guiné-Bissau nestes dois anos, respectivamente.

## Resultados a nível da empresa

### **Meta 11.1: Garantir o acesso a abrigo adequado e serviços básicos para todos até 2030 e de melhoria de bairros de lata, seguros e a preços acessíveis.**

Segundo os dados do inquérito MICS6, 2018-2019, a maioria da população guineense vive em habitações de construção precária (83,2%) e apenas 7,5% vive em habitações condignas, ou seja, em habitações permanentes. Numa perspectiva regional, as regiões da OEA, Oio e Biombo destacam-se em termos de construção de habitações permanentes com uma taxa de 20,0, 8,7 e 5,6% respectivamente.

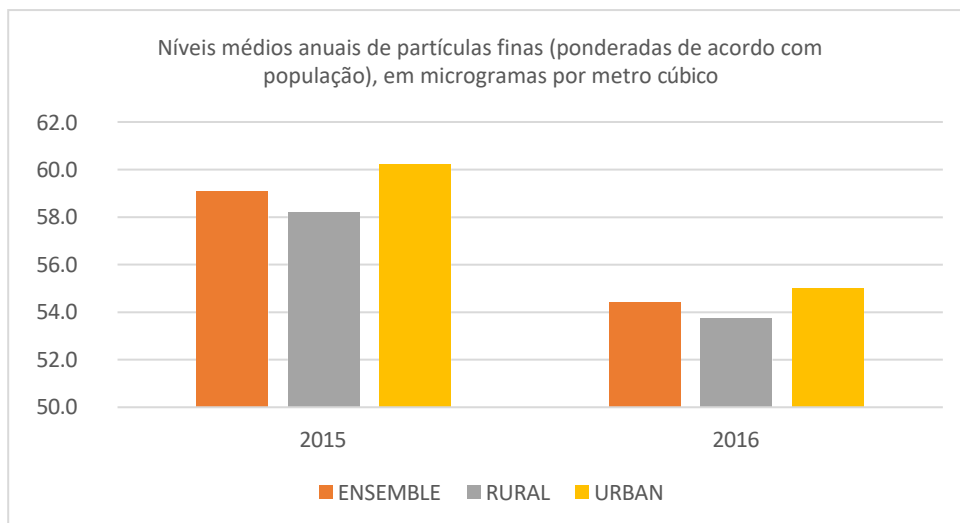
Em contraste, as regiões de Quinara, Bafatá e Bolama/Bijagós têm uma taxa relativamente baixa de 0,4, 1,6 e 1,9% respectivamente. A nível nacional, um total de 9,3% da população da Guiné-Bissau vive em habitações com paredes naturais (quase 100% de materiais de construção naturais).

## Resultados ambientais

### **Meta 11.6: Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo das cidades per capita, incluindo através da atenção à qualidade do ar e à gestão de resíduos municipais e outros.**

Entre 2015 e 2016, o nível médio anual de partículas finas PM 2,5 diminuiu de 59,1 para 54,4 microgramas por metro cúbico de ar. A diminuição é também observada nas zonas urbanas, mas o nível de poluição é mais elevado aí, de 60,2 para 55,0 microgramas de PM 2,5 por metro cúbico de ar.

**Figura 7.25: Níveis médios anuais de partículas finas PM 2,5 em 2015 e 2016, por residência**



Fonte: UNDESA (2021)

## Processos e meios de implementação específicos do SDG 11

### **Objectivo 11.a: Promover ligações económicas, sociais e ambientais positivas entre zonas urbanas, peri-urbanas e rurais através do reforço do planeamento do desenvolvimento nacional e regional.**

O RGB ainda não adoptou uma política urbana nacional ou um plano de desenvolvimento regional que: a) tenha em conta a dinâmica populacional, b) vise um desenvolvimento territorial equilibrado, e c) aumente a flexibilidade orçamental local.



## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções aceleradas

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Falta de implementação do plano urbano.
- ✓ Extinção das zonas húmidas.
- ✓ Falta de política de habitação social.
- ✓ Falta de cartografia de zoneamento.

### B2. Oportunidades

- ✓ Existência de fundos para o desenvolvimento de planos estratégicos para as cidades.
- ✓ Política de conservação e preservação das zonas húmidas.
- ✓ Municipalização e modernização de cidades.
- ✓ Política de conservação e preservação das zonas húmidas.
- ✓ Programa Nacional de Descentralização (2015), Governo da Guiné-Bissau.
- ✓ Plano de Descentralização, 2018-2020, PNUD.
- ✓ Participação das mulheres e outros grupos em assuntos públicos.

### B3. Acções de aceleração

- ✓ Apresentação do relatório ao Comité Económico, Social e Cultural sobre o Pacto Internacional, incluindo o direito à habitação.
- ✓ Promulgação e divulgação da lei autárquica.
- ✓ Conservação e protecção de zonas húmidas.
- ✓ Desenvolvimento/actualização de uma política de construção de habitação social.
- ✓ Implementação da política de ordenamento do território.
- ✓ Implementação de pólos de desenvolvimento.
- ✓ Construção de um aterro sanitário e de um aterro sanitário.



### 7.3. Pilar Planeta





## SDG 6

### Assegurar o acesso de todos aos serviços alimentares sistemas de água e saneamento geridos de forma sustentável

#### Cible pour laquelle il manque des données

6.b. Appuyer et renforcer la participation de la population locale à l'amélioration de la gestion de l'eau et de l'assainissement.

#### A. Situação e tendências

O acesso à água potável segura é um direito humano básico e um pré-requisito para a realização de muitos outros direitos humanos. O governo, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, está empenhado em realizar este direito, com particular enfoque nas crianças, famílias e comunidades vulneráveis que vivem em contextos humanitários e de desenvolvimento. O acesso universal a fontes de água limpa, segura, acessível e oportuna está no centro do objectivo 6.1 do 6<sup>ème</sup> Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (SDG 6). Em última análise, o objectivo é fornecer acesso a água segura directamente no local (por exemplo, em casa).

O acesso a água limpa, segura e potável e saneamento continua a ser um desafio na Guiné-Bissau e existe uma enorme disparidade entre as zonas rurais e urbanas. De acordo com o inquérito MICS6, 2018-2019, a percentagem de famílias que utilizavam fontes de água melhoradas para consumo humano era de 66,8%, com 87,5% nas zonas urbanas contra 55,3% nas zonas rurais. No que respeita à utilização de instalações sanitárias melhoradas e/ou adequadas, a percentagem total de agregados familiares inquiridos que utilizam instalações sanitárias melhoradas que não são partilhadas foi de 14,4%, com 6,6% partilhando com 5 ou menos agregados familiares e 3,5% partilhando com 5 ou mais agregados familiares. Relativamente à percentagem de membros do agregado familiar com instalações para a lavagem das mãos (local) onde o sabão e a água estão presentes, o mesmo relatório indica que apenas 16,1% têm um local específico para a lavagem das mãos onde o sabão e a água estão disponíveis, 21,8% nas zonas urbanas e 13% nas zonas rurais.

Em 2021, 4 países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, assinaram uma Declaração Ministerial em Genebra para se comprometerem a discutir um quadro jurídico e avançar para uma organização e colaboração comuns na zona aquífera Senegal-Mauritânia. Este acordo inclui o Senegal, a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau. No total, a área sobre a qual estes estados irão colaborar estende-se por cerca de 1300 km e as águas subterrâneas beneficiam quase 25 milhões de pessoas. Segundo a Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE), este recurso hídrico será importante face às alterações climáticas. A Declaração reconhece a importância de garantir o mais amplo acesso à água potável e ao saneamento e afirma o seu papel fundamental na capacitação das mulheres.

O Objectivo 6, para assegurar o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento geridos de forma sustentável para todos, tem oito objectivos, seis dos quais são resultados (6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6) e dois são meios de implementação (6.a, 6.b).

#### Tendência dos resultados do ODM 6

Dos seis objectivos de resultados do ODM 6, dois concentram-se nas pessoas e quatro no ambiente.

## Resultados centrados nas pessoas

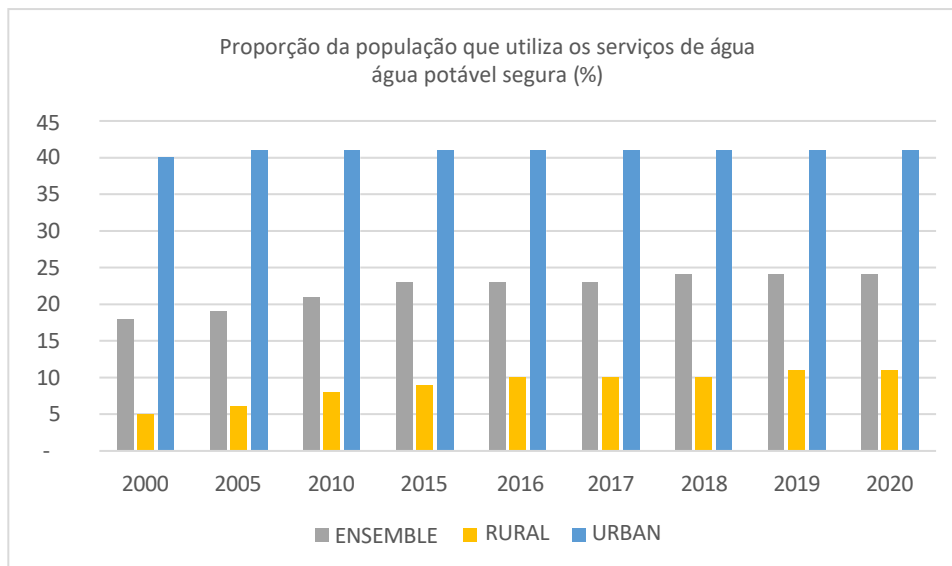
### **Meta 6.1: Alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo a água potável segura e a preços acessíveis**

A taxa de acesso aos serviços de água potável geridos com segurança, que era de 23% em 2015, aumentou para 24% em 2018 e depois estagnou. É melhor nas zonas urbanas, mas tem permanecido estagnada desde 2015 a 41%.

Isto é devido à persistência de uma série de problemas, incluindo

- ✚ Furos de sondagem, tubos verticais, bombas de água e condutas insuficientes, especialmente nas regiões;
- ✚ Falta de tratamento adequado da água para consumo;
- ✚ O funcionamento dos serviços de abastecimento de água pela empresa pública apenas na capital Bissau, estando o abastecimento nas províncias em grande parte dependente da acção das ONG que operam com base nos seus respectivos projectos.

**Figura 7.26: Evolução da taxa de acesso a serviços de água potável totalmente geridos com segurança, por área de residência**



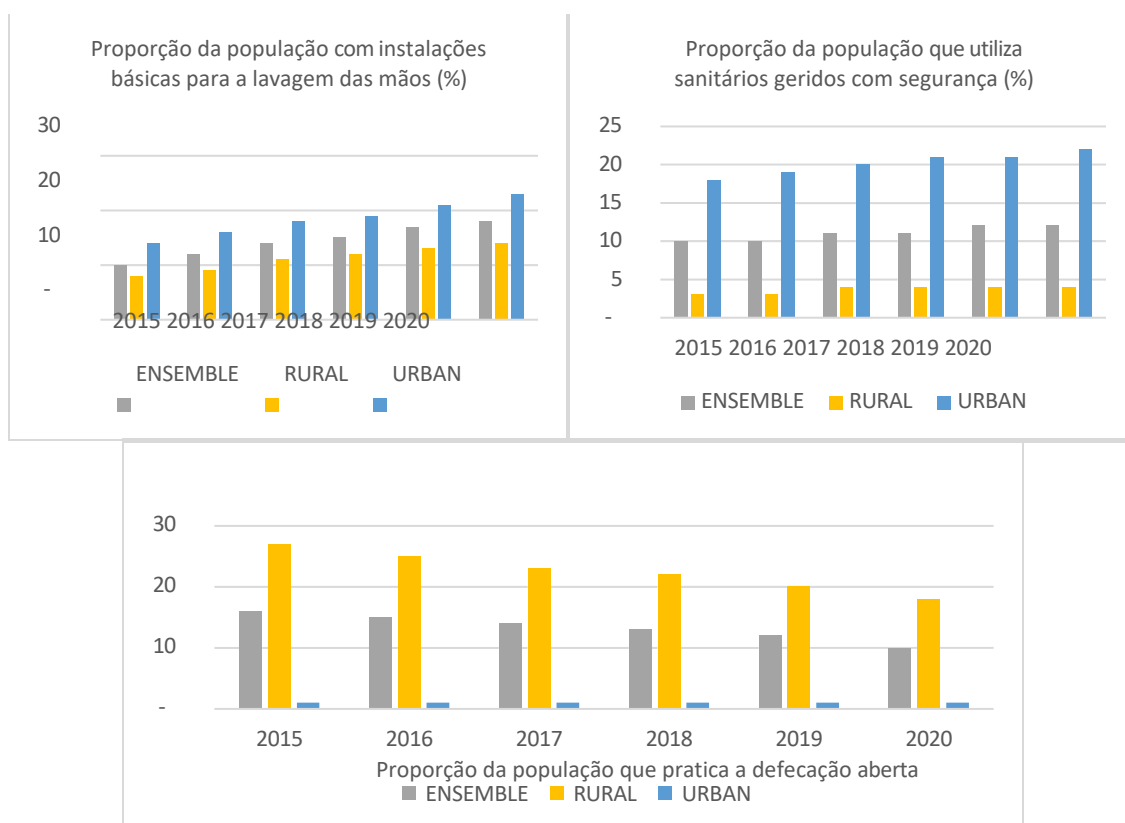
Fonte: UNDESA (2021)

### **Objectivo 6.2: Alcançar um acesso equitativo a saneamento e higiene adequados para todos até 2030 e acabar com a defecação aberta, com especial atenção às necessidades das mulheres e raparigas e das pessoas em situações vulneráveis**

A taxa de utilização de uma instalação básica de lavagem das mãos tem uma tendência crescente, de 10% em 2014 para 16,1% em 2019. Nas zonas rurais, a taxa aumentou de 9,2% para 13,04% durante o mesmo período.

Deve também notar-se que a defecação aberta ainda está muito presente, praticada por 10,6% da população em 2019, após uma queda no seu nível de 17,7% em 2014. Esta última prática é mais prevalente nas zonas rurais, com a taxa de prática nas zonas urbanas a estagnar a 1%.

**Figura 7.27: Tendências na utilização de instalações básicas de lavagem de mãos, sanitários geridos com segurança e defecação aberta, por residência**



Fonte: UNDESA (2021)

### Resultados ambientais

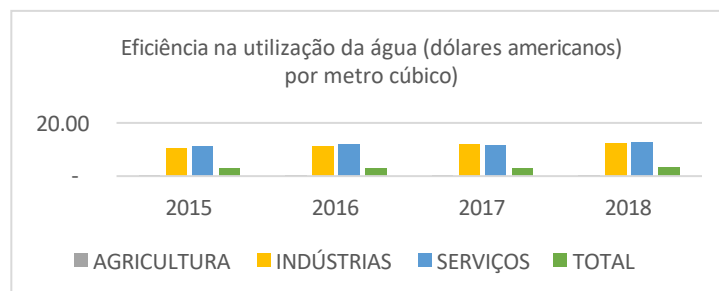
**Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de resíduos e minimizando as emissões de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando significativamente a reciclagem e reutilização segura da água a nível mundial.**

A proporção de águas residuais domésticas tratadas com segurança é estimada em 21,4% em 2020, com toneladas de resíduos acumulados diariamente, obrigando as comunidades a queimá-las e contaminando o ar.

**Meta 6.4: Até 2030, aumentar significativamente a eficiência com que os recursos hídricos são utilizados em todos os sectores e assegurar a sustentabilidade da captação e abastecimento de água doce para fazer face à escassez de água e reduzir significativamente o número de pessoas que carecem de água**

Durante o período de 2015 a 2018, as perdas globais de água para as actividades flutuaram cerca de 3 dólares por metro cúbico de utilização. Estas perdas são significativamente menores para a agricultura, flutuando em torno de \$0,1 por metro cúbico de utilização. Na indústria, têm uma tendência crescente de 10,25 dólares em 2015 para 12,17% em 2018. Estas perdas são mais significativas nos serviços em que rondam os 12 dólares por metro cúbico de utilização durante o período. A gestão e manutenção das infra-estruturas existentes é um grande desafio para o fornecimento.

Figura 7.28: Tendências na eficiência da utilização da água, por actividade



Fonte: UNDESA (2021)

O nível de stress hídrico (retirada de água doce como proporção dos recursos hídricos) é O número de refrigerantes disponíveis manteve-se constante em 1,5%.

**Meta 6.5: Até 2030, assegurar uma gestão integrada dos recursos hídricos a todos os níveis, incluindo incluindo através da cooperação transfronteiriça, conforme apropriado**

Em 2020, o grau de gestão integrada dos recursos hídricos é estimado em 19%. A repartição nos seus principais componentes é a seguinte

- + Ambiente favorável (17%)
- + Instituições e participação (25%)
- Instrumentos de gestão (22%)
- + Financiamento (13%).

No mesmo ano, 42,8% das bacias transfronteiriças (bacias hidrográficas e lacustres e aquíferos) tinham um acordo operacional de cooperação no domínio da água, enquanto que nenhum aquífero transfronteiriço tinha um acordo operacional de cooperação no domínio da água. Por outro lado, todas as bacias fluviais e lacustres transfronteiriças tinham um acordo de cooperação operacional no domínio da água.

**Meta 6.6: Até 2020, proteger e restaurar os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos**

Em 2021, a extensão das zonas húmidas interiores foi estimada em 10.000 quilómetros quadrados. O quadro abaixo mostra a evolução de outros ecossistemas dependentes da água, nomeadamente a superfície permanente da água dos lagos e rios, a superfície sazonal dos lagos e rios, a superfície das zonas húmidas, e os mangais.

Quadro 8 Variação dos ecossistemas dependentes da água

Variação dos ecossistemas dependentes da água	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Área de água permanente em lagos e rios (quilómetros quadrados)	24,29	22,72	22,81	20,79	21,30	22,22
Área de água permanente de lagos e rios (% da área total de terra)	0,00086	0,00081	0,00081	0,00074	0,00076	0,00079
Zona sazonal de lagos e rios (quilómetros quadrados)	142,40	147,73	159,88	173,50	179,53	182,51
Área sazonal de lagos e rios (% da superfície terrestre total)	0,0051	0,0053	0,0057	0,0062	0,0064	0,0065
Mudança permanente na superfície de água dos lagos e rios (%)	29,49	21,10	21,58	10,82	13,52	18,44
Variação sazonal da superfície da água dos lagos e rios (%)	18,28	22,71	32,80	44,11	49,12	51,59
Área de zonas húmidas (quilómetros quadrados)			1 571,39			
Zona húmida (% da superfície total do terreno)			5,11			
Área de manguezal (quilómetros quadrados)	2 576,60	2 571,69				
Linha de base da área de mangue (quilómetros quadrados)	2 568,35	2 568,35				
Ganho em área de mangue (quilómetros quadrados)	48,25	47,53				
Ganho na área de mangue (%)	1,88	1,85				
Perda de área de manguezal (quilómetros quadrados)	40,00	44,19				
Perda de área de manguezal (%)	1,56	1,72				
Mudança na área total de mangue (%)	0,32	0,13				

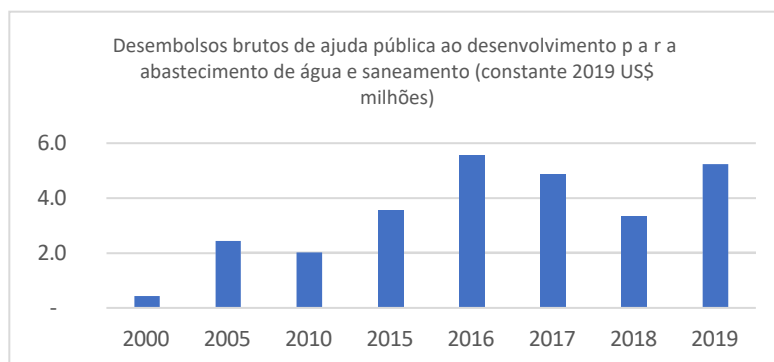
Fonte: UNDESA (2021)

## Processos e meios de implementação específicos do SDG 6

**Meta 6.a: Até 2030, aumentar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades nos países em desenvolvimento em actividades e programas de água e saneamento, incluindo a recolha de água, dessalinização e eficiência, tratamento de águas residuais, reciclagem e tecnologias de reutilização.**

O montante da ajuda pública ao desenvolvimento para água e saneamento recebida pela Guiné-Bissau tem variado de ano para ano. De 3,5 milhões de dólares em 2015, os desembolsos brutos subiram para 5,6 milhões de dólares antes de caírem de novo para 3,3 milhões em 2018; em 2019, tinham subido para 5,2 milhões de dólares (todos os montantes são ajustados para valores constantes de 2019 dólares americanos).

**Figura 7.29: Tendências na ajuda pública ao desenvolvimento para água e saneamento recebido pela Guiné-Bissau**



Fonte: UNDESA (2021)

## B. Desafios, oportunidades e riscos

### futuros B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ O problema do acesso universal e equitativo à água segura para todos.
- ✓ Acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e o fim da defecação aberta, com especial atenção às necessidades das mulheres e raparigas e das pessoas em situações vulneráveis.
- ✓ Assegurar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando os aterros e minimizando a descarga de produtos químicos e materiais perigosos.
- ✓ Melhorar a eficiência da utilização da água em todos os sectores e assegurar uma captação e abastecimento sustentáveis de água doce.
- ✓ Redução substancial do número de pessoas, especialmente os grupos mais vulneráveis, que sofrem de escassez de água.
- ✓ Fraquezas na gestão das infra-estruturas de água e saneamento.
- ✓ Actualização do diploma legal para água e saneamento.
- ✓ Abastecimento de água para a população.
- ✓ Criação de uma estratégia nacional de resíduos.
- ✓ Criar programas de informação e sensibilização dos cidadãos para os objectivos de sustentabilidade.
- ✓ Acesso universal e equitativo à água segura para todos.
- ✓ Acesso universal a água, saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, incluindo mulheres e raparigas.
- ✓ Assegurar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando os aterros e minimizando a descarga de produtos químicos e materiais perigosos.
- ✓ Melhorar a eficiência da utilização da água em todos os sectores e assegurar o desenvolvimento sustentável

- abstracção e fornecimento sustentável de água doce.
- ✓ Redução substancial do número de pessoas que sofrem de falta de água.

## B2. Oportunidades

- ✓ Existem rios, lagos e lagoas e muitos pontos de água importantes no país.
- ✓ Galeria de florestas protegendo pontos de água que ainda se encontram em bom estado de conservação e que têm uma elevada capacidade de renovação.
- ✓ A precipitação é irregular, mas suficiente para alimentar as reservas naturais estratégicas do país.
- ✓ Disponibilidade dos doadores e disponibilidade de fundos para água e saneamento.
- ✓ Elevada pluviosidade.
- ✓ Rios e lagos estrategicamente distribuídos a nível nacional com capacidade de abastecimento de água.
- ✓ Existem rios, lagos e lagoas e muitos pontos de água importantes no país.
- ✓ Galeria de florestas protegendo pontos de água que ainda se encontram em bom estado de conservação e têm uma considerável capacidade de renovação.
- ✓ A precipitação é irregular, mas suficiente para alimentar as reservas naturais estratégicas do país.
- ✓ Disponibilidade dos doadores e disponibilidade de fundos para água e saneamento.
- ✓ Participação de mulheres e grupos vulneráveis.

## B3. Acções de aceleração

- ✓ Apresentação do primeiro relatório ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais sobre a aplicação do Pacto Internacional, incluindo o direito à água
- ✓ Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos a todos os níveis, incluindo incluindo através da cooperação transfronteiriça, quando apropriado.
- ✓ Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.
- ✓ Apoiar e reforçar a participação da comunidade local para melhorar a gestão da água e do saneamento.
- ✓ Expandir a cooperação internacional para apoiar o desenvolvimento de capacidades no país para o desenvolvimento de actividades e programas de água e saneamento, incluindo a captação de água, dessalinização, eficiência na utilização da água e tratamento de águas residuais.
- ✓ Criar um pacote legislativo centrado na protecção dos recursos hídricos e na gestão eficiente e sustentável da água doce.
- ✓ Advocacia para a mobilização de recursos para a Fundação Bio Guiné.
- ✓ Garantir a segurança das águas subterrâneas.
- ✓ Ausência de bacias de retenção de água.
- ✓ Sistema de drenagem insuficiente.
- ✓ Criação de um mecanismo de gestão descentralizada.
- ✓ Actualização e implementação da base jurídica.
- ✓ Introdução de equipamento moderno para controlo da quantidade e qualidade da água.
- ✓ Aumentar e modernizar os sistemas de drenagem.
- ✓ Estabelecimento de mecanismos de separação e tratamento de resíduos.
- ✓ Criação de programas mediáticos, folhetos, campanhas de sensibilização.
- ✓ Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos a todos os níveis, incluindo incluindo através da cooperação transfronteiriça, quando apropriado.
- ✓ Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, zonas húmidas e zonas húmidas



- florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.
- ✓ Apoiar e reforçar a participação das comunidades locais, especialmente das mulheres, para melhorar a gestão da água e do saneamento.
  - ✓ Desenvolver a cooperação internacional para apoiar o desenvolvimento de capacidades nos países para o desenvolvimento de actividades e programas de água e saneamento, incluindo a captação de água, dessalinização, eficiência na utilização da água, tratamento de águas residuais.
  - ✓ Criar um pacote legislativo centrado na protecção dos recursos hídricos e na gestão eficiente e sustentável da água doce.





## ODM 12

### Estabelecimento de padrões de consumo e produção sustentáveis

#### A. Situação e tendências

O objectivo 12, para estabelecer padrões de consumo e produção sustentáveis, tem 11 objectivos, quatro dos quais são resultados (12.2, 12.3, 12.4, 12.5) e sete são meios de implementação (12.6, 12.7, 12.8, 12.9, 12.10, 12.11, 12.12).

Até 2030, reduzir significativamente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

A quantidade de produtos consumidos varia muito de pessoa para pessoa. A realidade é que uma grande proporção da população mundial não tem acesso suficiente ao consumo para cobrir as suas necessidades básicas. Isto pode ser diferente num mundo onde todos têm a oportunidade de obter o que precisam para viver e prosperar. O consumo pode andar de mãos dadas com a preservação dos recursos naturais, para que as gerações futuras também possam beneficiar. O desafio consiste em definir uma estratégia para atingir este objectivo. Podemos gerir os nossos recursos naturais de forma mais eficiente, melhorar o tratamento de resíduos tóxicos e reduzir, por exemplo, os resíduos alimentares per capita à escala global. O ODM 12 visa criar inovação à natureza e aos consumidores para reduzir e reciclar os seus resíduos, mas também desenvolver países em desenvolvimento para monitorizar o impacto de sustentáveis padrões de consumo sustentáveis que são empregos e melhora a cultura e os produtos locais.

12.6. Incentivar as empresas, particularmente as grandes empresas e as empresas transnacionais, a adoptar práticas sustentáveis e a incluir informação sobre sustentabilidade nos seus relatórios.

12.7. Promover práticas de aquisição sustentáveis em conformidade com as políticas e prioridades nacionais.

12.8. Até 2030, assegurar que as pessoas em toda a parte tenham a informação e os conhecimentos necessários para um desenvolvimento sustentável e um estilo de vida em harmonia com a natureza.

12.9. Desenvolver países em desenvolvimento para monitorizar o impacto de sustentáveis padrões de consumo sustentáveis que são empregos e melhora a cultura e os produtos locais.

#### Tendência dos resultados do ODM 12

Todos os quatro objectivos de resultados do ODM 12 estão relacionados com o ambiente.

#### Resultados ambientais

#### Meta 12.2: Até 2030, conseguir uma gestão e utilização sustentáveis de recursos naturais.

A pegada material e o consumo doméstico de material são os dois indicadores geralmente utilizados para monitorizar a gestão sustentável e a utilização eficiente dos recursos naturais numa economia. A pegada de material representa a quantidade de matéria-prima extraída para satisfazer a procura de consumo final; é uma indicação de

É uma medida da pressão sobre o ambiente para apoiar o crescimento económico e satisfazer as necessidades materiais das pessoas. O consumo interno de materiais mede a quantidade total de materiais directamente utilizados por uma economia e é definido como a quantidade anual de matérias-primas extraídas do território nacional, mais todos os materiais físicos importados menos todos os materiais físicos exportados. Faltam informações sobre a pegada material da economia do RGB.

As matérias primas utilizadas pela economia da Guiné-Bissau são exclusivamente biomassa. Assim, não há utilização de outros tipos de materiais, nomeadamente combustíveis fósseis, minérios metálicos e minerais não metálicos. A quantidade de biomassa utilizada tem uma tendência crescente, aumentando de 5,2 milhões de toneladas em 2015 para 5,7 milhões de toneladas em 2019. Em termos de importância para a população, o consumo interno total de material diminuiu de 3,013 toneladas per capita em 2015 para 2,979 toneladas per capita em 2019. Em termos de importância para a criação de riqueza, o consumo interno total de material diminuiu de 4,997 quilogramas por unidade do PIB (em dólares americanos constantes de 2015) para 4,493 quilogramas em 2019.

A repartição do consumo de material 2019 por categoria inclui, por ordem decrescente de importância: madeira (36%), biomassa das pastagens e culturas forrageiras (34%), culturas (17%) e resíduos de culturas (13%). Há uma exportação residual de produtos de captura e colheita selvagens. (Ver o alvo 8.4 para o quadro de dados).

**Meta 12.3: Até 2030, reduzir para metade, a nível mundial, a quantidade de resíduos alimentares per capita, tanto na distribuição como no consumo, e reduzir as perdas alimentares ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.**

A informação sobre resíduos alimentares é muito fragmentada e só está disponível para o ano 2019. Ao nível da distribuição, as perdas totais são estimadas em 30 043 toneladas, ou 15,6 quilogramas per capita ao longo do ano. As perdas ao nível do consumo são de 197 266 toneladas dentro dos agregados familiares e 53 109 toneladas durante as refeições fora do agregado familiar, correspondendo a 102,7 quilogramas per capita e 27,6 quilogramas per capita, respectivamente.

**Meta 12.4: Até 2020, conseguir uma gestão ecológica dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo do seu ciclo de vida, em conformidade com as directrizes acordadas internacionalmente, e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e terra, a fim de minimizar os seus efeitos negativos sobre a saúde e o ambiente**

O cumprimento dos compromissos e obrigações da Guiné-Bissau de fornecer as informações exigidas por cada um dos acordos ambientais multilaterais internacionais sobre produtos químicos e outros resíduos perigosos é o seguinte:

- ✚ Para o protocolo, o nível de satisfação tem permanecido a 100% desde 2015;
- ✚ Para a Convenção de Roterdão, o nível de satisfação caiu de 98,04% em 2015 para 96,55% em 2020;
- ✚ Para a Convenção de Basileia, o nível de satisfação tem permanecido a 100% desde 2015;
- ✚ Para a Convenção de Estocolmo, o nível de satisfação aumentou de 33,33% em 2015 para 50,00% em 2020;
- ✚ Para a Convenção Minamata, o nível de satisfação aumentou de 0,00% para 33,33% em 2020.

#### Processos e meios de implementação específicos do SDG 12

**Objectivo 12.a: Apoiar os países em desenvolvimento na construção da sua capacidade científica e tecnológica para avançarem para padrões de consumo e produção mais sustentáveis**

A produção de electricidade renovável é inteiramente solar. De um nível de 0,18 watts per capita em 2015, a capacidade instalada do parque de electricidade renovável saltou significativamente para 0,62 watts per capita em 2018. Mas recuou ligeiramente para 0,59 watts per capita em 2020. (Ver alvo 7.b para detalhes e gráfico)

**Objectivo 12.c Racionalizar os subsídios aos combustíveis fósseis, eliminando as distorções do mercado, tendo em conta as circunstâncias nacionais, nomeadamente através da reestruturação fiscal e da eliminação gradual dos subsídios prejudiciais existentes, salientando o seu impacto ambiental, tendo plenamente em conta as necessidades e circunstâncias específicas dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis efeitos negativos no desenvolvimento destes países, protegendo simultaneamente as populações pobres e afectadas.**

Os subsídios aos combustíveis fósseis (produção e consumo) são relativamente baixos. Inicialmente zero, eram \$0,920 milhões em dólares americanos correntes em 2018, \$1,790 em 2019 e \$0,430 em 2020. Em termos de dimensão relativamente à população, os respectivos montantes foram de \$0,489 per capita em 2018, \$931 em 2019 e \$0,216 em 2020. Em termos de riqueza criada, estes montantes representaram 0,075% do PIB em 2018, 0,140% em 2019 e 0,034 em 2020.

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Gestão sustentável e utilização eficiente dos ecossistemas e recursos naturais.
- ✓ A gestão do consumo e produção sustentáveis e a sua materialização nos Planos de Acção Nacionais como uma prioridade, mas também nas políticas nacionais.
- ✓ Explorar os recursos alimentares locais (naturais e cultivados) e reduzir o desperdício alimentar.
- ✓ Criar cadeias de produção e fornecimento, incluindo perdas pós-colheita no país.
- ✓ Gestão ambientalmente correcta dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo do seu ciclo de vida, em conformidade com os quadros internacionais acordados, e redução significativa das suas descargas para o ar, água e terra, a fim de minimizar os seus impactos negativos na saúde humana e no ambiente.
- ✓ Controlo da produção de resíduos através da prevenção, redução e reciclagem de resíduos.
- ✓ Reforço da capacidade científica e tecnológica do país para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis.
- ✓ Fraca gestão dos recursos de produção.
- ✓ Falta de infra-estruturas modernas para substituir o trabalho manual.
- ✓ Falta de segurança para os consumidores.
- ✓ Redução das emissões de resíduos.
- ✓ Falta de consciência e de cultura de consumo.
- ✓ Falta de base legal para a produção e consumo.
- ✓ Falta de uma boa gestão ambiental.
- ✓ Reduzir as perdas alimentares ao longo das cadeias de produção, abastecimento e consumo.
- ✓ Para reduzir significativamente as descargas para o ar, água e terra e minimizar os seus aspectos negativos.
- ✓ Gestão sustentável e utilização eficiente dos ecossistemas e recursos naturais.
- ✓ Explorar os recursos alimentares locais (naturais e cultivados) e reduzir o desperdício alimentar.

## B2. Oportunidades

- ✓ Boa saúde dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos do país.
- ✓ Condições de solo fértil e produtivo favoráveis à produção.
- ✓ Disponibilidade de financiadores e disponibilidade de fundos para apoiar a produção, através de ONG.
- ✓ Condições do solo favoráveis à produção.
- ✓ Aumento das indústrias de produção.
- ✓ Surgimento de novas indústrias inovadoras.
- ✓ Disponibilidade de fundos de produção através de ONG.
- ✓ Boa saúde dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos do país.
- ✓ Condições de solo fértil e produtivo favoráveis à produção.
- ✓ Disponibilidade de financiadores e disponibilidade de fundos para apoiar a produção, através de ONG.

## B3. Acções de aceleração

- ✓ Criar um diploma legal sobre responsabilidade social e consumo sustentável.
- ✓ Incentivar as empresas, em particular as corporações, a adoptar práticas sustentáveis e a integrar a informação sobre sustentabilidade no seu ciclo de relatórios.
- ✓ Promover práticas sustentáveis de contratos públicos em conformidade com as políticas e prioridades nacionais.
- ✓ Criar e implementar políticas e planos de acção para contratos públicos sustentáveis.
- ✓ Assegurar que as pessoas, onde quer que estejam, tenham informações relevantes e estejam conscientes do desenvolvimento sustentável e das formas de viver em harmonia com a natureza.
- ✓ A educação para a cidadania ecológica e o desenvolvimento sustentável está integrada nas políticas nacionais de educação, nos currículos escolares, na formação de professores e na avaliação dos estudantes.
- ✓ Reforçar a capacidade científica e tecnológica do país para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis.
- ✓ Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para um turismo sustentável, gerando emprego e promovendo a cultura e os produtos locais.
- ✓ Aplicar instrumentos contabilísticos normalizados para monitorizar os aspectos económicos e ambientais dos serviços ecossistémicos.
- ✓ Racionalizar os subsídios para substituir a produção ineficiente de energia que encoraja o consumo excessivo, eliminando as distorções do mercado e eliminando gradualmente as actividades prejudiciais ao ambiente.
- ✓ Responder às necessidades e condições específicas do país, minimizando quaisquer impactos negativos no seu desenvolvimento, a fim de proteger as comunidades pobres e afectadas.
- ✓ Criar as condições para reforçar a capacidade científica e tecnológica do país para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis.
- ✓ Introdução de novos sistemas de conservação e de recursos.
- ✓ Criar programas de sensibilização sobre o tratamento de resíduos e a implementação da lei de base da AAAC (Autoridade de Avaliação Ambiental).
- ✓ Incentivar as empresas, em particular as corporações, a adoptar práticas sustentáveis e a integrar a informação sobre sustentabilidade no seu ciclo de relatórios.
- ✓ Promover práticas sustentáveis de contratação pública de acordo com o

- políticas e prioridades nacionais.
- ✓ Criar e implementar políticas e planos de acção para os contratos públicos sustentável.
  - ✓ Assegurar que as pessoas em toda a parte, incluindo crianças e jovens, tenham informação relevante e estejam conscientes do desenvolvimento sustentável e das formas de viver em harmonia com a natureza.
  - ✓ A educação para a cidadania ecológica e o desenvolvimento sustentável está integrada nas políticas nacionais de educação, nos currículos escolares, na formação de professores e na avaliação dos estudantes.
  - ✓ Reforçar a capacidade científica e tecnológica do país para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis.
  - ✓ Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para um turismo sustentável, gerando emprego e promovendo a cultura e os produtos locais.
  - ✓ Aplicar ferramentas contabilísticas normalizadas para monitorizar os aspectos económicos e ambientais dos serviços ecossistémicos.
  - ✓ Racionalizar os subsídios para substituir a produção ineficiente de energia que encoraja o consumo excessivo, eliminando as distorções do mercado e eliminando gradualmente as actividades prejudiciais ao ambiente.
  - ✓ Responder às necessidades e condições específicas do país, minimizando quaisquer impactos negativos no seu desenvolvimento, a fim de proteger as comunidades pobres e afectadas.
  - ✓ Criar as condições para reforçar a capacidade científica e tecnológica do país para estabelecer padrões de produção e consumo sustentáveis.





## ODM 13

### Tomar medidas urgentes para enfrentar as alterações climáticas e os seus impactos

#### Cibles pour lesquelles il manque des données

13.2. Incorporer des mesures relatives aux changements climatiques dans les politiques, les stratégies et la planification nationales.

13.3. Améliorer l'éducation, la sensibilisation et les capacités individuelles et institutionnelles en ce qui concerne l'adaptation aux changements climatiques, l'atténuation de leurs effets et la réduction de leur impact et les systèmes d'alerte rapide.

13.a. Mettre en œuvre l'engagement que les pays développés parties à la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques ont pris de mobiliser ensemble auprès de multiples sources 100 milliards de dollars par an d'ici à 2020 pour répondre aux besoins des pays en développement en ce qui concerne les mesures concrètes d'atténuation et la transparence de leur mise en œuvre et rendre le Fonds vert pour le climat pleinement opérationnel en le dotant dans les plus brefs délais des moyens financiers nécessaires.

13.b. Promouvoir des mécanismes de renforcement des capacités afin que les pays les moins avancés et les petits États insulaires en développement se dotent de moyens efficaces de planification et de gestion pour faire face aux changements climatiques, l'accent étant mis, notamment, sur les femmes, les jeunes, la population locale et les groupes marginalisés.

#### A. Situação e tendências

De acordo com o relatório do Programa de Acção Nacional de Adaptação (NAPA), o aumento progressivo da temperatura e, conseqüentemente, da evapotranspiração e da precipitação, reduzirá significativamente a produtividade do sector agrícola e exacerbará a escassez de água na Guiné-Bissau. O sector agrícola emprega mais de 90% da mão-de-obra nacional e contribui com 62% do PIB. A economia é fortemente dependente da agricultura, que por sua vez depende em grande parte da intensidade e regularidade da precipitação, embora o potencial de irrigação permaneça em grande parte inexplorado.

A Guiné-Bissau não dispõe de dados actualizados sobre a utilização e disponibilidade de água, mas o NAPA indica que o declínio da pluviosidade terá conseqüências significativas a todos os níveis. É provável que mine a viabilidade de algumas culturas em zonas mais secas, forçando os agricultores a recorrer mais ao gado como meio de subsistência, o que exigirá competências e técnicas diferentes, bem como investimentos iniciais mais elevados para famílias já empobrecidas. Nestas condições, as alterações climáticas terão implicações importantes para a "capacidade de adaptação" da população rural, uma vez que uma grande parte está envolvida em sectores altamente vulneráveis ao risco climático e a economia é altamente dependente destes sectores.

Com o objectivo de adoptar medidas para mitigar os efeitos das alterações climáticas, atrair investimento e promover a gestão sustentável dos recursos naturais, o governo começou a participar na iniciativa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) (ao abrigo da UNFCCC), candidatando-se a aderir ao programa UN-REDD em 2014. A eficácia potencial das actividades implementadas só pode ser assegurada com linhas de base credíveis e monitorização e acompanhamento operacional da alteração do uso do solo e dos processos relacionados com a floresta. Foi determinado que a melhor forma de o conseguir é desenvolver um primeiro bloco de construção crucial no SNAP - com base no qual a monitorização pode ser progressivamente alargada ao resto do território. Este processo será facilitado pela extensão da rede de áreas protegidas

(SNAP) de 11 a 25% do território nacional. Neste contexto, duas áreas costeiras protegidas (Parques Nacionais de Cacheu e Cantanhez) são o foco dos primeiros projectos-piloto REDD+, com o objectivo de demonstrar como os pagamentos de carbono poderiam ser utilizados para garantir tanto a redução das taxas de desflorestação como a melhoria dos meios de subsistência através da partilha de benefícios.

O objectivo 13, de tomar medidas urgentes para enfrentar as alterações climáticas e os seus impactos, tem cinco objectivos, dois dos quais são resultados (13.1, 13.3) e três são meios de implementação (13.2, 13.a, 13.b).

### **Tendência dos resultados do ODM 13**

Dos dois objectivos de resultados do ODM 13, um é para a sociedade como um todo e o outro é para o ambiente.

### **Resultados ambientais**

#### **Objectivo 13.1: Criar resiliência e capacidade de adaptação em todos os países aos riscos relacionados com o clima e às catástrofes naturais.**

Em 2017 e 2018, foram registadas cheias na Guiné-Bissau. Isto resultou na morte ou no desaparecimento de 2,75 pessoas por 100.000 habitantes em 2017 e 0,06 em 2018. No total, 214,58 pessoas por 100.000 habitantes foram directamente afectadas por estas situações em 2017 e 0,57 em 2018. A Guiné-Bissau adoptou uma série de estratégias e políticas que lidam, directa ou indirectamente, com as alterações climáticas. As mais importantes são: o Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (NAPA, 2006) e a Segunda Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) (2011). Estes documentos foram actualizados com o objectivo de desenvolver um Plano Nacional de Adaptação (PNA) e uma comunicação 3<sup>ème</sup> à UNFCCC (2015); os aspectos institucionais são fundamentais em ambos os casos.

### **B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração**

#### **B1. Desafios e riscos futuros**

- ✓ Capacidade de adaptação e resiliência aos riscos relacionados com o clima.
- ✓ Integração e monitorização das medidas de mitigação das alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.
- ✓ Introdução da educação ambiental no currículo escolar para aumentar a sensibilização e a capacidade humana e institucional para a mitigação das alterações climáticas e o alerta precoce.
- ✓ Implementação dos compromissos internacionais da Guiné-Bissau ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC].
- ✓ Estratégia de mobilização de fundos para a criação de condições de resiliência e a implementação de compromissos internacionais no terreno.
- ✓ Sensibilização insuficiente do público para a vulnerabilidade do país.
- ✓ Ameaças aos recursos naturais.
- ✓ Falta de implementação de políticas de mudança estratégica clima.
- ✓ Baixa resiliência às alterações climáticas.
- ✓ Capacidade de adaptação e resiliência aos riscos relacionados com o clima.
- ✓ Integração e monitorização das medidas de mitigação das alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.
- ✓ Introdução da educação ambiental no currículo escolar para aumentar a sensibilização e a capacidade humana e institucional para a mitigação das alterações climáticas e o alerta precoce.
- ✓ Implementação dos compromissos internacionais da Guiné-Bissau no âmbito do



- da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas [UNFCCC].
- ✓ Estratégia de mobilização de fundos para a criação de condições de resiliência e a implementação de a implementação dos compromissos internacionais no terreno.

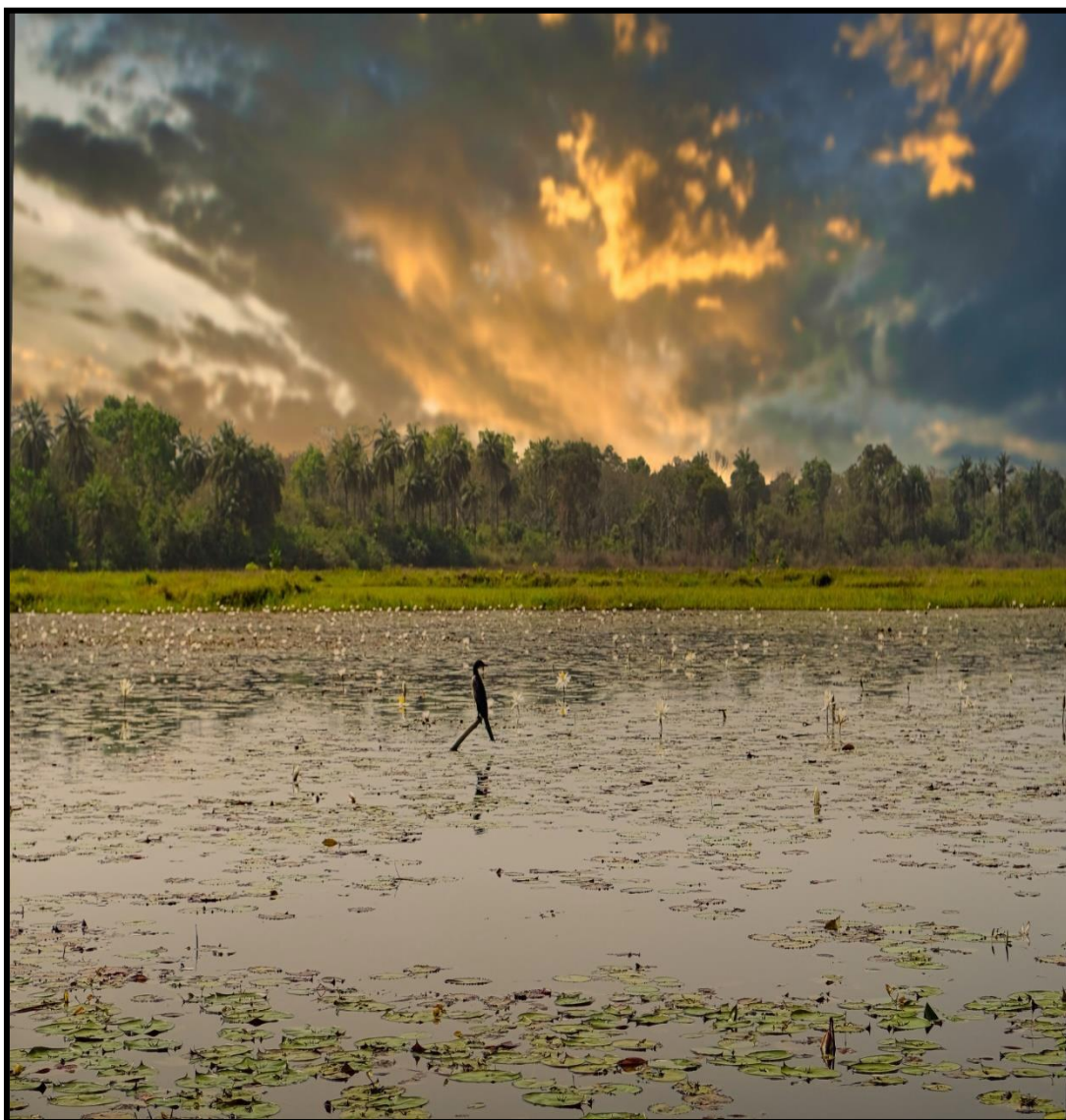
## B2. Oportunidades

- ✓ Pré-depósito da comunidade financeira para financiar a conservação e protecção da natureza neste momento.
- ✓ Relativamente bom estado de conservação dos ecossistemas e relativa abundância de recursos naturais.
- ✓ Capital natural renovável.
- ✓ Disponibilidade de recursos.
- ✓ Especialização das comunidades em termos de produção.
- ✓ Disponibilidade de financiamento para o sector do ambiente.
- ✓ Áreas Protegidas.
- ✓ Prontidão da comunidade financeira para financiar a conservação e protecção da natureza neste momento.
- ✓ Relativamente bom estado de conservação dos ecossistemas e relativa abundância de recursos naturais.
- ✓ Participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis nos assuntos públicos.
- ✓ Os compromissos do GGB no âmbito da sua Revisão Periódica Universal pelo Conselho dos Direitos Humanos, incluindo 119,46 a: Adotar uma abordagem abrangente, sensível às questões de género e à deficiência - incluindo as políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, em conformidade com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e o Quadro Sendai para a Redução de Riscos de Catástrofes.

## B2. Acção de aceleração

- ✓ Criar um conjunto de diplomas legais em responsabilidade social e assegurar a conservação do capital natural do país.
- ✓ Criar estratégias de comunicação e sensibilização sobre os efeitos das alterações climáticas para sensibilizar as pessoas para as mesmas.
- ✓ Incorporar as convenções às quais o país está vinculado na ordem jurídica nacional e criar um gabinete de gestão para as convenções da ONU e do Rio.
- ✓ Modernizar e reforçar os serviços de protecção civil do país de uma forma descentralizada.
- ✓ Criar e implementar estratégias de redução do risco de desastres ambiental.
- ✓ Criar as condições financeiras e logísticas locais para que as administrações implementem estratégias de redução do risco de desastres ambientais.
- ✓ Introduzir a educação ambiental no currículo escolar a todos os níveis.
- ✓ Promover mecanismos para a capacitação nacional no planeamento das alterações climáticas e gestão eficaz dos riscos, incluindo um enfoque nas mulheres, jovens e comunidades locais.
- ✓ Criar estratégias de angariação de fundos para a mobilização de recursos financeiros para que o país implemente planos de adaptação às alterações climáticas.
- ✓ Criar programas e campanhas de sensibilização da comunidade.
- ✓ Construção de resiliência e capacidade de adaptação às alterações climáticas.
- ✓ Criar mecanismos eficazes de gestão ambiental.
- ✓ Reforçar a política de protecção e conservação da natureza.
- ✓ Implementar um quadro estratégico para a angariação de fundos.

- ✓ Criar um conjunto de diplomas legais sobre responsabilidade social e para assegurar a conservação do capital natural do país.
- ✓ Criar estratégias de comunicação e de sensibilização sobre os efeitos das alterações climáticas, a fim de sensibilizar as pessoas para estes efeitos.
- ✓ Incorporar as convenções às quais o país está vinculado na ordem jurídica nacional e criar um gabinete de gestão para as convenções da ONU e do Rio.
- ✓ Modernizar e reforçar os serviços de protecção civil do país de uma forma descentralizada.
- ✓ Criar e implementar estratégias de redução do risco de desastres ambiental.
- ✓ Criar as condições financeiras e logísticas locais para que as administrações implementem estratégias de redução do risco de desastres ambientais.
- ✓ Introduzir a educação ambiental no currículo escolar a todos os níveis.
- ✓ Promover mecanismos para a capacitação nacional no planeamento das alterações climáticas e gestão eficaz dos riscos, incluindo um enfoque nas mulheres, jovens e comunidades locais.
- ✓ Criar estratégias de angariação de fundos para a mobilização de recursos financeiros para que o país implemente planos de adaptação às alterações climáticas.





## ODD14

### CONSERVAR E UTILIZAR DE FORMA SUSTENTÁVEL OS OCEANOS, MARES E RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### Alvos para os quais faltam dados :

14.2. Até 2020, gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros, inclusive através da construção da sua resiliência, para evitar as graves consequências da sua degradação e tomar medidas para os restituir a oceanos saudáveis e produtivos.

14.3. Minimizar e combater os efeitos da acidificação dos oceanos, nomeadamente através reforçar a cooperação científica a todos os níveis.

14.4. Até 2020, regular eficazmente a pesca, eliminar a sobrepesca, a pesca IUU e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, com o objectivo de restaurar os stocks de peixe o mais rapidamente possível, pelo menos para níveis que possam produzir o rendimento máximo sustentável consistente com as características biológicas.

14.6. Até 2020, proibir os subsídios à pesca que contribuem para a sobrecapacidade e sobrepesca, eliminar aqueles que promovem a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e abster-se de conceder novos subsídios, tendo em conta que um tratamento especial e diferenciado eficaz e apropriado para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos deve ser parte integrante das negociações da Organização Mundial do Comércio sobre os subsídios à pesca.

14.a. Para fazer avançar o conhecimento científico, criar capacidade de investigação e transferir tecnologia marinha, de acordo com os Critérios e Directrizes da Comissão Oceanográfica Intergovernamental sobre a Transferência de Tecnologia Marinha, com o objectivo de melhorar a saúde dos oceanos e reforçar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

14.b. Garantir o acesso aos recursos e mercados marinhos aos pescadores em pequena escala.

14.c. Melhorar a conservação dos oceanos e dos seus recursos e utilizá-los de forma mais sustentável em conformidade com as disposições do direito internacional, tal como estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que fornece o quadro legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, como recordado no parágrafo 158 de O Futuro que Desejamos.



A Guiné-Bissau é constituída por duas partes, uma continental e uma ilha, nomeadamente o arquipélago dos Bijagós, constituído por 88 ilhas e ilhotas, das quais apenas 21 são habitadas. Além disso, existem outras ilhas, tais como Bolama, Komo, Melo, Jeta e Pecixe, separadas do continente por rios estreitos.

O arquipélago dos Bijagós é o lar de uma grande diversidade de mamíferos, aves, répteis e peixes. Esta área é reconhecida como o local de reprodução mais importante para a tartaruga verde (*Chelonia mydas*) na costa atlântica de

África (com mais de 7.000 embraiaagens anuais). Outras espécies raras ainda são relativamente abundantes, tais como crocodilos (*Crocodylus niloticus* e *C. tetraspis*), hipopótamos

(Hippopotamus anfibius), manatins (Trichechus senegalensis) e golfinhos (Sousa teuszil e Tursiops iruncatus). Todos os anos, o arquipélago acolhe cerca de 800.000 invernantes, para além das várias aves aquáticas coloniais que aí se reproduzem.

A 16 de Abril de 1996, foi criada a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (RBABB) sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A 16 de Junho de 2021, o RGB tornou-se o quarto país africano a aderir à Convenção sobre a Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais, reforçando assim a cooperação transfronteiriça em águas partilhadas, segundo a Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE), que assegura o Secretariado da Convenção.

A Guiné-Bissau está localizada na região tropical húmida da África Ocidental. Os recursos hídricos consistem nas águas superficiais do rio Geba-Kayenga (partilhado com o Senegal) e do Koliba Corubal (partilhado com a Guiné) e seus afluentes, bem como em múltiplos aquíferos localizados a diferentes profundidades em todo o país.

Estes dois rios são os únicos que fornecem água doce de superfície, pelo que a sua gestão é um desafio para a agricultura e o uso doméstico da água no país. A principal água subterrânea partilhada é a bacia hidrográfica Senegal-Mauritânia, que é a maior bacia na margem atlântica do Noroeste de África. Esta água subterrânea é um recurso estratégico para os quatro Estados aquíferos, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal, cujas populações - totalizando mais de 24 milhões de pessoas - dependem dela em grande medida para água potável e várias outras utilizações. Algumas grandes cidades da região, tais como Bissau e Dakar, dependem dela para uma grande parte do seu abastecimento de água.

Contudo, os Estados enfrentam vários desafios, tais como os riscos associados à salinização, várias fontes de poluição ou o impacto das alterações climáticas na variabilidade da pluviosidade necessária para recarregar as águas subterrâneas.

O projecto TRI na Guiné-Bissau trabalha para restaurar os ecossistemas de mangais, que estão entre os mais produtivos mas também os mais ameaçados do mundo. Estes ecossistemas, que se encontram nas zonas intertidais da costa, são compostos principalmente por mangais que se adaptam facilmente ao ambiente salgado. Esta adaptação reflecte-se num sistema radicular complexo que se desenvolve acima e abaixo da superfície da água e permite que os mangais se estabeleçam firmemente. Desta forma, estes sistemas radiculares ajudam a prevenir a erosão costeira e fornecem habitat, viveiros e locais de alimentação para muitas espécies de peixes e outros organismos.

Além disso, os ecossistemas de mangais fornecem protecção costeira contra tempestades e ajudam a armazenar carbono e fornecem uma fonte de alimento, madeira e outros meios de subsistência. Na Guiné-Bissau, os manguezais enfrentam uma série de ameaças significativas, sendo a principal a sua conversão à agricultura ou ao desenvolvimento costeiro. Devido a estes e outros factores, a área total coberta por mangais diminuiu em 32% desde 1940. O país é conhecido pelos seus campos de arroz costeiros em terra onde a floresta de mangue foi desbravada, protegida do mar por diques de terra. Este tipo de exploração requer manutenção constante para manter os diques no lugar e solidificá-los.

No entanto, se os campos de arroz forem abandonados devido à falta de mão-de-obra, mudanças na frequência das chuvas ou outros factores, e se os diques forem deixados intocados, as marés não podem penetrar suficientemente fundo na área para permitir a restauração natural dos manguezais e os solos tornarem-se extremamente salgados e ácidos. Isto é prejudicial tanto para os agricultores como para o ambiente. O projecto TRI no RGB visa inverter esta tendência, ajudando as pessoas a aumentar a produtividade dos campos agrícolas existentes e a restaurar os campos des afectados. O projecto trabalha com comunidades para

Em troca, os aldeões comprometem-se a nivelar a parte superior dos diques dos campos de arroz abandonados para permitir a reentrada do mar e o crescimento das plântulas de mangue (conhecidas como 'propágulos'). Em troca, os aldeões comprometem-se a nivelar a parte superior dos diques dos campos de arroz abandonados para permitir a reentrada do mar e a retoma do crescimento das plântulas de mangue (chamadas 'propágulos'). Isto permite a restauração natural dos manguezais.

## A. Situação e tendências

O objectivo 14, de conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, tem dez objectivos, cinco dos quais são resultados (14.1, 14.2, 14.3, 14.5, 14.7) e cinco são meios de implementação (14.4, 14.6, 14.a, 14.b e 14.c).

### Tendência dos resultados do ODM 14

Dos cinco objectivos de resultados no SDG 14, um é para toda a sociedade e três são ambientais.

### Resultados a nível da empresa

**Meta 14.7: Até 2030, aumentar os benefícios económicos da utilização sustentável dos recursos marinhos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, incluindo através da pesca sustentável, aquicultura e turismo.**



Em 2015, a proporção do PIB correspondente a actividades de pesca viáveis era de 1,7%. Aumentou para 1,8% em 2017 e situa-se actualmente nos 4%. Os resultados de vários estudos realizados nas suas águas marítimas indicaram uma biomassa da ordem das 900.000 a 1.100.000 toneladas, das quais 250.000 a 300.000 toneladas podem ser capturadas anualmente sem degeneração da unidade populacional com as seguintes estimativas: (i) cerca de 250.000 toneladas de espécies pelágicas; (ii) 50.000 toneladas de espécies demersais de fundo; (iii) 15.000 toneladas de atum; e (iv) cerca de 4.000 toneladas de diferentes espécies de camarão. Quanto às águas interiores, assume-se que cerca de 20.000 toneladas de peixe e 1.000 toneladas de camarão podem ser pescadas todos os anos.

O sector das pescas emprega 6134 pessoas directamente e 26000 indirectamente.

### Resultados ambientais

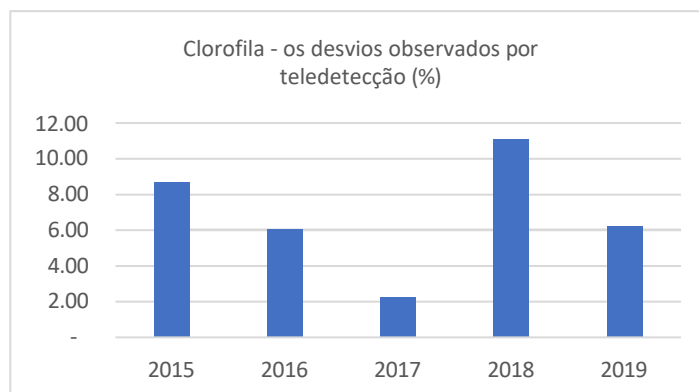
**Objectivo 14.1: Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, em particular de actividades terrestres, incluindo o lixo marinho e a poluição por nutrientes.**

8.4. Melhorar progressivamente a eficiência da utilização global de recursos tanto no consumo como na produção até 2030 e assegurar que o crescimento económico já não conduza à degradação ambiental, tal como previsto no quadro decenal de programas sobre padrões de consumo e produção sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança. Um sintoma da degradação da qualidade da água é o aumento da biomassa de algas medida pela concentração de clorofila-a. As águas com altos níveis de nutrientes provenientes de fertilizantes, pesticidas, e outros insumos são mais susceptíveis de serem contaminadas.

fossas sépticas, estações de tratamento de águas residuais e esgotos urbanos podem ter elevadas concentrações de clorofila-a e quantidades excessivas de algas.

Os dados de teledetecção indicam uma tendência favorável (descendente) na concentração de clorofila - a nas massas de água do país entre 2015 e 2017, de 8,7% para 2,3%, antes de atingir um pico de 11,1% em 2018, seguido de uma descida para 6,2% em 2019.

**Figura 7.30: Evolução da clorofila - desvios observados por sensoriamento remoto**



Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 14.5: Até 2020, conservar pelo menos 10% das áreas marinhas e costeiras, em conformidade com o direito nacional e internacional e tendo em conta a melhor informação científica disponível.**

Para o ano 2020, a superfície das áreas marinhas protegidas (zonas económicas exclusivas) está estimada em 9.573,9 quilómetros quadrados, o que corresponde a uma proporção de 9% de todas as áreas marinhas. Verificou-se também que 50,7% das áreas marinhas chave para a biodiversidade estavam cobertas por áreas protegidas.

"A adesão à Convenção da Água oferece à Guiné-Bissau oportunidades tanto em termos de reforço da governação a nível nacional como de cooperação transfronteiriça... Os efeitos crescentes das alterações climáticas e a pressão sobre os recursos hídricos exigem uma acção urgente para aprofundar a cooperação existente na região.<sup>132</sup>

A adesão da Guiné-Bissau à Convenção da Água segue-se à do Gana em 2020, Chade e Senegal em 2018, que se tornaram os primeiros países fora da região pan-europeia a aderir.



A Gâmbia e a Mauritânia, com as quais a Guiné-Bissau partilha as suas bacias, também manifestaram interesse em aderir à Convenção, enquanto muitos outros países africanos se encontram entre os cerca de 20 países em todo o mundo que estão a tomar medidas para a adesão.

A adesão da Guiné Bissau à Convenção da Água foi apoiada pelo Secretariado da Convenção da Água com o apoio da Organização de Desenvolvimento do Rio Gâmbia. Os processos de adesão são também

apoiado por vários outros parceiros regionais, tais como a Comissão Económica das Nações Unidas Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

<sup>132</sup> Declaração do Ministro de Estado dos Recursos Naturais e da Energia da Guiné-Bissau, Orlando Mendes Viegas.

(CEDEAO), o que mostra o importante papel desempenhado pelas organizações regionais na promoção das convenções mundiais sobre a água.

A adesão do RGB à Convenção da Água entrou em vigor a 12 de Setembro de 2021. Além disso, o Governo estabeleceu um Plano Estratégico e Operacional, que se concentra no desenvolvimento do capital humano através da melhoria da educação, serviços de saúde e protecção social.

## **B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração**

### **B1. Desafios e riscos futuros**

- ✓ Gestão e protecção dos ecossistemas marinhos e costeiros para evitar a degradação significativa da cobertura florestal (galerias e mangais).
- ✓ Criar as condições para a construção da resiliência das comunidades costeiras e insulares locais.
- ✓ Controlar a desflorestação e a degradação do solo para assegurar a funcionalidade dos rios do país e a saúde das suas águas costeiras.
- ✓ Controlo da pesca ilegal e estabelecimento de zonas de protecção dos recursos marinhos com a implementação de planos de gestão com base científica para restaurar os recursos haliêuticos e outros produtos do mar ao nível que possa atingir o rendimento máximo sustentável.
- ✓ Reforçar a capacidade nacional de investigação científica para melhorar a monitorização da saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento do país.
- ✓ Redução significativa da poluição marinha, especialmente de actividades em terra, incluindo lixo, plástico e poluição por nutrientes. 1. Gestão e protecção dos ecossistemas marinhos e costeiros para evitar a degradação significativa da cobertura florestal (galerias e mangais).
- ✓ Criar as condições para a construção da resiliência das comunidades costeiras e insulares locais.
- ✓ Controlar a desflorestação e a degradação do solo para assegurar a funcionalidade dos rios do país e a saúde das suas águas costeiras.
- ✓ Controlo da pesca ilegal e estabelecimento de zonas de protecção dos recursos marinhos com a implementação de planos de gestão com base científica para restaurar os recursos haliêuticos e outros produtos do mar ao nível que possa atingir o rendimento máximo sustentável.
- ✓ Reforçar a capacidade nacional de investigação científica para melhorar a monitorização da saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento do país.
- ✓ O acesso às águas interiores é proibido aos pescadores artesanais estrangeiros, a fim de assegurar a renovação dos recursos marinhos para a subsistência do mercado nacional.
- ✓ Redução significativa da poluição marinha, especialmente de actividades em terra, incluindo lixo, plástico e poluição por nutrientes.
- ✓ Falta de monitorização pelas autoridades dos processos de expansão urbana e construção em zonas húmidas, contribuindo assim para a alteração do ecossistema com um impacto negativo na biodiversidade

### **B2. Oportunidades**

- ✓ Relativamente bom estado de conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.
- ✓ Boa capacidade de renovação dos recursos florestais (terrestres e marítimos).
- ✓ A abundância relativa da biodiversidade e dos recursos genéticos.
- ✓ Uma zona de convergência de duas correntes (norte e sul) em ligação com o profundo afloramento do mar aberto.

- ✓ Extensa floresta de mangue ao longo da costa.
- ✓ Um sistema de rios e riachos, ilhas e ilhotas de alta produtividade biológica.
- ✓ Sistema nacional de áreas protegidas.
- ✓ A natureza molda a cultura dos povos da zona costeira e das ilhas.
- ✓ Participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis nos assuntos públicos.

### B3. Acções de aceleração

- ✓ Criar um conjunto de leis complementares às leis existentes para assegurar a resiliência dos ecossistemas marinhos e costeiros e evitar a degradação significativa da cobertura florestal (galerias e mangais).
- ✓ Implementar a Lei Florestal para assegurar o controlo da desflorestação e degradação da terra. Actualizar e implementar a Lei Geral das Pescas e outros pacotes relacionados para assegurar a protecção dos recursos haliêuticos em águas interiores.
- ✓ Criar condições para a supervisão das actividades de pesca ilegal com base em planos de gestão cientificamente fundamentados para restaurar as populações de peixes e outros mariscos.
- ✓ Formar e capacitar técnicos para criar conhecimentos locais para assegurar a disponibilidade de informação científica para a gestão e o controlo da saúde dos mares.





## ODD15

### PROTEGER, RESTAURAR E PROMOVER A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, TRAVAR E INVERTER A DEGRADAÇÃO DOS SOLOS E TRAVAR A PERDA DE BIODIVERSIDADE



Este Objectivo tem como finalidade políticas ambientais eficientes e eficazes que devem ser tomadas urgentemente para proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e inverter a degradação dos solos e travar eficazmente a perda de biodiversidade.

15.7. Tomar medidas urgentes para acabar com a caça furtiva e o tráfico de espécies vegetais e animais protegidas e abordar o lado da oferta e da procura do problema.  
15.c. Aumentar o apoio global aos esforços para combater a caça furtiva e o tráfico de espécies protegidas, inclusive promovendo a população local a utilização sustentável dos seus componentes, e promover a partilha justa e equitativa dos benefícios derivados dos mesmos, a Guiné-Bissau assinou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 1992 e ratificou-a em 1995. Esta Convenção define três objectivos principais: **1)** a conservação da biodiversidade, **2)** a utilização sustentável dos seus componentes, e **3)** a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. A sua ratificação levou as autoridades nacionais e competentes do país a adoptarem uma série de medidas destinadas a incentivar a manutenção e a valorização das componentes da diversidade biológica num contexto iterativo aberto à participação das populações locais para um ambiente sustentável correspondente aos princípios e obrigações da Convenção (CDB).



O GBR alberga um património natural de considerável riqueza à escala global, graças a numerosas especificidades geográficas e ambientais. O Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SNAP abrange todos os sítios de conservação oficialmente designados, tendo em consideração as diferentes unidades biogeográficas representante ecossistemas naturais e diversidade biológica (marinha, costeira, terrestre, zonas húmidas, manguezais) e hospedeiros

populações de espécies raras e/ou emblemáticas protegidas de importância nacional, regional e global. O reconhecimento do valor do sistema de conservação da Guiné-Bissau foi significativo em 2001 durante a cerimónia "Gift to the Earth", uma campanha internacional do World Wide Fund for Nature - WWF. Actualmente, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas cobre 26,3% do território nacional.

O reconhecimento do valor do sistema de conservação foi significativo em 2001 na cerimónia de lançamento da campanha internacional do Fundo Mundial para a Vida Selvagem - WWF.

#### A. Situação e tendências

Objectivo 15, preservar e restaurar ecossistemas terrestres, assegurando que são utilizados de forma sustentável.

gestão florestal sustentável, combate à desertificação, travar e inverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade, persegue 12 metas, seis das quais são resultados (15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.6, 15.9) e seis são meios de implementação (15.5, 15.7, 15.8, 15.a, 15.b, 15.c).

### **Tendência dos resultados do ODM 15**

Dos seis objectivos de resultados do ODM 15, dois são para toda a sociedade e quatro são para o ambiente.

### **Resultados a nível da empresa**

**Meta 15.6: Promover a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos mesmos, tal como acordado internacionalmente.**

De 2015 a 2021, houve declarações consistentes de três acordos-tipo para a transferência de recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura no GBR. O país não possui um quadro legislativo, administrativo e político ou medidas notificadas através do Sistema de Informação Online sobre o cumprimento do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. No entanto, é Parte Contratante do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

**Meta 15.9: Até 2020, integrar a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional, processos de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza e contabilidade.**

O RGB estabeleceu metas nacionais de acordo com a Meta 2 de Biodiversidade Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 numa Estratégia Nacional para a Biodiversidade e os seus planos de acção.

### **Resultados ambientais**

**Objectivo 15.1: Até 2020, assegurar a conservação, restauração e utilização sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce e serviços conexos, em particular florestas, zonas húmidas, montanhas e zonas secas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais**

A área de terreno está estimada em 2,812 milhões de hectares. As áreas florestais cobrem mais de 70% desta área terrestre, mas mostram uma ligeira tendência decrescente, de 2,022 milhões de hectares em 2015 (71,9% da área terrestre) para 1,980 milhões de hectares em 2020 (70,4%). Além disso, durante o período 2015-2020, 59,5% dos sítios importantes para a biodiversidade terrestre encontram-se em áreas protegidas.

**Meta 15.2: Até 2020, promover a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter a deflorestação, restaurar as florestas degradadas e aumentar significativamente a florestação e reflorestação a nível mundial.**

Em 2020, a área florestal diminuiu a uma taxa de variação anual líquida de 0,42%. A proporção da área florestal sob plano de gestão a longo prazo em áreas protegidas legalmente estabelecidas é de 1,29%.

**Meta 15.3: Até 2030, combater a desertificação, restaurar as terras e solos degradados, incluindo as terras afectadas pela desertificação, seca e inundações, e lutar por um mundo livre de degradação da terra.**

Em 2015, a área de terra degradada correspondia a 15% da superfície da terra.

**Meta 15.4: Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, a fim de aumentar os benefícios essenciais para o desenvolvimento sustentável: Não existem ecossistemas de montanha na Guiné-Bissau.**

## Processos e meios de implementação específicos do SDG 15

**Objectivo 15.5:** Tomar medidas urgentes e decisivas para reduzir a degradação ambiental, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger as espécies ameaçadas e evitar a sua extinção.

O Índice da Lista Vermelha é 0,919. A Lista Vermelha avalia o risco de extinção das espécies com base num conjunto de critérios objectivos e mensuráveis. Existem oito categorias, baseadas em critérios relacionados com o número de habitantes, tendências e estruturas, bem como a sua distribuição geográfica. As espécies classificadas como Criticamente Ameaçadas, Ameaçadas e Vulneráveis são colectivamente referidas como ameaçadas.

**Objectivo 15.8:** Até 2020, tomar medidas para prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras, reduzir significativamente o seu impacto nos ecossistemas terrestres e aquáticos e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

Desde 2016, a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e o Plano de Acção da Guiné-Bissau está alinhada com o Objectivo 9 da Aichi para a Biodiversidade no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. A legislação sobre a prevenção da introdução e gestão de espécies exóticas invasoras, em falta em 2016, foi introduzida em 2020. Mas o país não tem uma dotação orçamental nacional para gerir a ameaça de espécies exóticas invasoras nem recebe financiamento global para projectos relacionados com a sua gestão.

**Objectivo 15.a:** Mobilizar e aumentar significativamente os recursos financeiros de todas as fontes para conservar e utilizar de forma sustentável a biodiversidade e os ecossistemas.

A ajuda oficial ao desenvolvimento para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade recebida pela Guiné-Bissau saltou significativamente em 2018 para 52,8 milhões de dólares. Isto compara com apenas 5,7 milhões de dólares em 2015 e quase zero em 2017, em dólares americanos constantes de 2008.

## B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Conservação e utilização sustentável dos ecossistemas terrestres e de águas interiores e dos seus serviços, em particular florestas, zonas húmidas.
- ✓ Reforçar a gestão de áreas protegidas e a gestão sustentável de todos os tipos de florestas.
- ✓ Sensibilização para o reflorestamento em todo o país a fim de mitigar o aumento das temperaturas.
- ✓ Reduzir a degradação dos habitats naturais para travar a perda de biodiversidade e a extinção de espécies ameaçadas.
- ✓ Implementar medidas urgentes para acabar com a caça furtiva e o tráfico de espécies de fauna bravia protegidas e combater tanto a procura como a oferta de produtos de fauna bravia ilegais.
- ✓ Integração dos valores económicos dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, processos de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza e sistemas contabilísticos.
- ✓ Propriedade estatal do sector ambiental, mobilizando recursos financeiros significativos de todas as fontes para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
- ✓ Reforço da capacidade das autoridades (PJ e GN) e apoio aos esforços para combater a caça e o tráfico ilegais de espécies protegidas.
- ✓ Falta de monitorização pelas autoridades dos processos de expansão urbana e construção em zonas húmidas, contribuindo assim para a alteração do ecossistema com um impacto negativo na biodiversidade

- ✓ Desmatamento incontrolado e devastação das florestas ;
- ✓ Utilização de sementes geneticamente modificadas e abandono de sementes locais
- ✓ Exploração dos recursos naturais sem respeitar as contrapartidas das instituições sociais e a população local
- ✓ A baixa capacidade de produção do país, recursos, recursos humanos com formação em agronomia, silvicultura e engenharia ambiental são insuficientes para fornecer apoio técnico aos produtores
- ✓ A prática generalizada de deslocar o cultivo, o arroz m'pampam, que é uma ameaça à natureza devido a queimaduras;
- ✓ Falta de políticas de desenvolvimento comunitário para a utilização sustentável dos recursos em algumas áreas protegidas, a situação no Parque Boé e Cacheu foi especificamente mencionada

## **B2. Oportunidade**

- ✓ Relativamente bom estado de conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.
- ✓ Boa capacidade de renovação dos recursos florestais (terrestres e marítimos).
- ✓ A abundância relativa da biodiversidade e dos recursos genéticos.
- ✓ Uma zona de convergência de duas correntes (norte e sul) em ligação com o profundo afloramento do mar aberto.
- ✓ Extensa floresta de mangue ao longo da costa.
- ✓ Um sistema de rios e riachos, ilhas e ilhotas de alta produtividade biológica.
- ✓ Sistema nacional de áreas protegidas.
- ✓ A natureza molda a cultura dos povos da zona costeira e das ilhas.
- ✓ Participação de mulheres, jovens, grupos vulneráveis e da comunidade local.

## **B3. Acções de aceleração**

- ✓ Criar um conjunto de leis complementares às leis existentes para assegurar a resiliência dos ecossistemas marinhos e costeiros e evitar a degradação significativa da cobertura florestal (galerias e mangais).
- ✓ Implementar a Lei Florestal para assegurar o controlo da desflorestação e degradação da terra.
- ✓ Criar condições para a supervisão das actividades de pesca ilegal com base em planos de gestão cientificamente fundamentados para restaurar as populações de peixes e outros mariscos.
- ✓ Formar e capacitar os técnicos nacionais para criarem conhecimentos locais para assegurar que o país é imune à informação científica para a gestão e monitorização da saúde dos mares do país.
- ✓ Actualizar e implementar eficazmente a Lei Geral das Pescas e outros pacotes relacionados para assegurar a protecção dos recursos haliêuticos em águas interiores.
- ✓ Criar e implementar um conjunto de leis para o controlo de actividades terrestres geradoras de águas residuais, incluindo detritos, plástico e poluição por nutrientes.
- ✓ Criar estratégias funcionais de angariação de fundos para apoiar as comunidades locais na construção de resiliência nas comunidades ribeirinhas.

## 7.4. Pilar da Paz



## SDG 16



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, assegurar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

### Cibles prioritizadas

16.2. Mettre un terme à la maltraitance, à l'exploitation et à la traite, et à toutes les formes de violence et de torture dont sont victimes les enfants.

16.3. Promouvoir l'état de droit aux niveaux national et international et donner à tous accès à la justice dans des conditions d'égalité.

16.4. D'ici à 2030, réduire nettement les flux financiers illicites et le trafic d'armes, renforcer les activités de récupération et de restitution des biens volés et lutter contre toutes les formes de criminalité organisée.

16.6. Mettre en place des institutions efficaces, responsables et transparentes à tous les niveaux.

16.8. Élargir et renforcer la participation des pays en développement aux institutions chargées de la gouvernance au niveau mondial.

16.10. Garantir l'accès public à l'information et protéger les libertés fondamentales, conformément à la législation nationale et aux accords internationaux.

16.b. Promouvoir et appliquer des lois et politiques non discriminatoires pour le développement durable.

#### A. Situação e tendências



Após a independência em 1973, o RGB foi governado por um sistema de partido único. Subsequentemente, um processo de transição democrática teve início em 1991, quando uma revisão constitucional aboliu o sistema de partido único e privou os militares do seu direito de voto. Em 1994, iniciou-se um movimento em direcção à democracia plena, quando se realizaram as primeiras eleições democráticas. Contudo, permaneceu incompleto, marcado por ciclos recorrentes de crises políticas e económicas.

A instabilidade daí resultante, o fraco respeito pelo Estado de direito, apesar das disposições constitucionais que o estabelecem, e a separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judiciário, garantindo a independência deste último.

Além disso, o RGB ratificou a maioria dos principais tratados de direitos humanos da ONU, e comprometeu-se repetidamente com o Conselho de Direitos Humanos da ONU durante as Revisões Periódicas Universais. Em 2020, aceitou 193 recomendações, muitas das quais relacionadas com os ODS, por exemplo: "Estabelecer uma instituição independente de direitos humanos de acordo com as normas internacionais", (Princípios de Paris) que é também um indicador de sucesso contra os ODS 16. No entanto, até à data não apresentou quaisquer relatórios sobre a sua implementação (à excepção do Comité dos Direitos da Criança e do Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres).

A GB ratificou a maioria dos principais tratados de direitos humanos da ONU (faltando o Comité para a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias e os protocolos opcionais a várias convenções). Em 2018, tem

ratificou o Comité para a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Contudo, não conseguiu cumprir as suas obrigações de apresentação de relatórios aos órgãos do tratado da ONU, tendo apresentado relatórios ao Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e ao Comité dos Direitos da Criança (CRC) apenas em 2009 e 2012, respectivamente. Os relatórios são devidos ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (desde 1994), ao Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (desde 2011), ao Comité dos Direitos Humanos (sobre direitos civis e políticos) (desde 2012), ao Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (desde 2014), o Comité contra a Tortura (desde 2014), o Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência (desde 2016), o Comité dos Direitos da Criança (desde 2019) e o Comité para a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (2021).



Além disso, grande parte da população continua a enfrentar profundas dificuldades no que diz respeito aos direitos económicos, sociais e culturais, incluindo os direitos a alimentação e habitação adequadas, educação, saúde, segurança social, água e saneamento e trabalho. Grandes sectores da população, principalmente os pobres e analfabetos, e especialmente as mulheres não têm acesso aos serviços públicos.

Há três grandes desafios recorrentes:

**Primeiro**, as interpretações da Constituição e a delimitação dos poderes executivos deixaram o sistema aberto à manipulação, agravada pela visão do poder da elite como um jogo de soma zero, com uma abordagem "tudo por todos" da política e da governação. A luta de poder resultante impediu a maioria dos governos sucessivos de completar o seu mandato e levou a uma paralisia geral do país e das instituições estatais e à não implementação de reformas chave da governação. A única excepção é a presidência de Mario Vaz, o único presidente que completou o seu mandato como presidente em exercício e que ajudou a facilitar eleições legislativas e presidenciais pacíficas, justas e transparentes e, quando perdeu a sua candidatura à presidência, não contestou o resultado. Esta continua a ser uma excepção a ser assinalada no contexto da Guiné-Bissau.

Além disso, a análise de conflito realizada pelo sistema da ONU em 2020 e validada pelo governo em Novembro de 2020, destacou as consequências da instabilidade e o seu impacto nos grupos mais vulneráveis da sociedade, nomeadamente mulheres, crianças e jovens, agravando as desigualdades e consequentemente reduzindo "o investimento no capital humano das crianças". A vulnerabilidade das famílias e comunidades aos choques tem impacto sobre as aspirações dos jovens, mulheres e homens jovens que são relegados para a economia informal. Assim, os jovens abandonam a escola para apoiar os rendimentos das suas famílias, enquanto as raparigas são as mais afectadas, especialmente nas zonas rurais, onde as escolhas para continuar a sua escolaridade são limitadas e onde, na maioria dos casos, enfrentam casamentos precoces e forçados.

Apesar desta situação muito insatisfatória, ainda há algum espaço para as organizações da sociedade civil, frequentemente altamente politizadas, incluindo as associações de mulheres e jovens, fazerem ouvir a sua voz. A sociedade civil esteve envolvida durante as eleições legislativas e presidenciais de 2019. No entanto, alguns defensores dos direitos humanos relataram um estreitamento do espaço cívico no prolongado período pós-eleitoral.

**Em segundo lugar**, embora a constituição preveja eleições locais, estas ainda não se realizaram, aumentando a distância entre uma entidade estatal centrada em Bissau e a população das outras oito regiões do país. A posição geográfica do RGB, combinada com a presença limitada do Estado, fronteiras porosas e instabilidade política, proporciona um ambiente favorável à realização de actividades ilícitas e criou as condições para que o país seja um centro atractivo para o crime transnacional e o tráfico de droga.

Em Fevereiro de 2018, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução 2404 (2018)<sup>133</sup> solicitando ao UNODC que intensificasse os seus esforços para apoiar urgentemente as autoridades nacionais na luta contra o tráfico de droga, o crime organizado (CDTOC), o branqueamento de dinheiro e as ameaças emergentes. Em Fevereiro de 2020, foi aprovado um Plano Nacional Integrado contra a Droga, o Crime Organizado e a Redução de Danos (PNIS 2020-2026 da Guiné-Bissau). Este Plano visa prevenir e combater o tráfico de droga, o crime organizado transnacional e outras ameaças à segurança, através de uma abordagem abrangente e integrada a vários níveis destinada a reforçar toda a cadeia do sistema de justiça penal na luta contra: i) o tráfico de droga; ii) o crime organizado; iii) a corrupção e iv) o branqueamento de capitais.

De facto, o Plano Nacional Integrado de Controlo da Droga assinala que um dos factores que tem dificultado a luta contra o crime organizado de forma eficaz é a corrupção "como principal instrumento de extorsão e recompensa do crime organizado, desvia recursos públicos e infiltra-se na política local, na administração pública, bem como no sector privado, abrangendo fenómenos criminosos que dificultam a boa governação e a própria economia". Além disso, o documento estratégico DENARP II reconhece correctamente a corrupção como um obstáculo importante à redução da pobreza. O clima prevalecente de impunidade tem fomentado uma cultura de corrupção.

**Em terceiro lugar**, os partidos políticos são frágeis e sujeitos a conflitos internos de poder e controlo que muitas vezes se repercutem na arena política e no sistema de governação. Além disso, a maioria carece de coesão interna e de uma rede disciplinada de quadros. Assim, na Guiné-Bissau, embora os direitos fundamentais políticos, civis, económicos, sociais e culturais sejam garantidos pela Constituição, o gozo dos direitos humanos continua a ser um desafio para a população, e o potencial de conflito permanece real. A falta de diálogo cívico entre a população e a elite política e a ausência de mecanismos estatais independentes para proteger os direitos humanos continuam a ser um obstáculo importante para o processo de desenvolvimento sustentável.

A Guiné-Bissau também participou em numerosas estratégias e acordos nacionais, regionais e internacionais para fazer avançar os direitos da criança. Estas incluíram a Campanha Nacional de Registo de Nascimento de Crianças em colaboração com a UNICEF, a adopção de "Um Mundo Adequado às Crianças" que abordou quatro prioridades: promoção de vidas saudáveis; fornecimento de educação de qualidade; protecção das crianças contra abuso, exploração e violência; e combate ao VIH/SIDA.<sup>134</sup>

A Guiné-Bissau está empenhada em vários tratados internacionais para a protecção dos direitos da criança. Em 1990, o governo ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. Em 2010, a Guiné-Bissau ratificou o Protocolo Facultativo sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil e em 2014 o Protocolo Facultativo sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. A adopção da CDC e dos Protocolos Opcionais marca um ponto de viragem na sensibilização do governo para a necessidade de um sistema de protecção eficaz para as crianças. No entanto, desde a ratificação de

---

<sup>133</sup> CSNU, 2018

<sup>134</sup> João & Handem, 2011.



A harmonização das leis nacionais ao abrigo da CDC continua lenta e este atraso no progresso é atribuído à instabilidade política e militar, à falta de vontade política e à incapacidade de dar prioridade e acelerar essa harmonização.



Assim, o país não tem sido capaz de implementar e aplicar o sistema de protecção da criança devido à falta de aplicação da legislação e políticas existentes e à ausência de sistemas claros de gestão de casos e de recolha de dados sobre a protecção da criança, entre outros. Embora subsistam lacunas nas políticas e legislação relativas aos direitos da criança, incluindo a legislação sobre a protecção das crianças contra todas as formas de violência em todos os contextos,

Nos últimos dois anos, o governo e os parceiros envidaram esforços substanciais no desenvolvimento de uma política abrangente de protecção da criança (2019) e de um código de protecção da criança (2020), que definiram os mandatos e as responsabilidades das partes interessadas na protecção da criança na prevenção e resposta à violência, abuso e exploração de crianças.

Organizações não governamentais locais e internacionais apelaram à inclusão de líderes religiosos e tradicionais nas fases iniciais destes processos para garantir que as normas religiosas e culturais não encorajem práticas tradicionais prejudiciais,<sup>135</sup> e é por isso que as recomendações da CDC raramente são implementadas.<sup>136</sup> A Convenção ainda não foi traduzida para as línguas locais mais faladas. Além disso, na ausência de um sistema judicial eficaz, há uma necessidade urgente de abordagens ascendentes aos direitos da criança,<sup>137</sup> bem como a adopção de abordagens inclusivas aos direitos da criança para ultrapassar os baixos níveis de educação e analfabetismo em todo o país.

Existem várias disposições relativas às crianças, incluindo a Constituição, a Lei do Tribunal Sectorial, o Código Penal e o Estatuto da Assistência Jurídica Juvenil, mas a sua implementação continua a ser fraca. O sistema de protecção infantil continua a ser inadequado, especificamente no que diz respeito ao acesso ao sistema de protecção infantil, bem como aos serviços sociais básicos.<sup>138</sup> Na Guiné-Bissau, a justiça juvenil está ainda por desenvolver, tais como as Regras Mínimas da ONU para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Pequim), as Directrizes da ONU para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Directrizes de Riade), e as Regras da ONU para a Protecção dos Jovens Privados da sua Liberdade.<sup>139</sup>

Note-se que para as pessoas com deficiência, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) foi ratificada em 2014. Contudo, um primeiro relatório inicial está previsto desde 2016.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) foi adoptada a 13 de Dezembro de 2006 em Nova Iorque pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Entrou em vigor em 3

<sup>135</sup> Joào & Handem, 2011.

<sup>136</sup> Joào & Handem, 2011.

<sup>137</sup> Joào & Handem, 2011.

<sup>138</sup> Joào & Handem, 2011.

<sup>139</sup> Regras de Havana, UNICEF, 2021.

Maio de 2008 e agora tem 175 Estados Partes. O RGB ratificou-o a 22 de Outubro de 2018.<sup>140</sup>

A 18 de Dezembro de 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU. O RGB ratificou esta convenção em 1985. Um relatório de 2009 examinou os progressos e os principais desafios do GBR na realização dos objectivos estabelecidos por esta convenção.<sup>141</sup> O relatório elogiou o país pela criação em 2000 do Instituto da Mulher e da Criança, uma estrutura operacional para o desenvolvimento e coordenação de políticas relacionadas com os direitos da mulher, a igualdade de género e a promoção da mulher. Elogia também o país pela ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em Agosto de 2019, bem como a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e o seu Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, em 2007. Contudo, o relatório assinala que ainda existem várias leis e realidades discriminatórias, incluindo o acesso das mulheres à justiça, a falta de mandatos operacionais claros para o Instituto da Mulher e da Criança, e a persistência de práticas tradicionais prejudiciais que justificam e perpetuam a discriminação contra as mulheres. Embora antigo, este relatório parece ser o último relatório periódico desta natureza associado a esta Convenção.

Um estudo recente de *Sangreman et al (2020)*<sup>142</sup> fornece uma análise detalhada dos indicadores de direitos humanos em todas as regiões do GGB em 2019 nas áreas da educação, saúde, habitação, energia, justiça e igualdade de género. Este estudo relaciona cada artigo com documentos internacionais que configuram os Direitos Humanos e inclui uma bibliografia estruturada para apoiar a investigação e estudos neste campo.<sup>143</sup>

Os elevados níveis de violência na sociedade e a fraca resposta para prevenir e tratar os casos por parte do sector judicial, da justiça tradicional e dos prestadores de serviços de protecção, aumentam a falta de confiança (incluindo a confiança interpessoal), a frustração e o desapontamento dos sobreviventes da violência e das famílias. De 2019 a 2020, 114 casos de violência sexual contra raparigas ocorreram e foram registados e monitorizados, principalmente em zonas rurais, onde a saúde mental e o apoio psicossocial continuam a ser negligenciados pelos serviços de saúde e protecção e mecanismos de resolução de conflitos comunitários. A baixa participação de mulheres e raparigas na resolução de conflitos a nível comunitário, incluindo casos de violência baseada no género, continua a ser um constrangimento na abordagem dessa violência, onde os mecanismos existentes são liderados por homens e, em muitos casos, as reparações não se baseiam nos direitos humanos.

O Objectivo 16, de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, assegurar o acesso à justiça para todos, e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, tem 12 metas, dez das quais são resultados (16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.7, 16.8, 16.9, 16.10) e duas são meios de implementação (16.a, 16.b). A Guiné-Bissau está classificada em 162 dos 180 países no relatório da *Transparency International 2021*, com uma pontuação de 21 de um total de 100.

O desenvolvimento de instituições de justiça penal eficazes e eficientes em todo o país é fulcral para a estabilidade do país. Neste contexto, o país enfrenta

<sup>140</sup> A ratificação pode ser vista aqui: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/44910/A-44910-Guinea-Bissau-0800000280521375.pdf>

<sup>141</sup> O relatório pode ser acedido aqui: [https://www.refworld.org/publisher/CEDAW\\_CONCOBSERVATIONS\\_GNB\\_4ef9d3e02\\_0.html-](https://www.refworld.org/publisher/CEDAW_CONCOBSERVATIONS_GNB_4ef9d3e02_0.html-)

<sup>142</sup> [https://www.researchgate.net/publication/346677294\\_OBSERVANDO\\_DIREITOS\\_NA\\_GUINE-BISSAU\\_EDUCACAO\\_SAUDE\\_HABITACAO\\_AGUA\\_ENERGIA\\_JUSTICA\\_IGUALDADE\\_DE\\_GENERO](https://www.researchgate.net/publication/346677294_OBSERVANDO_DIREITOS_NA_GUINE-BISSAU_EDUCACAO_SAUDE_HABITACAO_AGUA_ENERGIA_JUSTICA_IGUALDADE_DE_GENERO).

<sup>143</sup> [https://www.edi.admin.ch/edi/fr/home/fachstellen/bfeh/droit/international0/uebereinkommen-der-uno-ueber-die-rechte-von-menschen-mit-behinde.html#:~:text=The%20CDPH%20is%20the%20first%C3%A8re,effective%20on%2015%20May%202014.\)](https://www.edi.admin.ch/edi/fr/home/fachstellen/bfeh/droit/international0/uebereinkommen-der-uno-ueber-die-rechte-von-menschen-mit-behinde.html#:~:text=The%20CDPH%20is%20the%20first%C3%A8re,effective%20on%2015%20May%202014.))  
<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>.

a desafios significativos em termos da capacidade das suas instituições judiciais e correcionais.<sup>144</sup>

O quadro legal do país está geralmente ultrapassado, e precisa de ser actualizado como parte dos esforços de revisão em curso. Há também necessidade de assegurar que os regulamentos de justiça militar obedeçam às normas internacionais de justiça criminal e direitos humanos. O GBR adoptou regras mínimas nacionais abrangentes para o tratamento de prisioneiros em 2011, mas não incorporou as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela) revistas em 2015 no direito interno e não dispõe de legislação secundária que defina os procedimentos e regulamentos prisionais. Além disso, os tribunais e prisões existentes necessitam de uma reabilitação extensiva e pelo menos 23 tribunais sectoriais e 4 regionais, bem como uma prisão, devem ser construídos e equipados. As autoridades nacionais reconheceram explicitamente que o nível de formação dos juizes, procuradores e pessoal judicial precisa de ser melhorado. Neste contexto, foi criada em 2012 uma escola de formação para juizes e pessoal judicial (CENFOJ). No entanto, a formação contínua e especializada continua a ser limitada devido à falta de recursos financeiros. Por exemplo, em muitas regiões, muitos juizes não possuem um diploma de Direito, que é exigido por lei para se tornarem magistrados<sup>145</sup>.

A nível regional, e fora de Bissau, existem quatro tribunais provinciais em Bissorã, Bafatá, Gabú e Buba, cobrindo todo o país. O funcionamento dos tribunais, especialmente os localizados no interior do país, é afectado pela ausência de pessoal designado ou pelo absentismo, bem como por uma grande falta de infra-estruturas e equipamento. Não existem mecanismos de inspecção judicial em funcionamento no país. Esta é uma instituição chave para assegurar a eficácia e eficiência do sistema judicial através de inspecções regulares nos tribunais. Estas inspecções resultam em relatórios que são utilizados como o principal mecanismo de responsabilização para assegurar o bom funcionamento dos tribunais e do Ministério Público. Existem dois órgãos de inspecção judicial (um para os tribunais e outro para o Ministério Público), mas faltam-lhes os meios financeiros e materiais mais básicos para cumprirem as suas responsabilidades.<sup>146</sup>

Finalmente, a administração pública do país é fraca e sofre de uma escassez de recursos humanos qualificados, agravada pela falta de um sistema de gestão de emprego e carreira. Estes problemas têm dificultado o progresso no sentido do desenvolvimento de um governo local funcional e eficiente e de instituições públicas. A factura salarial da função pública pesa muito nas finanças governamentais e representa mais de dois terços das receitas do governo. Como resultado, os serviços aos utilizadores nos sectores administrativos são simultaneamente insuficientes e de baixa qualidade. As estruturas administrativas locais são muito fracas, com uma capacidade operacional limitada. A monitorização e avaliação das políticas públicas é condicionada pela capacidade muito baixa do sistema estatístico nacional.<sup>147</sup>

As sucessivas tentativas de implementar reformas fundamentais nas áreas da administração pública, acesso à justiça, sector da segurança, tributação e receitas, sistema político e descentralização encontraram resistência e conduziram a uma abordagem fragmentada da assistência internacional que também contribuiu para o status quo.<sup>148</sup>

### Tendência dos resultados do ODM 16

Dos dez objectivos de resultados do ODM 16, dois são centrados nas pessoas e oito são de toda a sociedade.

---

<sup>144</sup> CCA, 2020

<sup>145</sup> CCA, 2020

<sup>146</sup> O mesmo que

<sup>147</sup> O mesmo que

<sup>148</sup> O mesmo que

## Resultados centrados nas pessoas

### **Objectivo 16.2: Pôr fim ao abuso, exploração e tráfico, e a todas as formas de exploração sexual formas de violência e tortura contra crianças.**

Foi noticiado que em 2019, 78,5% das crianças de 1-14 anos de idade tinham sofrido castigos corporais ou abusos emocionais por parte de um cuidador no mês anterior.<sup>149</sup>

Além disso, os direitos da criança ainda se encontram numa situação precária e a sua implementação tem sido dificultada pela agitação política e militar, bem como pela instabilidade que tem atrasado ainda mais a harmonização das leis nacionais de acordo com as disposições internacionais. As crianças são ameaçadas por casamentos precoces e forçados, trabalho infantil, tráfico de crianças, desigualdade de género, castigos corporais, alterações climáticas e MGF. Em 2007, o RGB ratificou o Protocolo da ONU para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, que complementa a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional.<sup>150</sup>

## Resultados a nível da empresa

### **Objectivo 16.1: Reduzir significativamente a nível mundial todas as formas de violência e taxas de mortalidade relacionadas.**

Em 2017-2018, 7,8% das pessoas com 18 anos ou mais de idade declararam ter sido vítimas de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses. Isto foi mais relatado por homens (8,5%) do que por mulheres (7,2). Além disso, 71,1% das pessoas com idade igual ou superior a 18 anos consideravam perigoso para elas andar sozinhas na sua área de residência.<sup>151</sup>

### **Objectivo 16.5: Reduzir significativamente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.**

Em 2017-2018, quase todas as pessoas com 18 anos ou mais admitiram ter lidado pelo menos uma vez com um funcionário público a quem pagaram um suborno ou que lhes pediu um suborno nos 12 meses anteriores.<sup>152</sup> O governo reconhece que a corrupção é um dos principais obstáculos à governação e ao desenvolvimento sustentável. Uma Estratégia Nacional Anti-Corrupção foi aprovada em Abril de 2022.

Embora a Guiné-Bissau tenha ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) em 2007, foram feitos muito poucos esforços para a implementar.<sup>153</sup> Contudo, um seminário para completar a lista de verificação da auto-avaliação RGB como parte do ciclo 2<sup>eme</sup> do Mecanismo de Revisão da Implementação da UNCAC em Junho de 2021.<sup>154</sup> Também se concentra na capacitação dos principais agentes anti-corrupção e no desenvolvimento de um programa de formação em ética e integridade para a aplicação da lei. Em Abril de 2022, foi elaborada e aprovada uma Estratégia Nacional Anti-Corrupção, demonstrando a vontade política do governo de combater o fenómeno.

No que diz respeito ao branqueamento de capitais, não existem dados suficientes para avaliar a situação do país ou medir o impacto dos programas existentes. O relatório 15<sup>eme</sup> sobre o controlo do RGB adoptado em Maio de 2019 pelo Grupo de Acção Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental identificou lacunas substanciais no quadro

<sup>149</sup> MICS6, 2018-2019.

<sup>150</sup> [https://treaties.un.org/Pages/showActionDetails.aspx?objid=0800000280051bd3&clang=\\_en](https://treaties.un.org/Pages/showActionDetails.aspx?objid=0800000280051bd3&clang=_en).

<sup>151</sup> Inquérito Regional Integrado sobre o Emprego e o Sector Informal (ERI-ESI), INE Guiné-Bissau, 2017-2018.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202472/v2472.pdf>.

<sup>154</sup> UNODC, 2021

e a resposta do país.

**Objectivo 16.7: Assegurar que o dinamismo, a abertura, a participação e a representação a todos os níveis caracteriza a tomada de decisões**

Na actual legislatura, existem 14 deputadas de um total de 102 lugares na ANP. Assim, a proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres é de 13,7%. Deve também notar-se que este parlamento é chefiado por um homem. Além disso, em 2017-2018, 34,5% da população acredita que o processo de tomada de decisão é aberto e responsivo. Esta percepção é mais elevada entre as mulheres (34,9%) do que entre os homens (33,9%).<sup>155</sup>

**Meta 16.9: Até 2030, assegurar a identidade jurídica de todos, incluindo através de registo de nascimento**

Em 2019, menos de metade de todas as crianças com menos de 5 anos foram registadas por uma autoridade de estado civil. A proporção destas crianças registadas foi de 46%.<sup>156</sup>

Além disso, existem também desafios relacionados com o processo de registo, que exige a identificação dos pais da criança. Em alguns casos, tais como quando as crianças nascem com deformidades, os pais estão relutantes em aceitar esta responsabilidade e, portanto, optam por não registar de todo o seu filho. Desde 2019, a taxa de registo de nascimento de crianças com menos de 5 anos de idade aumentou para 46%. Este é um aumento drástico em relação aos 24% de crianças registadas entre 2010 e 2014.<sup>157</sup>

**Processos e meios de implementação específicos do SDG 16**

**Objectivo 16.a: Apoio, nomeadamente através da cooperação internacional, às instituições nacionais responsáveis pela criação de capacidades a todos os níveis para prevenir a violência e combater o terrorismo e a criminalidade, em particular nos países em desenvolvimento**

Ainda não existe uma instituição nacional independente de direitos humanos em conformidade com os Princípios de Paris,<sup>158</sup> mas o país está no processo de implementação da reforma do sector da justiça.

Em relação ao terrorismo, segundo o Banco Mundial (2017) "O RGB ainda não cumpriu integralmente as normas e acordos internacionais contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo". Foram também citadas ligações com o RGB em relação a actividades criminosas levadas a cabo em associação com redes terroristas ou radicais, reforçando as suspeitas de uma ligação Terrorismo-Transnational Organised Crime/Drug Trafficking dentro da sub-região.

De acordo com o Banco Mundial 2017, os crimes transfronteiriços estão a aumentar, incluindo o tráfico de seres humanos. O país tem servido como fonte e destino para as crianças traficadas. No que diz respeito às práticas de tráfico de seres humanos, as estratégias adoptadas para proteger as crianças ou prevenir o seu tráfico revelaram-se inadequadas. Parece que, apesar da adopção de leis anti-tráfico em 2011, o país tem pouca capacidade de investigação e aplicação da lei.

Segundo a mesma fonte, o RGB beneficiou grandemente da integração regional, com ênfase na sua participação na CEDEAO e integração económica, incluindo a livre circulação de pessoas dentro da área geográfica, o que contribuiu grandemente para a estabilização do país. A presença da Missão de Segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) foi relevante e foi posta à prova durante a recente crise, em Outubro de 2019, quando

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> UNICEF, 2021.

<sup>158</sup> <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/upr/gw-index>

tem sido essencial para garantir a ordem constitucional. Neste sentido, há uma necessidade urgente de definir uma estratégia de gestão de fronteiras, alinhada com a estratégia de segurança nacional, com forte cooperação entre as forças de segurança, entidades fronteiriças e comunidades locais.

## **B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de**

### **aceleração: B1. Desafios e riscos futuros**

- ✓ Fragilidade de todas as instituições, incluindo as instituições judiciais.
- ✓ Aumento da corrupção e da impunidade.
- ✓ Dificuldades no acesso à justiça e à justiça tradicional que nem sempre respeita os direitos humanos.
- ✓ Falta de recursos humanos qualificados.
- ✓ Atraso administrativo no sistema judicial.
- ✓ O tráfico de droga, especialmente de cocaína.
- ✓ Incumprimento dos estatutos de defesa e segurança.
- ✓ Compromisso dos actores políticos para uma visão partilhada da inclusão social.
- ✓ Contexto deteriorante em termos de respeito pelos direitos humanos, especialmente a liberdade de expressão, reunião pacífica, etc.
- ✓ Criação de uma instituição nacional independente de direitos humanos.

### **B2. Oportunidade**

- ✓ Parcerias existentes no domínio da justiça, defesa e segurança.
- ✓ Os vários projectos e programas das agências, fundos e programas das Nações Unidas na Guiné-Bissau.
- ✓ Plano Nacional Integrado contra a Droga, Crime Organizado e Redução de Danos (PNIS 2020-2026 da Guiné-Bissau), adoptado pelo Conselho de Ministros em 18 de Fevereiro de 2020.
- ✓ Projectos existentes e em curso na Guiné-Bissau.
- ✓ Envolvimento com vários mecanismos de direitos humanos.
- ✓ Participação da sociedade civil, incluindo organizações de direitos humanos e de mulheres.

### **B3. Acções de aceleração**

- ✓ Revisão das leis nas áreas da justiça, defesa e segurança.
- ✓ Reforçar o conhecimento das leis através de actividades de divulgação.
- ✓ Reforçar a capacidade institucional no sector judicial.
- ✓ Construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas nos sectores da justiça, defesa e segurança.
- ✓ Adopção de estratégias nacionais nos domínios da justiça, defesa e segurança.
- ✓ Cumprimento estrito do estatuto de defesa e segurança.
- ✓ Adopção de leis sobre inclusão social.
- ✓ Reforçar a colaboração entre a justiça formal e tradicional.
- ✓ Estabelecer uma instituição nacional de direitos humanos de acordo com o princípio de Paris (na Revisão Periódica Universal (UPR) 2020, recomendação 119.33 a 119.440).
- ✓ Criação de centros de acesso à justiça e a construção de 5 tribunais sectoriais.
- ✓ Reforçar a luta contra a corrupção e a redução da evasão e fraude fiscais.
- ✓ Afectação de recursos nestas áreas.
- ✓ Formação e reforço de desenvolvimento de capacidades em o campo de reformas institucionais.
- ✓ Reabilitação de dois quartéis militares.

## 7.5. Pilar da parceria





## ODD17

# REFORÇAR A CAPACIDADE DE IMPLEMENTAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REVITALIZÁ-LA

O ODM 17 centra-se na necessidade de desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Este objectivo sublinha a importância de criar as condições para a estabilidade macroeconómica global e o imperativo de mobilizar recursos financeiros suficientes para financiar os países em desenvolvimento a partir de fontes internacionais. Visa igualmente reforçar as capacidades nacionais nas áreas da gestão das finanças públicas, especificamente nas áreas de cobrança e gestão de receitas. Salienta também a importância do comércio para os países em desenvolvimento e as regras justas que devem reger o comércio internacional.



A realização dos ODS não será alcançada se os actores agirem isoladamente nas suas próprias áreas. De facto, os ODS propõem uma agenda integrada e universal. Neste sentido, o ODM 17, que se concentra no desenvolvimento de parcerias, é uma pedra-chave no edifício global, como a ONU assinala: "As parcerias multi-stakeholder serão essenciais para aproveitar as interconexões entre os ODM".

Com uma economia pouco diversificada dominada pela produção e exportação de castanhas de caju não processadas, o RGB precisa desta parceria para se apoiar no seu desenvolvimento económico e social. O crescimento médio anual do país tem acompanhado com grande dificuldade o crescimento da população, devido em parte a um ambiente de governação difícil, muitas vezes interrompido por instabilidade política recorrente. De facto, esta instabilidade torna virtualmente impossível a implementação de políticas públicas e estratégias nacionais de desenvolvimento a longo prazo.

### A. Situação e tendências

O objectivo 17 de reforçar os meios de implementação da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável e revitalizá-la, persegue 19 metas de implementação (17.1 a 17.19), abrangendo questões financeiras (17.1 a 17.5), tecnológicas (17.6 a 17.8), educativas (17.9 a 17.10), de saúde (17.10 a 17.11) e ambientais (17.11 a 17.12).

reforço das capacidades (17,9), comércio (17,10 a 17,12) e estrutural (17,13 a 17,19).

### Finanças

**Meta 17.1:** Melhorar, inclusive através da assistência internacional aos países em desenvolvimento, a mobilização de recursos internos para reforçar a capacidade interna de aumentar impostos e outras receitas.

As receitas públicas (administração orçamental central) representaram 16,6% do seu PIB em 2017, o que corresponde a cerca de 142 mil milhões de francos CFA. Esta proporção caiu ligeiramente para 16% em 2019, ou 129 mil milhões de francos CFA. Os impostos cobrados ajudaram a financiar o orçamento nacional na ordem dos 52,4% em 2017 e 49,3% em 2019. A mobilização de receitas fiscais continua a ser baixa a menos de 10% do PIB em 2020.<sup>159</sup>

**Meta 17.3:** Mobilizar recursos financeiros adicionais de várias fontes através de



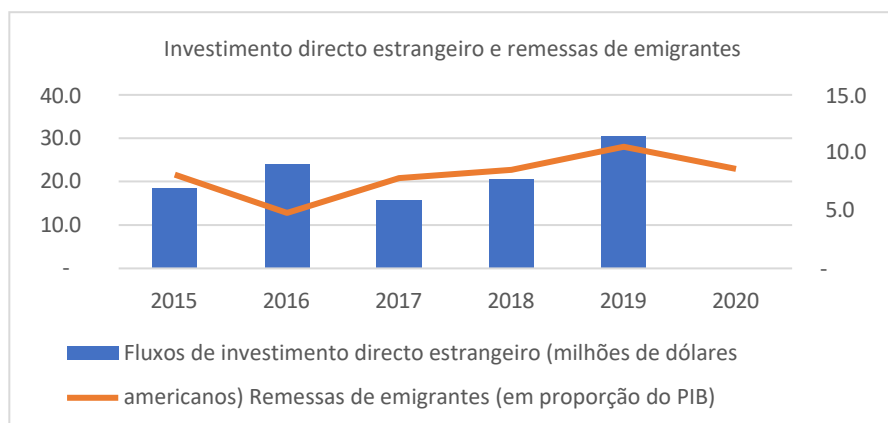


para os países em desenvolvimento.

O RGB recebe regularmente fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE), mas a níveis relativamente baixos. O IDE recebido foi de \$18,6 milhões em 2015, diminuiu para \$15,7 milhões em 2017 antes de saltar para \$30,6 milhões em 2019.

As remessas de emigrantes para o GBR são importantes para a economia do país. Como proporção do PIB, o nível mais baixo foi observado em 2016 a 4,8% e depois observou-se uma tendência crescente até 2019, quando as remessas de emigrantes representaram 10,5% do PIB. Em 2020, esta proporção era de 8,6%.

**Figura 7.31: Evolução do investimento directo estrangeiro e das remessas para a Guiné-Bissau**



Fonte: UNDESA (2021)

**Meta 17.4: Apoiar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida a longo prazo através de políticas coordenadas para promover o financiamento da dívida, o alívio da dívida ou a reestruturação da dívida, conforme o caso, e reduzir a angústia da dívida, abordando os problemas da dívida externa dos países pobres altamente endividados**

A Guiné-Bissau corre um risco elevado de problemas externos e globais de endividamento<sup>160</sup>, o que representa uma descida em relação à classificação moderada atribuída na última avaliação da sustentabilidade da dívida do FMI, em Maio de 2018. O risco global de endividamento permanece elevado e os indicadores da dívida deterioraram-se significativamente devido a uma combinação de factores: uma revisão em alta do stock da dívida no final de 2017, reflectindo uma melhor cobertura e dados; um aumento dos empréstimos em condições favoráveis concedidos por agências multilaterais para projectos de infra-estruturas; um aumento dos défices fiscais em 2018/2019; uma maior dependência de empréstimos contraídos junto dos bancos regionais; e os impactos negativos da pandemia da COVID-19.<sup>161</sup> Depois de ter sido relativamente sustentável no início da década de 2010, registou-se recentemente um aumento substancial dos serviços da dívida. Estas aumentaram de 1,8% das exportações de bens e serviços em 2015 para 2,9% em 2018.

### Tecnologia

**Objectivo 17.6: Melhorar o acesso à ciência, tecnologia e inovação e a cooperação entre Norte e Sul e Sul-Sul, e a cooperação triangular regional e internacional nestas áreas, e melhorar a partilha de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação dos mecanismos existentes, em particular a nível da ONU, e no contexto de um mecanismo global de facilitação tecnológica.**

Existem relativamente poucas assinaturas de banda larga fixa. Em 2019, havia apenas

<sup>160</sup> FMI, Pedido de desembolso ao abrigo da facilidade de crédito rápido, análise de sustentabilidade da dívida, Janeiro de 2021

<sup>161</sup> FMI, Guiné-Bissau: segunda revisão no âmbito do relatório do programa monitorizado pelo pessoal, 14 de Fevereiro de 2022



6 subscrições por 100.000 habitantes.

**Objectivo 17.8: Assegurar que o banco de tecnologia e o mecanismo de construção da ciência, tecnologia e capacidade de inovação nos países menos desenvolvidos estejam plenamente operacionais até 2017 e melhorar a utilização de tecnologias-chave, especialmente a tecnologia da informação e das comunicações.**

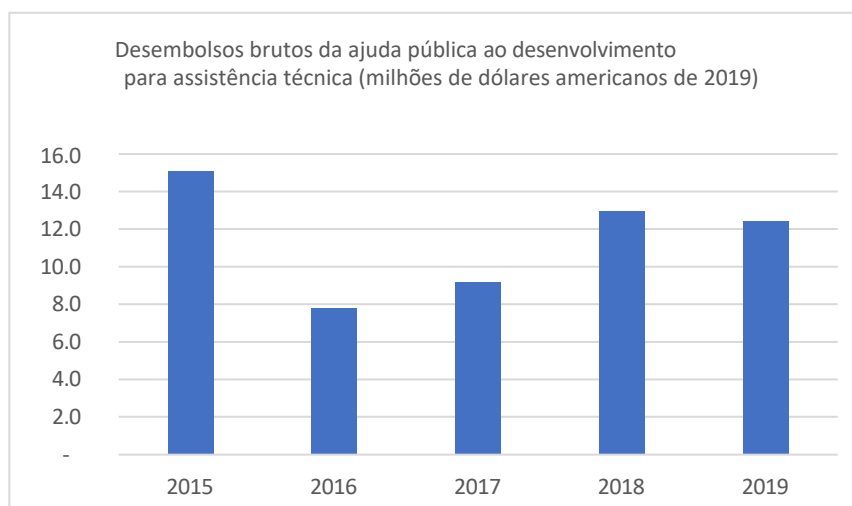
A utilização global da Internet é baixa, embora esteja a crescer. A taxa de utilização da Internet pela população era de 3,5% em 2015, depois 3,8% em 2016 e 3,9% em 2017. A percentagem de lares com acesso à Internet através de qualquer dispositivo em casa era de apenas 2,9% em 2018-2019, de acordo com o inquérito MICS6.

#### Desenvolvimento de capacidades

**Meta 17.9: Aumentar o apoio internacional ao desenvolvimento de capacidades eficazes e direccionadas nos países em desenvolvimento para apoiar os planos nacionais para alcançar todos os objectivos de desenvolvimento sustentável, incluindo através da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul e da cooperação triangular**

Os desembolsos brutos da APD para assistência técnica recebidos pela Guiné-Bissau durante o período 2015-2019 têm um valor médio anual de 11,5 milhões de USD, em 2019. O nível mais alto foi em 2015 (\$15,1m) e o mais baixo foi em 2016 (\$7,8m). Em 2019, os desembolsos foram de 12,5 milhões de dólares.

Figura 7.32: Evolução da Assistência Oficial ao Desenvolvimento para Assistência Técnica



Fonte: UNDESA (2021)

#### Comércio :

Com quase todas as exportações que consistem em castanhas de caju cru, a Guiné-Bissau tem um grande défice comercial. Por exemplo, em 2020, as exportações de bens e serviços do país ascenderam a 143 milhões de USD, enquanto as importações atingiram 326 milhões de USD. As principais importações são arroz (52,2 milhões USD), petróleo refinado (35,2 milhões USD) e farinha de trigo (9,95 milhões USD). O país importa principalmente de Portugal (83,9 milhões USD), Senegal (57,1 milhões USD), China (51,4 milhões USD), Paquistão (25,2 milhões USD) e Países Baixos (19,8 milhões USD).<sup>162</sup>

#### Questões estruturais

Os sete objectivos sobre questões estruturais incluem os relativos à coerência política e estruturas institucionais (17.13, 17.14, 17.15), parcerias multi-stakeholder (17.16,

<sup>162</sup> Os dados para este parágrafo provêm de dados comerciais da OEC: <https://oec.world/en/profile/country/gnb>

17.17) e os de dados, controlo e responsabilização (17.18, 17.19). Os dados estatísticos no RGB têm sofrido historicamente de desafios significativos, desde a recolha ao processamento, arquivo, partilha e disponibilidade. Os recentes esforços do governo e de organizações internacionais e regionais melhoraram os processos de dados no país em várias direcções. A página web do Instituto Nacional de Estatística fornece acesso a uma variedade de dados, indicadores relevantes e estudos quantitativos.<sup>163</sup>

### Coerência de políticas e estruturas institucionais Parcerias multi-stakeholder

**Objectivo 17.17: Incentivar e promover parcerias públicas, parcerias público-privadas e parcerias com a sociedade civil, aproveitando a experiência adquirida e as estratégias de financiamento aplicadas nesta área.**

Não há recursos atribuídos a parcerias público-privadas para infra-estruturas.

#### B. Desafios futuros, riscos, oportunidades e acções de aceleração

##### B1. Desafios e riscos futuros

- ✓ Mobilização de receitas próprias e financiamento sustentável.
- ✓ Risco de sobreendividamento que pode reduzir o espaço orçamental para despesas sociais e de desenvolvimento.
- ✓ Fraca coordenação entre as instituições da República.
- ✓ Estabelecimento de um mecanismo de coordenação das ONG para o acompanhamento dos ODS.
- ✓ Promoção da diplomacia económica.
- ✓ Falta de coordenação entre os actores internos e externos da política externa.
- ✓ Fraca capacidade dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades.
- ✓ Pagamento de quotas em organizações internacionais de que a Guiné-Bissau é membro.

##### B2. Oportunidades

- ✓ Integração da Guiné-Bissau em organizações sub-regionais, regionais e internacionais.
- ✓ Parcerias existentes com vários parceiros bilaterais e multilaterais.
- ✓ Parcerias existentes com diferentes ONG e organizações religiosas que operam na Guiné-Bissau.
- ✓ Iniciativa de suspensão do serviço da dívida para aumentar o espaço fiscal necessário para as despesas de desenvolvimento.

##### B3. Acções de aceleração

- ✓ Adopção de mecanismos de coordenação entre as instituições da República.
- ✓ Criar as condições necessárias para o normal funcionamento dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades (embaixadas e chancelarias).
- ✓ Adopção de estratégias nacionais para a mobilização de recursos para a implementação do plano de desenvolvimento nacional.
- ✓ Reforçar a representação da Guiné-Bissau nas organizações internacionais de que a Guiné-Bissau é membro, através da regularização do estatuto das quotas.
- ✓ Relatórios sobre a implementação das convenções ratificadas pelo RGB para assegurar a implementação das recomendações.

<sup>163</sup> <https://www.stat-guineebissau.com/>. Para mais informações, consultar a subsecção 8.3.

## 8. Meios de implementação dos ODS na Guiné-Bissau

Uma característica do sistema de monitorização e avaliação dos GDS é a definição de metas e indicadores para monitorização e acompanhamento. O Voluntary National Review (VNR) é um meio de atestar o progresso do país no seu compromisso de atingir os seus objectivos. O quadro de metas e indicadores constitui um quadro de referência que pode ser utilizado por todos os departamentos ministeriais e no qual a sociedade civil pode confiar para discutir as políticas públicas implementadas.

Em geral, a implementação dos ODS deve respeitar os princípios e desafios da transversalidade e da coerência das soluções propostas, tendo em conta a interdependência e a sinergia dos 17 ODS. A fim de assegurar que estas questões sejam tidas em conta, foram criados mecanismos dedicados à coordenação interministerial, e foram empreendidos trabalhos sobre indicadores de monitorização para encorajar o estabelecimento de parcerias multi-stakeholder para os ODS.

A implementação dos ODS implica a mobilização de todos (Estado, cidadãos, autoridades locais, empresas, sindicatos, investigadores, sociedade civil, etc.) através de um mecanismo de co-responsabilidade, governação e parceria. De facto, a implementação efectiva das Agendas 2030 e 2063 exige o envolvimento de diferentes actores a nível nacional, regional e local, conseguido através de um processo participativo e inclusivo que assegure uma estratégia verdadeiramente centrada nas pessoas para alcançar o compromisso de não deixar ninguém para trás.

Nesta perspectiva, o RGB está empenhado em seguir os três eixos do seu programa de acção para a implementação e aceleração das **ODS prioritárias**:

- ✚ A organização da contribuição do Estado e grandes doadores;
- ✚ Informação e sensibilização para assegurar que todos os actores, incluindo a sociedade civil, se apropriem dos ODS;

✚ A mobilização de todos os intervenientes, incluindo o sector privado, o mundo académico, etc.



A implementação dos ODS exigirá um balanço das políticas públicas, que permitirá analisar as lacunas entre a situação actual e os objectivos dos ODS em termos de obstáculos e alavancas de acção, e analisar as políticas públicas existentes a fim de produzir recomendações. Este exercício, que se pretende repetir no seio de cada Ministério, poderia também ser partilhado com as partes interessadas e constituir uma base comum para organizar a contribuição de todos. Três áreas de trabalho foram identificadas após os seminários realizados em Março de 2022 pelo Governo com o apoio das Nações Unidas, bem como uma equipa de peritos,<sup>164</sup> para discutir a implementação dos ODS no âmbito da preparação deste ENV, e permitiram aos vários sectores ministeriais e parceiros da sociedade civil presentes, bem como ao sector privado e ao mundo académico, reflectir em conjunto sobre os meios de implementação futura dos ODS. Os três eixos eram :

1. Financiamento e parceria: mobilização de recursos ;
2. Mecanismo institucional para a implementação, coordenação e monitorização e avaliação dos ODS ;
3. Reforço do sistema estatístico nacional.

<sup>164</sup> Guinea-Bissau Voluntary National Review 2022: Encontro entre Grupos Temáticos e Sociedade Civil, Ledger Plaza Hotel Bissau,

Bissau, 15 de Março, 2022.

## 8.1. Mobilização de recursos e parceria para o financiamento das ODS

A Agenda 2030 fornece um novo quadro global para melhor focalizar, coordenar e integrar os esforços no sentido da erradicação da pobreza sob todas as suas formas. Existe um consenso de que o financiamento futuro do desenvolvimento deve ir além da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e incluir investimentos privados e inovadores, bem como financiamento próprio sustentável. Será igualmente necessário melhorar os procedimentos de responsabilização, controlando a utilização dos recursos mobilizados pela Guiné Bissau, a fim de melhorar a sua eficácia.



Desde 2015, o RGB tem confiado no mecanismo tradicional de mobilização de recursos para financiar o seu PDN, particularmente para a implementação do Plano Estratégico e Operacional (2015-2020), que, através das promessas feitas pelos PFT na mesa redonda de Bruxelas,<sup>165</sup> previa a implementação de novos projectos e a continuação de alguns projectos em curso. Com esta iniciativa, houve uma sensação tangível de recuperação, e o país atraiu cerca de 1,4 mil milhões de dólares em promessas internacionais. No entanto, a maior parte desta ajuda não chegou devido à instabilidade política do país, o que levou a dificuldades de mobilização

dos compromissos.

No final da transição política em 2014,<sup>166</sup> o novo governo mostrou a sua determinação em resolver o problema da ajuda e da coordenação dos doadores, estabelecendo um mecanismo de monitorização trimestral visando a implementação de projectos, mas isto não funcionou devido à instabilidade política que começou em 2015. Além disso, os mecanismos de coordenação e controlo da ajuda sempre sofreram de deficiências estruturais na administração pública, com fracos mecanismos de controlo e projectos sobrepostos financiados por diferentes parceiros.

Grupos de trabalho temáticos são organizados por parceiros técnicos: o FIDA lidera um grupo de parceiros financeiros no sector agrícola no GBR, após a sua nomeação pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em Abril de 2019. O grupo técnico visa promover, apoiar e facilitar a coordenação de iniciativas sustentáveis no sector agrícola. O Banco Mundial também organiza reuniões com parceiros que apoiam actividades de governação para coordenar e continuar a apoiar a gestão financeira pública. Além disso, o gabinete de ligação do BAD em Bissau participa activamente em ambos os grupos, enquanto a equipa local ajuda a coordenar projectos entre parceiros para aumentar as hipóteses de sucesso para uma atribuição mais eficiente de recursos financeiros e apoio.

As operações dos parceiros bilaterais e multilaterais no país centram-se nas seguintes áreas: **a)** Desenvolvimento rural e segurança alimentar ; **b)** Educação; **c)** Saúde; **d)** Infra-estruturas; **e)** Energia; e **f)** Ambiente; **g)** Planeamento e gestão macroeconómica. No que respeita ao diálogo político e à reforma militar, instituições como a União Africana, CEDEAO, UNIIOGBIS e outras agências da ONU estão actualmente a implementar operações.

<sup>165</sup> Março de 2015

<sup>166</sup> GUINÉ-BISSAU - Actualização e prorrogação até Dezembro de 2021 do Documento de Estratégia do País para 2015-2019 AFD, B,

1  
e  
r  
  
S  
e  
t  
e  
m  
b  
r  
o  
  
d  
e  
  
2  
0  
2  
0  
.



O panorama financeiro é complexo e está em rápida mudança.

Para além do acima referido, existe uma mistura crescente de fontes de financiamento para as prioridades de desenvolvimento,<sup>167</sup>. Embora o envelope global de financiamento tenha aumentado em termos nominais durante a última década, a APD continua a ser a principal fonte de financiamento. A mobilização de recursos internos continua a ser uma fonte muito dinâmica e importante de recursos para o planeamento e implementação do desenvolvimento nacional, representando a tributação e o licenciamento um fluxo muito fiável de receitas fiscais.



Na Guiné-Bissau, as remessas não têm entre 2001 e 2018. Em 2018, de acordo com o Banco Mundial, ascendiam a 75 milhões de dólares. Juntamente com o aumento dos montantes, é possível verificar o aumento progressivo do peso das remessas no PIB, demonstrando a crescente dependência do país em relação à sua diáspora. O GBR está entre os 40 países do mundo onde as remessas têm a maior importância no PIB, de acordo com os dados do Banco Mundial de 2018. Em África, em 2018, é o 9<sup>eme</sup> país onde as remessas mais contribuem para o PIB, depois do Lesoto, Libéria, Camarões, Líbano, Gâmbia, Cabo Verde, Senegal e Egipto. Centrando a análise apenas na região da CEDEAO, o RGB é o 5<sup>eme</sup> país numa lista de 15 países onde as remessas contribuem mais para o PIB.<sup>168</sup>

Financiamento privado nacional das prioridades de desenvolvimento, embora em aumento,

<sup>167</sup> CCA, Nações Unidas, Outubro de 2020.

<sup>168</sup> Relatório de estudo sobre as remessas enviadas pela diáspora guineense para a Guiné-Bissau, 2019, página 13.

As remessas são a maior componente e o seu peso global na economia é comparável ao da APD e das receitas fiscais. As remessas são a maior componente e o seu peso global na economia é comparável ao da APD e das receitas fiscais. As remessas internacionais continuam a ser a fonte mais importante de subvenções, enquanto a APD aumentou em termos nominais durante a última década, mas permanece volátil como uma fonte de financiamento fiável. De facto, a APD per capita caiu de 102 dólares em 2016 para cerca de 80 dólares em 2018, mas a pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais estas tendências. Sectores sociais como a saúde, educação e protecção social requerem financiamento sustentável e duradouro, principalmente com base em recursos próprios.

Foram identificados desafios durante as discussões para a preparação deste primeiro ENV, incluindo estruturas inoperantes para coordenar a política de financiamento e parcerias para a mobilização de recursos. Como soluções, foram feitas as seguintes propostas para melhorar a política de financiamento e parcerias para a mobilização de recursos:

1. Criação de uma estrutura autónoma (abrangendo os sectores público e privado) para desenvolver políticas e estratégias de mobilização de recursos com base nas necessidades das comunidades nacionais e regionais, onde cada entidade envolvida irá mapear o ecossistema na sua área de acção com base nos dados e informações recolhidos;
2. Integração e alinhamento das principais agendas internacionais no PDN;
3. Identificação de áreas a melhorar para maximizar sinergias técnicas e organizacionais;
4. Adopção de um documento estratégico nacional para a mobilização de recursos, tendo em conta a diversidade e os tipos de parceiros;
5. Criar e facilitar o acesso à linha de crédito;

6. Criação do Conselho Económico e Social ;
7. Estimular as parcerias público-privadas (PPPs) ;
8. Implementação do sistema de leasing
9. Formação e capacitação de pessoal na área da preparação de projectos de desenvolvimento, incluindo técnicas de monitorização e avaliação e uma abordagem de cooperação em matéria de direitos humanos e igualdade de género.



## 8.2. Mecanismo institucional para a implementação, coordenação e monitorização e avaliação dos ODS

O actual mecanismo institucional foi concebido com base na estrutura existente e tendo em conta as lições aprendidas com a implementação, monitorização e avaliação (M&A) do Documento Nacional de Estratégia de Redução da Pobreza (NPRSP I e II) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O quadro institucional estabelecido para a implementação e M&E do Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 e do PDN 2020-2023 também foram tidos em consideração. Foram também examinados três momentos importantes para a realização efectiva dos objectivos globais e continentais:

- Integração dos ODS e da Agenda 2063 nos objectivos nacionais;
  - A implementação da estratégia nacional e, consequentemente, das Agendas de 2030 e 2063, e
  - Monitorização e avaliação.
- Para além dos princípios e elementos que são factores críticos para um mecanismo institucional adequado que possa maximizar critérios de desempenho, tais como eficácia e eficiência:
- A inclusão na estrutura de todos os sectores e actores envolvidos no desenvolvimento do país;
  - Adopção de uma estrutura que permita sistemas e procedimentos de informação eficazes e eficientes (estrutura leve adaptável às diferentes tarefas e fases do processo de integração e/ou alinhamento e M&A);
  - Mecanismo apropriado, exacto que inclui actores funcionais e capazes de assegurar a M&A a nível central e descentralizado, e, um arranjo que assegure uma estreita coordenação com os programas e as suas estruturas e procedimentos de M&E,
  - Para a implementação e M&A dos objectivos globais e continentais, as recomendações dos seminários de feedback e as sugestões do Governo, foi decidido por consenso adoptar o seguinte Mecanismo Institucional de Monitorização e Avaliação para as Agendas de 2030 e 2063:

## MECANISMO INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AGENDAS PARA 2030 E 2063

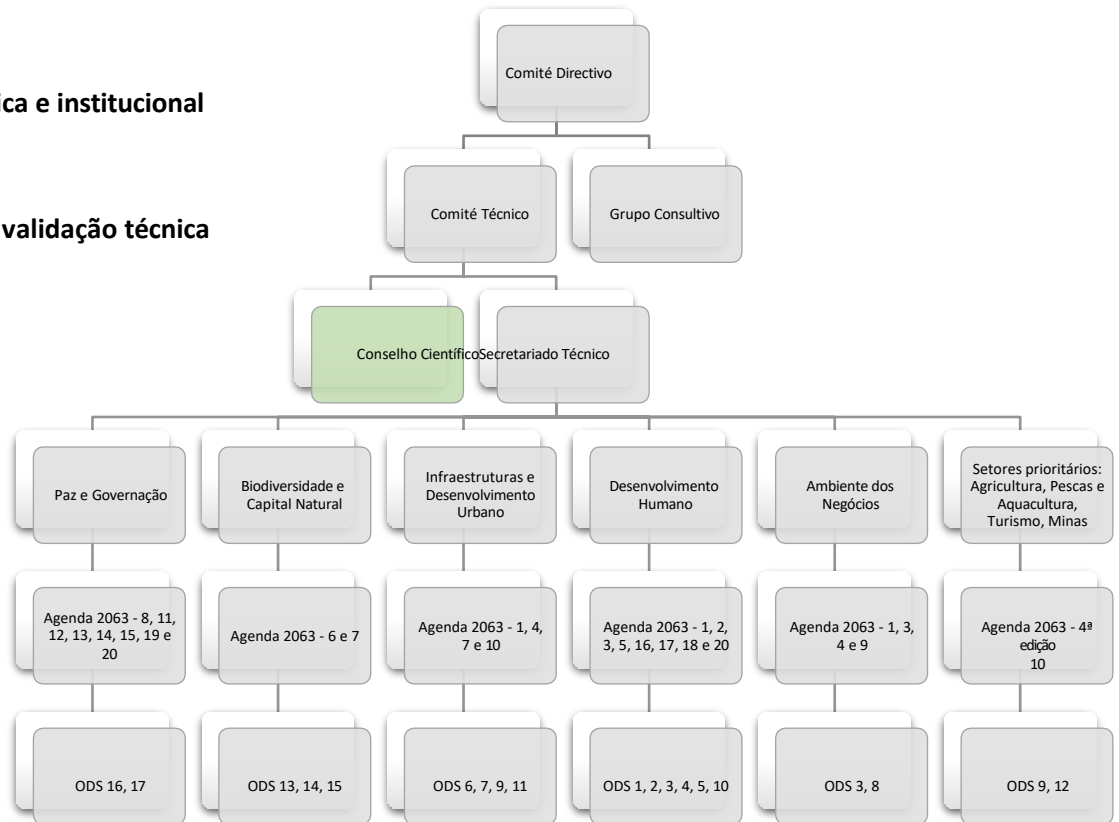
### ESTRUTURAS

#### A. Nível de validação política e institucional

#### B. Nível de coordenação e validação técnica

#### C. Nível operacional

#### D. Grupos temáticos



#### 8.2.1. Funções, composição e relações entre as diferentes estruturas :

##### 8.2.2. Papel para o Comité Director (SC) :

Estrutura política e decisória que (i) valida as prioridades e o alinhamento dos ODS e da Agenda 2063 nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PDN); (ii) orienta o progresso da implementação do PDN com base em provas e realizações relatadas; (iii) valida os relatórios bianuais e anuais sobre a implementação do PDN, incluindo as metas globais e continentais relevantes para o país; (iv) assegura o alinhamento do Orçamento Geral do Estado (OGE) com o PDN, através do programa trienal de investimento público; (v) propõe melhorias e ajustamentos que contribuem para a realização eficiente e eficaz dos objectivos.

O PC é presidido pelo Primeiro Ministro (PM), com

o Ministro da Economia e do Planeamento actuando como secretariado, e inclui todas as partes envolvidas na estratégia nacional. Será feito um esforço para alcançar a paridade de género na adesão:

- ✚ Representantes dos órgãos de soberania (Presidência, Assembleia Popular Nacional (Parlamento), Governo e Supremo Tribunal de Justiça);
- ✚ Ministério Público; ✚ Tribunal de Contas;
- ✚ Sector privado; ✚ Sociedade civil;
- ✚ Parceiros técnicos e financeiros (TFPs).

O PC tem uma dupla função: aprovação política de directrizes que asseguram a realização e avaliação do progresso em direcção aos objectivos

Na ausência do PM, as reuniões do PC serão presididas pelo Ministro da Economia e Planeamento ou pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Na ausência do PM, as reuniões do PC serão presididas pelo Ministro da Economia e Planeamento ou pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

O PC é portanto essencial para assegurar a apropriação dos objectivos nacionais, e apropriados a nível global e continental, tanto a nível político como das partes interessadas, e para assegurar que as estratégias nacionais sejam implementadas sem deixar ninguém para trás.

As reuniões do PC são realizadas a cada 6 e 12 meses, os resultados e o estado da implementação da estratégia nacional serão avaliados e serão recomendadas medidas de adaptação para inclusão nos planos e orçamentos nacionais anuais.

As reuniões de PC participativas e inclusivas são seguidas pela adopção política no Conselho de Ministros dos documentos e decisões validados e aí tomadas. A adopção política não pressupõe a modificação ou validação dos documentos e decisões em questão. Se necessário e relevante, os documentos serão devolvidos ao PC numa sessão participativa com as preocupações levantadas. Só a este nível e, se necessário, através do Comité Técnico, os documentos podem ser ajustados ou alterados.

### 8.2.3. Grupo Consultivo (AG)

O AG tem a tarefa fundamental de assegurar a coordenação e o alinhamento da ajuda com os objectivos nacionais. Coordenação e ajustamento da ajuda externa, sob a forma de apoio técnico e financeiro a programas sectoriais e projectos de investimento, que são alinhados com os ajustamentos à implementação da estratégia, conforme considerado relevante pelo Comité de Direcção. É também a este nível que o apoio à monitorização de objectivos globais e continentais é reforçado de forma coordenada, recomendando-se mecanismos de mobilização de recursos técnicos e financeiros.

### 8.2.4. Comité Técnico (TC)

O TC é a orientação técnica, validação e estrutura de coordenação para a implementação e M&E da estratégia nacional. Assegura o bom funcionamento do mecanismo institucional e a identificação de oportunidades de melhoria e a proposta de medidas correctivas para assegurar a disponibilidade de mecanismos, estruturas e instrumentos para a realização efectiva dos objectivos nacionais, incluindo a coordenação, através do secretariado técnico, do reforço da capacidade das estruturas que compõem o mecanismo institucional a nível central e descentralizado.

O CT assegura a validação técnica dos objectivos prioritários dos ODS e da Agenda 2063, identificados com base num processo de hierarquização estabelecido, das propostas de integração dos objectivos globais e continentais nos objectivos nacionais a médio prazo e PDN, bem como dos respectivos orçamentos anuais a nível nacional. É também responsável por coordenar e assegurar a comunicação e divulgação de informação sobre o estado de implementação dos PDN e, simultaneamente, dos SDG e da Agenda 2063.

Esta estrutura deve reunir-se semestralmente, sob a presidência do Ministro da Economia e Planeamento, com a coordenação técnica da Direcção Geral do Planeamento assistida pelas Direcções Gerais de Estatística, Economia, Orçamento e Tesouro, bem como conselheiros técnicos com experiência e conhecimentos comprovados no domínio do planeamento estratégico e operacional.

### 8.2.5. Secretariado Técnico (TS)

O TS é o braço executivo do CT e a sua principal função é assegurar a exactidão e adequação técnica da recolha e análise de dados a nível de cluster, em particular no que respeita à M&A; coordenar e monitorizar o processo de elaboração de relatórios a nível de cluster; consolidar a informação numa base trimestral e preparar os relatórios semestrais de M&A sobre a implementação do PDN

para validação técnica do CT; preparar reuniões das estruturas do mecanismo institucional (PC, CG e CT); coordenar as avaliações bianuais e anuais do PDN (incluindo relatórios centrados no quadro integrado de resultados das Agendas 2030 e 2063); rever/actualizar os indicadores dos ODS e da Agenda 2063 da União Africana

O Secretariado Técnico reúne-se trimestralmente e é presidido pelo Director Geral do Planeamento, assistido pelos Directores Gerais de Estatística, Economia, Orçamento, Tesouro e Cooperação Internacional, com a participação dos principais ministérios sectoriais para a implementação do PDN, através dos Pontos Focais.

#### 8.2.6. Conselho Científico (CC)

Esta estrutura fornece apoio técnico e científico ao TC, e a sua principal função é aprofundar estudos temáticos e questões consideradas relevantes num determinado contexto e relatadas pelo TC. O estudo temático aprofundado refere-se à elaboração de estudos específicos ou pareceres científicos que constituem provas para a tomada de decisões em termos da adequação da estratégia nacional, formulação de políticas ou avaliação posterior do progresso.

O CC reúne-se a pedido do TC e é constituído por entidades de estudo e investigação, tais como o Instituto Nacional de Estudos e Investigação (INEP), o Instituto Nacional de Estatística (INE), outras estruturas universitárias ou agências especializadas em PFT.

#### 8.2.7. Grupos Temáticos (TG)

Os GT são estruturas para a execução e M&A de planos e orçamentos anuais a nível nacional.

As reuniões de coordenação da implementação e os mecanismos e procedimentos de M&A são realizadas por tema ou pilar do PDN, ou pelos 5 Ps da Agenda 2030. Esta abordagem facilitará uma implementação baseada em resultados e M&A em conformidade com o quadro de resultados do PDN periodicamente revisto, alinhado com os ODS e a Agenda 2063.

Os GT são representados no quadro institucional em termos horizontais, o que implica que são constituídos tanto a nível nacional ou central como a nível regional e local, a este último nível por estruturas integradas nos gabinetes de planeamento regional (RPO). A composição dos Grupos Temáticos varia em dois pontos no tempo:

##### Primeiro momento:

Integração das metas dos ODS nos objectivos nacionais: Esta fase do roteiro implica dar prioridade às metas dos ODS e da Agenda 2063 tendo em conta as condições e prioridades nacionais, bem como integrá-las nos objectivos nacionais a médio prazo e nos planos e orçamentos anuais a nível nacional e regional. O princípio da apropriação nacional, participação e inclusão requer a integração nos grupos temáticos de todos os interessados que podem contribuir por tema. Tomando o exemplo do grupo temático Paz e Boa Governação, a nível nacional e regional, representantes dos Ministérios relevantes, representantes da sociedade civil especializada no tema em questão, representantes de associações com mandato neste domínio de interesse, grupos especializados (incluindo as Comissões Especializadas do PNA - Parlamento) bem como PFTs envolvidos no desenvolvimento de programas/projectos que contribuem para a realização das componentes Paz e Boa Governação.

##### Segundo momento:

Implementação e M&E: Nestas componentes, os grupos temáticos serão limitados aos representantes dos ministérios e PFT responsáveis pela implementação de programas e projectos na área em questão.

A integração dos PFT a este nível assegura o apoio técnico e a mobilização de recursos necessários para alcançar os objectivos nacionais, incluindo os objectivos globais e a integração dos resultados do país, de forma coordenada e alinhada com a estratégia nacional, reforçando ao mesmo tempo a capacidade institucional na implementação de ambas as etapas.

A nível da M&A, a integração dos objectivos dos ODS e da Agenda 2063 nos objectivos nacionais implicará a identificação e selecção de indicadores de interesse nacional e a definição de mecanismos para a sua medição e a periodicidade da recolha de dados e informações necessárias e indispensáveis para a avaliação do estado de implementação dos mesmos indicadores e propostas para a implementação de medidas destinadas a preencher as lacunas identificadas.

Os gabinetes de planeamento e desenho (GEP) dos ministérios técnicos preparam relatórios trimestrais de monitorização por tema em estreita colaboração com os TFPs e o INE. Considera-se que uma colaboração eficaz com os PFT numa base temática contribuirá para um melhor funcionamento dos OEP.

As descrições partilhadas acima são orientações gerais para a constituição e funcionamento deste mecanismo institucional de monitorização e avaliação das agendas 2030 e 2063, o alinhamento, implementação e M&A do PDN e o quadro de resultados correspondente, e a integração de objectivos globais e continentais relevantes com as aspirações nacionais.

Recomenda-se vivamente que sejam definidos os procedimentos, sistemas e instrumentos que regem o seu funcionamento, incluindo estatutos, manuais de procedimentos e termos de referência para cada uma das estruturas. Estes instrumentos devem definir claramente a governação e gestão do mecanismo, assegurando que os objectivos que a estrutura pretende atingir são atingidos de forma eficiente, eficaz e transparente.

### **8.3. Reforço do sistema estatístico desejado**

O Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau deve assegurar a coordenação do trabalho estatístico sobre indicadores entre os diferentes ministérios e serviços estatísticos, a fim de acompanhar a implementação dos ODS a nível nacional e internacional. Dos 232

A primeira lista de indicadores já está disponível em RGB (correspondendo exactamente ou aproximadamente aos indicadores da ONU).<sup>169</sup> Outros indicadores serão gradualmente acrescentados a esta primeira lista a fim de cobrir todos os progressos realizados na implementação dos ODS.

Para produzir estes indicadores, os serviços estatísticos dependem de políticas nacionais já em vigor em diferentes sectores. Com efeito, as estratégias nacionais já são acompanhadas com a ajuda de indicadores que constituem bases que podem ser redefinidas a fim de permitir o acompanhamento dos ODS.

A nível nacional, a selecção de indicadores relevantes poderia basear-se na lista adoptada a nível inter-cantonal, mas também a nível africano, a fim de assegurar a consistência e a comparabilidade em toda a África. No entanto, serão necessários ajustes.

A consulta sobre os indicadores deve ser organizada pelo Ministério da Economia, responsável pela coordenação dos ODS, com o apoio do Instituto Nacional de Estatística.

Como parte do seu planeamento de desenvolvimento económico e social, o RGB desenvolveu e adoptou em 2015, um Plano Estratégico de Dez Anos que cobre o período de 2015-2025. A visão desta estratégia para 2025 é alcançar: "Uma Guiné-Bissau positiva e politicamente estabilizada através do desenvolvimento inclusivo, da boa governação e da conservação da biodiversidade". A sua implementação está dividida em duas fases com realizações mensuráveis em cada uma delas. O primeiro cobre o período 2015-2020 sob a forma de um Plano Estratégico e Operacional (PON), que está estruturado em torno de programas e dividido em várias vagas de projectos. O acompanhamento e avaliação destes programas

/O sistema estatístico nacional é chamado a produzir dados de qualidade não só para medir regularmente o progresso mas também para fornecer uma base para o desenvolvimento do sistema estatístico nacional. O sistema estatístico nacional é chamado a produzir dados de qualidade

não só para medir regularmente o progresso

---

<sup>169</sup> Os indicadores globais destinam-se a ser universais, permitindo comparações entre países.

O objectivo é fornecer os indicadores para os ODS, bem como os dados desagregados necessários para monitorizar o princípio de "não deixar ninguém para trás".

Para este fim, o Sistema Estatístico Nacional (SNS) desenvolveu uma primeira Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística (NSDS-1) que abrange o período 2015-2017. No entanto, a sua implementação não atingiu os objectivos esperados. O baixo nível de implementação da NSDS-1 combinado com novas necessidades de dados com níveis de desagregação mais elevados, a necessidade de alinhar o período de cobertura da NSDS com os planos nacionais de desenvolvimento, neste caso a OSP que expirou em 2020, bem como os requisitos e desafios a nível internacional (Agendas 2030 e 2063) exigiram a elaboração de uma nova NSDS (NSDS-2) sob a forma de um programa provisório que abrangesse o período 2018-2020.

A avaliação do NSDS-1 (2015-2017) revelou uma taxa de implementação muito baixa de 24,13%. Este fraco desempenho é atribuível a vários factores interdependentes, os mais salientes dos quais são a falta de recursos humanos em termos de quantidade e qualidade, o fraco empenho do Estado no financiamento de actividades estatísticas e a instabilidade política que levou a uma falta de coordenação institucional e técnica das actividades do SEN. A avaliação do SEN foi realizada a cinco níveis: (1) institucional e organizacional; (2) capacidades do SEN; (3) produção estatística; (4) divulgação e arquivo; e (5) procura de dados. Identificou os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do NSS. Em geral, verificou-se que a produção estatística ainda é baixa, apesar de uma ligeira melhoria durante o período 2015-2017 em comparação com o período anterior a 2015. Este ligeiro progresso deve-se principalmente à implementação pelo NSO de vários inquéritos e recenseamentos financiados por parceiros técnicos e financeiros. Relativamente às actividades

Do lado sectorial, para além da educação, pescas, saúde e estatísticas agrícolas, quase não há produção noutras áreas. Do lado sectorial, para além das estatísticas sobre educação, pescas, saúde e agricultura, a produção noutras áreas é quase inexistente.

Esta situação é principalmente o resultado de um quadro institucional e organizacional não hierarquizado, com um Conselho Superior de Estatística (SCS) não funcional, e uma coordenação técnica muito fraca a nível do NSO. Além disso, a divulgação permanece fraca devido à ausência de uma política de divulgação de informação estatística. Quanto à procura de dados, esta continua a crescer a nível nacional, com requisitos em termos de qualidade, estatísticas desagregadas, abrangendo todas as áreas com a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento e a nível internacional, com os compromissos internacionais que o país subscreveu.

Durante as discussões para a preparação deste NVP, os participantes fizeram as seguintes recomendações para melhorar e reforçar o sistema estatístico

1. Construção de um edifício para o NSI,
2. Promulgação e publicação da lei de base sobre estatística,
3. Autonomia administrativa e financeira efectiva do NSI,
4. Estabelecimento de pontos focais NSI em diferentes instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil,
5. Revitalização do Conselho Superior de Estatística (SCS),
6. Reativação da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística (ENDS),
7. Formação e capacitação do pessoal da NSO,
8. Estabelecimento de um fundo autónomo para o desenvolvimento estatístico (logística e equipamento).



## 9. Próximos passos e conclusão:

### 9.1. Os próximos passos :

Informado e orientado por esta Revisão Nacional Voluntária (VNR), e em conformidade com o Plano Nacional de Desenvolvimento (2020-2023), o Governo da Guiné-Bissau está empenhado em promover um nível de vida mais elevado para todos, com base no desenvolvimento sustentável da excepcional biodiversidade terrestre e marinha do país, num contexto de paz e oportunidades económicas em seis áreas estratégicas prioritárias identificadas para iniciativas futuras, no contexto da implementação das Agendas 2030 e 2063.



#### 9.1.1. Futuras áreas de actividade

##### 1) Paz e governação :

- ✚ Acelerar as reformas estruturais e institucionais, algumas das quais já estão em curso, principalmente nos sectores da defesa, segurança e administração pública, com o objectivo de reforçar a gestão das finanças públicas e melhorar a transparência na gestão dos assuntos públicos através do combate à fraude, corrupção e branqueamento de capitais.
- ✚ Reforçar os instrumentos de planeamento, programação e orientação de políticas públicas baseadas em resultados, melhorar as competências e meios de cobrança de impostos, e assegurar uma gestão transparente dos recursos e uma implementação clara e eficaz das políticas.

despesa pública (desempenho e contabilidade de recursos).

- ✚ Melhorar a tradução dos ODS em acção local e impacto através do reforço da capacidade das autoridades locais em planeamento e financiamento inclusivo e participativo para apoiar eficazmente o desenvolvimento económico local. Isto permitirá às autoridades regionais desenvolver e implementar um plano de desenvolvimento local para acelerar a realização dos ODS.

##### 2) Biodiversidade e capital natural:

Regulamentar a utilização sustentável, o conhecimento e a gestão dos recursos naturais e reforçar a resistência do território às alterações climáticas, a o ambiente e à conservação da natureza como sector-chave para o desenvolvimento económico sustentável, com impactos directos e positivos no bem-estar de toda a população, através

- ✚ Estabelecimento de reformas institucionais e de um quadro jurídico para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável;
- ✚ Reforço da capacidade de gestão do capital natural ;
- ✚ Gestão de áreas protegidas (implementação de implementação do SNAP);
- ✚ Preservação de ecossistemas não relacionados com a gestão de áreas protegidas e ecossistemas agrícolas;
- ✚ Desenvolvimento e implementação de um plano clima.

##### 3) Infra-estruturas e desenvolvimento urbano

Renovar e construir grandes centros urbanos para lhes proporcionar infra-estruturas e sistemas funcionais e para os desenvolver como centros empresariais através da melhoria dos transportes, energia e água, telecomunicações, uso do solo e desenvolvimento urbano.

#### 4) Desenvolvimento humano

O reforço do potencial humano e a melhoria do ambiente social para o bem-estar e desenvolvimento sustentável da população bissau-guineense, como também previsto na Estratégia Nacional nas áreas-chave da educação e emprego, saúde, protecção social, promoção da igualdade de género e luta contra a pobreza, bem como cultura, ciência e tecnologia.

#### 5) Ambiente de negócios

- ✚ O desenvolvimento e a manutenção de um quadro macroeconómico coerente e estável que apoie a diversificação da sua economia, concentrando-se no reforço dos sectores produtivos que não a agricultura.
- ✚ Criar um ambiente empresarial atractivo que promova o investimento privado necessário para o desenvolvimento sustentável do país, desenvolvendo um quadro jurídico nacional coerente e de apoio, implementando a reforma do ambiente empresarial e criando plataformas económicas integradas para acelerar o investimento privado e melhorar o ambiente empresarial.
- ✚ Desenvolvimento de um plano de emprego e empreendedorismo para mulheres e jovens.



#### 6) Sectores de crescimento

A diversificação económica é essencial para estimular o crescimento económico inclusivo. O Governo da Guiné-Bissau

identificou certos sectores como motores de crescimento, e por isso investirá substancialmente nestes sectores para alcançar o desenvolvimento económico. Estes sectores são a agricultura e a agro-indústria, a pesca e a aquicultura, o turismo, a saúde e a educação. O governo tirará partido das oportunidades de crescimento, abordando as limitações que têm dificultado a diversificação estrutural e a transformação da economia.

#### 9.1.2. Financiamento para o desenvolvimento

- ✚ Garantir os recursos financeiros necessários para operacionalizar e implementar esta ambiciosa visão para a Agenda 2030 é uma prioridade chave para o governo. A mobilização de fundos nacionais terá, portanto, de ser reforçada para satisfazer todo o âmbito do plano de desenvolvimento nacional, com o apoio de parceiros e doadores internacionais.
- ✚ No contexto político e económico, o financiamento do desenvolvimento na Guiné-Bissau continua a ser um desafio que exige a mobilização de fundos de várias fontes, tais como receitas públicas, investimentos privados nacionais e o apoio de agências internacionais, cuja coordenação e gestão serão orientadas pelos princípios da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda. Estas disposições terão portanto de reforçar a integração, assegurar a coerência e otimizar a utilização dos recursos da equipa da ONU, a fim de contribuir significativamente para a realização dos resultados estratégicos esperados.
- ✚ Para serem sustentáveis, as intervenções financeiras serão baseadas nas ODS e exigirão mecanismos coerentes de coordenação dos parceiros, incluindo as Instituições Financeiras Internacionais (IFI), a ONU e os parceiros bilaterais, para partilhar informações para a elaboração de políticas informadas para a recuperação macroeconómica.



✦ Desenvolver um Quadro Nacional Integrado de Financiamento (NIFF) como instrumento-chave para implementar a Agenda de Acção de Adis Abeba adoptada em 2015. O NIFF irá reforçar as ligações entre o planeamento político, o financiamento e a implementação das prioridades nacionais de desenvolvimento, a fim de acelerar efectivamente a realização dos ODS. O NIFF também criará as condições para mobilizar novas e inovadoras fontes de financiamento, tanto privadas como públicas.

### 9.1.3. Parcerias e comunicação para o desenvolvimento

✦ Reforço de parcerias e eficácia da ajuda através da promoção da integração regional e da política externa.

✦ Uma comunicação clara sobre intenções políticas e medidas para proteger os vulneráveis é essencial para construir apoio social para reformas e trade-offs difíceis e emergentes.

✦ Alguns aspectos técnicos da implementação da Agenda 2030 exigirão a partilha de conhecimentos com o RGB através de recursos humanos qualificados para assegurar a sustentabilidade das intervenções.

## 9.2. Recomendações:

Para tal, as acções a levar a cabo devem visar essencialmente

1. Manter um quadro macroeconómico coerente, equilibrado e inclusivo;
2. Continuar e acelerar as reformas estruturais nos sectores da defesa, segurança, justiça e administração pública);
3. Melhorar ainda mais o clima empresarial
4. Diversificar a economia, mecanizar e transformar estruturalmente e acrescentar valor à produção nacional, promover empregos dignos, reforçar os sectores

produtivo ;

5. Reforçar o mecanismo de abastecimento de água da chuva através da construção de bacias de retenção e canais de distribuição;

6. Reforçar o sistema de controlo e transparência da gestão orçamental, promover uma cultura de responsabilização e uma melhor participação dos cidadãos;

7. Reforçar a parceria e a eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento ;

8. Reforço do planeamento e dos sistemas estatísticos nacionais

9. Promover a integração regional e a política externa, com prioridade para a cooperação económica;

10. Reforçar os sistemas nacionais de planeamento para a revitalização dos gabinetes de concepção e planeamento das diferentes instituições públicas; (atribuição de recursos qualificados e suficientes para a sua operacionalização);

11. Desenvolver um plano de acção para a implementação das ODS e reforçar os mecanismos de angariação de fundos para a monitorização e avaliação das ODS;

12. Reforçar a capacidade dos técnicos do NSO para tornar o sistema estatístico nacional operacional;

13. Reforçar a afectação orçamental aos sectores sociais;

14. Desenvolver uma estratégia para o emprego e o espírito empresarial das mulheres e dos jovens ;

15. Empenhar-se na implementação dos direitos económicos, políticos, sociais e culturais das mulheres e da juventude e no seu empoderamento;

16. Incentivar a criação de um banco de crédito agrícola nacional e de um banco de crédito à habitação para jovens;

17. Melhorar a simetria da informação sobre o implementação dos SDG ;

18. Desenvolver e operacionalizar uma estratégia nacional de voluntariado.

## 9.3. Conclusão:

O progresso do GBR na implementação dos ODS deve ser visto no contexto das vulnerabilidades



e constrangimentos globais do país, bem como dos esforços para abordar

desafios de desenvolvimento específicos, incluindo elevados níveis de pobreza e desigualdade de rendimentos e profundas desigualdades regionais, bem como a eficácia da governação e das instituições, e a debilidade das infra-estruturas e do acesso aos serviços básicos, particularmente nas zonas rurais.

Juntamente com os seus parceiros de desenvolvimento, o governo fez da prossecução do crescimento económico e da luta contra a pobreza e a desigualdade os elementos centrais dos seus planos de desenvolvimento a longo prazo. Existem, portanto, ligações importantes entre as prioridades de desenvolvimento do governo e os ODS, uma vez que os progressos no desenvolvimento contínuo do país também contribuem para a

progresso em alguns dos SDG.

A avaliação dos progressos para os ODS é, no entanto, limitada pela falta de dados e de um quadro institucional apropriado para o acompanhamento da implementação. Globalmente, o progresso em direcção aos objectivos tem sido limitado, como indicado pela Matriz de Estado que fornece um instantâneo do desempenho do país, com lacunas críticas na disponibilidade e qualidade dos dados para acompanhar o progresso entre objectivos, metas e indicadores.

Com esta Revisão Nacional Voluntária como ponto de partida, o Governo da Guiné-Bissau está empenhado nas Agendas 2030 & 2063, e continuará a prosseguir a sua ambiciosa visão, assegurando que nenhum Bissau Guineense seja deixado para trás.



## Bibliografia

1. ADPP e Tiniguena ([www.tiniguenagb.org](http://www.tiniguenagb.org))
2. ADPP e Tiniguena ([www.tiniguenagb.org](http://www.tiniguenagb.org))
3. Bandiaky, J. 2022. Mapeamento e Análise de Vulnerabilidade para melhor identificar a esquerda para trás na Guiné Bissau
4. Bandiaky, J. 2022. Mapeamento e Análise de Vulnerabilidade para melhor identificar a esquerda para trás na Guiné Bissau.
5. Building Back Better Starts Now: COVID-19 Socioeconomic Impact Analysis", Nações Unidas 2020, e "Building Back Better for SMEs in Guinea-Bissau" UNDP 2021. Diminuição do rendimento e perda temporária ou permanente de emprego foram reportadas para 72% dos agregados familiares (mais elevadas nos agregados familiares chefiados por mulheres)
6. CCA, Nações Unidas, Outubro de 2020
7. CIMA, UNDRR (2019), *Perfil de Risco de Desastres de Guiné-Bissau, Versão Revisada*, Savona. Disponível em linha em : <http://riskprofilesundrr.org/documents/1522>
8. Comité Nacional de Política Económica, Março de 2022
9. Contas Nacionais da Saúde, 2016
10. Inquérito Regional Integrado sobre o Emprego e o Sector Informal (ERI-ESI) Guiné Bissau, 2017- 2018;
11. Enquadrar o Calço: Implicações da Guerra da Ucrânia na Guiné-Bissau', RCO macroeconómico Resumo trimestral: No 1/Abril 2022
12. Guiné-Bissau Ministério da Saúde Pública Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário II 2008-2017. Guiné-Bissau: Ministério da Saúde Pública; 2008
13. GUINÉ-BISSAU - Actualização e prorrogação até Dezembro de 2021 do Estratégia do país da AFDB para 2015-2019, 1 de Setembro de 2020
14. Guiné-Bissau, projecto de segurança alimentar de emergência, Abril 2021, FAO
15. <http://hdr.undp.org/en/content/mpj-statistical-programmes>
16. <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/guinea-bissau>
17. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019, Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*, Guiné-Bissau. 2019. Disponível online em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/GNB>
18. Conselho dos Direitos Humanos, *Relatório do perito independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo*, Nova Iorque 2016
19. Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5, 2014; MICS6, 2018-2019), Guiné-Bissau
20. João & Handem, 2011
21. As dimensões da privação incluem abrigo, água, saneamento, educação, protecção, saúde e nutrição para crianças menores de 5 anos; para crianças entre 5-14 e 15-17 anos, a nutrição é substituída pela informação. Mas dentro de cada dimensão, os indicadores são específicos para cada uma das três categorias etárias. Os pormenores da metodologia são fornecidos por MEPIR (2021).
22. Os principais partidos políticos são o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC; 47 lugares); Partido da Renovação Social (PRS; 21 lugares); Movimento para a Alternância Democrática-Grupo 15(MADEMG15; 27 lugares); Assembleia do Povo UnidoPartido Democrático da GuinéBissau (APUPDGB; cinco lugares); Partido da Nova Democracia (PND; um lugar); União para a Mudança (UM, um lugar)
23. Lorenzato, Gianni. 2022. Inclusão financeira na Guiné Bissau. Fevereiro de 2022.
24. MICS6, 2018-2019
25. Ministério da Economia e Finanças, 2014. *Guiné-Bissau - Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014*, s.l.: Ministério da Economia e Finanças, Direcção-Geral do Plano/Instituto Nacional



Estatística (INE).

26. Ministério da Economia e Finanças, Direcção Geral do Plano, Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014, Relatório Final*, 2014
27. Direcção Nacional de Planeamento da Guiné-Bissau, UNICEF, PNUD, *Relatório Anual, Pobreza Multidimensional e Deprivações Múltiplas de Crianças, Na Guiné-Bissau*, Novembro 2017
28. Nações Unidas. 2016. Guinee-Bissau - S.E. o Sr. José MÁRIO VAZ, Presidente A 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 21 de Setembro de 2016. Disponível: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71_GW_en.pdf)
29. Nações Unidas. 2016. GUINÉ-BISSAU - S.E. Sr. JOSÉ MÁRIO VAZ, PRESIDENTE. 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 21 de Setembro de 2016. Disponível em: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71_GW_en.pdf)
30. Nações Unidas. 2021. Projecto de Programa de Acção de Doha para os Países Menos Desenvolvidos. Documento A/CONF.219/2021/IPC/CRP.2. Disponível em em [https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org.ldc5/files/pdf/a-conf-219-2021-ipc-crp2-dpoa\\_rev4\\_20\\_dec.pdf](https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org.ldc5/files/pdf/a-conf-219-2021-ipc-crp2-dpoa_rev4_20_dec.pdf)
31. Notícias por e-Global: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/albinos-vitimas-de-descriminacao-social-na-guina-bissau/>
32. Nota do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental, Bissau, Setembro 2021
33. OCDE (2016): Um quadro de resultados baseado nos GDS para a cooperação para o desenvolvimento
34. Organização Mundial de Saúde. Estratégia de cooperação da OMS com os países, 2009-2013 : Guiné- -Bissau
35. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), *Global MPI Country Briefing 2019: Guiné-Bissau (África Subsaariana)*, Country Briefing September 2019. Disponível em linha em: [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB\\_GNB\\_2019\\_2.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_GNB_2019_2.pdf)
36. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2020-2030;
37. PNUD. 2020. Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>
38. Relatório nacional apresentado em conformidade com o parágrafo 5 do anexo à resolução 16/21 do Conselho dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau. Grupo de Trabalho do Conselho dos Direitos Humanos sobre a Revisão Periódica Universal 35<sup>eme</sup> sessão 20-31 de Janeiro de 2020
39. Relatório Anual de Atividades do IBAP, Bissau, 2020;
40. República da Guiné-Bissau (2019). Primeiro Relatório Bienal de Actualização da Guiné-Bissau à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. República da Guiné-Bissau, Bissau
41. República da Guiné-Bissau (2019). Primeiro Relatório Bienal de Actualização da Guiné-Bissau à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. República da Guiné-Bissau, Bissau
42. República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima. Outubro de 2021.
43. República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima. Outubro 2021
44. República da Guiné-Bissau (2012) Coletânea Fundamental de Direito Penal e Legislação Complementar, p.223. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-eegislacao/legislacao/legislacoes-pertinentes-da-africa/legislacao-guine-bissau>
45. República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada nacionalmente para o acordo climático de Paris. Outubro 2021





46. República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada nacionalmente para o acordo climático de Paris. Outubro 2021
47. República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional

- ao abrigo do acordo climático de Paris. Outubro 2021
- 48.** República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada a nível nacional para o acordo climático de Paris. Outubro 2021
- 49.** República da Guiné-Bissau. 2021. Actualização da contribuição determinada nacionalmente para o acordo climático de Paris. Outubro 2021
- 50.** Resumo Final Indicadores de Género, INE, 2018 ;
- 51.** Sara Vera-Cruz Quintas (2013) Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação  
[http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas\\_MGF%20na%20Guiné-Bissau\\_Para%20quando%20a%20sua%20erradicação.pdf](http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas_MGF%20na%20Guiné-Bissau_Para%20quando%20a%20sua%20erradicação.pdf)
- 52.** Sistema de Seguimento de Segurança Alimentar e Nutricional (SISSAN), Guiné-Bissau, Resultados - SISSAN\_Julho 2021
- 53.** Terceiro Relatório Nacional de Seguimento de Implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Bissau, Novembro/2021
- 54.** O relatório 2022 do PNUD "Vulnerability Mapping and Analysis to Better Identify the Left Behind in Guinea Bissau" oferece uma estimativa recente da vulnerabilidade, concluindo que 73,1 por cento da população é vulnerável. A análise é desagregada por vários dados demográficos relevantes, tais como o género, o estatuto profissional, a região ou o sector de actividade
- 55.** O Relatório SDG 2021
- 56.** UNDP Guiné Bissau. 2020. Não deixar ninguém para trás
- 57.** UNDP Guiné Bissau. 2021. Análise de género Guiné Bissau
- 58.** PNUD Guiné-Bissau. 2022. Documento de referência para o envolvimento de organizações nacionais e internacionais no apoio à Revisão Nacional Voluntária dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Mais Além. 17 de Janeiro de 2022
- 59.** PNUD Guiné-Bissau. 2022. Documento de referência para o envolvimento de organizações nacionais e internacionais no apoio à Revisão Nacional Voluntária dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Mais Além. 17 de Janeiro de 2022
- 60.** PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2019, *Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI, Nota informativa para os países sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, Guiné-Bissau.* 2019. Disponível online em: [http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/GNB.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/GNB.pdf)
- 61.** UNICEF (2013) Guiné-Bissau: Perfil estatístico sobre Mutilação Genital Feminina / Corte, p.2. Disponível em em [https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country\\_profiles/Guinea-Bissau/FGMC\\_GNB.pdf](https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country_profiles/Guinea-Bissau/FGMC_GNB.pdf)
- 62.** UNICEF 2021
- 63.** UNICEF, *Child trafficking in Guinea-Bissau, Um estudo exploratório*, Bissau 2010
- 64.** Nações Unidas. 2016. GUINÉ-BISSAU - H.E. MR. JOSÉ MÁRIO VAZ, PRESIDENTE. A 71<sup>st</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 21<sup>st</sup> Setembro 2016. Disponível em: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71_GW_en.pdf)
- 65.** Nações Unidas. 2016. GUINÉ-BISSAU - H.E. MR. JOSÉ MÁRIO VAZ, PRESIDENTE. A 71<sup>st</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 21<sup>st</sup> Setembro 2016. Disponível em: [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71\\_GW\\_en.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/71_GW_en.pdf)
- 66.** Mapeamento e análise da vulnerabilidade para melhor identificar os que ficaram para trás na Guiné-Bissau, 11 de Fevereiro de 2022
- 67.** Banco Mundial (2018). Realizar o pleno potencial da rede de segurança social em África

## Anexos :

### Anexo 1

**Consultas regionais à sociedade civil e ao governo regional e local, bem como aos líderes tradicionais, religiosos e de opinião, nas 9 províncias:** Entre 19 e 28 de Março de 2022, o Gabinete do Coordenador Residente organizou consultas à sociedade civil nas 9 regiões da Guiné-Bissau. Durante estas consultas, a sociedade civil expressou as suas recomendações no quadro da implementação pelo Estado da Agenda 2030, incluindo a implementação dos tratados de direitos humanos ratificados e de não deixar ninguém para trás. As contribuições da sociedade civil foram resumidas como se segue:

1. A pandemia da COVID-19 agravou uma situação socioeconómica já difícil, exacerbando as desigualdades sociais existentes e a impotência das instituições estatais para garantir serviços básicos essenciais às populações que vivem em situações de vulnerabilidade e pobreza **(ODM 1 e ODM 10)**. O preço dos alimentos básicos (arroz, petróleo, etc.) aumentou e o impacto da guerra na Ucrânia, que começou em Março de 2022, ameaça agravar a situação.
2. Mulheres e crianças, que juntas constituem mais de metade da população, estão expostas a todos os tipos de choques, incluindo os causados pelas crises sanitárias, económicas e climáticas. Dentro deste grupo, há grupos de pessoas **que** são ainda mais deixadas para trás: **pessoas com deficiências, pessoas que vivem com VIH/SIDA, crianças de famílias em extrema pobreza, famílias chefiadas por mulheres em zonas rurais e mulheres mais velhas, entre outros (ODM 16 & 17)**.
3. O sector da saúde, que já estava profundamente enfraquecido por uma falta de investimento crónica e sofria de greves constantes, sofreu pressões adicionais por causa da pandemia da COVID- Pandemia. 19. As crianças continuam a morrer de doenças evitáveis. **O acesso aos cuidados básicos de saúde continua a ser um desafio para as comunidades mais remotas e mais pobres (ODM 3, 4 & 13)**.
4. Mesmo antes da pandemia da COVID-19, **o sector da educação era assolado por greves**, impedindo muitas crianças de frequentarem a escola, bem como o subinvestimento nas infra-estruturas necessárias, recursos humanos e desenvolvimento curricular de qualidade. **(ODM 4)**, que visa uma educação de qualidade, é essencial para a realização de **todos os outros ODM** e deve, portanto, ser considerada uma prioridade máxima. A sociedade civil está empenhada em assegurar que esta mudança de prioridade seja progressivamente reflectida no orçamento do Estado.
5. Embora a Guiné-Bissau tenha uma abundância de recursos naturais, o país ocupa uma posição baixa no índice de desenvolvimento humano. **Os recursos naturais como o mar e as florestas são explorados sem controlo estatal adequado e sem beneficiar as comunidades locais**. O Estado deve garantir que segue os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos - implementando um quadro de protecção, respeito e reparação.<sup>170</sup>
6. O desenvolvimento da Guiné-Bissau requer **investimento na agricultura (ODM 2, ODM 12)**. Esta última deve visar não só a sua mecanização mas também a sua diversificação. Este esforço deve andar a par com o investimento **na indústria para preservar e processar produtos agrícolas, a fim de criar valor acrescentado e combater a pobreza (ODM 8, ODM 9)**.

<sup>170</sup> [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR\\_FR.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_FR.pdf)

7. O desenvolvimento da Guiné-Bissau, e em particular a redução das grandes desigualdades regionais no acesso aos serviços básicos, exige um maior investimento em infra-estruturas para promover o desenvolvimento económico e o acesso a serviços básicos para todos a um custo acessível e em condições de equidade (SDG 9 e SDG 10).
8. A mecanização da agricultura deveria libertar tempo e energia que poderiam então ser investidos na educação e outras actividades. Porque as mulheres constituem a maioria dos agricultores, a **mecanização da agricultura é também essencial para alcançar a igualdade de género (ODM 5), e para capacitar mulheres e raparigas a contribuir igualmente para alcançar um desenvolvimento justo e sustentável**. A mecanização da agricultura deve também ajudar a travar a migração rural-urbana dos jovens.
9. **O futuro da agricultura está seriamente comprometido pela perda de terras aráveis**, não só devido à monocultura do caju, mas também devido à salinização das *bolanhas*, uma situação exacerbada pelas alterações climáticas (SDG 13). A terra arável já tem sido uma fonte de conflito dentro e entre comunidades. (ODM 2, 13, 15 e 16).
10. **(O ODM 7 sobre energia limpa e acessível é visto como o objectivo mais urgente**, pois acelera o desenvolvimento das suas regiões, muitas das quais não beneficiam do fornecimento de electricidade. Por exemplo, a electricidade estimularia o comércio, uma vez que manteria a produção fresca e as crianças e os estudantes poderiam estudar durante mais tempo.
11. **O acesso à água limpa (ODM 6) continua a ser uma luta diária para muitos bissau-guineenses**. Esta responsabilidade recai também sobre os ombros das mulheres e raparigas que têm de caminhar quilómetros ao amanhecer para ir buscar alguns litros de água. Enfrentar este desafio ajudaria também a promover outras ODS, tais como (ODS 5) sobre igualdade de género.
12. Os níveis de poluição que afectam as suas cidades e aldeias, dada a **falta de gestão de resíduos (ODM 11) e de saneamento adequado (ODM 6), ao ponto de pôr em perigo a saúde pública (ODM 3)** são preocupantes. O investimento em melhores estradas poderia melhorar o acesso a mercados, cuidados de saúde e educação.
13. **A população jovem em idade activa (15-35 anos) representa cerca de 50% da população total da Guiné-Bissau, o que é um bem muito importante**. Enquanto as famílias fazem enormes sacrifícios para que os seus filhos possam frequentar a escola profissional ou a universidade, o mercado de trabalho não lhes oferece oportunidades proporcionais ao investimento feito (ODM 8, ODM 1). Existe o risco de estes jovens, privados de oportunidades, recorrerem a actividades ilícitas e serem mais facilmente manipulados por extremismos violentos.
14. De acordo com a sociedade civil: **"não pode haver desenvolvimento sem paz"**. Nos últimos 20 anos, o país tem vivido num ciclo de instabilidade política e social. Isto dificultou o funcionamento normal das instituições públicas, atrasou reformas muito necessárias, minou seriamente a confiança pública em qualquer governo e assustou potenciais investidores.
15. A luta contra a impunidade é **também essencial para a realização do (SDG 16)**. A realização do ODM 16 implica investir em instituições mais fortes, mais eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, uma vez que isso facilitaria o acesso à justiça para todos, justiça que seja justa e não tendenciosa ou tendenciosa em relação aos poderosos.
16. Apesar dos progressos registados nos últimos anos, especialmente a nível legislativo e político, a **igualdade de género continua a ser esquivada para muitas mulheres, especialmente nas zonas rurais**

(ODM 5). A contribuição das mulheres para o produto interno bruto é imensa, uma vez que elas são a força motriz por detrás da economia informal. No entanto, as mulheres ainda lutam para serem admitidas à mesa de negociações sobre questões-chave de desenvolvimento, paz e segurança. Esta situação persiste apesar da **Lei de Paridade aprovada em 2018**, uma vez que a sua implementação requer estratégias que conduzam a uma mudança de mentalidade, através de acções urgentes e concretas para combater estereótipos profundamente enraizados e prejudiciais às mulheres e raparigas no seio da família e da comunidade, na política, no sistema educativo e na distribuição de recursos económicos. **Sem estas medidas para** assegurar que as mulheres possam realizar o seu potencial e participar plenamente no desenvolvimento do país, a Guiné-Bissau não poderá alcançar os vários ODM, incluindo o **ODM 5**.

17. Para além de sofrerem múltiplas formas de discriminação, **as mulheres e raparigas continuam a ser vítimas de múltiplas formas de violência**, tais como: casamentos forçados e precoces, mutilação genital feminina, assédio e outros abusos sexuais. A sociedade civil está empenhada em redobrar os seus esforços para combater a violência contra as mulheres e raparigas em todas as suas formas.
18. **A Agenda 2030 está ancorada no direito internacional dos direitos humanos, através de vários SDGs** que correspondem a tratados de direitos humanos que a Guiné-Bissau ratificou, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, e a Convenção sobre os Direitos da Criança.
19. Com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Construção da Paz, a sociedade civil está a preparar relatórios sobre a sua implementação, tal como exigido pelos tratados ratificados. **Estes relatórios para estes mecanismos ajudam a fazer melhores escolhas políticas para assegurar a promessa central da Agenda 2030, "não deixando ninguém para trás"**.
20. Para além dos tratados ratificados, a Guiné-Bissau assumiu vários compromissos no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos da ONU durante a última revisão. Em 2020, a Guiné-Bissau aceitou 193 recomendações, **incluindo a criação de uma instituição independente de direitos humanos em conformidade com os "Princípios de Paris", o que é também um indicador de sucesso em relação ao ODM 16**. Estes esforços já começaram com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Construção da Paz.

Annexo 2

GUINÉE-BISSAU

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR ANID (INDICADOR) (GUINÉ-BISSAU)	0.0	0.0	8.1	-17	1.3	1.7	5.3	-1.7	3.4	4.5	-1.4	1.3	0.8
PIB (MILIARES DE DÓLARES)	503.6	550.2	703.7	604.4	623.3	653.0	698.5	804.1	803.1	749.5	714.9	714.9	714.9
PIB POR CAPITA (DÓLARES)	2.2	2.6	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
PIB EN UNIDADES LOCALES (MILIARES DE DÓLARES)	10.1	10.7	10.7	9.8	9.9	10.6	11.1	11.1	11.1	11.1	11.1	11.1	11.1

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	2.2	2.6	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
INDICADOR (EN FRANCÉS)	546.8	470.3	471.3	510.6	433.3	323.3	323.3	323.3	323.3	323.3	323.3	323.3	323.3
INDICADOR (EN FRANCÉS)	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6	11.6
INDICADOR (EN FRANCÉS)	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2	19.2
INDICADOR (EN FRANCÉS)	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1	141.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5	111.5

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0
INDICADOR (EN FRANCÉS)	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6	9.6
INDICADOR (EN FRANCÉS)	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1	19.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0
INDICADOR (EN FRANCÉS)	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5
INDICADOR (EN FRANCÉS)	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9	2.9
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6
INDICADOR (EN FRANCÉS)	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1	138.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1

GUINEA-BISSAU

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0
INDICADOR (EN FRANCÉS)	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6	2.6
INDICADOR (EN FRANCÉS)	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4	6.4
INDICADOR (EN FRANCÉS)	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4	85.4
INDICADOR (EN FRANCÉS)	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1	91.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6	92.6

INDICADOR (EN FRANCÉS)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
INDICADOR (EN FRANCÉS)	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320	31.320
INDICADOR (EN FRANCÉS)	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0	390.0
INDICADOR (EN FRANCÉS)	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15	4105.15
INDICADOR (EN FRANCÉS)	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9	109.9
INDICADOR (EN FRANCÉS)	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3	939.3
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9	1425.9
INDICADOR (EN FRANCÉS)	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2	21810.2
INDICADOR (EN FRANCÉS)	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9	241919.9
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2	1152.2
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1	1245.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0	1410.0
INDICADOR (EN FRANCÉS)	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3	1505.3
INDICADOR (EN FRANCÉS)	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1	11139.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2	160016.2
INDICADOR (EN FRANCÉS)	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1	216017.1
INDICADOR (EN FRANCÉS)	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6	21291.6

# Guiné-Bissau

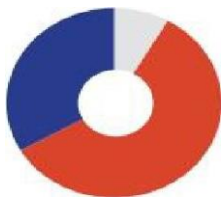
unicef-

Progresso para cada criança na Era dos SDG  
Perfil do país

Região UNICEF: África Sub-Sahariana  
Mundo Baixo rendimento cl. assificação: baixo rendimento

fnhs (ountrv Pro e 1s baseado num s,ses mert de -1-1 nd1c.11ors i;oncorring c ildren in th0 2030 agC'nda. hc'3 ind cator:= ar1:1 agrupado em 11vo b o,;id d1mons1ons o c'til d r1gh1 11lat cul cross t s> Sus1a1nalJe Devs> o -ment Goals re lvs d <>ls hetow 111,1stra1" th c ,unlry s.t.itus n EUR-sJch d1n1ens,0 b sw 011 an ,1ss<?srne ,l o Cada dial rev0al, que plopo,1,011 ot count,v 1r1L11,;,:;a1ors têm m "t h,i global ta,ainda, a e .11 t dck to rnee the ,arget by 2030 1equ1re acuale1a11on to reac the g oba mrget by 20~ 0, or have no data, or msufr1ent data to plot t-e 'cl5 A mo-e detailed breakomvn lo- cada nd1c.ator = prov1dor:l overlat Da-a qua, TV var es arro "i, coi.Jnrr es, ,as 1nr:1{t.118d by tht1 Nat onal Sta-1").-1ca C!:'lpRc ty sr.:orc arid ttic ".O 1rco y":ar -ou ind cadores Fontes indicadoras :,17,1 o methodo ogv l<Jrdet1n ng in<l c,fl ou sta:us c;ar. ne touf "ci 111 -h(' relatório, Progress ,ou [verf' hJjci ,n r1P \$DG f.ra, at un, cfl:sdgropof"

## Sobreviver+live r



Nodata

## Aprendizagem



- Insuf1c.pt dados de tendências

## Protec1on



- Acclera 1on necessário

## Ambiente



- Na prateleira

## Boa oportunidade



- Objectivo

Pontuação estatística nacional  
Capac1ty

47.8%

Classificação do país

125

População: 1,815,698 (total)

(f Macho

Femae Q



## Anexo 4

12 10 6 2 0 2 6 10 11 14 ti cult. ti mri %



# Indicadores centrados na criança relacionados com os ODS

	Valor	Ano mais recente com dados	Progresso, em direcção ao alvo global
2.2.1	Prevalência de sífilis entre crianças menores de 5 anos (%)	2014	28
2.2.2.a	Prevalência de desperdício de alimentos entre crianças menores de 5 anos (%)	2014	6
2.2.2.b	Prevalência de sobrepeso infantil entre crianças com menos de 5 anos (%)	2011	2
3.1.1	Taxa de mortalidade materna (Mortes maternas por 100.000 nascidos-vivos)	2015	549
3.1.2	Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde (%)	2014	5
3.2.1	Urter-five mortality rate (deaths per 1000 live births)	2016	88
3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal (mortes por 1.000 bebês vivos)	2016	38
3.3.1	Número de novos diagnósticos de VIH por 1.000 habitantes não infectados (infância)	2016	0.72
3.3.1	Número de novas infecções pelo VIH por 1.000 pessoas não infectadas (raparigas adolescentes 15-19)	2016	0.79
3.3.1	Número de novos infectados pelo VIH por 1.000 não infectados (rapazes adolescentes 15-19)	2016	0.34
3.3.3	Morbimortalidade por 1.000 população	2015	89
3.7.2	Taxa de nascimentos de adolescentes (nascimentos por 1.000 raparigas 15-19)	2009	137
3.8.1	Cobertura populacional dos serviços de saúde essenciais (%)		
3.b.1	Proporção da população alvo coberta por todas as vacinas incluídas, programa nacional herdado - MCV1 (%)	2016	81
3.b.1	Proporção da população alvo coberta por todas as vacinas incluídas, programa nacional - DTP3 (%)	2016	87
4.1.1.c.i	Crianças no final do secundário inferior atingindo pelo menos um nível mínimo de proficiência em leitura (%)		
4.1.1.c.ii	Proporção de crianças no final do secundário inferior atingindo pelo menos um nível mínimo de proficiência em matemática (%)		
4.2.1	Proporção de crianças no final do secundário inferior atingindo pelo menos um nível mínimo de proficiência em leitura (%)	2014	61
4.2.2	Proporção de crianças de 10-14 anos que estão desenvolvendo competências na saúde, aprendizagem e psicossocial (well-being) (%)	2000	16
4.a.1	Proporção de escolas com acesso ao WASH (%)		
5.2.1	Proporção de mulheres e raparigas com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade subcapacitadas a relações físicas, sexuais ou violência psicológica por um actual ou antigo parceiro (número de casos)	2014	
5.2.2	Proporção de mulheres com idades compreendidas entre os 15-19 anos de idade que foram vítimas de 10 actos de violência sexual por pessoas com quem um parceiro inatual (%)	2014	
5.3.1	Proporção de mulheres com idade >= 20-24 anos que foram forçadas ou forçadas antes dos 18 anos de idade (%)	2014	2
5.3.2	Proporção de raparigas e mulheres de 15-49 anos de idade que foram submetidas a mutilação genital feminina (%)	2014	45
16.1.2	Conflitos relacionados com a morte por 100.000 habitantes		
8.7.1	Proporção de crianças entre 5-17 anos de idade envolvidas no trabalho infantil (%)		
16.2.1	Proporção de crianças de 1-14 anos que sofreram qualquer castigo físico e/ou psicológico	2014	51
16.1.1	Proporção de crianças de 10-14 anos que sofreram violência sexual por um parceiro inatual (%)	2014	82
16.2.3	Proporção de jovens mulheres entre 18-29 anos de idade que sofreram violência sexual aos 18 anos (%)		
16.2.3	Proporção de homens jovens de 18-29 anos que sofreram violência sexual aos 18 anos (%)		
16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos de idade cujos pais foram forçados a abandonar a casa com uma autoridade civil (%)	2011	24
3.9.1	Taxa de mortalidade composta por poluição doméstica e ambiental por 100.000 habitantes	2012	47
6.1.1	Proporção de população utilizando serviços de água e saneamento seguros (%)		
6.2.1.a	Proporção de população com acesso a serviços de água e saneamento seguros (%)		
6.2.1.b	Proporção da população com acesso à táctica básica de lavagem de mãos com sabão e água em locais adequados e nas instalações (%)	2015	7
6.2.1.c	Proporção da população com acesso à prática de defecação aberta (%)	2015	16
1.4.1.a	Proporção de população utilizando serviços básicos de água (%)	2015	69
1.4.1.b	Proporção da população que utiliza serviços básicos de saneamento (%)	2015	21
7.1.2	Proporção da população com acesso a serviços básicos de água e saneamento e tecnologia (%)	2014	<5
13.1.1	Número de mortes causadas por doenças por 100.000 habitantes	2016	32
1.1.1	Crianças vivendo em famílias pobres (%)	2013	
1.2.1	As crianças vivem abaixo do nível nacional de pobreza		
1.2.2	Crianças que vivem em pobreza em todas as suas dimensões de acordo com o IPM Global (%)	2014	71
1.3.1	Proporção da população infantil coberta pela protecção social básica (%)		

**B**

## Aperçu de l'ODD 6 en Guinée-bissau

### Boire de l'eau

24 %

de la population en Guinée-bissau utilise un service d'eau potable géré en toute sécurité (indicateur ODD 6.1.1, 2020)

### Assainissement

12 %

de la population en Guinée-bissau utilise un service d'assainissement géré en toute sécurité (indicateur ODD 6.2.1a, 2020)

### Hygiène

18 %

de la population en Guinée-bissau a une installation de lavage des mains avec du savon et de l'eau disponible à la maison (indicateur ODD 6.2.1b, 2020)

### les eaux usées

21 %

des eaux usées domestiques en Guinée-bissau sont traitées en toute sécurité (indicateur ODD 6.3.1, 2020)

### La qualité d'eau

---

des masses d'eau surveillées en Guinée-bissau ont une bonne qualité de l'eau ambiante (indicateur ODD 6.3.2, 2020)

### Efficacité

3 \$/m<sup>3</sup>

est la valeur ajoutée de l'utilisation de l'eau par la population et l'économie en Guinée-bissau (indicateur ODD 6.4.1, 2018)

### Stress hydrique

2 %

des ressources en eau renouvelables en Guinée-bissau est en cours de prélèvement, après prise en compte des exigences de débit environnemental (indicateur ODD 6.4.2, 2018)

### Gestion de l'eau

19 %

est le degré de mise en œuvre de la gestion intégrée des ressources en eau en Guinée-bissau (indicateur ODD 6.5.1, 2020)

### Transfrontalier

43 %

du bassin transfrontalier dispose d'un dispositif opérationnel de coopération dans le domaine de l'eau (indicateur ODD 6.5.2, 2020)

### Écosystèmes

73 %

des bassins hydrographiques de la Guinée-bissau connaît des changements rapides dans la zone couverte par les eaux de surface (ODD 6.6.1, 2020)

### La coopération

6 millions de dollars

est le montant de l'aide publique au développement liée à l'eau et à l'assainissement reçue par la Guinée-bissau en 2019 (indicateur ODD 6.a.1)

### Participation

+

est le nombre de sous-secteurs (sur 6) avec un niveau élevé de participation des communautés en Guinée-bissau (indicateur ODD 6.b.1, 2012)



## Anexo 5: Quadro Macroeconómico e Orçamental:

A partir da situação macroeconómica da Guiné-Bissau reflectida nesta nota, o Comité do Quadro Macroeconómico e Orçamental (MBFC), decidiu complementar e reforçar as recomendações da nota de Setembro de 2021, recomenda o seguinte

### ✚ A curto prazo :

1. Consolidar e expandir o controlo fiscal, com vista a aumentar as receitas e procurar assegurar a sustentabilidade da dívida pública.
2. Prioritização das despesas de capital, dinamização e reforço do controlo das suas actividades e da sua execução;
3. Acelerar o processo de recenseamento dos funcionários públicos para minimizar pagamentos desnecessários.
4. Acelerar o processo de implementação da Conta Única do Tesouro e a aplicação do IVA ;
5. Intensificar o diálogo construtivo para evitar a ocorrência de greves no serviço público, especialmente nos sectores da educação e da saúde;
6. Promover a diversificação da produção agrícola comercial e o aumento da produção de subsistência;
7. Continuar a apoiar o sector da saúde para aumentar a taxa de vacinação contra a COVID-19;
8. Acelerar os processos relativos à Guiné-Telecom para assegurar a utilização adequada das fibras ópticas.

### ✚ A médio e longo prazo :

1. Promover e encorajar o acesso ao crédito com apoio ao processamento local para ajudar a expandir as exportações;
2. Acelerar a mecanização agrícola para apoiar a diversificação e combater a insegurança alimentar e aumentar as receitas fiscais;
3. Aumentar o investimento em infra-estruturas, encorajar a industrialização e melhorar o desenvolvimento urbano - para apoiar o crescimento inclusivo;
4. Criar e promover um ambiente empresarial atractivo para o investimento directo estrangeiro;
5. Investimento, com vista a desenvolver o sector privado;
6. Acelerar a infra-estrutura de distribuição de electricidade nas zonas rurais para melhorar a utilização de energia no âmbito do OMVG;
7. Promover o concurso público para o recrutamento de pessoal para a qualificação dos serviços da administração pública;
8. vii. Criar condições que favoreçam a atractividade do financiamento concessional para grandes empresas, principalmente em infra-estruturas de transporte; e
9. viii. Promover a reabilitação da capacidade de carga do porto de Bissau.

**Anexo 6: Lista de tratados ratificados pela Guiné-Bissau.**

Description du Traité	Date de ratification
Déclaration universelle des droits de l'homme	17/09/1974
Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes	23/08/1985
Convention relative aux droits de l'enfant	20/08/1990
Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels	02/07/1992
Protocole facultatif à la Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes	05/08/2009
Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination	01/11/2010
Pacte international relatif aux droits civils et politiques	01/11/2010
Protocole facultatif à la Convention relative aux droits de l'enfant concernant la vente de la prostitution des enfants et la pornographie impliquant des enfants	01/11/2010
Premier Protocole facultatif se rapportant au Pacte international relatif aux droits civils et politiques	24/09/2013
Deuxième Protocole facultatif se rapportant au Pacte international relatif aux droits civils et politiques, visant à l'abolition de la peine de mort	24/09/2013
Convention contre la torture et autres traitements inhumains ou cruels ou dégradants	24/09/2013
Protocole facultatif à la Convention contre la torture et des traitements inhumains ou autres traitements cruels ou dégradants	24/09/2013
Protocole facultatif à la Convention relative aux droits de l'enfant concernant l'implication d'enfants dans les conflits armés	24/09/2014
Convention relative aux droits des personnes handicapées	24/09/2014

Description du Traité	Date de signature
Convention internationale sur la protection des droits de tous les travailleurs migrants et leurs familles	12/09/2000
Protocole facultatif à la Convention relative aux droits des personnes handicapées	24/09/2013
Convention internationale pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées	24/09/2013
Protocole facultatif à la Convention relative aux droits de l'enfant sur le mécanisme de plainte	24/09/2013
Protocole facultatif se rapportant au Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels	25/09/2010